

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FAFICH
Programa de Pós-graduação em Sociologia

CIBELE VENTURA VIEIRA SATUF

**A CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS E SIGNIFICADOS DO
TRABALHO NO BRASIL: A INFLUÊNCIA DE FATORES
DEMOGRÁFICOS E ESTRUTURAIS**

Belo Horizonte

2021

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FAFICH
Programa de Pós-graduação em Sociologia

CIBELE VENTURA VIEIRA SATUF

**A CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS E SIGNIFICADOS DO
TRABALHO NO BRASIL: A INFLUÊNCIA DE FATORES
DEMOGRÁFICOS E ESTRUTURAIS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Orientador: Dr. Jorge Alexandre Barbosa Neves

Belo Horizonte
2021

301 S254c 2021	<p>Satuf, Cibele Ventura Vieira.</p> <p>A construção dos sentidos e significados do trabalho no Brasil [manuscrito] : a influência de fatores demográficos e estruturais / Cibele Ventura Vieira Satuf. - 2021.</p> <p>263 f.</p> <p>Orientador: Jorge Alexandre Barbosa Neves.</p> <p>Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p>Inclui bibliografia.</p> <p>1.Sociologia - Teses. 2.Trabalho- Teses. 3.Trabalho – Aspectos demográficos - Teses. I. Neves, Jorge Alexandre Barbosa. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</p>
----------------------	---

Ficha catalográfica elaborada por Vilma Carvalho de Souza - Bibliotecária - CRB-6/1390



Programa de Pós Graduação em Sociologia
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais

ATA DA DEFESA DE TESE

CIBELE VENTURA VIEIRA SATUF

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de fevereiro de 2021 (dois mil e vinte e um), reuniu-se a Banca Examinadora de Defesa de Tese de Doutorado, intitulada: **“A CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS E SIGNIFICADOS DO TRABALHO NO BRASIL: A INFLUÊNCIA DE FATORES DEMOGRÁFICOS E ESTRUTURAIS”**. A banca foi composta pelos professores doutores **Jorge Alexandre Barbosa Neves** (Orientador – DSO/UFMG), **Dimitri Fazito de Almeida Rezende** (DSO/UFMG), **Silvio Segundo Salej Higgings** (DSO/UFMG), **Andréa Leite Rodrigues** (USP) e **Gustavo Melo Silva** (UFSJ).

Procedeu-se a arguição, finda a qual os membros da Banca Examinadora reuniram-se para deliberar, decidindo por unanimidade pela:

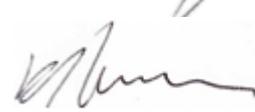
Aprovação (X)

Reprovação da Tese ()

Para constar foi lavrada a presente ata, datada e assinada pelos examinadores.

Belo Horizonte, 26 de fevereiro de 2021.


Prof. Dr. Jorge Alexandre Barbosa Neves (Orientador – DSO/UFMG)


Prof. Dr. Dimitri Fazito de Almeida Rezende (DSO/UFMG)


Prof. Dr. Silvio Segundo Salej Higgings (DSO/UFMG)


Profa. Dra. Andréa Leite Rodrigues (USP)


Prof. Dr. Gustavo Melo Silva (UFSJ)

AGRADECIMENTOS

Ao Jorge Alexandre, meu orientador, pelas valiosas contribuições ao longo do doutoramento e por sua habilidade de partilhar conhecimentos de uma maneira tão desprendida.

Aos professores do Departamento de Sociologia, pelo crescimento que me foi proporcionado durante todo o período do doutorado. No decorrer do curso, diversas marcas foram deixadas, muitas delas fundamentais para a construção dessa tese. Nesse sentido, um agradecimento especial a Ana Marcela, Claudio, Dimitri, Elaine, Jerônimo, Jorge, Renan e Yumi, de quem tive a oportunidade de ser aluna.

Ao professor Jerônimo Muniz e à professora Elaine Vilela, por todo o aprendizado e exemplo proporcionados ao longo dos semestres de estágio docente.

Aos membros da banca de qualificação, professores Andrea Rodrigues, Dimitri Fazito e Silvio Salej, pelas valiosíssimas contribuições e sugestões de modificações no projeto de pesquisa.

Novamente aos professores Andrea Rodrigues, Dimitri Fazito e Silvio Salej, e também ao professor Gustavo Melo Silva, por aceitarem participar da banca de defesa desta tese, um momento tão importante para conclusão do doutoramento.

Aos meus colegas do PPGS, pelos conhecimentos partilhados e pelos valiosos momentos de descontração, fundamentais para nosso equilíbrio ao longo do curso.

À toda a comunidade da UFMG, em especial aos profissionais da biblioteca, limpeza, cantinas e segurança, por garantirem todas as condições necessárias para o pleno aproveitamento do curso.

À Renata, Aline e Caio, da Secretaria do PPGS, por toda a ajuda nos processos, paciência e cortesia no atendimento.

Meus profundos agradecimentos a todos os entrevistados que disponibilizaram o seu tempo e relatos, trazendo contribuições fundamentais para a construção deste estudo.

Ao ensino público gratuito universal e de qualidade, um bem inestimável em nossa sociedade.

Ao MQ e ao Modus, por ofertarem formação em metodologias diversas com qualidade.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) por financiar meus estudos durante todo o doutoramento.

Aos meus familiares e amigos, em especial à Letícia e à Fátima, por todo o incentivo e colaboração durante todo o processo acadêmico.

Ao Ivan, companheiro de vida, agradeço as valiosas contribuições e discussões sobre o objeto de estudo, bem como o apoio, estímulo e constante dedicação.

RESUMO

A pesquisa tem como ponto de partida a manutenção da centralidade do trabalho em nossa sociedade, entendendo a relevância social desta categoria, mesmo em condições de precariedade e flexibilização das condições laborais. Defende, portanto, que o trabalho é fundamental para a geração de valor social. Contudo, as transformações pelas quais passaram o trabalho e seus processos ao longo dos últimos anos possuem potencial para alterar o modo como os indivíduos se relacionam com a atividade. Deste modo, a pesquisa parte da indagação: Na sociedade brasileira, quais os significados compartilhados sobre o trabalho, levando-se em conta a influência de fatores demográficos e estruturais? A investigação parte da crítica de que grande parte das pesquisas envolvendo os significados do trabalho têm como pressuposto que eles se diferenciam em decorrência das ocupações e áreas de atuação profissional, com foco no exame sobre como fatores singulares influenciam nesse processo, negligenciando aspectos sociais mais amplos. Pretende, portanto, contribuir para a literatura científica ao ampliar esse escopo, fornecendo elementos que propiciem uma interpretação sociológica acerca da influência de fatores sociodemográficos e estruturais nos significados compartilhados sobre o trabalho. A partir de uma revisão de literatura sobre pesquisas envolvendo a temática em discussão, elencaram-se como fatores demográficos que teriam potencial para influenciar na formação destes significados o gênero, a idade e a afiliação religiosa e, como fatores estruturais a natureza das atividades laborais desempenhadas e o nível socioeconômico. O objetivo da pesquisa consistiu em identificar os significados do trabalho compartilhados pelos brasileiros, buscando examinar e compreender o modo como estes significados são construídos e se diferenciam em decorrência da influência destes fatores sociodemográficos e estruturais. A investigação adotou um percurso metodológico misto, articulando ferramentas de análise quantitativa e qualitativa, por entender que somente tal conjugação possibilitaria a ampla compreensão do fenômeno. A análise quantitativa contemplou o uso da modelagem de equações estruturais, de modo a obter alguns indícios sobre os fatores que podem influenciar a atribuição de diferentes significados compartilhados sobre o trabalho. A etapa qualitativa, efetuada com aporte à análise textual interpretativa, de Javier Gil Flores, permitiu compreender, por meio do discurso dos entrevistados, o modo como esses fatores se traduzem em ações e práticas, até mesmo inconscientes, que levam a que se estabeleça e se reproduza esta diferenciação. Os resultados evidenciaram a manutenção da centralidade do trabalho em nossa sociedade, reforçando argumentos que contestam as teses sobre o “fim do trabalho”. Além disso, permitiram verificar uma intensa normatividade que atribui ao trabalho o papel de uma obrigação social, em consonância com os valores apregoados pela ética do trabalho salientada por Max Weber. Os achados relevaram, adicionalmente, que algumas características demográficas, como gênero e idade, assim como fatores estruturais, especificamente a natureza das atividades e o nível socioeconômico influenciaram os trajetos destes agentes, levando à formação dos diferentes significados compartilhados sobre o trabalho. Sinalizaram, portanto, reflexos da socialização dos indivíduos, que ajudam a orientar, de alguma maneira, as posições por eles ocupadas nos espaços sociais. Tais posições influenciam a percepção social do trabalho e dos seus significados. Mas essas representações compartilhadas sobre o trabalho, ao mesmo tempo são construídas a partir dessas posições, também as alteram, modificando a dinâmica do campo social, transformando a realidade, assim como as ações desses agentes. Neste processo de natureza relacional, evidenciou-se o papel do *habitus*, assim como a função do campo/figuração e da distribuição de poder/capital. Os achados permitiram elucidar que a conformação dos significados compartilhados sobre o trabalho passa por caminhos muito mais complexos do que aqueles pautados em aspectos singulares, como a mera

aproximação entre ocupações específicas e áreas de atuação profissional. Por fim, destacaram-se algumas limitações da pesquisa, assim como orientações para investigações futuras.

Palavras-chave: Significados do trabalho, fatores de influência, características demográficas e estruturais, sociologia do trabalho.

ABSTRACT

This research focuses the maintenance of work centrality in our society, understanding the social relevance of this category, even under precariousness and flexibilization of working conditions. It argues, therefore, that work is fundamental for the creation of social values. However, the transformations that work and its processes have undergone over the last few years have the potential to change the way individuals relate to the activity. Thus, this research starts from the question: in Brazilian society, what are the shared meanings of work, considering the influence of demographic and structural factors? The investigation is based on the criticism that most research involving the meanings of the work assumes, i.e., that they differ due to occupations and areas of professional activity, focusing on how singular factors influence this process, neglecting broader social aspects. It intends, therefore, to contribute to the scientific literature by expanding its scope, providing elements that offer a sociological interpretation about the influence of sociodemographic and structural factors on shared meanings of work. Based on a literature about the theme under discussion, gender, age, and religious affiliation are listed as demographic characteristics with the potential to influence the formation of their meanings and, as structural factors, the nature of occupational activities and socioeconomic level. The objective of this research was to identify the meanings of the work shared by Brazilians, seeking to examine and understand how these meanings are constructed as well as differ due to the influence of these sociodemographic and structural factors. The investigation adopted a mixed methodological approach, articulating quantitative and qualitative analysis tools, understanding that only such integration would allow a broad understanding of the phenomenon. The quantitative analysis included the use of structural equation modeling to raise some clues about the factors that can influence the attribution of different shared meanings of work. The qualitative stage, performed under the Javier Gil Flores' interpretive textual analysis, allowed to better understand, through the speech of respondents, how these factors are translated into actions and practices, even unconscious, that leads to the establishment and reproduction of these differentiations. Results showed the maintenance of the centrality of work in our society, reinforcing arguments that contest the theses about the "end of work". In addition, allowed us to verify an intense normativity that attributes to work the role of a social obligation, in line with the values proclaimed by the work ethic highlighted by Max Weber. Our findings also indicated that some demographic characteristics, such as gender and age, as well as structural factors, specifically the nature of the activities and socioeconomic level influenced the paths of these agents on social fields, leading to the formation of different shared meanings about work. They signaled, therefore, reflexes of socialization, which helps guiding, in some way, the positions occupied in social spaces. Such positions influence social perceptions of work and its meanings. But these shared representations about work, are, at the same time, constructed from these positions, and alter them, modifying the dynamics of the social field, transforming reality, as well as the actions of these agents. In this process of relational nature, the role of *habitus* was evidenced, as well as the function of field/figuration and the distribution of power/capital. These findings allowed us to elucidate that the conformation of shared meanings of work goes through much more complex paths than those based on singular aspects, such as the mere approximation between specific occupations and areas of professional activity. Finally, some limitations of the research were highlighted, as well as guidelines for future investigations.

Keywords: Meaning of work, influence factors, demographic and structural characteristics, sociology of work.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Modelo heurístico desenvolvido pelo MOW	78
Figura 2 - Diagrama do modelo de equações estruturais completo para explicação dos significados do trabalho.....	125
Figura 3 - Modelo inicial de equações estruturais para explicação dos significados do trabalho (coeficientes padronizados)	153
Figura 4 - Modelo final de equações estruturais para explicação dos significados do trabalho (coeficientes padronizados)	154
Figura 5 - Mapa para visualização dos significados do trabalho.....	206

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Caracterização sociodemográfica da amostra (N =1500).....	144
Tabela 2 - Centralidade absoluta e relativa do trabalho (N =1500)	148
Tabela 3 - Normas relativas ao trabalho como uma obrigação. (N =1500).....	149
Tabela 4 - Resultados esperados/valorizados no trabalho (N =1500)	150

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Síntese de procedimentos metodológicos	110
Quadro 2 - Resumo dos participantes da etapa qualitativa.....	163
Quadro 3 - Categorização emergente dos significados do trabalho	165

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I – O TRABALHO COMO ELEMENTO DE ESTRUTURAÇÃO SOCIAL: RUMO A UMA (DES)CENTRALIDADE?	18
1.1 – O trabalho em diferentes concepções	18
1.2 – Transformações no processo de trabalho.....	35
1.2.1 - Algumas singularidades do contexto brasileiro	46
1.3 – O trabalho como síntese micro e macrossocial	54
CAPÍTULO II - OS SENTIDOS E SIGNIFICADOS DO TRABALHO	70
2.1 – Os significados do trabalho como um construto multidimensional	72
2.2 – Construção da realidade e representações sociais compartilhadas – Um olhar sobre os significados do trabalho.	89
CAPÍTULO III - METODOLOGIA	109
3.1 – Hipóteses de pesquisa.....	111
3.2 – Análises quantitativas.....	118
3.2.1 – Dados utilizados	118
3.2.2 – Operacionalização das variáveis utilizadas	119
3.2.3 - Análises estatísticas utilizadas	122
3.2.4 – Diagrama de equações estruturais teórico	125
3.3 – Análises qualitativas	126
CAPÍTULO 4 - RESULTADOS DO ESTUDO QUANTITATIVO	135
4.1 – O Brasil em 2006 e 2020: atualização de cenários. Muita coisa mudou?	139
4.2 - Análise dos resultados.....	143
4.2.1 - Os significados do trabalho em uma perspectiva geral.....	147
4.2.2 - Os significados do trabalho: a influência de fatores demográficos e estruturais	150
CAPÍTULO 5 - RESULTADOS DO ESTUDO QUALITATIVO	159
5.1 - Os significados do trabalho em uma perspectiva geral	166
5.1.1 - A centralidade do trabalho	166
5.1.2 – Os significados compartilhados sobre o trabalho.....	173
5.2 - Os significados do trabalho: a influência de fatores demográficos e estruturais .	186
5.2.1 - Do aprendizado à contribuição social: trilhando caminhos para a ética do trabalho.	187
5.2.2 – Entre a socialização de estereótipos e a emancipação: o papel do gênero na conformação dos significados do trabalho.	192

5.2.3 – Entre a importância de fazer o que gosta e a necessidade de gostar do que faz: a influência do nível socioeconômico e da natureza das atividades nos significados do trabalho.	196
5.2.4 – Significados do trabalho e religiosidade: disseminação da moralidade cristã..	203
CAPÍTULO 6 – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	207
6.1 – Os significados do trabalho em uma perspectiva geral	207
6.2 – Os significados do trabalho: a influência de fatores demográficos e estruturais.	222
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	238
REFERÊNCIAS	244
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.	265

INTRODUÇÃO

O trabalho tem um papel fundamental para a geração de valor social, tanto por possibilitar a subsistência econômica, como também por ser um meio de conferir identidade, reconhecimento e sentido para a vida dos indivíduos (BITENCOURT et al., 2014). Contempla, portanto, uma dimensão objetiva, relacionada à ação e produto, mas também subjetiva, como projeto e reconhecimento social (DE LA GARZA; HERNÁNDEZ, 2000). O trabalho é uma categoria fundamental para compreensão da atividade econômica, sendo também central para entendimento do fenômeno social. Por meio desta atividade o ser humano se integra à natureza e a transforma com vistas à obtenção de produtos que satisfaçam suas necessidades. A humanidade se constituiu através do trabalho, sendo este "fundante do ser social" (NETTO; BRAZ, 2006, p. 37). Faz-se importante destacar, contudo, que esta atividade é marcada por uma intencionalidade prévia, de modo que "o trabalho é uma atividade projetada, *teleologicamente direcionada*, ou seja, conduzida a partir do fim proposto pelo sujeito" (p. 32, grifo no original).

Na sociedade atual, o trabalho é a atividade que mais expressa nossa condição-fim, sendo criador de valores e de seres sociais, ao mesmo tempo em que é nossa essência, nossa condição (MÉDA, 2010). Adicionalmente, o trabalho permite o preenchimento de necessidades individuais do sujeito, como as de autoestima e realização, possibilita a organização de rotinas e horários, a interação e o engajamento em causas coletivas, bem como pode ser fonte de identidade e significado de vida (ANDERSEN, 2009). O mundo do trabalho ocupa um papel de extrema importância na busca do indivíduo por sua sobrevivência, dignidade e felicidade social, tornando-se um ponto de mediação entre os seres humanos e a natureza. Contudo, é essencial que produza um efeito emancipador, não de alienação e infelicidade (ANTUNES, 2009a).

Como o trabalho parte da transformação da natureza por meio da técnica, as mudanças tecnológicas ocorridas ao longo dos últimos séculos alteraram o modo como o indivíduo se organiza e se relaciona com esta esfera (OLIVEIRA; PICCININI, 2011). Em consequência disso, as transformações relacionadas à estruturação do trabalho no decorrer do desenvolvimento da sociedade ajudaram a moldar os significados desta categoria ao longo do tempo e fundamentaram um extenso debate. De um lado, há teses

que advogam pelo fim de sua importância e centralidade na vida das pessoas, do outro, afirma-se que, mesmo degradado, o trabalho mantém sua importância na estrutura social.

A realidade atual é marcada pelo aumento do desemprego e do subemprego. A redução ou ausência de trabalho têm impactos sociais profundos, deixando, nas palavras de Dahrendorf (1980), pouco mais do que pedaços de relações sociais sem sentido. A proeminência de uma “metamorfose do assalariado” (GORZ, 1997), como exposto na seção 1.2 desta tese, divide os trabalhadores em categorias, uma com acesso ao trabalho cheio de significado, que emancipa o indivíduo, e outra, marcada pela vulnerabilidade e degradação. Deste modo, “aqueles que estão no topo podem não ter que trabalhar, mas estão em posição de fazer coisas que consideram significantes; o trabalho é seu privilégio. Muitos outros não têm esse privilégio; a ausência de trabalho significativo é a fonte de sua miséria e frustração” (DAHRENDORF, 1980, p. 284). Este cenário seria um dos responsáveis pela descentralização do trabalho em relação a outras esferas (OFFE, 1989), reforçando os argumentos que atestam pelo seu fim.

Por outro lado, considera-se que o trabalho ocupa o lugar de uma atividade central que estrutura a vida dos indivíduos e a sociedade, sendo capaz de propiciar a autorrealização e o desenvolvimento da identidade. A centralidade do trabalho permanece associada a seu papel enquanto principal fato social (TOLFO et al., 2005). Defende-se que mesmo diante de uma nova morfologia, mesmo quando ele se encontra marcado por formas de estranhamento e alienação, continua como referência nas esferas social, psicológica, cultural e econômica (ANTUNES, 2005; CASTEL, 1997; NAVARRO; PADILHA, 2007), o que se confirma pela reação daqueles que perderam acesso a ele (CASTEL, 1997). Essa nova morfologia, em que se tem um “trabalho moribundo”, não é suficiente, contudo, para que se ateste o fim da centralidade ontológica do trabalho (THOMAZ JÚNIOR, 2012). Ainda que permeado de ambiguidade, passando por extremos que vão desde um ato compulsório a uma fonte de criação, de um meio de subsistência a uma fonte de desenvolvimento, satisfação e identidade, (KOVÁCS, 2006), o trabalho mantém sua importância social. Portanto, mesmo diante dessas transformações, não é possível falar de um término da sociedade do trabalho (BIZERRA; SOUZA, 2014).

No desenvolvimento desta tese adota-se esta segunda premissa, reforçando que o trabalho continua a ser um elemento fundamental na estrutura da sociedade e advogando-se, portanto, por sua manutenção enquanto elemento de estruturação social. Essa relação

fica nítida em situações de interação social nas quais as pessoas, em grande parte das vezes, se apresentam e de certa forma se definem a partir de sua ocupação ou profissão. A resposta para a pergunta ‘o que você faz da vida?’ não raro se vincula ao trabalho que a pessoa executa naquele momento, podendo até mesmo causar algum constrangimento em situações de desemprego. Contudo, ressalta-se que as transformações que ocorreram na estrutura e no processo de trabalho, e que serão discutidas no decorrer do primeiro capítulo, podem influenciar no modo como ele é percebido bem como na importância que lhe é atribuída. Desta maneira, esta investigação parte da seguinte indagação: Na sociedade brasileira atual, quais são os significados compartilhados sobre o trabalho, levando-se em consideração a influência de fatores demográficos e estruturais?

Uma série de estudos se concentra na investigação dos sentidos e significados que as pessoas atribuem a seu trabalho. No entanto, especialmente no Brasil, as investigações de natureza empírica possuem enfoque na análise de grupos profissionais/ocupacionais específicos, como enfermeiros (MEDEIROS et al., 2011; RODRIGUES; BARRICHELLO; MORIN, 2016), trabalhadores da área de limpeza (DIOGO, 2007), agentes penitenciários (SANTOS, 2014), professores universitários (VILAS BOAS; MORIN, 2014, 2015) ou trabalhadores vinculados a instituições específicas (BENDASSOLLI; BORGES-ANDRADE, 2013; BITENCOURT et al., 2014; VIANA; MACHADO, 2011). Desta forma, consideram essencialmente que os sentidos e significados do trabalho se diferenciam conforme a área de atuação dos indivíduos, deixando de lado outros fatores que podem influenciar na conformação dos significados do trabalho. Ademais, ainda que ponderem a relevância do contexto social, tendem a considerar o processo de atribuição de significados de modo restrito ao universo profissional, limitando-o a trabalhadores. Em outros casos, quando se considera de algum modo a dimensão social (SOUZA, 2018), a análise se dirige a grupos específicos, tendo como base métodos empíricos que impedem a generalização dos resultados.

Em linhas gerais, as investigações sobre o tema têm focado no exame de fatores ou processos singulares que contribuem para o significado do trabalho, em vez de adotar uma perspectiva mais ampla (ROSSO; DEKAS; WRZESNIEWSKI, 2010). Evidencia-se, assim, uma lacuna teórica, marcada pela baixa abrangência de elementos sociais na explicação do processo de construção dos significados do trabalho. Conforme salientam Ardichvili e Kuchinke (2009), para que se possa compreender melhor o fenômeno, é

fundamental que se incluam outros elementos na análise, como os fatores sociais e econômicos.

O presente estudo pretende contribuir para a literatura científica ao investigar a influência de elementos sociais na atribuição dos significados do trabalho. Espera-se, portanto, fornecer subsídios que propiciem uma interpretação sociológica acerca da influência de fatores sociodemográficos e estruturais nas representações sociais compartilhadas sobre os significados do trabalho, possibilitando uma compreensão mais ampla acerca da influência desses fatores nesse processo, contribuindo de maneira substantiva para a teoria sociológica, especialmente para a Sociologia do Trabalho.

Partindo de uma amostra representativa da população brasileira¹, o objetivo geral desta pesquisa é verificar a influência de fatores demográficos e estruturais na formação dos sentidos e significados compartilhados sobre o trabalho, bem como a relevância de cada um deles neste processo. Para que se possa atingir esta proposta, salientam-se como objetivos específicos:

- 1) Identificar quais são os significados atribuídos ao trabalho.
- 2) Analisar em que medida características demográficas, como idade, sexo, religião e escolaridade contribuem para a diferenciação na atribuição de sentidos e significados ao trabalho.
- 3) Identificar a contribuição de características estruturais, como a natureza da atividade laboral (se intelectual, criativa e marcada por independência, ou não) e a situação socioeconômica na atribuição de sentidos e significados do trabalho.
- 4) Compreender os modos como os significados do trabalho são construídos e se diferenciam em decorrência da influência dos elementos fornecidos nas etapas anteriores.

O percurso desta tese passa por dois capítulos de referencial teórico, que antecedem a parte empírica. O Capítulo 1 é dividido em três seções. Na primeira, é abordada a construção do trabalho ao longo da sociedade. A segunda seção abarca algumas transformações no processo de trabalho e possui uma subseção que se concentra em especificidades do contexto brasileiro. Por fim, na terceira seção propõe-se que o trabalho deve ser analisado por meio de uma síntese entre as dimensões micro e macrossocial. Pretende-se com esta revisão indiciar alguns elementos que podem

¹ Para análise utiliza-se a base de dados World Values Survey, que fornece uma amostra probabilística e representativa da população brasileira.

contribuir para a diferenciação dos sentidos e significados do trabalho atualmente, bem como para a percepção de sua centralidade na sociedade.

O segundo capítulo contempla algumas definições acerca dos sentidos e significados do trabalho e se divide em duas seções. A primeira aborda uma perspectiva multidimensional do conceito, em consonância com a orientação empírica adotada nesta tese. A segunda é pautada por uma discussão que abarca o modo como se constroem as representações sociais, com foco naquelas que se compartilham sobre o trabalho e seus significados, privilegiando-se, novamente, a superação da dialética entre as dimensões macro e microssocial.

Salienta-se que a revisão de literatura desenvolvida nos dois capítulos teóricos não tem como objetivo estabelecer um percurso histórico exaustivo, em que se ambiciona esgotar toda a temática, ou, nas palavras de Alves (1992), apresentar o que poderia ser chamado de “Do universo e outros assuntos”, tipo de revisão teórica em que o pesquisador busca fazer uma *summa*, em que contempla todo o resumo da produção científica ocidental sobre o tema, bem como suas ramificações. O objetivo destes dois primeiros capítulos é evidenciar o desenvolvimento da percepção social sobre o trabalho, bem como de diferentes vertentes que abordam os sentidos e significados a ele atribuídos, de modo que se possa fundamentar a aplicação da análise empírica.

O Capítulo 3 traz a apresentação da metodologia, que abrange uma etapa quantitativa e uma qualitativa. A etapa quantitativa contempla análises descritivas e Modelagem de Equações Estruturais, de modo que se possam medir os significados atribuídos ao trabalho, bem como identificar elementos (características demográficas e estruturais) que influenciam em sua atribuição. As análises qualitativas envolvem a realização de entrevistas em profundidade, examinadas por meio da análise textual interpretativa (GIL FLORES, 1994), com objetivo de compreender o modo como os elementos identificados na etapa quantitativa influenciam na atribuição de sentidos e significados do trabalho.

Os capítulos 4, 5 e 6 são destinados à análise empírica e discussão dos resultados. No Capítulo 4 são apresentados os resultados do estudo quantitativo e, no Capítulo 5, os resultados da análise qualitativa. O Capítulo 6 envolve uma discussão ampla em que os resultados das etapas quantitativa e qualitativa são integrados e interpretados à luz da literatura especializada sobre o tema. Por fim, a tese se encerra com a indicação de algumas limitações desta investigação e possíveis desdobramentos para futuras pesquisas.

Capítulo 1 – O trabalho como elemento de estruturação social: rumo a uma (des)centralidade?

A primeira seção deste capítulo tem como objetivo discutir algumas transformações pelas quais passaram as concepções do trabalho ao longo do tempo, centrando-se, principalmente, nas mudanças ocasionadas após o surgimento do capitalismo. O intuito não é o de traçar uma descrição histórica complexa, o que foge aos propósitos desta tese, mas sim de ressaltar aspectos que se tornaram relevantes para a interpretação, valorização e atribuição de significados ao trabalho nos tempos atuais. Deste modo, alguns períodos anteriores ao surgimento do capitalismo serão brevemente abordados, apenas com o intento de permitir a visualização de alguns elementos que contribuíram para desencadear a visão atual do conceito.

Posteriormente, serão abordadas algumas transformações no processo de trabalho a partir da industrialização, explanando como as alterações implantadas nos modelos de produção em massa, apoiados em preceitos do taylorismo e fordismo, bem como na produção flexível e imaterialidade, influenciam diferentes percepções e valorizações do trabalho. Abordam-se algumas peculiaridades do contexto brasileiro, já que os modelos expostos foram originalmente desenvolvidos por países capitalistas centrais, algo que não contempla integralmente a realidade de trabalho no país, marcado pela desindustrialização e crescente aumento do setor de serviços. Por fim, propõe-se uma análise centrada no trabalho como síntese entre as dimensões micro e macrossocial.

1.1 – O trabalho em diferentes concepções

Alguns autores apontam um conjunto de concepções sobre o trabalho ao longo do tempo, tendo em consideração que a evolução do conceito relaciona-se a alterações nos contextos social, cultural e econômico (ANTHONY, 1977; BENDASSOLLI, 2007; BORGES; YAMAMOTO, 2014). Neste sentido, são abordadas as concepções predominantes na Antiguidade Clássica, Idade Média e Renascimento, passando pelas alterações em seus significados decorrentes da Reforma Protestante e ascensão do capitalismo. Em sequência, é abordada a concepção gerencialista, pautada nos marcos da sociedade de bem-estar, assim como as concepções do trabalho conhecidas como “ética do lazer” e “laços sociais”.

Em períodos como a Antiguidade Clássica, a percepção de trabalho envolvia um conceito restrito, em que as rotinas laborais, marcadas essencialmente por atividades

braçais, eram relegadas aos escravos, servos ou camponeses, sendo vistas predominantemente como algo negativo, sem associação a valores ou atitudes morais. Para os gregos antigos, o trabalho era predominantemente visto como algo que brutalizava o homem e o distanciava da prática de atividades superiores, como a política e a filosofia. Segundo Aristóteles, o trabalho não era considerado um valor em si mesmo, mas um meio para se atingir determinado fim, sendo, portanto, um obstáculo ao desenvolvimento da virtude. A ideia era que o trabalho manual estava relacionado à criação de laços de dependência entre os envolvidos em sua atividade, degradando a liberdade (BENDASSOLLI, 2007). Anthony (1977) salienta, contudo, que o trabalho não era completamente desprezado entre os gregos, constituindo-se como parte de um sistema natural ditado pela necessidade, podendo contribuir para o uso, a beleza e a felicidade, mas que estaria sempre subordinado a esses fins. Portanto, deveria ser evitado o máximo possível, já que seu excesso tolheria a liberdade humana em uma relação de troca pecuniária.

Pode-se dizer que a restrição dos antigos em relação ao trabalho se referia à sua realização como um fim em si mesmo, de modo que o ser humano não poderia resumir sua vida a ele, a uma atividade realizada com vistas à sobrevivência. Neste sentido, reconheciam a sua não-centralidade, sendo o trabalho desprovido de um sentido ontológico. Não é possível, portanto, que se atribuísse ao trabalho naquela época um papel de transformação e estruturação nas relações sociais (BENDASSOLLI, 2007). Ou seja, o trabalho na sociedade grega não tinha lugar na produção de uma subjetividade, até mesmo porque, diferente do observado na sociedade industrial, não era visto como um eixo condutor de uma práxis de transformação social. A práxis da transformação, entre os gregos, residia na ação política discursiva, sendo o trabalho relegado ao lugar do não reconhecimento, da não identidade. Não era por meio dele que as pessoas identificavam seu pertencimento à sociedade (SANSON, 2012).

No decorrer da Idade Média, a Igreja desenvolve uma nova doutrina, em que o trabalhador e o trabalho são valorizados em comparação com a posição a eles conferida por Aristóteles e Platão, ainda que sejam submetidos a alguns limites relacionados a finalidades superiores, ligados às necessidades e imperativos do espírito. São Tomás de Aquino contribuiu para o rompimento da ideia greco-romana de que há uma distinção entre trabalho manual e liberal/intelectual, este último, dignificante. Todas as formas de trabalho são abertas às vias da virtude, independentemente de sua natureza manual ou

intelectual. Aquino, seguidor de Aristóteles, concebeu a sociedade como troca mútua de serviços em benefício de uma boa vida, em que cada chamado, cada profissão, teria sua contribuição para o benefício do bem comum. O trabalho é, então, reconhecido em sua dimensão de utilidade, mas é preciso ter em conta a sua perspectiva de suficiência: trabalhar apenas o necessário e não perder de vista os valores que conduzem à graça de Deus. Mesmo não sendo um valor em si mesmo, o trabalho possibilita o acesso à felicidade e à salvação (BENDASSOLLI, 2007).

O trabalho não era visto como algo nobre, recompensador ou satisfatório, contudo, sua infinitude e tédio eram espiritualmente valiosos, pois contribuía para a resignação cristã. Assim como na Antiguidade greco-romana, não constituía um tema especial, era apenas parte da estrutura social geral e espiritual (ANTHONY, 1977). O trabalho passa a ser levado a sério a partir do desenvolvimento do comércio e, conforme salienta Le Goff (1980), o crescimento das cidades e do comércio levou a uma pressão para que o seu caráter punitivo fosse revisto. Os últimos movimentos monásticos buscaram inverter a tradição do trabalho, do sentido de uma penitência, para um sentido positivo, voltado ao alcance da salvação. Na prática, isso implicou, segundo Bendassolli (2007), na santificação do trabalhador, em vez da ênfase do trabalho santo, voltado para a penitência.

Durante o Renascimento, percebe-se a evolução de outro conceito do trabalho. A análise de C. Wright Mills (1969) acerca do ideal do ofício do artesão indica algumas características de seu trabalho, ressaltando que alguns homens daquela época o viam como um estímulo e não como um obstáculo ao desenvolvimento do indivíduo. A partir de sua própria atividade, o homem poderia realizar qualquer coisa, por meio de seu trabalho, o homem tornou-se criador. Na visão renascentista, centrada no artesanato, nas operações manuais e mentais, o trabalho é algo intrinsecamente significativo. O artesão vê as razões para o trabalho na atividade em si e não em qualquer domínio ou consequência ulterior, “nenhuma renda, nenhum meio de salvação, nenhum status, nem poder sobre outras pessoas, mas os processos técnicos em si mesmos é que são significantes” (MILLS, 1969, p. 219).

Mills (1969) ressalta que o artesão tem em mente a imagem do produto finalizado e, mesmo que não realize todas as etapas de sua construção, consegue visualizar sua contribuição no produto final, percebendo o resultado de seu esforço. O trabalhador possui uma esfera de ação racional e independente, sendo responsável pelo resultado de seu trabalho, resolvendo problemas e dificuldades envolvidos em sua realização. Com

isso, o trabalho do artesão se torna um meio para o aprimoramento de suas habilidades e desenvolvimento pessoal. Não que o autodesenvolvimento seja um objetivo ulterior, mas é o resultado cumulativo obtido pela devoção e prática de suas habilidades. Através do trabalho, ele desenvolve sua própria natureza e se revela ao mundo.

O trabalho do artesão é marcado também pela não distinção entre tempos na atividade e no lazer, pois, como salienta Mills (1969, p. 222), “seu trabalho é um poema em ação”, ou seja, ele se expressa ao mesmo tempo e no mesmo ato em que cria valor. O artesão trabalha e se diverte no mesmo ato, traz para momentos de folga os valores e as qualidades desenvolvidos e empregados em seu tempo de trabalho, assim como insere na atividade aquelas sensibilidades que não ganharia em períodos de tensão elevada e sustentada, necessários para um trabalho sólido². Como acrescenta Bendassolli (2007), a percepção do trabalho no período Renascentista, ao atribuir-lhe uma forma de expressão e de realização da essência do ser humano por meio das obras, contribuiu, em partes, para a determinação do valor e sentido central do trabalho na modernidade ocidental.

Algumas mudanças na valorização do trabalho foram reflexo dos reformadores protestantes e puritanos, que realizaram uma revolução no campo religioso com consequências que atingiram diretamente o papel atribuído ao trabalho, de modo que este começa a ter algum reconhecimento social, passando a ser portador de um sentido para a sociedade. Através da Reforma Protestante, o trabalho passa a assumir um *status* de importância, contribuindo decisivamente para uma subjetividade manifesta no trabalho, que o tem como fonte de reconhecimento. Como consequência da Reforma, houve uma fusão entre o homem moral (religioso) e o homem econômico, até então antagônicos no mundo antigo, medieval e renascentista, constituindo as bases filosóficas e ideológicas da sociedade industrial (BENDASSOLLI, 2007). O trabalho, em decorrência disso, deixa de ser um meio de satisfação das necessidades para se tornar um objetivo autônomo, a principal maneira de servir a Deus, enquanto o ócio deve ser combatido.

² Faz-se importante esclarecer que Mills (1969) não queria dizer que houve uma comunidade em que o trabalho carregasse todo esse significado. O próprio autor ressalta que lhe falta suficiente conhecimento psicológico das populações medievais para tal afirmação. Reconhece que o modelo de artesanato se tornou um anacronismo, mas salienta a importância de se tê-lo em mente como um ideal explícito a partir do qual se podem resumir as condições de trabalho e o significado pessoal que o trabalho tem nos mundos modernos.

Em *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*, Max Weber (2004) busca identificar como as ideias difundidas por meio da Reforma contribuíram para a expansão do espírito do capitalismo no século XVII, propondo-se a examinar “afinidades eletivas entre certas formas de fé religiosa e certas formas da ética profissional” (p.83), algo que culminou na ascensão do trabalho a uma categoria de valor na sociedade. Os valores religiosos da doutrina protestante levaram a uma organização sistematizada da conduta de vida em torno de princípios éticos, pautada na valorização do trabalho e busca da riqueza. A ascese protestante contribuiu para que o trabalho como vocação profissional fosse ressaltado como o meio mais profícuo de se atingir a graça divina, tendo produzido o estímulo psicológico para a valorização do trabalho leal.

O ascetismo puritano migrou para uma ética secular, em que a profissão e o núcleo mais íntimo da personalidade, a partir da noção de vocação, fundiram-se em uma mesma realidade (BENDASSOLLI, 2007). Os puritanos encontravam no trabalho o meio para se atingir a disciplina social e a moralidade. A pobreza era vista como sinal de fraqueza, enquanto a riqueza estava associada à ideia de força. Se por um lado Lutero afirmava que a inserção em determinados estamentos e profissões era obra da vontade divina, de modo que permanecer nessa posição social se tornava uma obrigação, por outro, a doutrina puritana valorizava a oportunidade de lucro e a ênfase no caráter metódico e racional da profissão. Nesta concepção, caso Deus indicasse à pessoa um caminho para a obtenção de lucros, em que ela pudesse ganhar mais, dentro dos limites da lei, e ela escolhesse outro em que pudesse ganhar menos, estaria se “recusando a ser o administrador de Deus e a receber seus dons” (WEBER, 2004, p. 148). Quando se servia a Deus era permitido trabalhar para ficar rico, de modo que “a potência da concepção puritana de vida [...] fez a cama para o ‘*homo oeconomicus*’ moderno” (p. 158). A utilidade das profissões aos olhos de Deus se baseava em princípios morais, na relevância coletiva dos bens por ela produzidos e, o mais importante, em sua capacidade de gerar lucro.

Tem-se, portanto, uma ética do trabalho profissional racional em que este é um meio para conferir dignidade a uma pessoa, devendo ser o objetivo de todos. Aquele que não trabalha não é útil para a sociedade. Através do trabalho árduo os indivíduos podem superar todos os obstáculos e traçar seu próprio caminho no mundo, de modo que o sucesso estava intimamente ligado aos esforços e à riqueza material (BÜCHHOLZ, 1977). Nesta perspectiva, o trabalho assume a posição de uma vocação em que o

indivíduo desenvolve uma conduta racional, estando ligado à burocratização e especialização (ALMEIDA, 2014).

O ascetismo puritano propiciou, como salienta Bendassolli (2007), incentivos ao trabalho, estabeleceu a necessidade de disciplina no uso dos prazeres e do tempo, a punição da ociosidade e o treino sobre a contribuição para com a comunidade por meio da vocação, contribuindo para moldar os trabalhadores que se faziam cada vez mais necessários à industrialização. Com isso, desenvolveram-se incentivos psicológicos ao engajamento no trabalho, bem como a redescritção do seu valor na modernidade, possibilitando uma identidade por meio do trabalho. A partir do pensamento puritano, o trabalho passa a ocupar uma posição de centralidade, não havendo limites para sua realização (como o equilíbrio pregado no Renascimento). Há uma compulsão em trabalhar já que o ócio carrega consigo o fardo da culpa. A ética protestante ajudou a moldar, através do senso de disciplina e método, a ética do capitalismo, que fora transformada na modernidade no conceito secular de profissão.

As tendências do protestantismo ascético, como o calvinismo, o pietismo, o metodismo e as seitas batistas, complementaram a formulação desta ética do trabalho. Todas o exaltaram para a glorificação de Deus, e, ao mesmo tempo em que reprovaram manifestações de comportamento irracional, incentivaram a poupança, bem como o trabalho sistemático e metódico (BORGES; YAMAMOTO, 2014). O trabalho passa, então, de uma posição de desprestígio a um lugar de centralidade, um caminho para uma vida virtuosa e dotada de significado. O lucro deixa de ser visto como um pecado, ao passo que a vida de labuta e enriquecimento são indicativos de um sinal de graça divina, o que contribui para criação da base moral que sustenta o trabalho como um valor, algo que se reforça no capitalismo (OLIVEIRA; PICCININI, 2011).

Na concepção de trabalho pautada pela ética protestante, a sua glorificação fora estruturada através de um caráter ideológico. Já na concepção adotada por Marx, o trabalho é uma categoria social estruturante no sentido de que produz a própria condição humana, sendo a expressão do ser. As atividades dos seres humanos se diferenciam das atividades dos demais por meio do trabalho, já que eles se apropriam do metabolismo com a natureza para a satisfação de suas necessidades (IAMAMOTO, 2006). Conforme esclarece Anthony (1977), a natureza dos indivíduos depende das condições materiais que determinam sua produção. Assim, tanto produção quanto troca determinam seu comportamento, sendo ilusório pensar que seus pensamentos possuem independência em

relação às suas condições materiais de vida. A moralidade, a religião e as ideias não possuem história ou desenvolvimento, mas os homens “desenvolvendo sua produção material e as relações materiais transformam, com a realidade que lhes é própria, seu pensamento e também os produtos de seu pensamento” (MARX; ENGELS, 2002, p. 19–20).

Além disso, o trabalho representa um eixo da história da humanidade, já que caracteriza cada um de seus estágios em termos das características do modo de produção prevalentes (BORGES; YAMAMOTO, 2014), ou, nas palavras de Marx e Engels (2002), o estado social é determinado pela massa das forças produtivas acessíveis aos homens. Os meios de trabalho são distintos conforme a época econômica, portanto, não o que se faz, mas como se faz, que as distingue. A dimensão do ser social é dada pelo trabalho, que somente é possível enquanto atividade coletiva. O “ato individual do trabalho é essencialmente histórico-social”, já que este somente pode ser realizado por meio do consumo de instrumentos e conhecimentos transmitidos por gerações prévias, um conjunto de resultados “que trazem em si a condensação do trabalho corporificado já realizado ou trabalho passado, atestando o *caráter social do trabalho*” (YAMAMOTO, 2006, p. 43 grifo no original).

Marx contribuiu fortemente para a construção do trabalho como conhecemos no ocidente, tendo definido o indivíduo como um sujeito do trabalho, ou seja, indivíduos que trabalham e que possuem o sentido de sua existência extraído, majoritariamente, desta atividade (BENDASSOLLI, 2007). Contudo, o trabalho realizado nos moldes capitalistas é permeado por uma desumanização, sendo que, nas palavras de Marx (2004) “não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria” (p. 80). O trabalhador, quanto mais produz riqueza e quanto maior a sua produção em termos de poder e extensão, mais pobre fica. O produto do trabalho se torna externo ao trabalhador, passando a ser um objeto estranho e, quanto mais se desgasta com o trabalho, mais pobre se torna em seu mundo interior e menos pertence a si mesmo. “O trabalhador encerra a sua vida no objeto; mas agora ela não pertence mais a ele, mas sim ao objeto. Por consequência, quão maior essa atividade, tanto mais sem-objeto é o trabalhador” (MARX, 2004, p. 81). E, sendo o produto de seu trabalho algo externo ao trabalhador, ele se torna estranho. Este estranhamento implica, ainda segundo Marx, em que quanto mais o trabalhador produza, menos tenha para consumir, “quanto mais valores cria, mais sem-valor e indigno se torna; quanto mais bem formado seu produto, mais deformado ele fica;

[...] quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente o trabalhador se torna” (p. 82), ficando cada vez mais com o espírito empobrecido.

Além disso, Marx salienta que a passagem do modo de produção pautado na manufatura para o modo de produção capitalista implicou em uma extensa divisão de trabalho. Em contraposição a Adam Smith, que via a divisão do trabalho como um meio para condução à abundância e riqueza, Marx propunha que o parcelamento das tarefas tinha como consequência a pauperização das massas e a acumulação restrita do capital nas mãos de poucos (BORGES; YAMAMOTO, 2014). Neste sentido, a teoria marxista afirma que por meio da divisão do trabalho “torna-se possível, ou melhor, acontece efetivamente que a atividade intelectual e a atividade material - o gozo e o trabalho, a produção e o consumo- acabam sendo destinados a indivíduos diferentes” (MARX; ENGELS, 2002, p. 27).

Com a divisão social do trabalho, o indivíduo se torna excluído da riqueza objetiva, sendo dotado somente de sua capacidade de trabalho. Esta, porém, não passa de um potencial que somente pode se realizar no mercado de trabalho quando demandado pelos proprietários do capital. Portanto, para que possa obter os meios de vida necessários à sua subsistência, ele se torna dependente de um conjunto de mediações sociais que perpassam o intercâmbio de mercadorias, cujo controle lhe é completamente ausente (IAMAMOTO, 2006). O trabalhador vende “um determinado tempo de vida”, que, tão logo seja absorvido pelo capital, “se converte em *atividade produtiva* – o trabalho -, *manifestação da existência vital do trabalhador*, orientada para um determinado fim, o que só ocorre no processo produtivo” (p. 69, grifo no original).

Para Marx o trabalho deveria ser um elemento de humanização e afirmação do eu, um meio para garantir ao ser humano a satisfação de suas necessidades. Contudo, no modo capitalista de produção, assume a forma de mercadoria, reunindo características de um trabalho alienante, de caráter explorador, monótono e embrutecedor, que inibe o desenvolvimento das habilidades do trabalhador por meio da divisão e repetição mecânica das tarefas (BORGES; YAMAMOTO, 2014). Um trabalho que, como aponta Büchholz (1977), beneficia os capitalistas, detentores dos meios de produção, e não os próprios trabalhadores. Hopenhayn (2001) reitera que a divisão do trabalho, tão marcante na Revolução Industrial, fez com que o ser humano se alienasse na medida em que sua atividade se reduzia a uma função atomizada e quanto mais desprovido se encontrava dos meios e frutos de seu trabalho. Segundo o autor, “Marx via a alienação como condição na

qual o sujeito não se reconhece em seu meio e se vê privado do desdobramento de suas potencialidades (ou de realização de sua liberdade). Dessa forma, o trabalho no capitalismo industrial assumia a forma de trabalho alienado” (HOPENHAYN, 2001, p. 133). Ao ter sua experiência com o trabalho desumanizada, em que percebe um produto de trabalho extrínseco a ele, o indivíduo tem bloqueada qualquer possibilidade de subjetivação.

A venda da força de trabalho ocorre em uma troca mercantil simples, em que o tempo de trabalho socialmente necessário à sua reprodução assume a forma de salário. Nesta mediação, o acesso a fruições superiores, como arte, ciência e cultura, é definido quantitativamente, conforme o limite do seu valor de troca. O fato da compra dos meios necessários para subsistência do indivíduo depender da venda de sua força de trabalho, manifestação de sua existência, impregna sua subjetividade e sua visão de trabalho (IAMAMOTO, 2006). Contudo, conforme salienta Bendassolli (2007), só se pode falar de uma alienação do trabalho devido à sua elevação a uma categoria ontológica-chave.

Émile Durkheim também contribuiu para a valorização do trabalho como um elemento central nas sociedades industrializadas. Diferente de Marx, que relacionava a divisão do trabalho com a alienação e a exploração, Durkheim (1999) postulava que a especialização das tarefas e a consequente divisão social do trabalho que dela se originaram no decorrer da industrialização, desde que ocorressem de forma natural, seriam fonte de solidariedade, e, portanto, necessárias à integração do corpo social. Isso porque “grandes sociedades políticas também só se podem manter em equilíbrio graças a especialização das tarefas; que a divisão do trabalho é a fonte, se não única, pelo menos principal da solidariedade social” (p. 29). O autor tem como inspiração a proposta de Comte de que a divisão do trabalho teria um papel que extrapola a esfera econômica, sendo condição primordial da vida social. Esta repartição contínua do trabalho humano seria causa da extensão e complicação do organismo social.

Durkheim (1999) distingue duas formas de solidariedade, a mecânica, presente em sociedades menos desenvolvidas, na qual os valores que asseguram a coesão social são compartilhados por todos, de modo que a consciência individual depende da coletividade, e a solidariedade orgânica, marcada pela prevalência de valores individuais, estando relacionada à divisão do trabalho. Esta solidariedade produzida pela divisão do trabalho pressupõe a diferenciação entre os indivíduos, já que somente se torna possível na medida em que cada um tenha uma esfera de ação própria. “Cada um depende tanto

mais estreitamente da sociedade quanto mais dividido for o trabalho nela e, de outro, a atividade de cada um é tanto mais pessoal quanto mais for especializada” (p. 108). Quanto maior a individualização e especialização das partes, maior a coesão e a integração.

Ao comentar a obra de Durkheim, Ricardo Musse ressalta que divisão do trabalho social “possibilita ao mesmo tempo desenvolver a especialização, a diferenciação social, e criar, por meio da interdependência das funções partilhadas, um novo consenso que permite manter, sem o auxílio das similitudes, a integração social” (DURKHEIM, 2011). Os laços de solidariedade orgânica seriam responsáveis por assegurar a participação dos indivíduos na sociedade por meio da aprendizagem de ofícios e profissões, que, além de garantir esta integração, permitiriam a emergência de uma identidade profissional e social, fomentando a sensação de pertencimento e utilidade (VARGAS, 2016). Neste sentido, seriam responsáveis por regular e coordenar as relações sociais, garantindo a manutenção dos laços sociais que se originam na consciência coletiva (ALMEIDA, 2014). Desta maneira, a existência do ser social depende de sua inserção na coletividade, o que, para Durkheim, é resultado do lugar que ele ocupa na divisão do trabalho social (CASTEL, 2003).

É importante distinguir, contudo, aquilo que se pode chamar de desenvolvimento “natural” da divisão do trabalho, que seria responsável pela produção da solidariedade social, de suas formas não naturais ou patológicas, a divisão forçada do trabalho e a anomia. A divisão do trabalho é forçada quando não corresponde às diferenças entre talentos, capacidades e habilidades, sendo resultado de restrições (ANTHONY, 1977). A divisão do trabalho produzirá solidariedade quando for espontânea. Para tal, é preciso que “a tarefa desempenhada seja conveniente ao indivíduo, correspondendo aos seus talentos naturais. Mas o trabalho só se divide espontaneamente se a sociedade for constituída de maneira que as desigualdades sociais exprimam exatamente as desigualdades naturais” (DURKHEIM, 1999, p. 398), já que o mal estar ocorre quando as aspirações individuais são contrariadas. Essas contrariedades dariam origem a sofrimentos que atenuam a consciência coletiva, o que causa o enfraquecimento da organização social.

A outra forma não natural de divisão do trabalho, a anomia, é marcada pelo fato de que o indivíduo se isola em sua tarefa, deixando de perceber a contribuição dos outros trabalhadores que partilham da mesma obra, perdendo completamente a noção de completude desta obra comum. O indivíduo é colocado em uma posição de estreita dependência da massa, mas ao mesmo tempo é naturalmente desviado dela em

decorrência do desenvolvimento da tarefa na qual se especializou, de modo que percebe vagamente a sua relação com o interesse público. Neste sentido, “a divisão do trabalho não poderia, pois, ser levada demasiado longe sem se tomar uma fonte de desintegração” (DURKHEIM, 1999, p. 372). Para que isso não ocorra, segundo o autor, é preciso que o indivíduo perceba que suas ações possuem uma finalidade fora de si mesmas e que esta tarefa, por mais uniforme e simples que seja, é uma atividade desempenhada por um ser inteligente.

Borges e Yamamoto (2014) ressaltam que a transformação da concepção do trabalho nos moldes capitalistas foi marcada por diversas crises e tentativas de superação. Fatores como a industrialização, a mecanização, a crescente divisão do trabalho por meio da especialização de tarefas, a produção em massa, bem como os movimentos organizados de sindicalização dos trabalhadores em resposta à deterioração das condições de trabalho e complexas relações no espaço da fábrica, trouxeram à tona a necessidade de se promover uma socialização do *ethos* do capitalismo, possibilitando que os trabalhadores internalizassem a nova etiqueta de produção industrial (BENDASSOLLI, 2007). Era preciso transformar o trabalho, de modo que fosse possível justificar as razões para sua realização nos novos moldes das condições industriais, ao mesmo tempo em que fosse gerada obediência por parte dos trabalhadores (ANTHONY, 1977).

Neste contexto, uma série de fatos socioeconômicos e políticos favoreceu o desenvolvimento de uma administração científica, com foco na gerência profissionalizada do trabalho. Este modelo de administração do trabalho, bem como as mudanças no modo de produção a ele relacionadas, será debatido na seção 1.2. Cabe aqui salientar que, apesar de sua pretensa visão integrativa, foi fundamentado em métodos que acabaram por intensificar o parcelamento das tarefas, a exploração do trabalhador, bem como a cisão entre atividades manuais e intelectuais, entre concepção e execução do trabalho. Ademais, a administração científica reduziu os requisitos de qualificação, assim como vinculou o comportamento de motivação exclusivamente à remuneração do trabalho. As alterações causadas pela adoção da administração técnico-científica do trabalho, tanto aquelas oriundas do taylorismo quanto aquelas implantadas pelo fordismo, efetivaram a secularização da concepção de trabalho (BORGES; YAMAMOTO, 2014).

Para que se possa abordar a próxima concepção do trabalho, faz-se importante salientar alguns fatos históricos que a antecedem e com ela se relacionam, como os efeitos de acontecimentos que marcaram a primeira metade do século XX, dentre eles, a ascensão

do nazismo, a Segunda Guerra Mundial e a Grande Depressão. Estes eventos históricos tiveram significativo impacto no mundo do trabalho. Tais fatos levaram, segundo Borges e Yamamoto (2014), a um cenário de comoção social que demandava a retomada do progresso, implicando em novas proposições nos campos gerencial e socioeconômico. Neste sentido, merece destaque o keynesianismo, que surgiu em oposição às ideias liberais que dominavam o mundo capitalista até aquele momento. Keynes considerava o liberalismo incompatível com a manutenção do pleno emprego e da estabilidade econômica. Portanto, incentivava a regulação do mercado pelo Estado, de modo a abranger um programa de pleno emprego e incentivo ao consumo.

A abordagem keynesiana tem como um de seus pontos centrais a noção de um ciclo virtuoso, que entende que o consumo gera demanda de produtos, o que implica na geração de empregos, e, por conseguinte, provoca a sustentação ou aumento dos níveis de consumo. Para manutenção deste ciclo é preciso haver aumento na produtividade do trabalho e recorre-se à aplicação do taylorismo-fordismo, ainda que recuperado dentro de novos marcos socioeconômicos (BORGES; YAMAMOTO, 2014). A junção das ideias do fordismo e keynesianismo, associadas ao movimento operário em ascensão, fundamentaram o Estado de bem-estar social (SANSON, 2009), tendo como base um “conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico” que pode, por essa razão, ser denominado “fordista-keynesiano” (HARVEY, 2008, p. 119).

Segundo Borges e Yamamoto (2014), as alterações implementadas com vistas à regulamentação econômica e intervenção estatal provocaram mudanças nas relações de trabalho. Deste modo, passou-se a um modelo apoiado na organização de trabalho sustentada pelo taylorismo-fordismo e regulação de conflitos com elevada institucionalização, em que se buscavam a elevação das remunerações e o pleno emprego, regido por contrato de tempo completo, estável, baseado em incentivos econômicos e convenções coletivas de trabalho. Além disso, essas mudanças implicaram a aceitação de um modelo de vida estadunidense, em que a felicidade estava relacionada ao consumismo. Neste contexto, tem-se a concepção de trabalho denominada como gerencialista, pautada nos marcos da sociedade de bem-estar, marcada pela vinculação entre os resultados do trabalho e o consumo, com foco na estabilidade e concessão de benefícios sociais, ao mesmo tempo em que se aprofunda a divisão parcelada do trabalho com a mecanização.

Ainda conforme Borges e Yamamoto (2014), este modelo consagrou a administração científica, valorizando o papel da mecanização e das inovações tecnológicas para o aumento da produtividade, porém, com uma novidade: estreitavam-se os laços entre consumo e produtividade, o que representou a ênfase na instrumentalização do trabalho, com busca por salários elevados e consumo, bem como a valorização dos benefícios sociais e da seguridade em troca do empobrecimento do conteúdo do trabalho. Deste modo, mantidas as divergências do taylorismo, “o trabalho representa principalmente instrumentalidade para aqueles que o executam e possibilidade de expressão da personalidade para os que cuidam da sua concepção e gestão” (BORGES; YAMAMOTO, 2014, p. 42). Neste sentido, não se observam alterações na percepção do trabalho como mercadoria, relacionado ao embrutecimento e à alienação e, portanto, mantiveram-se as críticas sociais e o desinteresse do trabalhador pela tarefa.

Em um cenário marcado pelo desfalque produzido pelas guerras em associação com o ideal de pleno emprego, houve queda na disponibilidade de mão-de-obra, o que resultou em maiores desafios para o gerenciamento de pessoas, e implicou, segundo Anthony (1977) em um destaque à posição do gerente de pessoal. Com isso, tem-se uma diferenciação em relação à concepção capitalista tradicional no que diz respeito à relação de poder, que passa das mãos do proprietário para as mãos do gerente que, apesar de pouca ou nenhuma participação na sociedade, possui elevada autoridade e poder na direção da empresa. Com isso, pode-se afirmar que a base do poder se transferia da propriedade para o domínio da técnica e do saber (BORGES; YAMAMOTO, 2014).

O modelo de desenvolvimento do Estado de bem-estar inaugura uma nova visão de progresso associado à ideia de “bem-estar social”, em que se percebe um distanciamento da noção clássica do “sucesso” como consequência do trabalho duro. Como referido anteriormente, permanece o caráter instrumental do trabalho para fins salariais e para acesso às relações interpessoais e de bem-estar. Por conseguinte, salientam-se como principais valores da concepção gerencialista a busca pela satisfação socioeconômica e interpessoal através do trabalho (BORGES; YAMAMOTO, 2014). O gerencialismo é definido pelo desejo de usufruir, pela busca da qualidade de vida e bem-estar, marcando o rompimento com noções ascéticas da concepção capitalista tradicional, de modo que o enfraquecimento da ética protestante e do sentido de trabalho como dever moral por ela proposto, possibilitava o fortalecimento de novas formas de subjetivação, como as embutidas no consumo. O trabalho perdia sua centralidade à medida que emergia

uma nova ética consumista. Não que ele perdesse completamente sua importância, mas a razão de sua valorização ou pela qual se trabalha se altera: em vez de vocação ou dever, trabalha-se pela quantidade de prazer que ele pode oferecer por meio do consumo (BENDASSOLLI, 2007).

Salienta-se que o sucesso do modelo de bem-estar dependia fortemente da intervenção estatal na economia e, devido à incapacidade do Estado para atender à crescente demanda por sua participação de modo a viabilizar a produtividade em um contexto de crise, dentre outros fatores, o modelo definiu. Segundo Anderson (1995), o fracasso do Estado de bem-estar social foi claramente percebido na segunda metade da década de 1970, marcada pela profunda recessão do mundo capitalista, baixas taxas de crescimento e alto índice inflacionário. Ademais, faz-se importante ressaltar que o modelo de desenvolvimento do Estado de bem-estar não foi aplicado de modo homogêneo em todo o mundo, sendo condicionado à história e peculiaridades dos países. No Brasil, por exemplo, sua absorção foi intermediada pelo capitalismo tardio, bem como pelas desigualdades entre regiões e setores econômicos, como o agrícola e informal, que ficaram distantes desse modelo, que não foi aceito de modo unânime por toda a sociedade (BORGES; YAMAMOTO, 2014).

Por fim, são abordadas as concepções do trabalho como “ética do lazer” (BÜCHHOLZ, 1977) e “laços sociais” (TONI, 2003). Ambas compartilham a crítica sobre o esvaziamento do sentido de trabalho ocasionado pelo modo de organização do trabalho nos modelos taylorista e fordista, bem como reconhecem as profundas alterações pelas quais passou o mundo do trabalho e que afetaram a tecnologia utilizada, o modo de produção, bem como o lugar social da atividade industrial, assim como das profissões e ocupações tradicionais (BORGES; YAMAMOTO, 2014).

A concepção do trabalho como ética do lazer afirma a impossibilidade de superação da alienação no trabalho. Preconiza que o afastamento entre o indivíduo e o resultado de seu trabalho impossibilita que ele se reconheça como membro do coletivo e o impede de ser sujeito no exercício do poder (GORZ, 1982). Mills (1969) afirma que esta alienação no trabalho significa que as horas em que o sujeito está mais alerta, aquelas que deveriam ser as melhores horas do dia, são sacrificadas para realização de um trabalho que não tem significado algum, que não a obtenção de dinheiro para que se possa viver, o que afeta as experiências de significado do trabalho.

As alterações no modo de produção implicam na diminuição dos trabalhadores em ocupações organizadas, levando ao aumento da exclusão social e à emergência do trabalho imaterial. O aumento do número de não trabalhadores bem como das atividades imateriais conduz à redução da importância do trabalho como elemento de construção de identidade (BORGES; YAMAMOTO, 2014). Isso porque, em consequência desse processo, vislumbra-se um futuro constituído por uma sociedade sem trabalho, pautado em uma racionalidade que perde seu caráter instrumental, vinculado a valores econômicos, e volta-se para o resgate de valores éticos e humanitários. Propõe-se a redução das jornadas de trabalho, de modo que este possa ser distribuído entre mais pessoas, bem como que ocorra o aumento do tempo livre para desenvolvimento de outros modos de sociabilidade, que seriam os elementos centrais na construção de identidade.

O trabalho é separado de outras esferas da vida e, ainda que a maior parte dos homens e mulheres tenha que trabalhar, o trabalho se torna, nas palavras de Mills (1969), “um meio insatisfatório para fins ulteriores, situados em algum lugar na esfera do lazer” (p. 237). De modo que a

[...] cada dia o homem vende pequenos pedaços de si mesmo a fim de tentar comprá-los de volta à noite e aos fins de semanas com a moeda da ‘diversão’. Com entretenimento, com amor, com filmes, com intimidade, eles se tornam um todo novamente, e agora são homens diferentes. Assim, o ciclo do trabalho e do lazer dá origem a duas imagens de *self* bastante diferentes: a imagem cotidiana, baseada no trabalho, e a imagem do fim-de-semana, baseada no lazer (MILLS, 1969, p. 237).

Nesta concepção, o trabalho não tem significado em si mesmo. Ainda que tenha lugar na garantia das necessidades humanas para produzir bens e serviços, é um meio para que se possa ganhar dinheiro e garantir acesso ao lazer, esfera em que a realização humana se torna possível, pois permite o encontro do prazer na realização de atividades de interesse pessoal, que possibilitem envolvimento, criatividade e escolha quanto ao uso do tempo (BÜCHHOLZ, 1977).

A concepção designada como do laço social (BORGES; YAMAMOTO, 2014) aponta que mesmo em um cenário marcado pela queda do emprego assalariado, não se pode falar na perda do valor social do trabalho, que segue marcado por uma centralidade expressiva. As transformações ocorridas no trabalho são analisadas com relação aos seus efeitos nas relações de trabalho e na organização social (TONI, 2003). Partindo do argumento de que este ainda se constitui como um elemento de estruturação e integração

social, propõem-se reflexões sobre os processos relacionados à precarização do trabalho, individualização das relações de trabalho, vulnerabilidades, fragmentação e conexão social.

Dentre as transformações ocorridas no contexto do trabalho, salientam-se aquelas relacionadas à reestruturação capitalista e emergência da economia do imaterial, característica da sociedade pós-industrial. Conforme enfatiza Sanson (2009), ativos imateriais, como conhecimentos, ideias, conceitos e relacionamentos entre as pessoas são cada vez mais entendidos como os verdadeiros itens de valor em uma economia marcada pela eliminação de postos de trabalho e se tornam preponderantes no processo produtivo. Tal reestruturação é acompanhada por uma crise nos conceitos de valor, trabalho e capital. As empresas são tendencialmente constituídas em torno de bens e serviços de caráter imaterial, ligados à informação e à comunicação. Neste novo cenário, exigem-se trabalhadores polivalentes, integrados, flexíveis, com capacidade de trabalhar em múltiplas tarefas, com foco na organização em equipes marcadas pela corresponsabilidade, constituindo uma “sociedade do conhecimento” (ANTUNES; POCHMANN, 2007, p. 199).

Embora esse processo carregasse consigo um potencial para diversificação das atividades, realização de um trabalho apoiado em um sentido de contribuição social e que, por conseguinte superasse a alienação e o esvaziamento do conteúdo do trabalho, a realidade mostrou um contexto de proletarização do trabalho imaterial, cognitivo e/ou intelectual (BORGES; YAMAMOTO, 2014). Ainda segundo os autores, o tempo de trabalho liberado devido à adoção de novas tecnologias e métodos de trabalho, em vez de propiciar a emancipação dos trabalhadores, foi ocupado por novas demandas ou pela precariedade e desemprego, conforme se localizavam no núcleo ou periferia socioeconômica, respectivamente.

Manuel Castells propõe uma análise destas tendências contraditórias, situadas na transição do “industrialismo” para o “informacionalismo”, marcadas pela chamada Revolução da Tecnologia da Informação, partindo de elementos comuns na evolução da estrutura do emprego. O novo modelo de produção equivale a uma “integração simultânea do processo de trabalho e à desintegração da força de trabalho” (CASTELLS, 2011, p. 304) e tem como elemento chave a flexibilização. Deste modo, abrange perfis profissionais diversos, em que se observa a convivência entre trabalho assalariado, autônomo e situações profissionais mistas, em um processo de transição histórica

caracterizado pela deterioração do trabalho e de vida para uma parcela significativa dos trabalhadores.

Segundo o autor, estas transformações acarretam a desagregação do trabalho e a perda da identidade coletiva dos trabalhadores, que se dissolve em uma variação infinita de existências individuais, gerando uma individualização do trabalhador no processo de trabalho. Percebe-se que a “mão-de-obra está desagregada em seu desempenho, fragmentada em sua organização, diversificada em sua existência, dividida em sua ação coletiva” (CASTELLS, 2011, p. 570–571). Além disso, as mudanças levaram a uma dualização das sociedades, que estariam ficando cada vez mais polarizadas, “com uma grande camada superior e também uma grande camada inferior, crescendo em ambas as extremidades da estrutura ocupacional, portanto encolhendo ao meio, em ritmo e proporção que dependem da posição de cada país na divisão do trabalho e de seu clima político” (CASTELLS, 2011, p. 351).

Contudo, na visão do autor, ainda que o trabalho permaneça como um elemento central no processo de realização de valor, tem-se um quadro marcado pela diferenciação do trabalho, segmentação e vulnerabilidade dos trabalhadores em relação às empresas, contratados em uma rede flexível e com desfechos desconhecidos até mesmo pela própria rede (CASTELLS, 2011).

Robert Castel partilha a concepção do trabalho como um apoio privilegiado de inserção na estrutura social e salienta que o lugar ocupado pelo indivíduo na divisão social do trabalho está correlacionado com sua participação nas redes de sociabilidade e nos sistemas de proteção diante dos riscos da existência (CASTEL, 1997). Neste sentido, afirma que associação entre trabalho estável e inserção relacional sólida caracteriza uma zona de integração, ao passo que a ausência de participação em qualquer atividade produtiva e o isolamento relacional combinam seus efeitos negativos para produzir um estado que denomina de “desfiliação”, termo que sinaliza um percurso de desqualificação ou invalidação social, e não uma ruptura. Ademais, aponta que a modernização levaria a três manifestações principais: o desemprego, a precarização do trabalho e a individualização dos comportamentos de trabalho. O autor sustenta a centralidade do trabalho e acredita que ele permanece como um elemento dominante não apenas na esfera econômica, mas também nos âmbitos psicológico, cultural e simbólico, fato que se comprova pelas reações daqueles que não o têm.

Partilhando desta concepção de trabalho, Ricardo Antunes adverte que na sociedade contemporânea, marcada pelo ideário da empresa moderna, quanto mais se incorpora a chamada gestão do conhecimento, mais intensa se torna a degradação do trabalho. Assinala que isso ocorre porque a gestão do conhecimento se conforma na pragmática da empresa enxuta que, para manutenção de sua competitividade, reduz o “trabalho vivo” ao ampliar sua dimensão tecno-científica, o “trabalho morto”. Como resultado, ocorre o aumento da terceirização, precarização do emprego, informalidade e avanço do desemprego estrutural (ANTUNES, 2005), o que se alia ao crescimento do “*não-trabalho*”, do mundo do desemprego.

Para o autor, o desafio é dar sentido ao trabalho, mas também dotar de sentido a vida fora do trabalho. Antunes (2005) se posiciona contrariamente à tese de finitude do trabalho, ressaltando que esta atividade tem sido vital na história da sociedade humana em sua busca pela sobrevivência, conquista da dignidade e felicidade social. Afirma a necessidade de compreensão do que chama de “nova polissemia do trabalho”, um movimento que envolve a demonstração das “complexas relações que emergem do mundo laborativo, em particular, seus elementos de centralidade, seus laços de sociabilidade que emergem no mundo do trabalho, mesmo quando ele é marcado por formas dominantes de estranhamento e alienação” (ANTUNES, 2005, p. 13).

O autor adverte, contudo, que quando a vida se resume exclusivamente ao trabalho, ela se converte, frequentemente, em um esforço penoso, alienante. Deste modo, ainda que se reconheça a necessidade e o potencial emancipador do trabalho humano, faz-se necessário “recusar o trabalho que explora, aliena e infelicita o ser social” (ANTUNES, 2005, p. 14). As mudanças ocorridas no processo de trabalho “não eliminaram os condicionantes básicos desse fenômeno social, o que faz com que as ações desencadeadas no mundo do trabalho, contra as manifestações do estranhamento e das fetichizações, tenham enorme relevância no universo da sociabilidade contemporânea” (ANTUNES, 2009b, p. 214).

1.2 – Transformações no processo de trabalho

Nesta seção são abordadas algumas transformações no processo de trabalho na sociedade industrial, com o intuito de compreender o modo como influenciaram na conformação dos significados e da centralidade que as pessoas atribuem ao trabalho na atualidade.

O início do capitalismo industrial foi marcado por alterações na organização do trabalho. Os sistemas domiciliares em vigor até então favoreciam a imposição do ritmo de trabalho pelos próprios trabalhadores, dificultando a extensão da jornada de trabalho para fins de produção excedente. Conforme salienta Braverman (1980), o trabalhador vende sua força de trabalho, mas retém sua capacidade para o trabalho, de modo que o capitalista, ao comprá-la por um período contratado de tempo, somente obtém vantagem quando consegue reter o trabalhador em seu posto. Assim, com o intuito de aumentar a produção da força de trabalho, o capitalista amplia as jornadas de trabalho e utiliza de instrumentos que propiciam maior produtividade. Contudo, o autor adverte que a potencialidade da força de trabalho carrega consigo alguma indeterminação, já que o capitalista compra algo

[...] infinito em potencial, mas limitado em sua concretização pelo estado subjetivo dos trabalhadores, por sua história passada, por suas condições sociais gerais sob as quais trabalham, assim como pelas condições próprias da empresa e condições técnicas de seu trabalho. O trabalho realmente executado será afetado por esses e muitos outros fatores, inclusive a organização do processo e as formas de supervisão dele, no caso de existirem (BRAVERMAN, 1980, p. 58).

Fez-se necessário, portanto, adotar métodos efetivos de controle sobre a produção, de modo que interessava ao capitalista que o controle do processo de trabalho passasse das mãos do trabalhador para as suas, em uma transição que se mostrou como a “*alienação progressiva dos processos de produção do trabalhador*”, ao passo que para o capitalista se apresentou como o problema de gerência (BRAVERMAN, 1980, p. 59 grifo no original). Esse processo levou à adoção da gerência científica, caracterizada pela implantação do taylorismo, e, mais tarde do fordismo.

O movimento da gerência científica foi iniciado por Taylor nas últimas décadas do século XIX, tendo ganhado força inicialmente nos Estados Unidos e Inglaterra e posteriormente em outros países, como França e Alemanha. Segundo Braverman (1980), as ideias de Taylor levaram o controle a dimensões sem precedentes, já que asseveravam a necessidade da imposição rigorosa, por parte da gerência, da maneira pela qual o trabalho deveria ser executado, desde a atividade mais simples até a mais complexa. A busca não era pela melhor maneira de trabalhar, mas por uma resposta ao problema específico do controle do trabalho alienado.

Braverman (1980) sistematiza três princípios da gerência científica de Taylor: dissociação do processo de trabalho das especialidades dos trabalhadores, que deveria

depender inteiramente das políticas gerenciais; separação entre concepção e execução do trabalho, o que, segundo o autor, implicaria em uma desumanização do processo de trabalho, no qual os trabalhadores ficam reduzidos quase ao nível do trabalho animal; e, por fim, a utilização do monopólio do conhecimento para controlar cada fase do processo de trabalho e seu modo de execução. Deste modo, cabe à gerência o poder de preparar as tarefas e sua execução, definindo não apenas o que fazer, mas como fazer e em que tempo exato. Para o autor, o controle do processo de trabalho pelo capitalista se efetiva por meio da desqualificação da classe operária.

O sistema fordista de produção, que tem sua fundamentação no taylorismo, possibilitou a racionalização do trabalho individual e fomentou a produção em massa, tendo como característica a radicalização da divisão do trabalho (SANSON, 2009) e, por conseguinte, a manutenção do empobrecimento do trabalho. David Harvey chama atenção para aspectos especiais em Ford, como sua visão, o reconhecimento explícito de que a produção de massa implicava no consumo de massa, bem como um novo sistema de reprodução, controle e gerência da força de trabalho, que marcavam um “novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista” (HARVEY, 2008, p. 121), sistema este que perdurou intacto até por volta de 1973.

Dentre a literatura que analisa as alterações sobre o controle do processo de trabalho no capitalismo e seus impactos na vida dos trabalhadores, pode-se ressaltar a obra de Harry Braverman, intitulada *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. O autor analisou as implicações dos mecanismos de controle do processo de trabalho que teriam ocasionado a degradação do trabalho no século XX. Um argumento central em Braverman é o de que a divisão do trabalho, levada a cabo pela administração científica com o objetivo de aumentar a produtividade, conduz ao parcelamento, padronização e separação entre concepção e execução do trabalho, constituindo-se um elemento-chave para a dissociação do trabalhador em relação ao seu trabalho.

Braverman ressalta que a distribuição generalizada do conhecimento acerca do processo produtivo é uma barreira concreta para o pleno funcionamento do modo capitalista de produção. Para este interessa que toda fase do processo de trabalho seja separada do conhecimento e preparo especial, sendo reduzida a um simples trabalho. Deste modo, adverte que a poucas pessoas seria reservado o conhecimento pleno da estrutura de trabalho, o que origina uma estrutura polarizada que rege a divisão do

trabalho capitalista, entre “aqueles cujo tempo é infinitamente valioso e aqueles cujo tempo nada vale” (BRAVERMAN, 1980, p. 80). Esta estrutura cria, a longo prazo, uma massa de trabalho simples, aspecto principal das populações em países capitalistas desenvolvidos.

Ainda que a obra de Braverman tenha tido significativa relevância nos estudos sobre o processo de trabalho, suas propostas não eram aceitas com unanimidade. Invernizzi (2000) chama atenção para o fato de alguns autores salientarem que o controle não se situa apenas no âmbito do processo de trabalho, perpassando relações de classe, bem como é modelado pela resistência dos trabalhadores. Neste sentido, Andrew Friedman (1986) ressalta duas formas de controle, que denomina de “controle direto” e “autonomia responsável”. O primeiro implica na redução da autonomia e responsabilidade dos trabalhadores através da supervisão direta, tratando-os como se fossem máquinas. Assume que os trabalhadores, seja por meio da supervisão direta, ou devido a questões financeiras, renunciam, em alguma medida, ao controle sobre suas atividades. A segunda pressupõe que o controle gerencial possa ser exercido por meio da autonomia responsável, em que os operários possuem responsabilidade, ainda que limitada, sobre a concepção e os processos do trabalho. Em virtude de sua participação, são tratados como se a sua capacidade de trabalho não tivesse sido alienada e levados a acreditar que seus objetivos são os mesmos daqueles colocados pela gerência.

Richard Edwards (1978) destaca que as respostas dos trabalhadores às novas formas de trabalho degradado foram pouco abordadas por Braverman. Afirma que o processo de trabalho se tornou uma “arena de luta de classes” (p. 112) e que, diante da crônica resistência dos trabalhadores aos esforços dos empregadores para compelir a produtividade, os capitalistas, por meio de estratégias que visam ao lucro, buscaram implementar novas formas de controle do trabalho. Neste sentido, tentaram organizar a produção de modo a minimizar as oportunidades dos trabalhadores para a resistência e até mesmo alterar suas percepções quanto ao desejo de oposição, de modo que o trabalho foi organizado para conter o conflito. Ainda segundo Edwards (1978), o controle burocrático se tornou institucionalizado por meio de regras que definem o conteúdo e as expectativas em relação ao cargo, os critérios para avaliação do desempenho do trabalhador, bem como as sanções para o mau desempenho e recompensas para um desempenho adequado. Deste modo, as relações de poder se tornaram invisíveis, embutidas na estrutura da organização, ao passo que regulações internas, como

antiguidade e possibilidades de ascensão na carreira, viabilizam a permanência dos empregados e se constituem como elemento que os motiva a manter o padrão de trabalho e comportamento esperados.

Na obra *Manufacturing Consent*, Michael Burawoy (1979) traz à tona outros elementos no que concerne ao controle do processo de trabalho. O autor analisa as atividades produtivas e as relações sociais que emergem da organização do trabalho por meio dos jogos (*making out*) conduzidos para controle do ritmo de trabalho e alcance das cotas de produção. Propõe que as contradições entre capital e trabalho são deslocadas para o plano intertrabalhadores por meio desses jogos desenvolvidos pelos operários e animados pela empresa. Os jogos são reforçados pela concorrência entre os trabalhadores com vistas à obtenção de melhores posições no campo de trabalho, diminuindo as contradições em relação à gerência e direção. Assim, os trabalhadores de certo modo consentem a organização das atividades, mesmo que seu poder de escolha seja reduzido.

Burawoy (2017) salienta que alguns fatores favoreceram a eficácia dos jogos para obtenção do consentimento espontâneo em favor das expectativas gerenciais de produção. Dentre eles, destaca o mercado de trabalho interno, que possibilita a mobilidade dos trabalhadores e, ao privilegiar a antiguidade dos empregados, fomenta a longevidade na empresa. Além disso, salienta o estado interno, cujo sistema de reivindicações estabelece direitos e obrigações aos empregados, ao passo que os esforços da negociação coletiva coordenam os interesses de trabalhadores e gerentes. Para o autor, os métodos utilizados para obtenção da cooperação e consentimento são mais efetivos do que as medidas coercitivas aplicadas no início do capitalismo. Burawoy ressalta em sua análise que o mundo fabril não se restringe à dimensão econômica, mas envolve a dimensão política, inscrita na produção, reprodução e transformações de relações sociais, bem como a ideológica, marcada pela produção de uma experiência dessas relações (CASTRO; GUIMARÃES, 1991), de modo que as estruturas políticas e ideológicas organizam o consenso na fábrica e garantem a reprodução das relações de classe (INVERNIZZI, 2000).

A administração científica se fez presente não apenas na produção, estendendo-se a todas as facetas da atividade corporativa, marcando o trabalho como algo degradado e rotinizado, ao mesmo tempo em que as organizações sindicais burocráticas eram cada vez mais acuadas, tornando-se o marco da racionalidade corporativa burocrática. A combinação do Estado do bem-estar social com a administração econômica keynesiana e

o controle de relações de salário contribuíram para que o fordismo do pós-guerra se tornasse não apenas um sistema de produção em massa, constituindo um modo de vida social marcado pelo consumo de massa. Contudo, o acesso ao trabalho privilegiado da produção de massa não era equânime, tampouco o era o acesso aos benefícios originados pelo consumo de massa, caracterizando o sistema como forte gerador de desigualdades sociais e, por conseguinte, motivador de insatisfações (HARVEY, 2008).

A organização do trabalho sob os moldes do taylorismo e do fordismo prevaleceu no século XX, sendo a essência de uma sociedade que imprimiu um sentido produtivo à vida individual e coletiva, originando características subjetivas bem delineadas ao trabalho, como um senso de estabilidade e sentido de vida, de modo que o trabalho possuía uma posição de centralidade na vida das pessoas (SANSON, 2009). Mais do que um meio para garantia da sobrevivência, o trabalho era um meio para conferir identidade e, como salienta Sennet (2006), referindo-se aos trabalhadores operários, “representava uma fonte de honra na família e na comunidade, independentemente das satisfações que determinado emprego pudesse proporcionar por si mesmo”, de modo que a “identidade do trabalho se encontrava nas consequências sociais de sua atividade” (p. 70).

Conforme indicado anteriormente, o compromisso fordista perdurou até aproximadamente o início da década de 1970. Este período foi marcado por uma intensa recessão econômica que teve consequências nas décadas de 1970 e 1980, marcadas por um conturbado período de reestruturação e de reajustamento social e político. Neste sentido, novas experiências nos domínios da organização industrial e das vidas social e política começaram a tomar forma (HARVEY, 2008), dentre as quais se destaca o *toyotismo* no Japão, que tem como valor universal a produção enxuta, ou *lean production* (ALVES, 2011a). Deste modo, teve início um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico, marcado pelo advento do neoliberalismo, privatização do Estado, desmontagem do setor produtivo estatal e desregulamentação dos direitos do trabalho (ANTUNES, 2009b).

Harvey (2008) salienta que essas transformações estiveram na base da passagem para o novo regime, que visava garantir a acumulação, porém de modo flexível, daí sua denominação como acumulação flexível, em contraposição à rigidez do fordismo. Como características deste regime, destaca a flexibilidade dos mercados e processos de trabalho, produtos e padrões de consumo. O autor acrescenta que a acumulação flexível envolve o que denomina de "compressão do espaço-tempo", marcado pelo estreitamento entre os

horizontes temporais das decisões públicas e privadas e pela difusão imediata dessas decisões devido ao desenvolvimento da comunicação via satélite e queda dos custos de transportes. O aumento da flexibilidade e da mobilidade teve como impacto a ampliação das pressões sobre o controle do trabalho exercidas pelos empregadores, de modo “que o trabalho organizado foi solapado pela reconstrução de focos de acumulação flexível em regiões que careciam de tradições industriais anteriores e pela reimportação para os centros mais antigos das normas e práticas regressivas estabelecidas nessas novas áreas” (HARVEY, 2008, p. 141).

Giovanni Alves (2011a) reitera que, embora os elementos da acumulação flexível não representem necessariamente uma ruptura com a lógica de produção capitalista do século XX, constituem, inegavelmente, uma nova materialidade capital na produção. Novas tecnologias microeletrônicas são utilizadas, possibilitando produzir cada vez mais e com menos mão-de-obra, em um período que caracteriza como Quarta Revolução Tecnológica, ou revolução informacional, marcado pela constituição de redes informacionais a partir de avanços das telecomunicações.

Os países capitalistas centrais, nas décadas de 1980 e 1990, colocaram em prática diversas inovações capitalistas, permeadas pela flexibilização da produção, especialização flexível e internacionalização do capital. Novos padrões de gestão do trabalho foram colocados em prática. Ao mesmo tempo, a debilitação do trabalho se tornou patente, instaurando um novo patamar de desemprego estrutural e precarização do trabalho. A insegurança do trabalho passou a ocorrer em vários níveis (ALVES, 2011a), caracterizando-o como precário, complexificado, fragmentado e heterogeneizado (ANTUNES, 2009b).

Muitas das inovações organizacionais do novo complexo de reestruturação produtiva e da gestão produtiva e do trabalho vivo se tornaram um senso comum na produção de capital e tiveram como influência os valores e dispositivos organizacionais preconizados pelo toyotismo (ALVES, 2008). As inovações tecnológicas propostas por Taiichi Ohno, criador do Sistema *Toyota* de Produção, que tinha como um de seus pilares a absoluta eliminação do desperdício, tiveram impacto na reestruturação produtiva que ocorreu no mundo industrializado nos últimos anos (ALVES, 2011a). Termos como *just in time* (controle de estoque de modo a disponibilizar peças sob demanda), *kanban* (controle de produção baseado em indicações visíveis do material necessário à produção do *just in time*) e Círculos de Controle de Qualidade, se tornaram constantes ao redor do

mundo. O modelo japonês priorizava produtividade, qualidade, participação, trabalho em equipe, integração do fluxo contínuo das etapas, circulação permanente do produto em transformação e organização celular da manufatura. Em relação à qualidade, as empresas focavam em atividades e produtos nos quais eram competitivas e garantiam lucratividade, priorizando a detecção e a solução rápida de problemas surgidos na linha de produção, o que exige ação engajada dos trabalhadores no *kaisen*, processo de melhoria contínua (SANTANA; RAMALHO, 2004).

Era preciso um novo perfil dos trabalhadores aptos a lidar com essas transformações no processo produtivo. Neste sentido, Alves (2011a) ressalta que se fez imprescindível o engajamento moral e intelectual dos empregados na produção do capital, de modo a garantir a produção flexível. Além disso, a flexibilidade do processo produtivo requer a flexibilização da organização do trabalho, o que demanda a constituição de operadores polivalentes, com capacidade de atuação multitarefas. Deste modo, fluidez e flexibilidade se conjugam na exigência de uma forma de trabalho polivalente, qualificada e apta a trabalhar em equipes que ligam operários, técnicos e supervisores. Segundo Castells (2011), um diferencial do método foi a abolição de trabalhadores especializados para torná-los “especialistas multifuncionais” (p. 216). Os Círculos de Controle de Qualidade, por meio dos quais se constituem grupos de trabalhadores que discutem trabalho e desempenho, com objetivo de melhoria da qualidade da empresa, representam um meio para apropriação do saber-fazer intelectual e cognitivo do operário, saber até então desprezado no fordismo (ANTUNES, 2009b).

Segundo Antunes e Alves (2004), altera-se a implicação do elemento subjetivo na produção do capital, algo meramente formal sob o taylorismo/fordismo, mas que tende a ser real com o toyotismo, marcado pela busca da captura da subjetividade operária de modo integral pelo capital. Assim, o trabalhador é obrigado a pensar e a subordinar sua inteligência a serviço do capital, que busca reconstituir a participação ativa da inteligência e da iniciativa do trabalho, elementos tidos como fundamentais no sistema de manufatura (ALVES, 2011a). A empresa tem como objetivo a mobilização dos conhecimentos e valores dos empregados, que são chamados a intervir na produção, não somente produzindo, mas agregando valor a ela.

Convém chamar a atenção para algumas implicações da gestão de trabalho participativa. No toyotismo, a integração e o engajamento - o chamado “espírito de equipe” -, são fundamentais para o processo produtivo. Para além da remuneração pela

produtividade individual, há incentivos para a produtividade da equipe, o que estimula a pressão exercida pelos pares no processo de trabalho. Tem-se assim um novo elemento de controle e manipulação para o incremento da produção, já que cada um passa a ser supervisor do outro. Este modo de organização fomenta a “exploração do trabalhador pelo trabalhador”, de modo que “o carrasco dos trabalhadores é o próprio coletivo de trabalho constituído pelo capital” (ALVES, 2011a, p. 124). Assim, o trabalhador coletivo se torna uma força produtiva do capital, o que é resultado da captura de sua subjetividade, que tende a ser mais consensual, participativa e manipulatória.

Conforme salienta Castells (2011), quanto mais ampla a difusão de novas tecnologias da informação, maior a necessidade de um trabalhador autônomo, instruído e com capacidade de decisão quanto a sequências inteiras de trabalho. De certa forma, era possível se esperar uma queda nas atividades rotineiras, assim como alguma melhoria na qualidade do trabalho, que passaria a requerer capacidade de análise e decisão. Contudo, Antunes (2009b) destaca que, embora alguns autores entendam que as mudanças na organização do trabalho pudessem, de fato, propiciar um trabalho qualificado, participativo e multifuncional e que, portanto, possibilitaria maior realização no espaço do trabalho, outros apontam que tais mudanças apenas intensificariam as tendências já existentes no fordismo. Neste sentido, era possível perceber a reconfiguração do poder no mercado de trabalho em favor dos empregadores, de modo que se fez notável a intensificação do trabalho.

A transição para a administração flexível foi também marcada por uma revolução, classificada por Harvey (2008) como “nada progressista”, do papel das mulheres nos processos e mercado de trabalho. Observou-se o aumento do trabalho feminino em ocupações de tempo parcial e mal pagas em substituição a posições anteriormente ocupadas por homens e com melhor remuneração. Conforme destacam Antunes e Alves (2004), as mulheres ocupam mais de 40% da força de trabalho em diversos países avançados, com atuação essencialmente voltada para atividades *part-time*, marcadas pela precarização e desregulamentação trabalhista.

Outro aspecto inerente ao processo flexível de produção é a maleabilidade das condições jurídicas que regem o contrato de trabalho e o salário, como a flexibilização do salário direto por meio de mecanismos de incentivo à produtividade, vinculadas ao desempenho individual, o que implica na individualização, deterioração da negociação coletiva e fragilização do poder de barganha (ALVES, 2011a). O trabalho estável,

herdeiro dos moldes fordistas, é substituído por modos diversificados de informalidade e trabalho atípico, como o cooperativismo, empreendedorismo, trabalhos voluntários ou intermitentes (ANTUNES, 2018). Constrói-se assim, uma precariedade salarial que se articula organicamente com as técnicas de gestão toyotista. Ademais, as empresas tendem a priorizar a produção daquilo que consideram sua especialidade, terceirizando grande parte de seu processo produtivo. Assim, mantêm em sua estrutura um reduzido número de trabalhadores qualificados e multifuncionais, ampliando o conjunto flutuante de mão-de-obra por meio do aumento de horas extras, terceirizações e contratos temporários (ANTUNES, 2009b).

Reconfigura-se assim uma “metamorfose do assalariado” (GORZ, 1997), que denota a fragmentação dos trabalhadores em duas grandes categorias: um núcleo central, composto por trabalhadores permanentes e de contrato integral, polivalentes e que gozam de algum privilégio, mobilidade profissional e estabilidade econômica; ao redor do qual há um grupo periférico, incluindo grande proporção de trabalhadores precários e temporários, com remuneração e horários variáveis. A estes trabalhadores periféricos acrescenta-se uma grande parcela de terceirizados, prestadores de serviços independentes remunerados por tarefas, descobertos pela legislação trabalhista e desprovidos de proteção social, expostos aos riscos econômicos que a empresa exerce sobre eles.

Conforme destaca Castells (2011), a divisão resultante da polarização de trabalhos não é necessariamente uma consequência do progresso tecnológico, sendo determinada socialmente e projetada administrativamente no processo de reestruturação capitalista. Neste sentido, a empresa flexível explora uma situação de insegurança que ela mesma contribui para reforçar. Ao promover a redução de custos e ao reforçar o risco iminente de perda do emprego, todo universo da produção é arrebatado pelo aumento da precarização. A precariedade produz alterações e, ao afetar aqueles que se expõem a seus efeitos, torna seus futuros incertos, atormentando consciências (BOURDIEU, 1998a).

Neste contexto, marcado pela precarização, subemprego e desemprego estrutural, Bourdieu (1998a) salienta que a existência de um exército de reserva, que devido à superprodução de diplomas não se encontra apenas nos níveis mais baixos de competência e de qualificação técnica, contribui para dar ao trabalhador “a impressão de que ele não é insubstituível e que o seu trabalho, seu emprego, é de certa forma um privilégio, e um privilégio frágil e ameaçado” (p. 73). Deste modo, destaca que “a precariedade se inscreve num modo de dominação de tipo novo, fundado na instituição

de uma situação generalizada e permanente de insegurança, visando obrigar os trabalhadores à submissão, à aceitação da exploração” (BOURDIEU, 1998a, p. 75). Ademais, o medo do desemprego permitiu a criação de uma sociabilidade adequada aos consentimentos do empregado em relação à exploração e às renúncias dos direitos sociais e trabalhistas, constituindo-se, segundo Alves (2011a), como uma função socio-reprodutiva.

Neste novo cenário produtivo, as empresas buscam por uma força de trabalho jovem e sem passado sindical, destituída de sua identidade de classe, e oferecem em troca uma identidade corporativa fundamentada em sua cultura, o que possibilita o desenvolvimento de um senso de identificação e pertença social (GORZ, 1997). Outro destaque do atual mercado de trabalho é que esse já não se configura em dois polos - emprego e desemprego - já que existe uma variedade de situações ocupacionais entre eles. Ademais, o papel disciplinador das adversidades do trabalho resulta na aceitação de ritmos intensos, horas extras compulsórias, rebaixamentos salariais, dentre outros efeitos que não atingem apenas o trabalhador individual, mas sua já enfraquecida organização coletiva (INVERNIZZI, 2000).

Essas transformações no processo produtivo alteram a relação entre indivíduo e trabalho. No grupo mais estável, ou núcleo central, Antunes e Alves (2004) salientam que as formas de fetichismo possuem uma parcela mais humanizada devido às novas formas de envolvimento e integração entre trabalhador e maquinaria. Contudo, a alienação ou estranhamento tem maior intensidade entre os precarizados, “pautada pela perda (quase) completa da dimensão de humanidade” (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 343), o que os impossibilita de ter uma vida dotada de sentido. E acrescentam: “a alienação/estranhamento e os novos fetichismos que permeiam o mundo do trabalho tendem a impedir a autodeterminação da personalidade e a multiplicidade de suas qualidades e atividades” (p. 349).

Ressalta-se, contudo, que as transformações no processo de trabalho não ocorrem de maneira similar em toda a sociedade e, tampouco, que estas mudanças foram marcadas por uma linearidade. É possível observar a ocorrência simultânea de diferentes tipos de organização da produção, de modo que parte dos trabalhadores ainda está subordinada ao modelo de trabalho fordista, ou até mesmo sequer se encontra no sistema assalariado.

1.2.1 - Algumas singularidades do contexto brasileiro

As mudanças no processo produtivo não ocorreram de maneira similar em todos os países, sendo condicionadas pela história de cada um deles. O modelo de organização implantado no taylorismo e fordismo, por exemplo, dependia de um parque industrial avançado, o que não correspondia plenamente à realidade do Brasil. Deste modo, esta seção visa tratar de algumas das especificidades do contexto brasileiro, com o intuito de salientar o modo como se deram as transformações do processo de trabalho no país.

Os primeiros estabelecimentos fabris voltados para a produção de bens de consumo não duráveis se instalaram no Brasil ao longo do período entre 1880 e 1930, quando a aplicação das práticas tayloristas nas empresas ainda não era constatada. No período após 1930 foram criadas condições para a industrialização, mas eram, contudo, insuficientes para a implantação da grande indústria (LAPIS, 1993). A autora salienta que entre 1930 e 1945 houve um movimento, centrado no setor industrial, de integração das economias regionais à nacional, ainda que circunscrito à região sudeste. Vale lembrar que, em 1943, ocorreu a criação da Consolidação das Leis Trabalhistas, CLT. E exatamente neste período ocorreu uma experiência concreta para veiculação das ideias tayloristas no país, formalizada com a criação do Instituto de Organização Regional do Trabalho (IDORT) em 1931.

O IDORT teve sua diretoria formada por lideranças empresariais expressivas de São Paulo e foi responsável por divulgar o ideário taylorista para a grande imprensa e o setor acadêmico, tendo contado com o apoio das elites dirigentes. Segundo os empresários do referido instituto, a mão-de-obra do país era mal qualificada e pouco escolarizada, o que fez com que se esforçassem para providenciar a qualificação dos trabalhadores, com base na disciplina e na moral taylorista e fordista. Estes esforços vieram a se materializar na fundação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em 1942, voltado para o ensino industrial (LAPIS, 1993).

A partir de meados da década de 1950, a concentração industrial na região sudeste foi consolidada, sendo notável a substituição do padrão de acumulação fundamentado em bens de consumo não duráveis pela produção de bens de consumo duráveis e de capital, o que exigia a modernização da estrutura industrial brasileira, bem como grandes investimentos. Deste modo, a industrialização se apoiou em um tripé formado por Estado, capital estrangeiro e capital privado nacional, em uma fase que coincide com o segundo

momento de difusão do taylorismo no país, quando houve a efetiva incorporação dos métodos e técnicas tayloristas e fordistas, especialmente na indústria automotiva. Entre as décadas de 1960 e 1970 este estilo de gestão se consolidou no Brasil, de modo que o trabalho parcelado em cadeia se fez presente nas indústrias automobilística e têxtil, com penetração também nas indústrias de calçados, móveis e confecções, sobretudo de grande porte (LAPIS, 1993). No entanto, as estratégias empresariais em sua adoção se diferiram conforme as pressões de competição do mercado interno, bem como em decorrência das ligações com o mercado internacional (SILVA, 1994).

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por uma reestruturação industrial, com a adoção de novas tecnologias e modelos de organização do trabalho, busca de mão-de-obra qualificada e polivalente, bem como organização do processo de produção nos moldes da acumulação flexível, presentes no toyotismo. Assim como nos demais países em que foi implantado, o modelo preconizava o envolvimento dos funcionários e o comprometimento com os objetivos empresariais (LAPIS, 1993). Contudo, devido à escassez de recursos no país, a adesão a este modelo se restringiu inicialmente aos setores mais dinâmicos e voltados para o mercado externo, até mesmo porque os benefícios das novas técnicas não se faziam adequados a todos os setores ou empresas (ALVES FILHO; MARX; ZILBOVICIUS, 1992). Deste modo, Tumolo (2001) chama atenção para o fato de que estudos que abordam a natureza e a difusão do novo modelo não apresentam consenso, apontando forte presença tanto do ideário japonês quanto do taylorismo e fordismo nas empresas brasileiras. O mesmo foi apontado nas pesquisas de Antunes (2012), que verificou a concomitância entre processos de enxugamento da força de trabalho, mutações sociotécnicas no processo produtivo e organização social do trabalho, indicando a combinação entre elementos do fordismo e toyotismo.

Ressalta-se, contudo, que a adoção dos modelos toyotista, taylorista e fordista no Brasil possui algumas singularidades em relação ao que ocorreu em outras nações capitalistas centrais. No país, a acumulação de capital decorrente do fordismo ocorreu de forma excludente e concentrada, o que contraria o princípio fordista de alavancar o consumo por meio dos repasses dos ganhos de produtividade aos salários, acentuando a desigualdade social. Nos países capitalistas centrais, o processo de transposição do taylorismo e fordismo ocorreu essencialmente por meio de negociações coletivas em uma via democrática, ao passo que no país definiu-se por via autoritária, marcada pelo cerceamento da organização sindical. Salienta-se também a assimetria na relação entre

ganhos salariais e aumentos na produtividade, bem como o tolhimento da política de estabilização da força de trabalho por parte do empresariado conservador, o que fomentou o desemprego (LAPIS, 1993).

Ainda assim, em consonância com os demais países que adotaram o modelo toyotista, foi possível identificar que as alterações no processo produtivo conduziram à intensificação do trabalho e ao desgaste mental do trabalhador, bem como à eliminação dos postos de trabalho. Segundo Antunes (2012), a partir da década de 1990 o processo de reestruturação produtiva se intensificou fortemente, tendo-se verificado no mundo produtivo o contexto propício ao seu desenvolvimento, marcado pelo enxugamento empresarial e pela implementação de mecanismos estruturados em moldes mais flexíveis. Fez-se notável a correlação entre a evolução da produtividade e a queda dos níveis de emprego entre os anos de 1990 e 1995 para quase todos os setores da indústria brasileira (TUMOLO, 2001). Ademais, o número de trabalhadores informais aumentou sobremaneira, sendo que em 1996 houve uma inflexão na evolução das taxas de emprego formal e informal, tendo ocorrido um fator inédito, segundo Sabadini e Nakatani (2002), com a maior participação de trabalhadores informais no total de ocupados no país.

Estes aspectos salientaram, segundo Antunes (2005), a fragmentação da classe trabalhadora, segregando os trabalhadores entre centrais e periféricos. As novas formas de contratação pautadas na terceirização, informalidade e flexibilização da legislação trabalhista contribuíram para fomentar a individualização das relações de trabalho e assalariamento, bem como para ocultar os laços de pertencimento de classe (ANTUNES, 2014). Ainda que estes efeitos se assemelhem àqueles experimentados pelos países capitalistas centrais, é importante ressaltar que nestes havia um passado marcado por um grau ampliado de seguridade social fundamentado no Estado de bem-estar social, algo não consolidado no país, intensificando os níveis de precarização e desemprego (ANTUNES; POCHMANN, 2007).

Na década de 2000, a natureza flexível do emprego e da organização do trabalho se faz dominante (ALVES, 2011b). A precarização teve sua continuidade, fundamentada principalmente pela explosão do desemprego e pela informalização da relação salarial. Embora para algumas categorias a questão do desemprego não tenha sido tão marcante, como no caso dos metalúrgicos e bancários, o fator flexibilidade foi preponderante. Ao longo da década, a reestruturação produtiva assumiu um caráter sociocultural, pautado na disseminação de práticas de gestão e valores de trabalho inspirados pelo toyotismo, o que

se deu em conjunto com a introdução de novas tecnologias informacionais e informáticas nos setores mais dinâmicos da economia brasileira. Segundo Alves (2011b), a degradação das condições de trabalho persiste na realidade brasileira, o que se faz visível pelo aumento da intensidade do trabalho e de sua jornada, bem como pela pressão da concorrência em virtude da precariedade salarial. Consolidam-se esforços para controle do trabalho humano que visam garantir o aumento da produtividade e lucratividade, que em nada aliviam a labuta humana (NAVARRO; MACIEL; MATOS, 2017).

Para completar o cenário, Antunes (2018) destaca o aumento do número de trabalhadores terceirizados nos últimos anos, em praticamente todos os setores e ramos produtivos, movimento que tende a se manter, considerando-se a atual legislação que rege as terceirizações no país. O autor enfatiza a precariedade das condições de trabalho entre este grupo, que tem seus laços de solidariedade cada vez mais rompidos, marcado por alta taxa de rotatividade, extensão das jornadas e menor acesso a benefícios, bem como maior exposição a riscos e acidentes de trabalho. Desta forma, aponta a terceirização como uma das principais responsáveis pela precarização do trabalho no país, enfatizando seu caráter discriminatório e de desvalorização do trabalho humano.

Como reflexo dessas transformações, tem-se a consolidação de uma classe trabalhadora do precariado, em que se nota a expansão de trabalhadores do setor de serviços, bem como das ocupações de renda intermediária, como proprietários de micro e pequenos negócios. Este cenário salienta a polarização social, de modo que o avanço possível se concentra em poucos, ao passo que os retrocessos servem a muitos (POCHMANN, 2017). Contudo, Antunes e Pochmann (2007) destacam que o suposto empreendedorismo mascara a realidade de um novo assalariado precário e instável, constituindo uma nova forma de marginalização e não uma nova classe empresarial, caracterizando-se como “uma mescla de burguês-de-si-próprio e proletário-de-si-mesmo” (ANTUNES, 2018, p. 34).

Segundo Pochmann (2017), a desindustrialização deixou um vazio que vem sendo ocupado pela sociedade de serviços, o que altera a estrutura do trabalho antes conhecida no país. Intensifica-se, desta maneira, a exploração do trabalho em virtude do esvaziamento da regulação social e trabalhista, de modo que os trabalhadores se mostram cada vez mais atingidos pela “cultura midiática do individualismo e pela ideologia da competição” (POCHMANN, 2017, p. 278). Ademais, na sociedade pós-industrial a separação rígida entre tempo de trabalho e não trabalho tende a desaparecer, o que implica

a sobreposição entre os dois tempos e conseqüentemente a ampliação da jornada laboral para além do local tradicional de exercício do efetivo trabalho.

O século XXI apresenta, como destaca Antunes (2009a), um cenário contraditório e crítico. Se de um lado tem-se o trabalho como elemento central para criação de valor, em um sentido de perenidade, por outro lado ele estampa elementos de superfluidade, traduzida na precarização, flexibilização e desemprego. Ainda assim, “estamos longe de vivenciar o abandono da categoria *trabalho*, que permanece como a principal fonte de acumulação e vida do modelo de produção capitalista” (BARROS, 2001, p. 3). Deste modo, pode-se afirmar como desafio a instituição de uma sociedade dotada de sentido humano e social dentro e fora do trabalho (ANTUNES, 2009a).

No decorrer deste capítulo foi possível identificar algumas transformações nos modos de organização e produção do trabalho, que trouxeram consigo diferentes concepções sobre sua relevância social, com reflexos no grau de centralidade e significados a ele atribuídos. Algumas dessas mudanças constituem argumentos que embasam as teses sobre o fim da centralidade do trabalho propostas por autores como Claus Offe, André Gorz, Jeremy Rifkin e Dominique Méda. A substituição dos postos de trabalho devido à implantação cada vez maior da tecnologia nos meios de produção e o conseqüente aumento do desemprego, dualidade do mercado de trabalho e crise do trabalho assalariado, são alguns dos fatores que levaram Gorz e Offe a vislumbrarem a perda do poder do trabalho como um elemento de integração do indivíduo à sociedade. Nesta mesma direção, Rifkin (1995) observou que o desenvolvimento tecnológico e a conseqüente redução da mão-de-obra levariam a um aumento da massa de excluídos do mercado de trabalho e, portanto, ao declínio do trabalho nos Estados Unidos. Méda (2010) também identificou a redução da centralidade do trabalho e aumento de outros modos de sociabilidade no contexto francês. Estas alterações no processo produtivo e na distribuição e acesso ao emprego afetariam os valores e atitudes perante o trabalho. Em termos sociológicos se relacionam ao fim da centralidade do trabalho no conjunto das relações sociais e na conformação de identidades coletivas (DE LA GARZA; HERNÁNDEZ, 2000).

De la Garza e Hernández (2000) rechaçam as teses de finitude do trabalho afirmando que estas se baseiam apenas em fundamentações teóricas ou em olhares direcionados a temporalidades específicas, marcadas pela consolidação de políticas neoliberais e queda da influência sindical, estando fortemente distorcidas pelo

comportamento de alguns países europeus e dos Estados Unidos. A análise de que as mudanças no processo produtivo, flexibilização de formas de trabalho e heterogeneização do trabalhador levariam ao fim da centralidade do trabalho se baseia em percepções estruturalistas e simplistas, ao postularem que mudanças nas posições e relações de mercado influenciariam na determinação de normas, valores e atitudes. Para os autores, as relações entre estruturas, não apenas das ocupações, subjetividades, identidades e ações coletivas são mais complexas do que aquelas advindas do situacionismo estruturalista.

Portanto, mesmo diante dessas transformações, observa-se que a sociedade ainda se movimenta em prol da acumulação de capital, tendo o trabalho como principal mercadoria e mecanismo de geração de valor, o que lhe confere uma posição de centralidade no entendimento social (CARDOSO, 2008). Isso se torna ainda mais patente quando se analisam países latino-americanos e do leste europeu, nos quais a atividade se mantém intensamente como um elemento de formação e manutenção do ser social. Nas sociedades periféricas nota-se um acesso restrito ao consumo, que tende a ser contornado essencialmente por meio do trabalho, que se mantém como um fator de integração social e garantia da sobrevivência (OLIVEIRA; PICCININI, 2011).

Mesmo diante das diversas alterações que ocorreram tanto no processo de trabalho quanto em sua distribuição entre os indivíduos, esta atividade ocupa um papel de geração de valor na sociedade capitalista industrializada, sendo central para o entendimento social. Esta categoria se inscreve na vida social e propicia o envolvimento dos indivíduos em relações de sociabilidade, sendo um fator decisivo para a construção de identidades sociais e profissionais. Por meio dela, não apenas a reprodução da vida social, assim como a subsistência e reprodução dos trabalhadores se torna possível (VARGAS, 2016).

Ainda que a “metamorfose do assalariado” (GORZ, 1997), a polarização dos trabalhadores entre centrais e periféricos, tenha se mostrado cada vez mais nítida, não se verificou o fim da classe trabalhadora. O que se viu foi o aumento da precarização, do desemprego e da flexibilidade, de modo que o tempo livre que seria vivenciado por meio da redução do trabalho assalariado foi significativamente substituído pelo desemprego e trabalho precário (BORGES; YAMAMOTO, 2014). Essas novas relações de trabalho possuem impactos em sua avaliação e significação, especialmente em uma sociedade como a brasileira, na qual o acesso a direitos constitucionais e à cidadania se vincula intimamente com a assinatura na carteira de trabalho, o que indica uma forte percepção do trabalho como um dever moral em nosso país (ORGANISTA, 2006).

Na concepção de Antunes (2006) não se pode concluir que as transformações no mundo do trabalho levaram à sua substituição pela tecnologia ou informação. O que se percebe na sociedade contemporânea é a interpenetração entre atividades produtivas e improdutivas, fabris e de serviços, laborativas e de concepção, que se expandem na reestruturação produtiva do capital, o que remete à transformação do trabalho e não à sua negação. Na perspectiva defendida pelo autor, "o capital é incapaz de realizar sua autovalorização sem se utilizar do trabalho humano... Pode precarizá-lo e desempregar parcelas imensas, mas não pode extingui-lo" (ANTUNES, 2006, p. 177).

Neste sentido, não se constata o fim do trabalho como medida de valor, mas sim a intensificação da exploração do trabalho e expansão do subproletariado. Enquanto os pilares constitutivos do modo de produção do capital estiverem vigentes, não é possível prever a eliminação da "classe-que-vive-do-trabalho" ou classe trabalhadora, que compreende todos que vendem sua força de trabalho, sejam eles assalariados, proletários rurais, precarizados ou desempregados, excluindo os altos funcionários do capital. Na lógica do capital, tempo e atividade são regidos por critérios de produtividade e racionalidade e, portanto, mesmo aqueles que não possuem trabalho estão submetidos a um controle capitalista do tempo (CARNEIRO; PADILHA, 2009). É certo que não haverá trabalho para todos, mas a ampliação do trabalho precário e flexível não implica em seu término, e sim em sua transformação e requalificação (DE LA GARZA; HERNÁNDEZ, 2000).

Neste sentido, apesar de algumas críticas apontarem para a perda da centralidade do trabalho, preconizando uma sociedade do lazer e do tempo livre, verifica-se que

[...] essas transformações não estão levando a uma produção simbólica que referende, no mundo cotidiano, a ideia de que estaríamos num mundo mais livre das amarras do trabalho. Ao contrário, as transformações no mundo do trabalho não se restringem a ele, mas abrangem todas as relações sociais, emitindo um alerta de que o trabalho - cada vez mais desvinculado do emprego e da forma direta de assalariamento - desperta, na sua falta, uma era de incertezas, desesperanças e angústias, para aqueles que sofrem diretamente com o desemprego, bem como para aqueles que os cercam. [...] Assim, o trabalho não é simplesmente uma forma de subsistência, ele opera, também, um modelo de reconhecimento mútuo, ou seja, é também pelo trabalho que os sujeitos se reconhecem como agentes sociais moralmente aceitáveis (ORGANISTA, 2006, p. 20).

Assim, além de ser uma categoria fundamental para que se possa compreender a atividade econômica, o trabalho está relacionado ao modo de ser das pessoas em sociedade, sendo elemento estruturador de toda a organização social (RAFAGNIN; RAFAGNIN, 2016). Ele se mantém como uma atividade que organiza identidades coletivas, contribuindo para a construção de uma conduta moral socialmente reconhecida, sendo uma categoria essencial para compreensão da sociedade e para a existência humana (ORGANISTA, 2006).

O trabalho se mantém, portanto, como uma espécie de “cimento social”, um fator primordial para a socialização e construção identitária de grande parte dos indivíduos. Para muitos, é a única garantia de acesso a bens de consumo e recursos imateriais necessários à sobrevivência e à vida em sociedade. Neste sentido, pode ser fonte de satisfação, na medida em que permite a participação no tecido social, mas também fonte de prazer, quando propicia a realização de objetivos úteis à comunidade. “Por meio do trabalho o indivíduo sai da representação e participa do mundo produzindo e criando, o que possibilita participar da vida material e cultural” (OLIVEIRA; PICCININI, 2011, p. 215).

A resposta para o questionamento inicial deste capítulo, sobre o direcionamento para uma perda, ou não, da centralidade do trabalho se embasa nos argumentos que defendem a manutenção de sua relevância social. Portanto, diante das discussões levadas a cabo nestas primeiras seções, reitera-se nesta tese a afirmação de que a centralidade e o papel de integração social atribuídos ao trabalho ainda se fazem fortemente presentes na contemporaneidade. O modo de organização de nossa sociedade se fundamenta no consumo e um dos meios mais valorizados moralmente para acesso a este consumo se dá por via do rendimento obtido pelo trabalho. Categoria esta que permite a participação dos indivíduos em uma sociedade, seja por prover sua subsistência, seja por propiciar meios para interconexão e construção de uma identidade social.

Essa relação fica nítida em situações de interação nas quais as pessoas, em grande parte das vezes, se apresentam e de certa forma se definem a partir de sua ocupação ou profissão. Quando se pergunta a uma pessoa o que ela faz, mesmo que não se especifique qual domínio ou esfera de vida é utilizado como referência, é bastante comum que ela responda com a sua atividade profissional. Assim, a resposta para a pergunta ‘Quem é você?’ não raro se vincula ao trabalho que a pessoa executa naquele momento, podendo até mesmo causar algum constrangimento ou sensação de exclusão em situações de

desemprego. Além disso, grande parte do tempo e rotina das pessoas são orientados para o trabalho. Se uma jornada formal costuma ser de quarenta horas semanais, nas relações de informalidade essa carga horária tende a ser ainda maior. Portanto, o trabalho tende a ser um elemento por meio do qual os indivíduos se identificam e se vinculam à sociedade, sendo um fator central para o seu entendimento. Uma questão que fica é, diante de sua patente degradação, quais serão os efeitos para a percepção dos significados do trabalho.

1.3 – O trabalho como síntese micro e macrossocial

Ao longo deste capítulo foi possível identificar alguns momentos distintos em relação aos sentidos, valores e importância do trabalho para a sociedade. Um primeiro momento, no decorrer da Antiguidade Clássica, assim como do período renascentista, em que o trabalho ocupava um lugar de baixa importância e subjetividade, relegado à margem dos valores centrais como o cultivo da razão, no caso dos gregos, o cuidado com a alma e a busca da salvação, no medievo, e os valores de construção estético-artística da vida, no caso dos renascentistas. Um segundo momento, marcado pela emergência da sociedade industrial, em que o sentido e o valor do trabalho são definidos em ao menos 5 dimensões importantes: trabalho como fonte de valor econômico; como princípio moral e de formação do caráter; como alvo de investidas ideológicas visando domesticação e controle de trabalhadores; como uma atividade construtora do ser e subjetividade, por meio da qual o indivíduo acessa sua essência; bem como um contrato social no qual a sociedade pode ancorar seus papéis sociais, coordenando a solidariedade e cooperação de seus membros. Neste aspecto, passa a possuir importância na construção da subjetividade, ocupando um posto de reconhecimento em termos de valores políticos, culturais, sociais e psicológicos, algo que se manteve durante a vigência da sociedade industrial, nos séculos dezenove e metade do século vinte. E, por fim, um terceiro momento, ainda que controverso, em que se questiona o trabalho como categoria central. No entanto, ainda assim, é possível afirmar que o trabalho tem um papel de acesso à renda e organização de rotinas sociais e individuais (BENDASSOLLI, 2007).

Como anteriormente ressaltado, esta tese adota o entendimento de que o trabalho tem um papel de relevância na sociedade atual e advoga por sua centralidade. Em consonância com a posição de Antunes (2009b), destaca sua importância para o acesso à renda e na organização de rotinas sociais e individuais. Mesmo que alguns autores sinalizem um enfraquecimento em relação ao trabalho no que diz respeito à sua

centralidade e importância subjetiva na vida dos indivíduos, sua relevância é incontestável, seja na obtenção de sustento e acesso ao consumo, ou mesmo na construção social da subjetividade e identidade profissional (BENDASSOLLI, 2007).

Dizer que o trabalho ocupa um lugar de importância na estruturação e integração social não implica, contudo, que a individualidade e agência sejam negligenciadas. Deve-se evitar uma abordagem inspirada na sociologia interpretativa, em que se concede anterioridade à ação e ao significado na explicação da conduta humana. Por outro lado, a postura adotada no funcionalismo e estruturalismo, pautada na primazia da estrutura sobre a ação, também é inadequada para a explicação do papel do trabalho na sociedade atual. A noção de práxis do trabalho humano exclui dicotomizações entre estrutura e ação, sujeito e objeto, liberdade e necessidade. Em sua análise, deve-se negar a perspectiva economicista, na qual as condições exteriores aos seres sociais são superestimadas, negligenciando-se que o fato social é constituído por projetos que os indivíduos buscam implementar coletivamente. Deve rejeitar também concepções voluntaristas que, ao favorecerem a atuação individual, não reconhecem os determinantes histórico-sociais que ultrapassam os propósitos individuais. Por mais que os objetivos individuais sejam produto da vontade, os resultados que deles se desdobram passam por múltiplos vínculos sociais no processo de realização da ação (IAMAMOTO, 2006). Neste sentido, esta seção discute argumentos de alguns sociólogos contemporâneos que buscaram superar esta dicotomia, visando apontar suas implicações para o entendimento do trabalho enquanto elemento de organização social.

Anthony Giddens, Pierre Bourdieu, Norbert Elias e Mark Granovetter teceram esforços para elaborar uma síntese entre as teorias de ação e estrutura, partindo da crítica a abordagens que tratam o conceito de estrutura unicamente como um elemento exterior à ação individual, como algo formado essencialmente por fatores que restringem e constroem a iniciativa dos sujeitos. A “teoria de estruturação”, proposta por Giddens, assim como as propostas de Elias e Bourdieu para abordagem do *habitus*, cada um com suas peculiaridades, bem como o conceito de *embeddedness*, de Granovetter, refletem as propostas dos autores na tentativa de superação do dilema entre as abordagens micro e macrosociológicas.

Conforme salienta Anthony Giddens (2003, p. 3), as ações sociais humanas são recursivas, ou seja, “não são criadas por atores sociais mas continuamente recriadas por eles através dos meios pelos quais eles se expressam *como* atores” (grifo no original).

Giddens propõe a análise social por meio da teoria da estruturação, que “baseia-se na proposição de que a estrutura é sempre tanto facilitadora quanto coerciva, em virtude da relação inerente entre estrutura e agência (agência e poder)” (GIDDENS, 2003, p. 199). Neste sentido, afirma que “nem o sujeito (agente humano), nem o objeto (‘sociedade’ ou instituições sociais) devem ser considerados como tendo primazia. *Ambos são constituídos em e por meio de práticas sociais*” (GIDDENS, 1983, p. 8 grifo no original). Assim, Giddens defende uma ontologia social processual ou dinâmica, alicerçada na ideia de que as modalidades da organização social existem somente enquanto historicamente produzidas por meio de atividades cotidianas dos atores individuais, sendo estas concomitantemente coagidas e habitadas por estruturas que conformam tal organização (PETERS, 2011).

O autor critica as sociologias interpretativas, que concedem um imperialismo ao sujeito, assim como o estruturalismo, que propõe um imperialismo do objeto social. Desta maneira, afirma que

Uma de minhas principais ambições na formulação da teoria da estruturação é por um fim a cada um desses esforços de estabelecimento de impérios. O domínio básico de estudo das ciências sociais, de acordo com a teoria da estruturação, não é a experiência do ator individual nem a existência de qualquer forma de totalidade social, mas as práticas sociais ordenadas no espaço e no tempo (GIDDENS, 2003, p. 2).

A estrutura remete ao conjunto de regras (interpretativas e normativas) e recursos (alocativos e autoritários), envolvidos na produção e reprodução dos sistemas sociais. As regras se relacionam com a constituição de significado e com a sanção dos modos de conduta social. Os recursos alocativos fazem referência a formas de capacidade transformadora, gerando controle sobre objetos, bens ou fenômenos materiais. Os recursos autoritários referem-se a tipos de capacidade transformadora que geram controle sobre pessoas ou atores. “As estruturas são conjuntos de regras que ajudam a constituir e regular as atividades, definindo-as como de uma certa espécie e sujeitas a uma determinada gama de sanções” (GIDDENS, 2003, p. 102). O conjunto de recursos e regras que compõe a estrutura se torna efetivo na medida em que é introduzido na consciência prática do agente, que, ao acionar rotineiramente a estrutura, conecta suas práticas à interação (NEUBERT, 2018). Essa “rotinização” conduz a uma percepção de “segurança ontológica” e se constitui como condição principal para a monitoração reflexiva das atividades (GIDDENS, 2003).

A estruturação diz respeito às condições que governam a continuidade ou a transmutação de estruturas e, portanto, a reprodução de sistemas sociais. Uma das principais proposições da teoria da estruturação é que as regras e recursos esboçados na produção e reprodução da ação social são também os meios em que esse sistema é reproduzido, implicando em uma dualidade da estrutura (GIDDENS, 2003). A noção de ação pressupõe a noção de estrutura e vice-versa, as estruturas são constituídas pela agência, ao mesmo tempo em que são o meio pelo qual se desenvolve esta constituição (GIDDENS, 1979). “As propriedades de sistemas estruturais são, ao mesmo tempo, meio e fim das práticas que elas recursivamente organizam” (GIDDENS, 2003, p. 30).

Na perspectiva proposta por Giddens (2003), a agência remete a eventos perpetuados pelo indivíduo no sentido de que ele poderia, a qualquer momento, atuar de maneira diferente. Não implica, portanto, na intenção de realizar algo, mas sim na capacidade de realização de algo. Ser dotado de agência significa ter a capacidade de exhibir uma gama de poderes causais, incluindo a capacidade de influenciar os outros. Está relacionada a uma espécie de poder, uma capacidade de criar diferença no fluxo da vida cotidiana.

As estruturas são constituídas por “matrizes ‘virtuais’ de regras e recursos de conduta que, quando mobilizadas em uma plethora de cenários, dão ensejo à existência de práticas sociais discernivelmente semelhantes por certas extensões do espaço-tempo, emprestando a essas práticas uma forma ‘sistêmica’” (PETERS, 2011, p. 23). Neste sentido, a compreensão dos processos de estruturação abrange o entendimento sobre o modo como os indivíduos pensam o tempo e o espaço em que estão envolvidos, assim como as articulações desta concepção com suas ações, tendo-se em conta o contexto cultural em que se inserem (RODRIGUES, 2008). A estrutura social tende, portanto, a incluir dois elementos, não claramente distinguidos um do outro: a padronização da interação, implicando relações entre atores ou grupos e a continuidade da interação no tempo (GIDDENS, 1979).

Pierre Bourdieu buscou propor uma teoria da prática em que o agente social fosse sempre considerado em função das relações objetivas que regem a estruturação da sociedade global. Esta prática pode ser definida como resultado da relação entre uma situação e um *habitus*, que se relaciona à noção de estrutura. Deste modo, a situação vivenciada pelo ator social está objetivamente estruturada e a adequação entre tal situação e o *habitus* possibilita uma teoria da prática em que tanto as necessidades dos agentes

quanto a objetividade da sociedade sejam consideradas (ORTIZ, 1983). Bourdieu (1989) define o conceito de “campo”, que pode ser descrito como um espaço multidimensional de posições e não meramente como resultado das ações individuais dos agentes. Remete ao espaço no qual as posições dos agentes estão fixadas *a priori* e nele se travam lutas de atores em torno de interesses específicos. Esta perspectiva permite que o problema de adequação entre ação subjetiva e objetividade da sociedade seja resolvido, pois “todo ator age no interior de um campo socialmente predeterminado” (ORTIZ, 1983, p. 19).

A análise bourdieusiana possibilita estudar a relação dos agentes em um determinado campo e suas estratégias em relação à transformação ou conservação da sociedade (ORTIZ, 1983). A distribuição dos agentes nos campos ocorre em função da disposição de poderes que atuam em cada um deles, principalmente o capital econômico, o capital cultural, o capital social e o capital simbólico (prestígio). A distribuição destes agentes se dá mediante o volume de capital, numa primeira dimensão, e conforme a estrutura de seu capital, na segunda dimensão. O conhecimento da posição ocupada engloba propriedades intrínsecas (condição) e relacionais (posição) (BOURDIEU, 1989). A posição ocupada na estrutura de distribuição dos diferentes tipos de capital governa as representações desse espaço, bem como a tomada de posição nas lutas que visam a sua conservação ou transformação. Assim, o espaço social constitui a “realidade primeira e a última”, pois define as representações que os agentes possam ter a seu respeito (BOURDIEU, 1989). A percepção dos agentes acerca da realidade que os rodeia está relacionada, portanto, às suas posições na estrutura social, ainda que apresentem um entendimento ativo (NEUBERT, 2018). A estrutura do campo é definida, em cada momento, pelo estado das relações de força entre os jogadores (BOURDIEU; WACQUANT, 1992).

Os espaços de posições sociais e estilos de vida se retraduzem em um espaço de tomada de posições por intermédio do *habitus*, que possui um aspecto relacional de “mediação entre o agente social e a sociedade” (ORTIZ, 1983, p. 26) e permite a interiorização das condições objetivas, assim como a aceitação social das práticas individuais (CARNEIRO, 2006). O *habitus* pode ser definido como “princípios geradores de práticas distintas e distintivas” e classificatórias, práticas estas que se tornam diferenças simbólicas e constituem uma linguagem, atuando como signos distintivos (BOURDIEU, 2008). O *habitus* pode ser descrito como um “corpo socializado, um corpo estruturado, um corpo que incorporou as estruturas imanentes de um mundo ou de um

setor particular desse mundo, de um campo, e que estrutura tanto a percepção desse mundo como a ação nesse mundo” (BOURDIEU, 2008, p. 144). São sistemas de disposições duráveis predispostas a funcionar como geradores e estruturadores de práticas e percepções que não representam o produto de obediência a regras (BOURDIEU, 1983, p. 61).

Cada momento da sociedade pode ser analisado em função de um conjunto de posições sociais que se vinculam a um conjunto de práticas ou bens definidos de maneira relacional. Ou seja, é possível que sejam analisados em virtude da relação entre as posições sociais, as disposições (ou *habitus*) e as tomadas de posição dos agentes com o intuito de conservá-los ou transformá-los (BOURDIEU, 2008). Considerando o trabalho como elemento da análise, é possível afirmar, portanto, que a posição ocupada pelo trabalhador no mercado de trabalho tem um caráter relacional, reflexo da luta e da concorrência pelo acesso aos bens simbólicos e materiais, nas quais as pessoas fazem uso de estratégias de distinção bem como de valorização de suas formas de capital, conforme o campo em que participam. No acesso ao mercado de trabalho, fatores como a definição do cargo a ser ocupado (tarefas a serem desempenhadas), os requisitos para ingresso nesse cargo (diplomas necessários ou a idade), a remuneração a ser oferecida e o lugar dessa remuneração quando se pensa em sua classificação hierárquica, assim como a nomenclatura do cargo e sua posição na estrutura da organização estão imersos nos sistemas de classificação, que refletem as relações de força entre as classes de trabalhadores (BOURDIEU, 1998b).

Como salienta Carneiro (2006), a interiorização das condições sociais é um fator resultante da trajetória de um indivíduo em um campo, mas que se constitui como uma condição para participação neste campo, exprimindo a interação entre a história do indivíduo e a história social. Tendo-se em conta a própria lógica de sua gênese, o *habitus* consiste em uma série de estruturas coordenadas cronologicamente, de modo que a estrutura de uma posição é determinada por meio da especificação da estruturação de estruturas anteriores, ao mesmo tempo em que estruturam a de posição posterior (BOURDIEU, 1983). O *habitus* é entendido como um sistema de disposições que integra as experiências passadas e funciona como uma matriz de percepções, permitindo a realização de tarefas diferenciadas. De modo que

[...] o *habitus* adquirido na família está no princípio da estruturação das experiências escolares [...], o *habitus* transformado pela ação escolar,

ela mesma diversificada, estando por sua vez no princípio da estruturação de todas as experiências ulteriores (por exemplo, da recepção e da assimilação das mensagens produzidas e difundidas pela indústria cultural ou das experiências profissionais) e assim por diante, de reestruturação em reestruturação (BOURDIEU, 1983, p. 80).

A percepção do mundo social resulta da estruturação social que tem um lado objetivo, marcado por instituições e autoridades, e um lado subjetivo, visto que se estrutura devido aos esquemas de percepção sedimentados na linguagem e que exprimem o estado das relações de forças simbólicas. O sentido da posição ocupada no espaço social está no domínio prático da estrutura social no seu conjunto e implica uma aceitação tácita da posição, no sentido de seus limites e distâncias (BOURDIEU, 1989).

Bourdieu apresenta uma leitura que define como relacional e estrutural, pois assim acredita ser possível demonstrar a dimensão do modelo proposto. Percebe-se, então, uma tríade marcada pelo campo, pelo capital e pelo *habitus*, de modo que tais conceitos se sobrepõem e interagem continuamente, formando uma filosofia que, segundo o autor, “tem como ponto central a relação, de mão dupla, entre as estruturas objetivas (dos campos sociais) e as estruturas incorporadas (do *habitus*)” e que se opõe “radicalmente aos pressupostos antropológicos inscritos na linguagem, na qual comumente se fiam os agentes sociais” (BOURDIEU, 2008, p. 10). Deste modo, a teoria praxiológica de Bourdieu permite que a realidade social seja entendida como estruturada e estruturante, existindo de maneira dupla, como estruturas sociais externas e estruturas sociais incorporadas. O conceito de estrutura se associa aos conceitos de *habitus* e de campo, em uma relação de “cumplicidade ontológica” e não de objeto e sujeito (CARNEIRO, 2006). Preconiza, portanto, que se volte a atenção para a relação dialética entre as estruturas e as disposições estruturadas em que elas se atualizam e tendem a reproduzir, ou seja, o “duplo processo de interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade” (BOURDIEU, 1983, p. 47).

Norbert Elias (1994a), em seu esforço para superar o clássico problema sociológico entre estrutura e ação, desenvolveu uma sociologia das figurações, em que examina a emergência das figurações sociais como consequências inesperadas da interação social. Elias defende a ideia de que a sociedade se transforma e evolui para figurações mais complexas e diferenciadas, sem entrar no mérito se essas transformações conduzem a uma realidade melhor ou pior.

O que distingue o conceito de figuração dos conceitos mais antigos com os quais se pode compará-lo é precisamente que ele constitui um olhar

sobre os homens. Ele ajuda a escapar de armadilhas tradicionais, as das polarizações, como a do "indivíduo" e da "sociedade", do atomismo e do coletivismo sociológico. Os meros termos "indivíduo" e "sociedade" já bloqueiam frequentemente as percepções (ELIAS, 2001a, p. 149).

O indivíduo adulto teve fases como criança, está em desenvolvimento até chegar à velhice e morte. Deste modo, é importante que se analise a relação entre indivíduos e estruturas sociais como entidades em mutação e evolução, atentando para o fato de que a mudança é uma característica normal da sociedade (ELIAS, 1994b). A sociedade não pode ser compreendida através da análise de momentos históricos distantes percebidos em espaços temporais distintos, sendo preciso atentar para a compreensão de modelos de processos de sua evolução. Não se deve, portanto, estudar fenômenos sociais sem que a contituidade histórica que levou a eles seja ponderada.

Desta maneira, Elias chama atenção para a qualidade processual da vida social e afirma que todas as formações sociais, independentemente de sua aparente estabilidade e fixidez, sempre podem ser entendidas como processos (POWELL, 2013). Na análise social não se deve olhar para os indivíduos de forma isolada, mas para grupos de pessoas vinculadas de maneira interdependente, para as diversas formas de figurações, em que se enxergam os indivíduos como sistemas abertos, organizados em relações de reciprocidade e interdependência. A análise da ação contempla uma complexidade de ações que implicam em graus de vínculos de interdependência social. A sociedade é formada por indivíduos que não estão co-presentes no sentido goffmaniano, mas que são interdependentes, mesmo que não se conheçam.

Elias (2008) busca compreender quais formas de vínculos se estabelecem entre os indivíduos e como se altera o balanço de poder entre esses vínculos, como se estrutura a figuração. Em sua percepção, o poder é uma função dos laços de interdependência e compreende uma propriedade universal das relações humanas, perpassando todos os níveis de integração social, desde as díades à sociedade como um todo (DUNNING, 2011). Mas o poder “não é um amuleto que um indivíduo possua e outro não; é uma característica estrutural das relações humanas — de todas as relações humanas” (ELIAS, 2008, p. 81).

Assim, Elias nos faz pensar sobre os processos de interações, figurações e balanços de poder que se desenvolveram ao longo do tempo e culminaram na valorização de determinadas profissões ou ocupações em detrimento de outras. No mercado de trabalho nota-se a existência de alguns grupos profissionais que possuem status

valorizado, como advogados, médicos e engenheiros. Em alguns deles, inclusive, percebe-se a força de um carisma grupal fomentado pela coesão que se faz presente em associações e conselhos de classe. A outras profissões, no entanto, é atribuído um caráter de trabalho desvalorizado, ou até mesmo sujo, que as torna estigmatizadas socialmente. Conforme salientam Ashforth e Kreiner (1999) o prestígio profissional é composto por status, poder, qualidade do trabalho, exigências educacionais para o exercício da profissão e renda, representando percepções sociais duradouras e profundamente enraizadas de vários tipos de trabalho. Portanto, é provável que ele afete a construção social das ocupações e, por conseguinte, a avaliação e percepção de sentido e significado do trabalho ao longo do tempo.

Elias se encarrega de propor uma abordagem sociológico-processual, que postula que as relações entre as pessoas não podem ser entendidas através de conceitos semelhantes àqueles empregados no nível de átomos ou moléculas. Neste sentido, não é possível esperar que as regularidades ocorridas no passado se repitam da mesma forma no presente e futuro. É preciso, destarte, compreender que a estrutura atual teve uma anterior como precondição sem, necessariamente, ter emergido dela, o que se aplica tanto aos indivíduos quanto à sociedade, respeitando-se o elemento de sucessão no desenvolvimento dos grupos humanos (ELIAS, 1994a). Os seres humanos, interdependentes, formam, portanto, um “continuum socio-histórico”, de modo que a sociedade avança como um todo e produz seu trajeto “de planos emergindo, mas não planejada, movida por propósitos, mas sem finalidade” (p. 60).

As diferentes configurações emergem como consequências não premeditadas da interação social. O vínculo entre as pessoas se torna um importante elemento de análise e não a consciência coletiva, ação social ou estrutura. Não se pode, portanto, separar o indivíduo da sociedade. “Só podemos compreender muitos aspectos do comportamento ou das ações das pessoas individuais se começarmos pelo estudo do tipo da sua interdependência, da estrutura das suas sociedades, em resumo, das configurações que formam uns com os outros” (ELIAS, 2008, p. 79). Não é possível que se atribuam determinismos de tipos de capital nas relações. O convívio em sociedade tem uma forma determinada, que se exprime no conceito de figuração. Os seres humanos se agrupam em figurações específicas, que podem ter autonomia em relação a determinados indivíduos, mas não em relação aos indivíduos em geral, entre os quais se observam vínculos de interdependência. Mesmo que uma ação se dirija a uma pessoa específica, ela influencia

o jogo inteiro. Quanto mais complexa a rede, maior a interdependência, de modo que em figurações mais complexas o indivíduo perde o poder de definir a direção das mudanças, já que há muitos agentes envolvidos. Deste modo,

[...] cada pessoa singular está realmente presa; está presa por viver em permanente dependência funcional de outras; ela é um elo nas cadeias que ligam outras pessoas, assim como todas as demais, direta ou indiretamente, são elos nas cadeias que a prendem. Essas cadeias não são visíveis e tangíveis, como grilhões de ferro. São mais elásticas, mais variáveis, mais mutáveis, porém não menos reais, e decerto não menos fortes. E é a essa rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação a outras, a ela e nada mais, que chamamos "sociedade". [...] Suas estruturas são o que denominamos "estruturas sociais". E, ao falarmos em "leis sociais" ou "regularidades sociais", não nos referimos a outra coisa senão isto: às leis autônomas das relações entre as pessoas individualmente consideradas (ELIAS, 1994a, p. 23).

Contrapondo as propostas dos três autores, pode-se dizer que, embora Bourdieu tenha se esforçado para superar o embate entre estrutura e ação, em comparação a Giddens, o autor atribui um peso maior às estruturas objetivas no processo de formação do mundo social e das identidades e regras coletivas (RAMOS; JANUÁRIO, 2007). Enquanto Bourdieu centra sua atenção no modo como a estrutura é internalizada por meio do *habitus* e como este último orienta as ações individuais, Giddens busca entender como o *habitus* (rotina) orienta as ações e como estas influenciam a estrutura por meio da estruturação (LEME, 2006).

Por outro lado, em Elias percebe-se uma predominância nas ações dos indivíduos ou grupos, ainda que não deixe de considerar a internalização da estrutura nas condutas sociais dos indivíduos e grupos. Contudo, tanto as perspectivas de Giddens quanto de Elias compreendem o envolvimento contínuo das capacidades reflexivas dos indivíduos no fluxo da vida cotidiana e contextos da atividade social (LEME, 2006). Giddens (1979) avalia que todo processo de ação é uma produção de algo novo, um novo ato e, assim como Elias, compreende que toda ação existe em continuidade com o passado, que fornece os meios de sua iniciação. Deste modo, salienta que todo sistema social, entendido em seu sentido mais amplo, refere-se à interdependência reproduzida da ação, ou seja, a um relacionamento em que mudanças em um ou mais componentes iniciam mudanças em outras partes componentes. Os três autores salientam a existência de uma estrutura externa aos indivíduos, que produz uma estrutura internalizada e que se faz fundamental para a formação do indivíduo apto a lidar com a vida social (NEUBERT, 2018).

Mark Granovetter traz inovações para a análise social com a proposta de trilhar um caminho entre as concepções sub e supersocializadas, por meio do exame sobre como o comportamento está imerso em sistemas de relações sociais concretos e em andamento (GRANOVETTER, 1992). Em seu entendimento, as abordagens que se baseiam em ambas estas concepções negligenciam as estruturas contínuas das relações sociais. Deste modo, para que a análise da ação econômica seja feita de modo mais apropriado e sofisticado, propõe o uso do conceito de “*embeddedness*” (GRANOVETTER, 1985), geralmente traduzido para o português como “imersão”. O termo pode ser definido como “o argumento de que os comportamentos e as instituições a serem analisados são tão compelidos pelas contínuas relações sociais que interpretá-los como sendo elementos independentes representa um grave mal-entendido” (GRANOVETTER, 2007, p. 3). Ressalta que as ações econômica e não econômica estão imbricadas, de modo que

Muita vida social gira em torno de um foco não econômico. Portanto, quando a atividade econômica e não econômica é misturada, a atividade não econômica afeta os custos e as técnicas disponíveis para a atividade econômica. Essa mistura de atividades é o que chamei de “inserção social” da economia [...] a extensão em que a ação econômica está vinculada ou depende de ações ou instituições que são não-econômicas em termos de conteúdo, objetivos ou processos (GRANOVETTER, 2005).

Assim, as atividades sociais e econômicas interferem mutuamente entre si, com desdobramentos que perpassam, inclusive, as relações de trabalho. Por meio das relações de trabalho o indivíduo adulto se insere em redes sociais, bem como se movimenta por essas redes conforme as posições que ocupa. A atividade laboral se constitui, portanto, como um dos principais meios para inserção da vida social no contexto econômico. Essa abordagem ajuda a evitar as armadilhas que consideram os atores como atomizados, assim como as teorias que consideram os eventos econômicos como explicados exclusivamente pela tecnologia, propriedade ou cultura (SWEDBERG; GRANOVETTER, 1992). A análise da ação humana deve considerar, portanto, que “os atores não se comportam nem tomam decisões como átomos fora de um contexto social”, adotando docilmente um roteiro previamente escrito conforme as categorias sociais que ocupam. Na verdade, “suas tentativas de realizar ações com propósito estão imersas em sistemas concretos e contínuos de relações sociais” (GRANOVETTER, 2007, p. 9).

Granovetter (1992, p. 4) parte de três suposições sociológicas clássicas: 1) a busca por objetivos econômicos normalmente é acompanhada de objetivos não-econômicos, como sociabilidade, aprovação, status e poder; 2) a ação social, assim como toda ação, é

socialmente situada e não pode ser explicada apenas por motivos individuais, ela está imersa (*embedded*) em redes contínuas de relações pessoais, em vez de meramente conduzida por atores atomizados; e 3) as instituições econômicas, assim como todas as demais instituições, não emergem automaticamente, como se fossem o resultado inevitável de circunstâncias externas, mas são “socialmente construídas”.

Apesar de a origem do conceito de *embeddedness* ser atribuída a Karl Polanyi, Granovetter ressalta ter encontrado menções ao termo nas notas que escreveu até mesmo antes de ler Polanyi, destacando o emprego distinto que faz do conceito. Na verdade, acredita ter escutado o termo *embeddedness* nas palestras de Harrison White, quando ainda era um estudante de pós-graduação, embora não esteja totalmente certo disso (KRIPPNER et al., 2004). Granovetter reconhece que o conceito tenha se difundido, tendo sido adotado em conotações diferentes. Contudo, salienta que em sua proposta o conceito de imersão “é apenas um anúncio, ou um guarda-chuva conceitual sob o qual se deve olhar e pensar sobre quais são as conexões entre a atividade econômica e os elementos sociais, políticos, institucionais, históricos e culturais com os quais a atividade econômica é combinada” (KRIPPNER et al., 2004, p. 133).

Posteriormente, Granovetter chamou atenção para a necessidade de se distinguir entre conexões mais imediatas entre os atores e aquelas mais distantes. Neste sentido, propôs a diferenciação entre dois tipos de imersão, a “imersão relacional” (*relational embeddedness*) e “imersão estrutural” (*structural embeddedness*) (SMELSER; SWEDBERG, 2005). O primeiro tipo diz respeito à natureza das relações diretas que se desenvolvem entre pares de indivíduos específicos (díades). Neste sentido, exemplifica que modos de interações entre um trabalhador e um supervisor não são determinados somente pelo significado dessas categorias em uma divisão técnica do trabalho, como também por sua relação pessoal particular, determinada em grande parte por uma história de interações (GRANOVETTER, 2017, p. 17). O efeito da imersão relacional se faz não somente na ação econômica individual, assim como no agregado de todas essas relações.

Já o segundo tipo refere-se ao impacto da estrutura geral da rede em que os indivíduos estão inseridos. Em comparação à imersão relacional, a imersão estrutural tem efeitos tipicamente mais sutis e menos diretos na ação econômica. O impacto desta imersão no comportamento dos indivíduos tem a ver com seu efeito no tipo de informação que será disponibilizada em um momento de tomada de decisão, por exemplo. Deste modo, a percepção de justiça e adequação em relação ao salário percebido será

direcionada pela construção dos grupos de comparação. Isso não depende somente das posições na divisão do trabalho, como também das redes sociais não econômicas que perpassam os locais de trabalho, como as de parentesco ou proximidade residencial (GRANOVETTER, 2017).

Pode-se afirmar, portanto, que a ação econômica é constrangida, facilitada e moldada por estruturas e recursos disponíveis nas relações sociais em que os atores econômicos estão imersos. Como essas redes de relações são distintas, mesmo situações que possuem natureza técnica e econômica equivalentes, mas que contam com estruturas sociais diferentes, podem ter desfechos desiguais (GRANOVETTER, 1992). Estas redes são definidas como um conjunto regular de contatos ou conexões similares entre indivíduos ou grupos. Diz-se que a ação de um deles está imersa (*embedded*) porque é expressa na interação com outras pessoas (SWEDBERG; GRANOVETTER, 1992). Sua importância reside no fato de que nelas a cooperação, a confiança, a dominação e a conformidade - partes cruciais de todo sistema socioeconômico -, são realmente produzidas. Contudo, uma análise voltada somente para o nível das redes, em que se negligenciem níveis micro e macroscópicos, impede o conhecimento de como e por que tal produção ocorre (KRIPPNER et al., 2004).

Como explorado na segunda seção deste capítulo, alterações nas condições econômicas e no mercado levaram a novas formas e configurações de empresas e, por conseguinte, conduziram a novos arranjos e processos de organização do trabalho (BEAMISH; BIGGART, 2006). A análise do trabalho, tendo em conta o conceito de imersão, pode ser útil aos propósitos desta tese, pois permite compreender que a percepção do trabalho e o julgamento de sua importância estão intimamente imbricados nas interações entre os agentes sociais que, por sua vez, estão imersos na esfera econômica. Os significados do trabalho não se constituem como um elemento externo, uma força que paira sobre a sociedade, constrangendo as pessoas a perceberem o trabalho como central ou não em suas vidas. Eles são construídos conforme os contextos e interações que se desenvolvem entre as pessoas e estão em constante reformulação. Como salienta Granovetter (1973) é através dessas interações de pequena escala que os padrões mais amplos são construídos e estes, por sua vez, transformam os padrões de interação dos pequenos grupos. Os mercados (dentre eles, o mercado de trabalho) estão inseridos em uma estrutura institucional mais ampla, em uma cultura e em um conjunto de regras

e situações que se desenvolvem por meio de interações sociais (KRIPPNER et al., 2004) em constante transformação.

Além disso, o conceito é útil para o entendimento de que não somente as relações entre grupos em uma organização, assim como o efeito cascata das ações de vários grupos, afetam o comportamento individual e as relações sociais e vice-versa. Empregos e carreiras estão imersos em estruturas sociais e burocráticas que afetam fortemente até mesmo as chances de mobilidade e desemprego (GRANOVETTER, 1988), podendo ter reflexos no modo como as pessoas avaliam e atribuem significado ao trabalho. Há também uma série de alternativas, muitas vezes não incluídas na análise econômica, que funcionam através de grupos sociais e criam conformidade de modo menos intrusivo, como os sistemas de lealdade, que também possuem impacto nas relações de trabalho. Esses sistemas podem gerar comprometimento e a percepção de confiança (GRANOVETTER, 2005). Deste modo, as relações do trabalhador com a empresa e com os colegas são influenciadas de alguma maneira, o que pode refletir na percepção do trabalho.

Outro ponto de destaque se relaciona com a questão dos acessos a oportunidades e posições na estrutura de empregos. Conforme destaca Granovetter (2005), é inevitável que toda interação transmita informações, portanto, detalhes sobre empregadores, empregados e empregos fluem continuamente. Como as redes pré-existentes estão distribuídas de maneira desigual entre os indivíduos, os processos sociais que levam a essas redes criam um campo de atuação desigual no mercado de trabalho, favorecendo a sua polarização. Portanto, as posições que os indivíduos ocupam em determinadas redes condicionam seus acessos a novas posições e, por conseguinte, suas imersões em novas redes, conduzindo a novos desfechos e percepções sobre a importância do trabalho, bem como sobre aquilo que conseguem acessar por meio deste.

Alguns autores buscaram ampliar o conceito de *embeddedness*. Dentre eles ressalta-se a proposta de DiMaggio (1994), ao acrescentar que os aspectos culturais podem afetar o comportamento econômico, influenciando o modo como os atores definem seus interesses ou até mesmo moldando as estratégias do grupo na mobilização e definição de seus objetivos. Essas crenças são, portanto, capazes de romper estruturas prévias e ressaltam o caráter dinâmico dos padrões de configuração dos atores, sejam eles individuais ou coletivos, no sentido de romper a estrutura existente e gerar novas conformações e configurações (VALE, 2006). As normas e culturas em que os atores

estão imersos alteram até mesmo a habilidade laboral e a produtividade. Nas situações em que os grupos atribuem grande valor a determinada habilidade, ela pode se tornar símbolo de *status* (GRANOVETTER, 2005), com reflexos nos significados que estas pessoas atribuem ao seu trabalho. Mesmo que a ideia de *embeddedness* não preconize a necessidade de proximidade espacial entre os atores, a atenção para o elemento de inserção social enquanto conformador dos significados do trabalho pode levar em conta a dimensão espacial. Deste modo, alguns fatores podem conduzir a uma maior ou menor aproximação entre atores, como usos e costumes, vinculações religiosas e outros tipos de identidades partilhadas (VALE, 2006).

Quando ressalta que as instituições econômicas são socialmente constituídas, Granovetter (1992) faz referência à proposta de construção social de Peter Berger e Thomas Luckman. Neste sentido, é importante ressaltar que as instituições implicam em historicidade e controle, sendo impossível que sejam compreendidas adequadamente sem o entendimento do processo histórico em que foram produzidas (BERGER; LUCKMANN, 1968). Chama-se atenção, desta maneira, para o conceito de “imersão temporal” ou *temporal embeddedness* (GRANOVETTER, 2017, p. 19), que se opõe ao reducionismo temporal, que trata relações e estruturas de relações como se fossem desprovidas de uma história que moldasse a situação atual. “Nas relações em curso, os seres humanos não começam de novo a cada dia, mas levam a bagagem de interações anteriores para cada uma nova (interação)”. As estruturas das relações tipicamente resultam de processos ao longo do tempo e raramente podem ser entendidas de outra forma.

Assim, salienta-se que a construção do conceito de trabalho, bem como de seus sentidos e significados, se faz ao longo do tempo e por meio das interações. A construção da percepção e dos significados do trabalho ocorre a partir de interações menores, que se desenvolvem e formam novos padrões em uma escala maior e que, por sua vez, transformam as interações de menor escala. Passam, portanto, por intercâmbios sociais que, por sua vez, se encontram imersos em contextos de trabalho e econômicos. Constitui-se, destarte, a partir de ações mútuas entre elementos de esferas micro e macrossociológicas, entre atores e instituições mais amplas.

Um caminho similar está ancorado na análise do trabalho e seus significados sob a perspectiva de Elias, em que se destaca a importância para a atenção não apenas à percepção atual do trabalho, mas também aos processos e figurações que levaram ao

modelo de valoração social do trabalho na sociedade atual, um percurso explorado ao longo das seções iniciais deste capítulo. Portanto, quando se examinam as diferentes representações sociais da atividade laboral ao longo do tempo, é preciso voltar o olhar para as diversas formas de vínculos, para o processo que conduziu a essas diferentes figurações, bem como para as alterações entre o balanço de poder nas relações de trabalho ao longo do tempo. Se nas sociedades pré-industriais não o trabalho em si, mas o trabalho com o objetivo de ganhar dinheiro, assim como a posse do dinheiro eram desvalorizados (ELIAS, 2001b), como se deram as figurações e interações que levaram a que o trabalho e a posse de dinheiro fossem valorizados nos dias atuais?

Capítulo 2 - Os Sentidos e Significados do Trabalho

Os estudos sobre os sentidos e significados do trabalho possuem suas raízes na Psicologia e Sociologia, sendo tratados em diversas abordagens teóricas e metodológicas (RODRIGUES et al., 2018; ROSSO; DEKAS; WRZESNIEWSKI, 2010). Segundo a perspectiva psicológica, as percepções sobre os significados são fundamentadas nas interpretações subjetivas que os indivíduos fazem sobre suas experiências e interações no trabalho. Deste modo, entende-se que os indivíduos são dotados de agência e, ao se depararem com fontes potenciais de significado em seu trabalho, o avaliam e interpretam conforme seu referencial. Já a perspectiva sociológica presume que a avaliação de certos aspectos como mais ou menos significativos reflete a influência de visões de mundo e sistemas de valores sociais ou culturais, sendo, portanto, mais complexa. Não apenas as atitudes e expectativas são levadas em conta, mas também o significado do trabalho, seu papel na sociedade, bem como as interrelações entre a atividade e outras esferas significativas (MÉDA; VENDRAMIN, 2013; WARR, 2008). Neste sentido, o trabalho provavelmente será considerado significativo quando os sistemas sociais e culturais em torno das pessoas atribuírem valor às suas atividades laborais.

A avaliação sobre o trabalho passa por um conjunto flexível de cognições que se desenvolvem antes e durante o processo de socialização no trabalho, estando sujeita a influência de fatores contextuais, sociais e experiências pessoais (ZUBIETA et al., 2008). Os significados do trabalho compreendem um componente da realidade socialmente construída e reproduzida, resultante da interação de variáveis pessoais e sociais em determinado contexto histórico (TOLFO; PICCININI, 2007), com implicações que vão desde as ações individuais aos processos grupais e sociais (TOLFO et al., 2011). Possuem em sua formação um conteúdo socialmente compartilhado, ao mesmo tempo em que é marcado por singularidades que se estabelecem nas trajetórias individuais e modos de inserção social. Neste sentido, incorporam elementos ideológicos da sociedade, relacionando-se, portanto, à estrutura macroeconômica e são influenciados por agentes de socialização (BORGES; BARROS, 2015).

É comum encontrar nos estudos que abarcam esta temática, pouco consenso em relação ao uso dos termos “significado” e “sentido”. Contudo, Tolfo e Picininni (2007) salientam a proximidade etimológica dos dois conceitos, já que ambos derivam do latim *sensos*, que remete para a percepção, significado, interpretação e sentimento. Ademais,

quando se fala de significado e de trabalho, é possível fazer referências a significados “no” trabalho, “do” trabalho e “do ato de trabalhar”. O significado no trabalho envolve um relacionamento entre o funcionário e a organização ou o local de trabalho, em termos de comprometimento, lealdade e dedicação. O significado do trabalho refere-se a uma preocupação sociológica e antropológica sobre o papel do trabalho na sociedade, em termos de normas, valores e tradições de trabalho no cotidiano das pessoas. Deste modo, envolve as representações sociais que a atividade tem para o trabalhador, tendo-se como referência a percepção individual e social. Por fim, os significados do ato de trabalhar remetem a um estado de ser inclusivo onde cada indivíduo expressa o significado e propósito de sua vida através de atividades de trabalho (GHADI; FERNANDO; CAPUTI, 2015).

Em uma revisão da produção científica sobre sentidos e significados do trabalho abrangendo publicações em contexto brasileiro, Bendassolli et al. (2015) identificaram que a maior parte das pesquisas utilizava os conceitos indiscriminadamente, havendo, no entanto, aqueles que utilizavam sentido e significados como conceitos distintos ou interdependentes. Os autores ressaltam que isso provavelmente ocorra devido a processos de tradução do termo de outras línguas, como a inglesa e a francesa, nas quais os estudos seminais do conceito foram desenvolvidos, o que acaba por comprometer sua diferenciação.

As pesquisas que tratam os significados e os sentidos sem diferenciações entendem o conceito como uma construção histórica, com narrativas sociais sobre o que significa trabalhar através dos tempos (BENDASSOLLI et al., 2015). Quando tratados como construtos interdependentes, os significados do trabalho são entendidos como construções coletivas, ao passo que o sentido é abordado como a apropriação pessoal dos significados coletivos desenvolvidos nas experiências cotidianas.

Dentre os estudos que fazem distinção entre os dois conceitos, Bendassolli et al. (2015) identificaram que os significados do trabalho remetem à cognição social, sendo formado por algumas facetas. Articulam-se as dimensões individual (história pessoal), social e ocupacional, de modo que o significado do trabalho é uma cognição subjetiva histórica e em mudança contínua. Deste modo, refere-se à interpretação individual, embora amplamente influenciada pelo contexto social, do trabalho e do que ele representa para o indivíduo, sendo que para uns pode ser meio de sustento, para outros uma vocação ou até mesmo um meio de se manter ocupado (ROSSO; DEKAS; WRZESNIEWSKI,

2010). Já os sentidos do trabalho têm origem na construção subjetiva a partir do que cada indivíduo apreende dos significados coletivos e das experiências cotidianas (PRATES; SILVA; PICCININI, 2014; RODRIGUES; BARRICHELLO; MORIN, 2016). Envolve a percepção de que a tarefa é útil para a organização a qual se está inserido, bem como as avaliações de autorrealização, satisfação, liberdade e autonomia, assim como o sentimento de que o trabalho permite evolução pessoal e profissional (TOLFO; PICCININI, 2007). A terminologia utilizada neste capítulo respeita o emprego dos termos conforme o uso dos autores que embasam esta revisão. Contudo, nesta tese entende-se que formam construtos interdependentes.

Este capítulo é composto por duas seções. Na subseção 2.1 o conceito é abordado em um enfoque multidimensional, o que remete para a definição dos significados do trabalho adotada na investigação empírica desta tese. Posteriormente, na subseção 2.2, discute-se a construção das representações sociais, especialmente aquelas que se compartilham sobre o trabalho e seus significados, a partir de uma orientação teórica que busca a superação da dialética entre as dimensões macro e microsocial.

Salienta-se que há outras abordagens teóricas acerca dos sentidos e significados do trabalho (MORIN; TONELLI; PLIOPAS, 2007; ROSSO; DEKAS; WRZESNIEWSKI, 2010; TOLFO; PICCININI, 2007; TOLFO et al., 2011), no entanto, o debate se concentra naquela que é mais relevante para o cumprimento dos objetivos desta investigação, já que orienta os dados utilizados na empiria.

2.1 – Os significados do trabalho como um construto multidimensional

Um dos primeiros estudos sobre o significado do trabalho foi desenvolvido por Nancy Morse e Robert Weiss. Os autores estavam interessados em verificar em que medida, diante das mudanças oriundas da modernização e industrialização, o trabalho se tornara instrumentalizado, ou seja, visto apenas como um meio para ganhar a vida, bem como quais significados eram a ele atribuídos. Com este propósito, conduziram entrevistas com 401 trabalhadores estadunidenses, no ano de 1953, nas quais perguntavam se eles continuariam a trabalhar mesmo que herdassem uma quantidade de dinheiro que possibilitasse uma vida inteira com conforto. A maioria deles (80%) respondeu que sim, justificando que o trabalho permitia a integração social, garantia a ocupação do tempo, bem como fornecia um propósito de vida. A ausência de trabalho

representava sentimentos negativos, como o receio de perder a sanidade, sentir-se inútil ou entediado (MORSE; WEISS, 1955).

Os autores aprofundaram a investigação em função da idade e das ocupações dos trabalhadores, tendo encontrado resultados distintos, sinalizando diferentes percepções do papel do trabalho para estes grupos. No que diz respeito à idade, Morse e Weiss (1955) perceberam que entre os mais jovens a intenção de permanecer trabalhando era mais saliente e, com o passar da idade, esta vontade decaía. Ou seja, a relação entre a idade e o desejo de continuar trabalhando indicou que quanto mais próximo o indivíduo estivesse da idade da aposentadoria (65 anos, em média), maior a probabilidade de ele dizer que não trabalharia se não precisasse por razões econômicas.

Quanto às categorias ocupacionais, os autores verificaram algumas singularidades. Os entrevistados foram divididos entre ocupações de classe média, como trabalhadores especializados, gestores empregados por outrem e trabalhadores da área comercial; trabalhadores operacionais, como capatazes, trabalhadores manuais, operadores de máquinas, trabalhadores semiqualeificados, não qualificados e prestadores de serviços; e trabalhadores rurais, a maioria em situação de autônomos. Os autores salientam que os grupos formados por trabalhadores de classe média e rurais detinham maior escolarização e renda, eram majoritariamente brancos e protestantes, sendo a prevalência do protestantismo ainda maior entre os trabalhadores rurais.

Morse e Weiss (1955) sinalizaram que a grande maioria dos entrevistados permaneceria trabalhando, embora esta proporção tenha sido maior entre trabalhadores de classe média e rurais. O único grupo ocupacional que se desviou desse padrão geral foi o de trabalhadores sem qualificação, entre os quais pouco mais de 50% permaneceria em atividade. Ainda no que concerne à comparação entre as categorias ocupacionais, os autores identificaram que, entre os trabalhadores de classe média e rurais que continuariam a trabalhar, a maioria se interessava em permanecer no mesmo tipo de trabalho. Em contraste, apenas 34% dos trabalhadores operacionais que continuariam a trabalhar manteriam o tipo de trabalho. Ademais, os significados atribuídos a esta categoria diferiram. Entre os trabalhadores de classe média, trabalhar significava majoritariamente um propósito, permitia a realização e a autoexpressão, bem como garantia uma sensação de bem-estar. Para os trabalhadores rurais e operacionais, trabalhar significava manter-se ativo, ocupado.

Os resultados encontrados por Morse e Weiss (1955) indicaram que, para a maioria dos homens³, o trabalho não era simplesmente um meio de ganhar a vida. Mesmo que não houvesse necessidade econômica de trabalhar, a maioria deles trabalharia de qualquer maneira. Isso porque acreditavam que era através do papel produtivo que se vinculavam à sociedade.

Os estudos de Morse e Weiss (1955) foram replicados por Robert Vecchio (1980), que utilizou um survey aplicado nos Estados Unidos a uma amostra aleatória de 1.099 homens, nos anos de 1974, 1976 e 1977. O autor fez uma pequena alteração na pergunta, que foi estruturada da seguinte maneira: "Se você tivesse dinheiro suficiente para viver tão confortavelmente quanto gostaria pelo resto de sua vida, você continuaria a trabalhar ou você pararia de trabalhar?". O objetivo da alteração foi o de deixar em aberto a questão da fonte de riqueza repentina, de modo a não distrair o entrevistado da questão crítica, ou seja, sua resposta a uma oportunidade de deixar de trabalhar sem dificuldades econômicas concomitantes.

Apesar de a maior parte dos respondentes indicar que continuaria a trabalhar, a proporção daqueles que permaneceriam em tais condições caiu significativamente em comparação ao estudo de Morse e Weiss, exceto entre o grupo formado por trabalhadores entre 45 e 54 anos. Os resultados apontaram para uma mudança em relação ao significado atribuído ao trabalho, que teria passado a ocupar uma posição de menor centralidade. Neste sentido, sugerem que possivelmente a "ética de lazer" estaria substituindo a tradicional "ética de trabalho" nos Estados Unidos (Vecchio, 1980). Embora os resultados encontrados nas duas pesquisas tivessem algumas limitações, ambas serviram como inspiração para diversos estudos sobre a temática, dentre os quais se destacam aqueles desenvolvidos pelo *Meaning of Work Research Team* (MOW).

A equipe do MOW, formada por 14 cientistas das áreas de Sociologia, Psicologia Organizacional e do Trabalho, Psicologia Social, Economia e Gestão, Recursos Humanos e Sociopsicologia do Trabalho e das Organizações, se reuniu em 1978, tendo fundado o *The MOW International Research Center* em 1980. Os resultados obtidos pelo grupo tiveram grande impacto e relevância no campo do significado do trabalho e ainda

³ Morse e Weiss (1955) incluíram apenas homens na amostra estudada, postura igualmente adotada por Robert Vecchio (1980). Esta estratégia foi criticada por autores como Highhouse e Zickar e Yankelevich (2010), que, ao replicarem a pesquisa de Vecchio, incluíram mulheres em sua investigação.

influenciam a maior parte dos estudos sobre o tema (GOULART, 2009). O trabalho do MOW consistiu em um *survey* aplicado, durante os anos de 1981 e 1983, a quase quinze mil respondentes em oito países⁴, com resultados publicados em 1987. Os itens que avaliam os significados do trabalho utilizados na parte empírica desta tese foram orientados a partir da perspectiva proposta pelo MOW, que será, portanto, detalhada.

Uma das preocupações iniciais dos pesquisadores do MOW (1987) se relacionava ao fato de que vivemos em uma sociedade permeada por uma noção de glorificação do trabalho, mas que se depara com uma realidade de trabalhadores sem trabalho. Partindo do pensamento durkheimiano de que o trabalho e a divisão social do trabalho garantem a conexão social entre as pessoas, constituindo a base para a integração social, os autores se perguntam: Se as pessoas se inserem na sociedade por meio do trabalho, o que restará à sociedade quando este acabar?

A análise proposta pela equipe leva em consideração o histórico religioso da sociedade ocidental e sua relação com as percepções sobre o trabalho e, nessa perspectiva, se inspira na interpretação adotada por Hannah Arendt. Influenciada pela distinção que Locke faz entre “as mãos que trabalham e o corpo que labora”, Arendt (2007, p. 90) ressalta a ambivalência em relação a esta categoria por meio da diferenciação entre labor e trabalho. O primeiro representa o esforço doloroso dos nossos corpos na garantia de suas necessidades, com foco na manutenção das necessidades básicas por meio da obtenção de produtos de curta durabilidade e para consumo imediato, sendo descrito como o metabolismo do ser humano com a natureza. De modo que o labor não deixa nada atrás de si, “o resultado de seu esforço é consumido quase tão depressa quanto o esforço é despendido”, mas, ainda assim, esse esforço é fortemente motivado, já que “a própria vida depende dele” (p. 98). Trata-se, portanto, das atividades que permitem a satisfação das necessidades de sobrevivência.

O segundo remete ao trabalho de nossas mãos que “fabrica a infinita variedade de coisas cuja soma total constitui o artifício humano” (ARENDR, 2007, p. 149). Permite a criação de objetos de longo uso e durabilidade, por meio da modificação do ambiente físico, sendo um processo de criação e perpetuação da cultura material. O produto do trabalho é estável e sólido. A autora ressalta que a especialização e divisão do trabalho,

⁴ Bélgica, Alemanha, Grã-Bretanha, Israel, Japão, Holanda, Estados Unidos e a antiga Iugoslávia.

bem como seu utilitarismo, podem fazer com que o trabalho se transforme em uma espécie de labor.

A concepção de Arendt é fundamentada na perspectiva judaico-cristã, que demonstra uma ambivalência em relação ao trabalho. Contudo, os pesquisadores do MOW (1987) compreendem que, embora a visão histórico-religiosa do trabalho ainda se encontre presente na sociedade contemporânea, esta dualidade não é, necessariamente, suficiente para explicar todo o processo de atribuição de significados ao trabalho, que vai além da contraposição entre fatores instrumentais e expressivos. Neste sentido, voltam a atenção para a influência de fatores socioeconômicos e culturais, como a mudança cultural em sociedades industrializadas, de valores materialistas, em que se pese a busca pela segurança e satisfação econômica, para pós-materialistas, voltados para a qualidade de vida e auto atualização, conforme apresentado na pesquisa conduzida por Inglehart (1997a, 2008). Mas também incluem em sua análise fatores individuais e estruturais, como o histórico pessoal, familiar e profissional dos indivíduos, experiências de desemprego, escolaridade, nível socioeconômico e tipo de atividade realizada no trabalho.

A perspectiva adotada pelo MOW (1987) salienta que as pessoas desenvolvem os significados do trabalho como resultado das experiências laborais e do contexto do trabalho, mas também usam esses significados para moldar as estruturas sociais. A partir do momento em que certos padrões de significados são desenvolvidos por indivíduos e grupos, eles, por sua vez, afetam a sociedade, de modo que o indivíduo define a realidade, mas também é definido por ela. Os autores evitam entender os significados do trabalho como algo totalmente determinado por forças externas, mas também rejeitam a proposição de que o agente social é o único responsável pela transformação social, reduzindo a interpretação da realidade a critérios meramente subjetivos. O modelo adotado preconiza, portanto, que embora grupos e organizações sustentem significados, o fato de essas estruturas coletivas se desenvolverem é resultado da sobreposição de estruturas de significados individuais que precedem a estrutura coletiva.

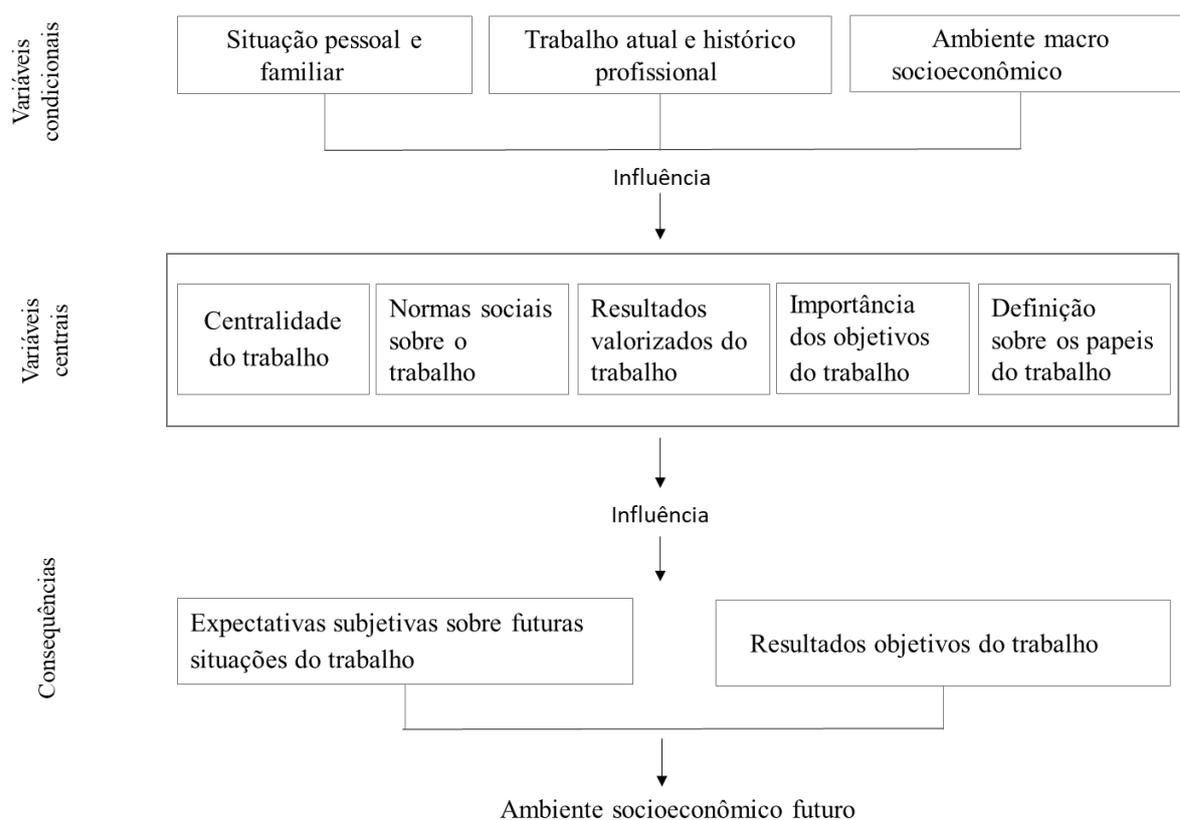
As pesquisas foram baseadas na concepção do significado do trabalho como o conjunto de valores, crenças e expectativas que os indivíduos possuem. Estes são influenciados pela sociedade através de agentes de socialização, como a família, instituições de ensino e organizações de trabalho. Os significados do trabalho funcionam como um tipo de estrutura de referência para a ação, por meio da realização de crenças

individuais sobre os resultados esperados no trabalho, sobre o que se deve oferecer em dada situação de trabalho no sentido de alcançar esses resultados, bem como acerca da identificação com o trabalho, ou seja, a importância deste para a autoimagem (RUIZ-QUINTANILLA, 1991).

Os pesquisadores tinham como objetivo entender o modo como os significados do trabalho se desenvolvem; identificar os padrões de significados atribuídos ao trabalho, entre os países participantes; compreender as diferenças do construto entre indivíduos e grupos, por meio da análise de variáveis pessoais e familiares, trabalho, histórico profissional e ambiente macroeconômico; entender as consequências dos padrões de significados do trabalho para os indivíduos, instituições e sociedade; estimar a proporção da força de trabalho que apresentava cada um dos padrões de significado do trabalho nos países participantes; desenvolver políticas públicas e privadas no âmbito do trabalho, conforme os resultados verificados; e comparar os significados, seu desenvolvimento e consequências entre os países envolvidos no estudo, tanto em termos de similaridades quanto de diferenças (MOW, 1987).

Segundo Antonio Ruiz-Quintanilla (1991), um dos coordenadores da equipe MOW, os principais componentes do significado do trabalho, embora teoricamente tratados como dimensões distintas, são pensados para funcionar como um construto multidimensional (RUIZ-QUINTANILLA, 1991). O modelo proposto, de natureza basicamente heurística, determinado por escolhas e experiências vivenciadas pelos indivíduos e pelo contexto social e de trabalho, considera três níveis para operacionalização: variáveis condicionais (antecedentes), variáveis centrais (significados do trabalho) e consequências (Cf. figura 1).

Figura 1 - Modelo heurístico desenvolvido pelo MOW



Fonte: adaptado de MOW (1987, p. 16).

No estudo conduzido pelo MOW (1987) a situação familiar engloba a responsabilidade financeira, que pode ter implicações para os significados do trabalho no sentido de que o fato de ser responsável pode gerar a sensação de utilidade e fomentar a identificação com o trabalho, fazendo com que a pessoa atribua centralidade a esta esfera. Por outro lado, pode causar na pessoa a sensação de ter tido que escolher o trabalho em detrimento da família e, com isso, atribuir menor centralidade ao trabalho como forma de compensação. Os autores entendem que a socialização e o aprendizado se diferenciam conforme a idade (coorte e ciclo de vida), influenciando nos significados do trabalho. Adicionalmente, afirmam que o processo de socialização também se difere conforme o gênero, conduzindo a diferentes experiências no trabalho. As expectativas de papéis do homem (provedor) e da mulher (cuidado), assim como com a entrada no mercado de trabalho podem ser fatores que influenciam o modo como as pessoas interpretam e atribuem significado ao trabalho. A influência da escolaridade se relaciona com seu impacto nos valores de auto direção, de modo que a pessoa acredita ter maior capacidade para tomar responsabilidade por suas ações, podendo fomentar as percepções de

envolvimento, responsabilidade e escolha, e, por conseguinte, influenciar a percepção de significados do trabalho.

Para os autores, um histórico profissional marcado por turbulências, situações de desemprego, atividades em condições inseguras ou insalubres, carga de trabalho excessiva e outros fatores degradantes, podem gerar situações de stress e angústia, e, com isso, influenciar a percepção do trabalho, com impactos negativos para sua centralidade, resultados valorizados e normatividade. Por outro lado, um histórico marcado por crescimento pode ter efeitos positivos para a formação da identidade da pessoa em sua relação com o ambiente e até mesmo favorecer a socialização em outras esferas, com tendência a influenciar de maneira positiva a avaliação do trabalho, já que este teria permitido o acesso a diversos elementos valorizados socialmente. Ademais, os autores afirmam que há reciprocidade entre as características da ocupação e a centralidade do trabalho, de modo que esta é mais presente quando as atividades são marcadas por autonomia, variedade e possibilidade de decisão.

Por fim, no que concerne ao ambiente socioeconômico, os autores afirmam que fatores como taxa de desemprego e vinculação integral ou parcial ao trabalho podem influenciar os significados. Em sociedades marcadas por altos níveis de desemprego, pode haver alterações na percepção de justiça distributiva, de modo que as pessoas demandem mais da sociedade e possam exaltar o direito por um trabalho. Contudo, salientam a dificuldade de se identificar tais efeitos em um estudo de desenho transversal.

O modelo é baseado em definições sociológicas e psicológicas, a saber, o significado, as crenças, as definições e o valor que indivíduos e grupos atribuem ao trabalho como um elemento principal da atividade humana que ocorre durante grande parte de suas vidas (HARPAZ; FU, 2002). As variáveis centrais, relacionadas aos significados do trabalho são: a centralidade do trabalho, as normas sociais sobre o trabalho, os resultados esperados/valorizados no trabalho, a importância dos objetivos e produtos do trabalho e as definições sobre o ato de trabalhar.

A centralidade do trabalho é definida como o grau de importância que a atividade tem na vida de um indivíduo em determinado momento. É constituída por dois componentes teóricos: o primeiro, valorativo, envolve a avaliação absoluta da importância atribuída ao trabalho; o segundo abrange uma ponderação relativa, na qual a importância do trabalho é confrontada com outras esferas, como a familiar, a religiosa e a do lazer (RUIZ-QUINTANILLA; CLAES, 2000).

A centralidade absoluta se fundamenta em uma orientação valorativa. É resultado de um procedimento cognitivo que se baseia na comparação entre o trabalho como uma atividade e a percepção do *self*. O resultado dessa comparação consiste no desenvolvimento de uma identificação da atividade como algo central ou periférico para a autoimagem. Além disso, tem como elemento o envolvimento com o trabalho, tido como uma resposta afetiva em que este é visto como parte da vida da pessoa (MOW, 1987). O conceito de centralidade do trabalho decorre da formulação de Robert Dubin sobre o trabalho como um interesse central da vida, que, por sua vez, está enraizado na ética do trabalho protestante postulada por Weber (HIRSCHFELD; FEILD, 2000).

O estudo de Dubin (1956) sobre "interesses centrais da vida" dos trabalhadores industriais também orientou a definição do aspecto relativo da centralidade do trabalho adotada pelo MOW. Tem-se como premissa que os interesses pessoais estão segmentados em diferentes subesferas. Nesta perspectiva, embora as pessoas participem das diversas esferas necessárias à sua socialização, atribuem preferência e maior significado àquelas que fornecem melhores recompensas para seus comportamentos.

O primeiro elemento envolve uma crença ou orientação valorativa em relação ao *self* e o segundo passa por um processo decisório de natureza comparativa entre diversos elementos ou subesferas da vida, ou seja, na identificação baseada na preferência pelo trabalho em detrimento de outras esferas. Desde modo, essas medidas se correlacionam apenas de maneira moderada. A esfera do trabalho pode ocupar uma posição central, ter seus interesses divididos com outras esferas ou ser preterida, conforme valoração pessoal atribuída em virtude das preferências, que se estabelecem como consequência das interações que a pessoa estabelece com cada uma dessas esferas (MOW, 1987).

As normas sociais representam os padrões avaliativos de um indivíduo sobre o trabalho. O conceito, que tem como embasamento os princípios abstratos de justiça social e equidade que as pessoas utilizam em situações de trabalho com o objetivo de obter cooperação ou distribuir benefícios, captura as crenças e expectativas sobre direitos e responsabilidades relacionados ao trabalho. Seu foco se concentra em duas visões normativas: a norma da obrigação e a norma do direito.

A primeira tem como ponto de partida a pessoa e se concentra nos padrões e normas sociais que remetem à uma obrigação do indivíduo para com a sociedade. Essa noção está presente na discussão de Lawrence Kohlberg sobre princípios avaliativos baseados na ordem social e obrigação com o dever social, nos trabalhos de Piaget sobre

estágios cognitivos operacionais e concretos, na filosofia moral de Durkheim e na Ética Protestante destacada por Weber. Nesta direção, o comportamento normativo consiste no preenchimento do dever ou obrigação para com a sociedade e respeito às normas que suportam a ordem social. A normatividade da obrigação como um padrão avaliativo está assente na responsabilidade pessoal ou nas normas internalizadas sobre dever e comprometimento social. A orientação para essa visão pessoal está na compulsão em contribuir para a sociedade por meio do trabalho ou de economizar para sua segurança futura. Ou seja, parte da crença de que a pessoa tem o dever ou a responsabilidade de contribuir para a unidade social por meio do trabalho.

A segunda norma também se concentra no indivíduo, mas remete aos padrões sociais e normas relacionados ao direito das pessoas e nas obrigações da sociedade para o indivíduo. Essa normatividade se relaciona com a suposição implícita ou explícita sobre a equidade nas relações de trocas entre as contribuições individuais e o sistema social de recompensa, tendo como um de seus fundamentos o contrato social de Rousseau. A normatividade sobre o trabalho como um direito pode estar relacionada com as noções de bem-estar social e com a instituição social que explicam, por exemplo, o processo de sindicalização.

Segundo o MOW (1987), as pessoas que estão insatisfeitas com a distribuição dos resultados relacionados ao trabalho buscam preencher a lacuna entre eles e outros membros da sociedade por meio da identificação de normas que adotam um tratamento justo ou igualitário, independentemente das diferenças individuais. Isso teria como consequência, segundo alguns psicólogos sociais, sociólogos e economistas, a formação de movimentos sociais, sindicatos e emergência de grupos, o que poderia conduzir a pressões sociais e políticas para legitimação dessa normatividade relacionada à justiça distributiva.

A dimensão formada pelos resultados valorizados e metas no trabalho examina os objetivos que os indivíduos buscam nesta atividade, assim como a importância relativa destes. A orientação teórica adotada se baseia na tipologia do significado geral do trabalho desenvolvida por Roy Kaplan e Curt Tausky. Esses significados se dividem em expressivos e instrumentais. Dentre os primeiros, destaca-se o aspecto de satisfação intrínseca obtida por meio da realização das tarefas, o status ou prestígio social obtido por meio da atividade realizada, a sensação de realizar uma atividade moralmente valorizada na sociedade, bem como a possibilidade de estabelecer contatos sociais interessantes. Os

aspectos instrumentais se relacionam ao trabalho como uma atividade econômica realizada essencialmente para obtenção do sustento e satisfação de necessidades e como uma atividade capaz de manter um senso de organização e rotina, sendo um meio para se evitar consequências negativas associadas à preguiça e à ociosidade, como o envolvimento com atividades ilegais e criminalidade (KAPLAN; TAUSKY, 1974).

Os resultados obtidos pelo MOW indicaram que estes objetivos se dividiram em 4 dimensões: a expressividade, em que se salientam o trabalho interessante, a adequação entre as habilidades exigidas e experiência do trabalhador, bem como a presença de autonomia e variedade das tarefas; a dimensão voltada para o aprendizado e oportunidades de progresso profissional; a dimensão econômica, com valorização do salário, oportunidades de promoção e segurança; e a dimensão do conforto, com ênfase nas condições de trabalho, em seu aspecto físico, bem como na adequação da jornada laboral.

A concepção da avaliação sobre os resultados valorizados, a preferência por estes resultados e os papéis atribuídos ao trabalho se influencia também nos estudos de John Cragin (1983) sobre as percepções. Deste modo, ressalta-se que para que ocorra a percepção avaliativa sobre algum fator, elementos afetivos e cognitivos são acessados. O componente afetivo indica a noção de sentimentos positivos ou negativos sobre algo. A atribuição cognitiva compreende o conhecimento do recurso a ser avaliado, assim como a sua comparação com outros fatores que com ele se relacionam, o que pode ser influenciado pela valorização a ele atribuída pelo contexto socioeconômico e laboral.

Como o trabalho possui diferentes funções e significados para diferentes sociedades e culturas, a equipe do MOW considerou importante investigar quais são as definições sobre o ato de trabalhar, com o intuito de compreender os critérios e as razões que as pessoas usam para decidir quais atividades são consideradas como trabalho e quais não são. Essas definições envolvem as justificativas ou razões para trabalhar e se envolver com a atividade, as consequências desse envolvimento e as restrições ou controles relacionados à sua execução (RUIZ-QUINTANILLA, 1991). As definições identificadas empiricamente pelo MOW (1987) foram: definição concreta do trabalho como algo feito em um local específico para este fim, para o qual se recebe um salário e que não necessariamente é prazeroso; definição social, como uma atividade que contribui para a sociedade, gera sensação de pertencimento e lucro a terceiros; trabalho como um dever, algo da responsabilidade do trabalhador e que pertence às suas tarefas; e trabalho como

uma carga, marcado pelo esgotamento físico ou mental. Neste sentido, para alguns, por exemplo, a definição principal do trabalho passa pela questão da remuneração, de modo que a atividade é definida como um meio para garantia de subsistência e manutenção das necessidades, para outros, se relaciona com a expressão de potencialidades individuais e com a realização de tarefas úteis para a sociedade.

Após a realização de estudos de validação, três dimensões persistiram empiricamente como maiores representações dos significados do trabalho: a centralidade, as normas sociais (obrigações e direitos) e os resultados esperados/valorizados no trabalho (RUIZ-QUINTANILLA; CLAES, 2000). A estrutura geral dos significados do trabalho resultante das pesquisas tem a centralidade como elemento fundamental para compreensão do construto. Segundo o MOW (1987), a medida da centralidade deve abranger todas as possíveis razões que levam uma pessoa a avaliar o trabalho como algo importante, ou não, em suas vidas. Os autores ressaltam que essas dimensões se relacionam teórica e empiricamente, tendo como um de seus fundamentos a estrutura do mercado de trabalho e das ocupações. Neste aspecto, salienta-se o conceito de dualidade do mercado de trabalho, que se diferencia conforme salários, recompensas e condições de trabalho. Em virtude dessa realidade, alguns possuem acesso a ocupações com melhores condições de trabalho e remuneração, enquanto grande parcela fica restrita a trabalhos degradados e mal remunerados. Essa dualidade implica em diferentes avaliações sobre a importância e significados atribuídos ao trabalho.

As pesquisas conduzidas pelo MOW indicaram que a estrutura de significados do trabalho entre os países envolvidos no estudo possuía alta similaridade. Ademais, os resultados validaram a posição de autores que defendem que o trabalho se mantém central na sociedade contemporânea (ANTUNES, 2009b; CASTELLS, 2011; DE LA GARZA; HERNÁNDEZ, 2000), mesmo em situações de grande informalidade e precariedade. Os autores reforçam a defesa do trabalho como um elemento central na sociedade e esclarecem que essa valorização pode ter como referência aquilo que a pessoa consegue atingir por meio dele, devido ao que nele investe, ou por uma combinação dos dois. Além da questão da jornada diária, já que a atividade ocupa mais de um terço das horas que um adulto passa acordado, período que se torna ainda maior quando se considera a preparação para essas atividades, percebe-se muitas situações em que as pessoas obtêm seu bem-estar econômico por meio do trabalho. Contudo, para muitos o trabalho não provê apenas o bem-estar econômico, garantindo uma ligação entre o indivíduo e a sociedade e até

mesmo um propósito. Por outro lado, os efeitos do não-trabalho, como se experimenta em situações de aposentadoria e desemprego, podem ser de adoecimento e desmoralização (MOW, 1987).

Os resultados das pesquisas chamam atenção também para as diferenciações entre os componentes dos significados do trabalho conforme o gênero, a idade, a qualidade do trabalho executado, assim como a escolaridade. Estas características influenciaram na percepção da centralidade, das normas relativas aos direitos e obrigações, assim como dos aspectos mais valorizados no trabalho (RUIZ-QUINTANILLA; CLAES, 2000).

O modelo adotado reconhece que a identificação e a valoração do trabalho são influenciadas por condições culturais passadas, pelo desenvolvimento pessoal e pela socialização, bem como pelas condições socioeconômicas. A questão da reciprocidade é um ponto central ressaltado pelos investigadores: os significados do trabalho são afetados e afetam os fatores sociais e estrutura social. Portanto, as condições culturais afetam os significados do trabalho, e estes, por sua vez, afetam a formação de grupos e as mudanças sociais (MOW, 1987).

A investigação realizada pela equipe do MOW apontou quatro padrões de respostas que fornecem um conjunto de modelos hipotéticos para a atribuição dos significados do trabalho. O padrão instrumental, no qual o desempenho econômico é considerado como o mais relevante, de modo que o trabalho não representa um lugar central na vida, mas uma maneira de obtenção de dinheiro, sendo os aspectos intrínsecos pouco valorizados. O padrão de centralidade expressiva, em que o trabalho é interpretado como forma de expressão, tido como um lugar central na vida, ao passo que se reserva ao salário e aos aspectos econômicos um valor secundário. O padrão de orientação para o trabalho como um direito e meio para estabelecer contatos, em que as pessoas enfatizam o trabalho como um direito e não como um dever e atribuem grande importância à dimensão social do trabalho. O que sugere a visão de uma justiça distributiva que prioriza os direitos em detrimento dos deveres e o contato social como meio para obter informações usadas na atribuição de significados normativos. Por fim, um padrão de baixa orientação sobre trabalho como um direito, voltado para a percepção do trabalho como uma obrigação ou mesmo um fardo. Sugere-se a visão de uma justiça distributiva que prioriza os deveres em detrimento dos direitos e atribui menor prioridade ao contato social como um meio para obter informações usadas na atribuição de significados normativos (ENGLAND, 1986; MOW, 1987).

Ao replicarem os estudos do MOW quatro anos após a investigação original, Ruiz-Quintanilla e Wilpert (1991) identificaram uma ligeira queda na centralidade atribuída ao trabalho, assim como um acréscimo em relação à sua dimensão expressiva (autonomia, variedade e trabalho interessante), especialmente entre os mais jovens. Além disso, perceberam que um número crescente de entrevistados pensava o trabalho em termos econômicos e deixaria de trabalhar se tivesse dinheiro suficiente para viver confortavelmente. Em caráter complementar, os resultados obtidos em uma pesquisa realizada por membros da equipe sete anos após a investigação original também salientaram a tendência de queda da centralidade do trabalho (ENGLAND, 1991).

Em uma investigação mais recente, Highhouse, Zickar e Yankelevich (2010) utilizaram a mesma fonte de dados analisada por Vecchio, porém em uma abordagem longitudinal, entre os anos de 1980 e 2006. Em 2006, 68.1% dos respondentes indicaram que continuariam a trabalhar, não sendo reportadas diferenças significativas conforme gênero e raça. No entanto, similarmente a resultados prévios, os indivíduos mais jovens indicaram maior tendência a permanecer trabalhando, quando comparados com os mais velhos. Ademais, houve indícios de que os fatores macroeconômicos se relacionaram com a intenção de abandonar o trabalho, de modo que as pessoas demonstraram maior probabilidade de deixar esta atividade em tempos de economia próspera.

Ainda que o percentual de pessoas que deixariam de trabalhar caso o fator financeiro não fosse um problema tivesse aumentado, é importante ressaltar que, considerando a globalidade da amostra, a maioria das pessoas ainda se manteria trabalhando. Mesmo diante de mudanças econômicas e das alterações nas relações de trabalho, a centralidade deste domínio permanece forte. Em comparação com outras esferas da vida, o trabalho tende a ser preterido apenas em função da família (KUCHINKE et al., 2011; SHARABI; HARPAZ, 2017).

Os resultados obtidos tanto nas pesquisas conduzidas pelo MOW, quanto em outros estudos subsequentes, indicaram que a importância do trabalho se altera mediante variações socio-históricas e individuais. Além disso, reforçaram uma tendência para a valorização de elementos como a qualidade de vida e a autorrealização em detrimento de valores tradicionais como a poupança, a disciplina e a orientação para o futuro (BENDASSOLLI, 2007).

Contudo, é importante advertir sobre a necessidade de se atentar para fatores como o papel das classes sociais na formação dos significados do trabalho, algo pouco

explorado na literatura (ARDICHVILI; KUCHINKE, 2009), assim como os aspectos socioeconômicos. Portanto, para favorecer a compreensão do construto faz-se importante articular os aspectos sociais e econômicos aos processos de significação do trabalho. Ainda que os pesquisadores do MOW (1987) tenham ressaltado a relevância do contexto socioeconômico e sua influência em tal processo, os mesmos sinalizaram a dificuldade de identificar tal relação devido ao modelo de pesquisa adotado. Ardichvili e Kuchinke (2009) chamam atenção para esta necessidade, especialmente nas sociedades em que a estratificação social e as rígidas fronteiras de classe são proeminentes, como o caso do Brasil.

É importante ressaltar que uma variedade de fatores pode influenciar a construção destes significados, perpassando desde elementos individuais a sociais. Com o intuito de sistematizar tais componentes, Rosso, Dekas e Wrzesniewski (2010) conduziram uma robusta revisão de literatura sobre o tema e sugeriram quatro fontes principais de atribuição dos sentidos e significados do trabalho: *self*, outros, contexto e espiritualidade.

O conceito de *self* considera o sujeito como dotado de agência em relação ao modo como valores, motivações e crenças sobre a atividade de trabalho em geral e não apenas sobre seu trabalho atual, influenciam suas percepções sobre a atribuição de sentidos e significados. Os valores se diferem entre indivíduos e refletem a influência dos significados que as sociedades atribuem ao trabalho, das interações interpessoais e das experiências laborais. Estes valores têm uma relação mutualmente causal com os significados atribuídos ao trabalho, e, ao mesmo tempo em que resultam dos significados que as sociedades atribuem ao trabalho, agem como uma fonte do significado que os indivíduos extraem de seu trabalho. Como fonte de significado, os valores partem desde orientações dicotômicas, como intrínsecas ou extrínsecas, a específicas, como valorizações materiais, conquistas e senso de propósito, mas também podem se referir a um valor cultural único, como a ética protestante do trabalho.

A motivação faz referência às vivências positivas na realização das atividades. As crenças envolvem três componentes principais: o envolvimento e centralidade do trabalho, a orientação para o trabalho e a noção de “chamado”. A centralidade, como anteriormente descrito, compreende valorações absolutas e relativas quanto à importância do trabalho na vida das pessoas. A orientação remete para o modo como as pessoas enxergam seu trabalho e, segundo os autores envolve um modelo tripartido, em que o trabalho pode ser visto como um emprego, uma carreira ou um chamado vocacionado.

A orientação para o emprego é marcada pela valorização dos aspectos pecuniários, de modo que o trabalho é essencialmente o meio para se atingir um fim financeiro que permitirá o desfrute de interesses e ambições expressos fora do domínio do trabalho. As pessoas orientadas para a carreira veem no trabalho um meio para o alcance das recompensas que acompanham o avanço na estrutura organizacional e ocupacional, como o aumento salarial, o prestígio e o status. Por meio deste mecanismo obtém-se autoestima, poder e melhoria na posição social. O trabalho como uma vocação ou “chamado” tem como objetivo a realização pessoal e não a busca por recompensas financeiras ou progresso social. Ele é um fim em si mesmo, geralmente associado à crença de que permite a contribuição para o bem maior, para o desenvolvimento e melhoria da sociedade. Neste caso, tem-se uma visão secularizada da vocação. O conceito de “chamado” surgiu na teologia judaico-cristã como um chamado de Deus para uma vocação específica, como abordado no capítulo anterior, contudo, neste caso o chamado assume um foco decididamente secular. Assim, a noção de chamado faz alusão a predisposições individuais, a mais profunda expressão do *self* por meio do trabalho.

A segunda dimensão, denominada “outros”, aborda como as interações e relacionamentos dos indivíduos com outras pessoas ou grupos, tanto dentro como fora do local de trabalho, influenciam o significado de seu trabalho. Incluem-se neste aspecto as interações com colegas e lideranças no contexto de realização das atividades, assim como a família, os grupos e as comunidades.

O “contexto” no processo de significação do trabalho envolve as características das tarefas realizadas, a missão organizacional, as circunstâncias financeiras, os domínios externos ao trabalho e a cultura nacional. Rosso, Dekas e Wrzesniewski (2010) enfatizam que o desemprego e a inadequação na renda tendem a influenciar o indivíduo a evidenciar o valor econômico do trabalho. Além disso, ressaltam que os primeiros escritos sobre o significado do trabalho estão enraizados na perspectiva de que as forças sociais e culturais influenciam fortemente a percepção que as pessoas fazem do trabalho. O que pode ser verificado em teorias marxistas e weberianas que abordam o modo como as forças sociopolíticas relacionadas ao desenvolvimento do capitalismo e da industrialização alteraram profundamente as relações entre as pessoas e seu trabalho. O capítulo anterior abordou algumas das alterações nos significados do trabalho ao longo do tempo, salientando o impacto das tendências sociais.

Por fim, na dimensão da “espiritualidade”, o enfoque se dá no modo como as atividades de trabalho são interpretadas em relação a algo externo, relacionado a um propósito ou significado maior. Nesse sentido, a espiritualidade como fonte de significados compartilha semelhanças com outras fontes, como as relações interpessoais e o contexto cultural, em que o significado resulta da conexão com entidades além do *self*. Neste sentido, quando as pessoas percebem o trabalho sob uma orientação espiritual ou religiosa, é provável que seu trabalho assuma um sentido mais profundo de significado e propósito, em comparação a pessoas não espiritualizadas. Contrapondo-se à vocação secularizada, descrita na apresentação do *self* como fonte de significado, a espiritualidade remonta tipicamente à teologia cristã, tornando-se particularmente proeminente nos escritos dos reformadores protestantes. Deste modo, a espiritualidade como fonte de significação está impregnada na visão de trabalho como um meio para servir a Deus e garantir a satisfação das necessidades da comunidade maior.

As pesquisas conduzidas pelo MOW influenciaram diversos estudos sobre os significados do trabalho. Como exemplo, citam-se os estudos conduzidos por Livia Borges e Álvaro Tamayo em contexto brasileiro, que buscaram identificar as dimensões do significado do trabalho, tendo em conta o seu caráter multifacetado. As dimensões identificadas do construto foram: a centralidade do trabalho, que se refere à importância atribuída ao trabalho na comparação com outras esferas da vida; os atributos valorativos, que determinam como o trabalho deve ser, tendo-se como referência os valores individuais; os atributos descritivos, que representam a interpretação que o indivíduo faz acerca da realidade do trabalho; e a hierarquia dos atributos, que integram a ordenação de importância atribuída aos diversos atributos valorativos e descritivos (BORGES; TAMAYO, 2001).

O modelo desenvolvido por Estelle Morin (2008, 2001; MORIN; CHERRE, 1999) também teve como inspiração as investigações conduzidas pelo *Meaning of Work Research Team*, assim como a corrente existencialista de Victor Frankl e o modelo de enriquecimento do trabalho de Hackman e Oldham. Para Frankl (1992), a busca do indivíduo por significado é a principal motivação em sua vida e não apenas uma racionalização secundária dos impulsos instintivos com a intenção de evitar o sofrimento e buscar o prazer. Deste modo, as pessoas buscam um propósito na vida e valores em que possam se inspirar, evitando situações de angústia. Estes valores orientam suas atitudes e condutas, servindo como uma espécie de guia para a ação. Em linhas gerais, o modelo de

Richard Hackman e Greg Oldham (1976) pressupõe que para que o trabalho tenha sentido, as tarefas nele envolvidas devem ser dotadas de variedade, proporcionar identificação e não alienação, e que o trabalhador receba feedback acerca de seu desempenho.

Morin partiu do conceito de sentido do trabalho como “o efeito da coerência entre o sujeito e o trabalho que ele executa, o grau de harmonia ou equilíbrio alcançado em sua relação com o trabalho” (MORIN, 2008, p. 5) e buscou determinar quais características a atividade laboral deve apresentar para que tenha sentido para aqueles que a realizam. O significado do trabalho não se revela em si mesmo, mas pode ser descoberto através de eventos e relações que as pessoas estabelecem (MORIN, 2008). Portanto, a autora considerou a influência de variáveis pessoais e familiares - como idade, nível de escolaridade e situação familiar-, e variáveis profissionais, relacionadas ao emprego atual e histórico da carreira, em consonância com os estudos desenvolvidos pelo MOW.

Apesar de os estudos de Borges e Morin serem amplamente divulgados na literatura especializada sobre este tema, eles não serão abordados nesta tese com profundidade, já que o modelo utilizado nesta investigação se fundamenta empiricamente em dados que se orientam diretamente na proposta estabelecida pelo MOW.

2.2 – Construção da realidade e representações sociais compartilhadas – Um olhar sobre os significados do trabalho.

Partindo da noção de reciprocidade salientada pelos pesquisadores do MOW (1987), perspectiva que orienta a pesquisa empírica desta tese, faz-se relevante abordar a construção da realidade e das representações sociais, de modo a elucidar a constituição das representações que se compartilham acerca do trabalho em nossa sociedade. Tem-se como princípio de que as representações compartilhadas sobre o trabalho são construídas por indivíduos em redes de interdependências, conforme os *habitus* e campos que ocupam, marcados por diferentes características socioeconômicas e estruturais, influenciando a percepção sobre os significados a ele atribuídos. Em um movimento dinâmico, as representações sobre o trabalho, ao mesmo tempo em que influenciam a construção da realidade, são influenciadas por ela. O modelo adotado nesta investigação preconiza que os significados do trabalho são afetados pela estrutura social, mas também a afetam, de modo que as condições culturais influenciam os significados do trabalho, e estes, por sua vez, orientam a formação de grupos e as mudanças sociais (MOW, 1987). Como adverte Bourdieu (1990, p. 53), “o que consideramos ser realidade social é, em

grande parte, representação ou o produto da representação, em todos os sentidos do termo”. Assim, a análise da realidade social deve se basear nos objetos de pensamento construídos pelo senso comum das pessoas que vivem sua vida cotidiana em seu mundo social (BOURDIEU, 1990). A discussão proposta nessa seção tem como objetivo fundamentar a compreensão do modo como se formam as representações compartilhadas socialmente sobre o trabalho, para que se possa embasar o aprofundamento do estudo proposto nesta tese.

O caminho escolhido passa pela compreensão de como as representações que se compartilham sobre a realidade são construídas, enfatizando o modo como se determinam as estruturas objetivas e subjetivas. Para tal, é preciso retomar alguns conceitos, como *habitus*, campos, figurações e representações, conforme a visão de Pierre Bourdieu e Norbert Elias, de modo a aplicá-los ao entendimento da construção das representações compartilhadas sobre o trabalho. A escolha desses autores se justifica devido ao esforço de ambos para superação de dicotomias no pensamento social, como aquelas entre as esferas micro e macrosocial, conforme abordado no capítulo anterior, entre indivíduo e sociedade e entre mundo interno e externo. Os autores abordam os conceitos de forma a possibilitar um diálogo entre aspectos objetivos e subjetivos, integrando diferentes níveis de análise da realidade social.

Embora Émile Durkheim tenha sido pioneiro no estudo das representações coletivas e até mesmo influenciado diversos teóricos sobre esta temática, chama atenção o fato de que sua abordagem privilegia a dimensão coercitiva do social em relação à esfera individual. Durkheim (2007) afirma que as razões e causas que orientam as atitudes coletivas escapam da consciência individual e, portanto, os fatos específicos residem na sociedade que os produz e não em seus membros. Logo, são exteriores às consciências individuais. "Com efeito, o que as representações coletivas traduzem é o modo como o grupo se pensa em suas relações com os objetos que o afetam" (p. XXIII), de modo que a compreensão da representação da sociedade exige que a sua natureza seja analisada, e não a dos indivíduos.

Nesta perspectiva, a construção da realidade, as condutas e os pensamentos são exteriores ao indivíduo e a ele se impõem, exercendo uma força imperativa e coercitiva sobre sua vontade. Portanto, as maneiras de agir e pensar existem fora das consciências individuais.

E, no fundo, aí está o que há de mais essencial na noção de coerção social. Pois tudo o que ela implica é que as maneiras coletivas de agir e de pensar têm uma realidade exterior aos indivíduos que, a cada momento do tempo, conformam-se a elas. São coisas que têm sua existência própria. O indivíduo as encontra inteiramente formadas e não pode fazer que elas não existam ou que sejam diferentes do que são; assim, ele é obrigado a levá-las em conta, sendo mais difícil (não dizemos impossível) modificá-las na medida em que elas participam, em graus diversos, da supremacia material e moral que a sociedade exerce sobre seus membros (DURKHEIM, 2007, p. XXIX).

A orientação teórica de Durkheim se pauta pela supremacia da exterioridade, de modo que, embora tenha percebido a "realidade das figurações, mas via-as como algo que existia fora do ser humano singular; não foi capaz de conjugá-las à existência dos seres humanos singulares" (ELIAS, 2002, p. 27). Diante disso, ressalta-se que a tese não se concentra neste autor, já que pretende compreender como se determinam as representações compartilhadas por meio do esforço de ultrapassar a separação entre representação e realidade. Como salienta Bourdieu (2004, p. 157), "a sociologia deve incluir uma sociologia da percepção do mundo social, isto é, uma sociologia da construção das visões de mundo, que também contribuem para a construção desse mundo".

Pierre Bourdieu parte da percepção de que assim como o subjetivismo inclina as pessoas a reduzir estruturas a interações, o objetivismo tende a deduzir ações e interações da estrutura. Nesse sentido, faz um esforço para romper com as falsas antinomias e propõe uma praxiologia social que procura aglutinar e misturar as abordagens estruturalista e construtivista (WACQUANT, 1995). Deste modo, situa sua proposta teórica no campo do estruturalismo construtivista ou construtivismo estruturalista. Por estruturalismo ou estruturalista, Bourdieu afirma, em um sentido que difere da tradição de Lévi-Strauss ou Saussure, que no mundo social (e não somente nos sistemas simbólicos) existem estruturas objetivas que são independentes da consciência e desejos dos agentes e são capazes de guiar ou restringir suas práticas ou suas representações. O construtivismo defende que há uma gênese social dos padrões de percepção, pensamento e ação que são constitutivos do *habitus*, assim como das estruturas sociais, particularmente do que denomina como campos e grupos e, especialmente das classes sociais (BOURDIEU, 1990).

Nesse intento, propõe uma Teoria da Prática como o produto de um sentido prático, de um sentido de jogo socialmente constituído, ao analisar os conceitos de *habitus*

e campos (BOURDIEU; WACQUANT, 1995). O autor busca demarcar uma ruptura com a filosofia intelectualista da ação, representada principalmente pela figura do *homo economicus* como agente racional, como proposto pela Teoria da Ação Racional. Dessa maneira, pretende se desvencilhar tanto do objetivismo da ação, entendida como uma reação mecânica carente de agência, como do subjetivismo, em que a ação é oriunda de uma realização deliberada, fruto de uma intenção consciente que estabelece seus próprios fins e maximiza a utilidade através de cálculos racionais. O indivíduo não é visto como um ator econômico da economia neoclássica, que busca deliberadamente maximizar a utilidade, mas como alguém que é ligado aos outros por meio de uma “convivência implícita”, orientado por categorias compartilhadas de percepção e apreciação (WACQUANT, 2007).

A abordagem ressalta a intenção de escapar tanto da filosofia do sujeito sem sacrificar o agente, como da filosofia da estrutura, mas sem abandonar os efeitos que ela exerce sobre o agente e através dele (BOURDIEU; WACQUANT, 1995). Nesta proposta, nota-se um cuidado para demonstrar que a prática social não pode ser considerada como uma resposta mecânica às imposições da estrutura e tampouco pode ser entendida como resultante da busca intencional de objetivos. A prática é produto de uma relação dialética entre a situação e o *habitus* (WACQUANT, 2007), sendo este último entendido como

[...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações e possibilita a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas que permitem resolver os problemas da mesma forma e, graças às correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidas por esses resultados (BOURDIEU, 2000, p. 261–262).

O conceito de *habitus* não é mérito de Bourdieu. *Habitus* é uma noção filosófica antiga, relacionada à noção aristotélica de *hexis*, significando uma forte moral que orienta os sentimentos e condutas. Foi usado com parcimônia entre sociólogos clássicos, como Émile Durkheim e seu sobrinho e colaborador Marcel Mauss, tendo ressurgido na fenomenologia de Edmund Husserl, que o definia como uma conduta mental entre experiências passadas e ações posteriores. O termo também é utilizado por Norbert Elias, ex-aluno de Husserl, ao se referir ao “*habitus* psíquico das pessoas civilizadas”. Contudo, foi Pierre Bourdieu que, a partir dos anos 1960, propôs uma renovação sociológica do conceito, com o intuito de superar a oposição entre objetivismo e subjetivismo. Neste

sentido, o *habitus* assume uma noção de mediação que ajuda a romper a dualidade de senso comum entre sociedade e indivíduo, captando o modo como a sociedade é depositada nas pessoas sob a forma de disposições duráveis e propensões estruturadas para pensar, sentir e agir de determinada maneira, guiando suas respostas no seu meio social (WACQUANT, 2007).

Wacquant (2007) esclarece que o *habitus* resume uma função social (e não uma aptidão natural), o que lhe confere uma variação em virtude do tempo e da distribuição de poder. É transferível a vários domínios de prática e não possui um caráter estático, apesar de sua durabilidade. Contudo, é marcado por uma “inércia incorporada”, que tende a reproduzir práticas que foram geradas por estruturas sociais, funcionando como um prisma através do qual experiências anteriores são filtradas e as disposições subsequentes são sobrepostas, o que explica o peso dos esquemas adquiridos na infância, primeira socialização. Mas, ainda assim, não pode ser tido como réplica de uma única estrutura social, como algo coerente e unificado, sendo, na verdade, um “conjunto dinâmico de disposições sobrepostas em camadas que grava, armazena e prolonga a influência dos diversos ambientes sucessivamente encontrados na vida de uma pessoa”, revelando “graus variados de integração e tensão dependendo da compatibilidade e do caráter das situações sociais que o produziram ao longo do tempo” (WACQUANT, 2007, p. 68). Além disso, sua falibilidade é um dos principais incentivos para a mudança econômica e inovação social.

As estruturas, são, portanto, atualizadas e reproduzidas pelos agentes através de seus *habitus*, que são, na verdade, estruturados por elas. O *habitus* funciona simultaneamente como um sistema de produção das práticas e um sistema de modelos para percepção e apreciação de práticas, exprimindo a posição em que foi construído. As estruturas constroem os *habitus* dos agentes que, em relação com outros agentes, grupos ou campos, as constituem e reatualizam, formando um ciclo espiral reprodutivo (SCHENATO, 2011) no sentido de uma transformação circular, mas que não se repete, em que não há uma referência fixa. A realidade se transforma, de modo que não há simplesmente uma retroalimentação, um movimento de vai e volta. Assim, estruturas sociais são construídas por agentes com seus diversos *habitus*, conforme os campos e posições que ocupam e são permanentemente atualizadas na dialética formada por agentes e estruturas. As estruturas objetivas fundamentam as representações subjetivas e constituem as coações estruturais que pesam nas interações, contudo, essas

representações não podem ser deixadas de lado quando se tem a intenção de explicar as lutas cotidianas que visam a transformação ou conservação das estruturas. O que implica dizer que ambos os momentos, o objetivista e o subjetivista, estão numa relação dialética (BOURDIEU, 2004).

É importante ressaltar que a compreensão do funcionamento do *habitus* passa pela apreensão dos campos em que ocorre sua evolução, pois ele não funciona de modo autônomo. As análises completas da prática requerem uma tripla elucidação de sua gênese e estrutura sociais, bem como do campo e das dinâmicas de sua “confrontação dialética” (WACQUANT, 2007, p. 69). O conceito de *habitus* elucida o fato de que os agentes sociais não são partículas de matéria determinadas por causas externas, nem pequenos grupos guiados exclusivamente por razões internas e que realizam uma espécie de ação perfeitamente racional. Os agentes sociais são o produto da história de todo o campo social e da experiência que se aglomera ao longo de alguma trajetória acumulada em determinado subcampo. A compreensão da ação passa pelo entendimento da posição ocupada, bem como da trajetória desenvolvida até o momento em que se ocupou essa posição, o que envolve a apreensão do *habitus*. Nesse sentido, as representações sociais variam de acordo com as disposições dos agentes sociais, tendo-se em conta os interesses a elas associados e conforme o *habitus* desses agentes, que funcionam como “esquemas de percepção e apreciação, como estruturas cognitivas e avaliatórias que eles adquirem através da experiência durável de uma posição no mundo social” (BOURDIEU, 2004, p. 158).

Os agentes sociais determinam ativamente, através de categorias de percepção e apreciação social e historicamente constituídas, a situação que os determina, de modo que podemos afirmar que são determinados apenas na medida em que se autodeterminam, mas as categorias de percepção e apreciação que formam a base dessa autodeterminação são elas próprias determinadas em grande parte pelas condições econômicas e sociais de sua constituição (BOURDIEU; WACQUANT, 1995). Na tentativa de resumir essa complexa relação entre estruturas objetivas e construções subjetivas, Bourdieu (2008, p. 27) utiliza uma frase de Pascal: "O mundo me contém e me engole como um ponto, mas eu o contendo", ou seja, o espaço social consiste em um ponto de vista assumido a partir de uma perspectiva que tem sua forma e conteúdo definidos justamente a partir da posição objetiva em que é assumida. De modo que o espaço social comanda até mesmo as representações que os agentes sociais fazem dele. Assim, as representações destes agentes

variam de acordo com sua posição (e o interesse associado a ela) e com seu *habitus*, como um sistema de modelos de percepção e apreciação, como estruturas cognitivas e avaliativas que são alcançadas através da experiência duradoura de uma posição social (BOURDIEU, 1990).

O *habitus* é construído e interiorizado nas trajetórias que se desencadeiam ao longo da história e, quando se torna estruturado, é capaz de produzir representações acerca das produções simbólicas, representações estas que funcionam como base para um guia prático para determinada ação. Portanto, o *habitus* constitui-se como uma dimensão fundamental para a compreensão do processo de constituição das representações sociais (MARTINEZ; CAMPOS, 2015). Por envolver uma referência prática ao futuro, mas que se explica no passado de que é um produto, pode-se dizer que o *habitus* é temporalizado no próprio ato pelo qual é realizado. Os agentes sociais incorporam essas rotinas como uma memória ou fidelidade, que não é mais que o somatório de todos os comportamentos dos agentes que, confiando em sua "experiência", geram condutas adaptadas à situação, conforme a percebem com base nessa "experiência" e, portanto, feitas para reproduzir essa estrutura, cuja necessidade incorporaram (BOURDIEU; WACQUANT, 1995).

É importante salientar que, como exposto na terceira seção do capítulo anterior, a posição ocupada no espaço social é definida pela distribuição de capital econômico e cultural, de modo que os agentes mais próximos em relação a estes "princípios de diferenciação" possuem mais elementos em comum. Em decorrência dessa diferenciação, portadores de grande volume de capital global, considerando-se a sua primeira dimensão, como empresários e profissionais liberais, estão em posição oposta a operários não qualificados, menos providos de capital econômico. Por outro lado, partindo da perspectiva do peso do capital cultural, professores universitários se distanciam dos empresários. As posições sociais se retraduzem no espaço de disposições e tomadas de decisão por intermédio do *habitus*, portanto, cada classe de posições corresponde a uma classe de *habitus* produzidos por condicionamentos sociais que se associam a essas posições (BOURDIEU, 2008).

Neste sentido, espera-se que a codificação de uma representação social do trabalho, assim como os significados atribuídos ao ato de trabalhar sejam condicionados pelo *habitus* e se diferenciem conforme as posições ocupadas no espaço simbólico. Cada grupo social interpreta uma visão mais abrangente da realidade social a partir de uma perspectiva particular, em função de suas disposições no campo social. As classes

dominadas também possuem seus interesses e representações, embora colocados em uma posição de subordinação. Com isso, suas ideias são marcadas por contradições entre os lugares que ocupam na produção e na condição social, de modo que, “enquanto lhe cabe o trabalho, não lhe sobra muito a fruição dele; enquanto lhe é atribuída a tarefa da produção, lhe é proporcionado um consumo escasso e precário” (MINAYO, 1995).

Os *habitus* funcionam como estruturas mentais por meio das quais a realidade social é apreendida, um sistema de estruturas mentais que são incorporadas em virtude do processo de socialização percorrido, o que está intimamente ligado à inserção social desses atores (CASANOVA, 1995). São um produto da interiorização das estruturas do mundo social que presidem as práticas sociais, por meio do qual os atores interiorizam normas, valores e princípios sociais e, com isso, adequam suas ações à realidade objetiva da sociedade. Mas, ao mesmo tempo em que orientam ações, são também um produto das relações sociais, assegurando sua reprodução (ORTIZ, 1983).

Por mais que um agente social tenha um estilo singular e tenha passado por uma trajetória individual que se diferencia daquelas vividas por outros agentes, ele acaba cedendo às condições sociais, de modo a se identificar com o estilo e distinção que são partilhados pelo grupo ou classe social a que pertence. O *habitus* individual é, portanto, uma versão de um *habitus* de classe. Esses estilos pessoais se constituem conforme a trajetória do indivíduo, conforme as posições ocupadas ao longo de sua trajetória, sendo essa trajetória social marcada pelas posições que foram ocupadas desde o nascimento e pelos campos que seus grupos ou classes ocuparam no espaço social (BOURDIEU, 2006). Assim, para que se conheça plenamente as práticas, mesmo as econômicas, é preciso ter ideia dos *habitus* que baseiam a sua construção ao longo da história em que são descritos, das condições econômicas e sociais dos *habitus* que as originam (BOURDIEU; WACQUANT, 1995).

Observa-se que a percepção ou construção de uma realidade não ocorre em um “vazio social”, ela é submetida a coações estruturais, sendo que estas estruturas cognitivas (estruturantes) são socialmente estruturadas, pois possuem uma gênese social (BOURDIEU, 2004). Portanto, para que se possa chegar a uma compreensão adequada da realidade social, é importante ter em conta o caráter cumulativo do *habitus*, que tem sua constituição ao longo da socialização, essencialmente na família e na educação primária. Esse *habitus* adquirido na família conforma a recepção e a assimilação da mensagem transmitida pelo sistema escolar, estando ambas as instâncias situadas em um

espaço social que acaba por produzir um *habitus* característico de um grupo ou classe. Isso está no princípio da constituição ulterior de todo outro *habitus* (BOURDIEU; PASSERON, 1992) e pode ocasionar em estratificações das disposições no *habitus* (CASANOVA, 1995). A construção da realidade social, portanto, está imbricada nos *habitus* que se desenvolvem conforme as posições ocupadas pelos agentes, que influenciam a percepção dos significados do trabalho, diferenciando-se conforme a origem e trajetória social. Os grupos constroem os traços constitutivos de sua identidade a partir da construção das representações dos diferentes objetos que são alvo de disputa em um determinado campo do espaço social, de modo que as representações compartilhadas constituem uma via de acesso ao *habitus* (SOARES; BRITO; DOMINGOS SOBRINHO, 2016). Elas evidenciam a dinâmica relacional e simbólica por meio da qual os indivíduos tomam contato com o mundo exterior, reproduzindo-o conforme sua imagem e semelhança (ALBUQUERQUE, 2005).

O conceito de *habitus* possibilita compreender como as trajetórias dos indivíduos condicionaram o modo como se inseriram no campo laboral e ecoaram sobre as posições ocupadas, reiterando que essas posições dependem do volume de capitais exigidos para funcionamento do campo e, a partir daí, moldaram a forma como percebem e dotam de significado o trabalho. Essas escolhas são produzidas sob o referencial da história individual ou coletiva, em virtude das trajetórias pessoal e social. Entender o trabalho e seus significados como uma “realidade social” consiste em compreender que essa realidade também é fruto de uma percepção (BOURDIEU, 2004). Conforme alerta o autor, “a ciência social deve tomar como objeto não apenas essa realidade, mas também a percepção dessa realidade, as perspectivas, os pontos de vista que, em função da posição que ocupam no espaço social objetivo, os agentes têm sobre essa realidade” (BOURDIEU, 2004, p. 156–157).

O entendimento da construção de uma percepção da realidade do trabalho deve, portanto, considerar o *habitus* e posições ocupadas pelo indivíduo que constrói o espaço social, já que tanto o *habitus* quanto as disposições comandam suas representações, bem como as tomadas de posição nas lutas que visam à sua conservação ou transformação. O *habitus* é ao mesmo tempo um sistema de modelos para a produção de práticas e um sistema de modelos para a percepção e apreciação de práticas e, em ambos os casos, suas operações expressam a posição social em que foram construídas. (BOURDIEU, 1990). A realidade social consiste em um conjunto de relações invisíveis que constituem o espaço

de posições exteriores entre si, definidas por sua proximidade, vizinhança ou distância uma da outra, e também por sua posição relativa (BOURDIEU, 1990). Essa perspectiva ajuda a esclarecer que o ponto de vista do agente social, e, portanto, a percepção do trabalho e os significados que lhe são atribuídos, são condicionados pela posição relativa que o sujeito ocupa no espaço social ao longo de sua trajetória.

Como as pessoas socializadas em classes específicas tendem a ser expostas a condições e condicionamentos semelhantes, essa abordagem tornou possível trazer realidades em nível macro para análises da dinâmica em nível micro. Os *habitus* são incorporados por meio de trajetórias sociais, embora em campos específicos e determinados por diferentes posições. Uma vez cristalizados, esses sistemas duráveis de disposições governam as respostas a situações cotidianas, assim como as orientações pré-conscientes para o futuro. Não se pode afirmar que o princípio norteador era o de uma formação de *habitus* que leva necessariamente à reprodução social, mas, sim, de processos de formação de *habitus* cada vez mais ou menos fortalecedores, levando a melhores ou piores adequações às realidades sociais emergentes (PAULLE; VAN HEERIKHUIZEN; EMIRBAYER, 2012).

Contudo, Bourdieu (2007, p. 212) adverte que não se deve omitir, “a questão da construção social dos princípios de construção dessa realidade empregados pelos agentes nesse trabalho de construção, individual e também coletivo”, nem tampouco deixar de indagar sobre a contribuição do Estado nessa construção. O Estado contribui de modo determinante para a produção e reprodução dos elementos que constroem a realidade social. Atuando como uma estrutura organizacional e instância reguladora de práticas, ele exerce uma ação formadora de disposições duráveis por meio das constrições e disciplinas a que submete todos os agentes, de maneira uniforme. Com isso, há um efeito de incorporação quase que “automática” das estruturas sociais que é redobrado pela ação do Estado. Nas sociedades diferenciadas ele está apto a inculcar, de maneira universal, um princípio de visão e divisão, estruturas cognitivas idênticas ou semelhantes, fundamentando assim, um “conformismo lógico”, um “consenso pré-reflexivo” (BOURDIEU, 2007, p. 209) sobre o sentido do mundo. Cabe ao Estado a imposição de princípios fundamentais de classificação, como gênero, idade e competência, mediante a imposição da divisão em categorias sociais, produto da aplicação de categorias cognitivas reificadas e naturalizadas.

O Estado cria condições de uma orquestração do *habitus* que constitui o fundamento de um consenso sobre essas práticas compartilhadas, que conformam o senso comum. Mas Bourdieu (2007, p. 214) adverte: “A obediência que concedemos às injunções estatais não pode ser compreendida como submissão mecânica a uma força, nem como consentimento consciente a uma ordem”. Ela é, na verdade “o produto do acordo entre as estruturas cognitivas inscritas na história coletiva e individual nos corpos e as estruturas objetivas do mundo ao qual se aplicam”. Assim, tem-se que a experimentação do mundo como algo evidente, bem como os princípios perceptivos que possibilitaram sua existência, fazem parte de uma relação socialmente construída. Portanto, não há dúvidas de que os agentes construam sua visão do mundo, mas essa construção é realizada sob restrições estruturais. Ou seja, “se o mundo social tende a ser percebido como evidente e a ser apreendido, nos termos de Husserl, com uma modalidade dóxica, isso ocorre porque as estruturas pelas quais eles apreendem o mundo social são essencialmente o produto de uma internalização das estruturas do mundo social” (BOURDIEU, 1990, p. 130–131). Mas é importante evidenciar que mesmo nas sociedades mais diferenciadas e propensas a mudanças, os pressupostos da doxa não se reduzem a um conjunto de teses universais (BOURDIEU, 2007).

Sob a perspectiva bourdieusiana, o conceito de *habitus* faz a mediação entre estrutura e práticas, entre indivíduo e sociedade, permitindo a afirmação de que o elemento subjetivo, pessoal e individual é socialmente construído e que as condições sociais da existência são interiorizadas na forma de estruturas de subjetividade (DOMINGOS SOBRINHO, 2011). Deste modo, permite evidenciar que a construção da realidade se dá de modo coletivo e constante, ligada, essencialmente, ao modo como o real é percebido pelos agentes sociais (SILVA, 2014). As categorias mentais formadas na socialização primária, nos contextos da família e da escola, constituem a base para a decodificação do real, fundamentando a representação e a percepção da realidade. Como é percebida de modo distinto, conforme o meio social e o contexto familiar em que ocorreu a socialização, a realidade consentida tem efeitos na manutenção da estrutura de desigualdades (SILVA, 2014), o que permeia a distribuição dos indivíduos no mercado de trabalho, implicando, em virtude disso, em diferentes pontos de vista sobre o trabalho e de seus significados.

A teoria bourdieusiana nos leva a concluir que a falsa oposição entre agente e estrutura, sistema e ator, coletivo e individual, é inútil para o desenvolvimento da ciência

social, pois o que constitui a realidade social, a "matéria" de ação e estrutura, bem como a sua interseção como história, reside nas relações. Os conceitos centrais da teoria bourdieusiana, *habitus* e campos, se referem a relações. Um campo é composto de um conjunto de relações históricas objetivas entre posições ancoradas em certas formas de poder (ou capital), enquanto o *habitus* se refere a um conjunto de relações históricas "depositadas" em corpos individuais na forma de corpo de percepção, apreciação e ação. As lutas que ocorrem no interior do campo influenciam a distribuição e o peso do capital, modificando a estrutura do campo, o que confere indeterminação, dinamismo e maleabilidade históricas incompatíveis com o determinismo do estruturalismo clássico (WACQUANT, 1995). Bourdieu lembra que, mesmo nessa realidade marcada por indeterminação e dinamismo, há uma regularidade, conferida essencialmente pelo *habitus* que, funcionando como um mecanismo estruturante, opera nos agentes e reage às solicitações do campo de maneira amplamente consistente e sistemática, na sua qualidade de coletivo individualizado pela socialização. Nesse sentido, a submissão que se verifica em alguns grupos de trabalhadores ou minorias tem sua raiz na correspondência inconsciente entre o *habitus* e o campo em que operam.

A correspondência entre estruturas sociais e mentais tem a ver com os sistemas simbólicos, que atuam como instrumentos de dominação. Os esquemas de classificação socialmente constituídos, através dos quais construímos ativamente a sociedade, tendem a representar as estruturas a partir das quais se originam como dados naturais e necessários, mas como produtos historicamente contingentes de uma certa relação de força entre grupos (classes, etnias ou gênero, por exemplo). Ao aceitarmos que os sistemas simbólicos são produtos sociais que produzem o mundo, que não apenas refletem as relações sociais, como também contribuem para construí-las, "então devemos necessariamente admitir que é possível, dentro de certos limites, transformar o mundo transformando sua representação" (WACQUANT, 1995, p. 22). As estruturas sociais e cognitivas estão ligadas recursiva e estruturalmente, e a correspondência entre elas oferece uma das mais fortes garantias de dominação social.

Portanto, o *habitus* reconhece a ação dos agentes na construção do mundo social, por meio de elementos incorporados na construção cognitiva, mas reconhece que esses instrumentos foram feitos pelo mundo social (WACQUANT, 2007). Os agentes sociais, de modo individual e coletivo, constroem a realidade social, mas não devemos nos esquecer, como "interacionistas e etnometodologistas muitas vezes fazem, de que eles

não construíram as categorias que eles colocam para trabalhar nesse trabalho de construção” (WACQUANT, 1992, p. 10). Deste modo, o *habitus* funciona como um princípio de “sociação” e “individuação”. Sociação no sentido de que as categorias de ação, oriundas da sociedade, são partilhadas por todos que foram submetidos a condicionamentos sociais similares. Conforme esclarece Wacquant (2007), isso possibilita que se fale de um *habitus* masculino, nacional, ou burguês e, para os propósitos dessa tese, de diferentes significados do trabalho conforme *habitus* que se aproximam e se distanciam em virtude de características socioeconômicas, como o nível socioeconômico (NSE), ou demográficas, como o gênero. A individuação remete às especificidades de trajetórias e localizações únicas no mundo, que conferem uma combinação incomparável de esquemas.

Norbert Elias, por sua vez, busca romper a dicotomia entre estrutura e ação por meio da teoria da figuração, partindo do pressuposto de que a realidade social emerge da interdependência entre ações. Alguns aspectos de sua teoria foram abordados na seção 1.3 de modo que se estabelecerá aqui um enfoque no *habitus* e na construção das representações. O autor parte da “sociologia figuracional” para explicar que as figurações sociais surgem como consequência das interações sociais (ELIAS, 1994a). Afirma que não é possível falar em indivíduo e sociedade como elementos separados, de modo que “toda sociedade humana consiste em indivíduos distintos e todo indivíduo humano só se humaniza ao aprender a agir, falar e sentir no convívio com outros” (ELIAS, 1994a, p. 67). A sociedade se compõe, portanto, por redes de interdependências, que são um pré-requisito para formação daquilo que se denomina como figuração, uma estrutura formada por pessoas mutuamente dependentes e orientadas. Essa interdependência ocorre primeiro por natureza, mas depois por meio da aprendizagem social, educação, socialização e por uma série de necessidades recíprocas que são socialmente geradas, de modo que existem somente enquanto pluralidades, somente em figurações (ELIAS, 2000). Esta análise sociológica se baseia no pressuposto de que todos os elementos de uma configuração, bem como suas respectivas propriedades, somente são o que são em virtude de sua posição e função dentro dessa configuração (ELIAS; SCOTSON, 2000).

A compreensão dos processos sociais só é possível a partir do entendimento de que indivíduos e sociedades são categorias interdependentes. A sociedade produz e é produzida pelos indivíduos, constituindo o que Elias caracterizou como processos de sociogênese e psicogênese (ANDRADE, 2019). A abordagem sociogenética tem como

objetivo situar os mecanismos de formação e os princípios de estruturação de uma figuração social dada. A psicogenética visa a circunscrição e modelagem da economia do *habitus* psíquico produzido nessa figuração (ELIAS, 2001b). Tem-se, portanto, a concepção de uma personalidade aberta, marcada por uma autonomia que pode ser maior ou menor, mas nunca absoluta, em relação a outras pessoas (ELIAS, 2000).

No caso desta tese, este entendimento é útil para compreender o desenvolvimento e as transformações acerca das representações compartilhadas sobre o trabalho e seus significados, tendo em conta a interdependência entre indivíduos e o social. Ou, mais precisamente, para entender que as representações sobre o trabalho e seu significado são produzidas pelos indivíduos, mas que estas representações também os produzem. Neste sentido, reitera-se que não é possível explicar as configurações de seres humanos interdependentes quando estes são analisados isoladamente.

Em muitos casos é aconselhável um procedimento contrário - só podemos compreender muitos aspectos do comportamento ou das ações das pessoas individuais se começarmos pelo estudo do tipo da sua interdependência, da estrutura das suas sociedades, em resumo, das configurações que formam uns com os outros (ELIAS, 2008, p. 79).

Elias (1994b) propõe que os indivíduos, ao mesmo tempo em que se deparam com as estruturas já formadas, criam constantemente novas figurações e incorporam novas estruturas, normas e regras sociais no decorrer das experiências cotidianas. Nesse dinâmico processo, entende que tanto as transformações sociais quanto as identidades individuais estão interligadas. No entanto, ressalta que a sociedade não foi pretendida ou planejada pelos indivíduos que a compõem. “Ela só existe [...], só continua a funcionar porque muitas pessoas, isoladamente, querem e fazem certas coisas, e, no entanto, sua estrutura e suas grandes transformações históricas independem, claramente, das intenções de qualquer pessoa em particular” (ELIAS, 1994a, p. 13).

Na perspectiva de Elias, o social é construído nas interações, a partir das interdependências, sempre levando em conta o caráter processual e dinâmico da realidade. A incorporação das teias de sociabilidade se relaciona com o processo civilizatório no *habitus* do indivíduo, de modo que a estrutura individual se molda através das práticas sociais. É por meio das relações sociais que “a criatura impulsiva e desamparada que vem ao mundo” se desenvolve a ponto de ser considerada como uma pessoa psicologicamente desenvolvida. Mesmo inserida em determinado grupo, adquire individualidade, de modo que “cada pessoa parte de uma posição única em sua rede de

relações e atravessa uma história singular” (ELIAS, 1994a, p. 27) que se desenvolve ao longo de sua existência. O modo de agir, de decidir e de pensar de uma pessoa se desenvolve nas relações com outras pessoas, em um processo de modificação de sua natureza por meio da sociedade, sem deixar de lado, é claro, o seu papel ativo neste processo (ELIAS, 1994a). Portanto, mesmo que inserida em um grupo com o qual partilhe valores similares, a pessoa desenvolverá sua própria interpretação da realidade, no caso do objeto de estudo desta tese, voltada para a significação do trabalho.

No entendimento de Elias, o *habitus* se caracteriza como uma “segunda natureza”, um “saber social incorporado”, (DUNNINGE; MENNELL, 1997, p. 9), que diz respeito ao povo de uma nação, estando relacionado às especificidades de formação e desenvolvimento de um Estado (LIMA, 2012), embora não tenha um caráter estático. Esses *habitus* nacionais são responsáveis pela formação de uma identidade nacional, bem como de uma sensibilidade compartilhada, específica da ideia de nação (ANDRADE, 2019). A preservação dos interesses e integridade do Estado é assimilada no *habitus* individual, tornando-se um princípio condutor de ações (ELIAS, 1997). Ainda que Elias (1998, p. 115) reconheça a dificuldade de se pensar a construção de um *habitus* individual por meio de um *habitus* social -“estrutura de personalidade social das pessoas individuais”-, esclarece que a formação da consciência moral tem em suas raízes elementos que se inserem em cada novo membro de um grupo, norteados seu comportamento e sensibilidade, formando o *habitus* social a partir do qual se desenvolvem os traços que irão distingui-lo e contrastá-lo com os demais membros de seu grupo.

Nesta direção, entende-se que “o indivíduo só consegue tornar-se uma pessoa relativamente autônoma, com uma personalidade bem afirmada e, portanto, mais ou menos única em seu gênero, aprendendo com os outros, assimilando modelos sociais de autodisciplina” (CHARTIER, 2001, p. 20). Portanto, defende que todo indivíduo tem a estrutura de sua personalidade fundamentada no *habitus* social, de modo que as características de cada um não se desenvolvem de maneira independente, mas sim como uma “modulação original das formas de expressão oral de escrita de uma dada sociedade” (ELIAS, 1998, p. 114). Portanto, quase todas as ‘nossas’ ações e atributos são realmente produzidos dentro de cadeias dinâmicas de interdependência nas quais somos pegos temporariamente (PAULLE; VAN HEERIKHUIZEN; EMIRBAYER, 2012). É

importante deixar claro que Elias não negligencia a originalidade, ou seja, o aspecto da diferenciação de cada um.

O *habitus*, nesta perspectiva, se refere à autoimagem e à composição social dos indivíduos, constitui o solo de onde emanam características pessoais que diferem os membros de uma sociedade entre si. Embora esses elementos em comum emergam da linguagem compartilhada, é importante salientar que nas sociedades mais complexas percebe-se um número maior de “camadas” entrelaçadas no *habitus* de uma pessoa. Mas alguma delas, característica da filiação a algum grupo social, como uma tribo ou nação, terá maior proeminência. Os “traços da identidade grupal nacional - aquilo a que chamamos ‘caráter nacional’ constituem uma camada do *habitus* social engastada muito profunda e firmemente na estrutura de personalidade do indivíduo” (ELIAS, 1994a, p. 171). E como formação social, este *habitus* é sólido, mas ao mesmo tempo é flexível e mutável, estando em constante fluxo. A construção do *habitus* implica um equilíbrio entre continuidade e mudança (ELIAS, 1997) e só pode ser compreendida quando se entende seu caráter processual, imbricado nas figurações.

Elias advoga que a realidade social surge da interdependência das ações, em um processo que leva em conta a historicidade. Deste modo, estabelece uma ligação entre a formação do Estado, processos de desenvolvimento no nível macro, e transformações no *habitus* dos indivíduos no nível microsocial (DUNNINGE; MENNELL, 1997). O tempo, enquanto instituição social, impõe transformações que são exercidas de fora para dentro no sistema de autodisciplina que envolve toda a existência individual. Isso ilustra de maneira explícita a contribuição do processo civilizador na formação dos *habitus* sociais que integram a estrutura da personalidade (ELIAS, 1998), de modo que “os destinos de uma nação ao longo dos séculos vêm a ficar sedimentados no *habitus* de seus membros individuais” (ELIAS, 1997, p. 30). Com isso, pode-se falar de um entendimento de que a construção dos significados do trabalho está imbricada na formação das representações partilhadas por determinada cultura ao longo de sua história, de modo que se possa referir a uma orientação quanto aos significados compartilhados por brasileiros.

Salienta-se uma forte proximidade entre Bourdieu e Elias, no sentido de que ambos se baseavam fortemente na mesma trina (PAULLE; VAN HEERIKHUIZEN;

EMIRBAYER, 2012)⁵ de conceitos centrais (*habitus*, campo/figuração e poder/capital) e utilizavam esses conceitos de maneira implacavelmente relacional e processual. Os dois autores conseguiram, com a noção que desenvolveram do *habitus*, superar a dicotomia sujeito-objeto de modo a ultrapassar a ideia de um sujeito conhecedor independente e a explorar a constituição social dos agentes e, em diferentes graus, “refeitos” por influências que emanam do mundo “externo”. O entendimento do *habitus* como um sistema de disposições adquiridas permitiu a ambos agirem de acordo com a crença de que as respostas e práticas individuais se baseiam na familiaridade pré-discursiva com os mundos sociais em que os atores habitam. Adicionalmente, abordaram sistematicamente a maneira como as disposições incorporadas ao longo da trajetória de vida podem ser desencadeadas, ou mesmo reconstruídas, por redes e sanções em desenvolvimento. Neste movimento, tanto indivíduos quanto grupos acumulam diferentes quantidades e tipos de recursos de poder (não econômicos) que emergem das configurações sociais em desenvolvimento, ao mesmo tempo em que funcionam nessas configurações e as reestruturam (PAULLE; VAN HEERIKHUIZEN; EMIRBAYER, 2012). A formação das representações compartilhadas socialmente sobre o trabalho é fruto desses processos interdependentes que se desenvolvem em dupla direção.

Os autores convergem ao afirmar que os agentes não detêm controle sobre as estruturas construídas a partir de suas interações. Elias nos diz que tanto a estrutura social quanto as grandes transformações históricas são independentes das intenções dos agentes. Por seu turno, Bourdieu afirma que todo agente, independentemente de sua intenção e vontade, produz e reproduz significados objetivos “porque suas ações e suas obras são o produto de um *modus operandi* do qual ele não é o produtor e do qual ele não tem controle consciente, eles incluem uma ‘intenção objetiva’ [...], que sempre excede suas intenções conscientes” (BOURDIEU, 2000, p. 272–273).

Os conceitos desenvolvidos pelos autores fornecem substrato para a apreciação de elementos sociais, tendo-se em conta a integração de diferentes níveis de análise da realidade social, permitindo a conexão entre processos sociais e individuais. Em Elias fica notório o fato de que a realidade social e, no caso desta tese, as representações

⁵ Os autores sugerem o uso do termo trina (*triune*) em vez de tríade para fazer menção à proximidade e interdependência entre os três conceitos. Enquanto tríade se refere a um conjunto de três elementos, o termo trina reforça a semelhança e aproximação entre eles.

compartilhadas sobre o trabalho e seus significados, emanam das interdependências, não podendo ser pensadas em termos de oposições entre indivíduo e sociedade.

As noções que Bourdieu e Elias fazem de *habitus*, campo/figuração e poder/capital elucidam um caminho para que se possa compreender as singularidades que ocorrem na interpretação dessas representações em função das interdependências e figurações dos agentes sociais marcados por diferentes trajetórias sociais e disposições e, assim, compreender que a realidade social se constitui como um processo dinâmico e em constante transformação. Os dois autores enfatizam que a incorporação do *habitus* ocorre socialmente, seja através da socialização na escola e família, ou na fase específica de cada nação. No curso do desenvolvimento de um Estado, Elias salienta os efeitos da distinção, bem como das mudanças estruturais que ocorrem em uma sociedade, como aumento do produto interno bruto e movimentos emancipatórios, como elementos com potencial influência em mudanças nos padrões de comportamento social e no *habitus* (LIMA, 2012).

Quando se analisam as representações compartilhadas sobre o trabalho a partir da noção de *habitus*, torna-se possível ultrapassar o caráter individual transmitido pelo informante no decorrer de uma entrevista de pesquisa, inserindo suas percepções nas estruturas dos grupos aos quais pertence. Assim, as estruturas subjetivas e as sociais são compreendidas como constituintes de uma mesma realidade, como a história objetivada nas relações sociais e que se inscreve no indivíduo, incorporada pelo agente social por meio de um sistema de disposições (*habitus*) para perceber e agir, conforme a posição ocupada no espaço social. Portanto, estrutura, prática e representações são analisadas simultaneamente em um sistema de posições sociais (ANTUNIASSI, 2008).

As representações que as pessoas constroem acerca da realidade social funcionam como matrizes que conformam e direcionam seu comportamento e práticas sociais, dirigindo suas ações no campo do trabalho e os significados a ele atribuídos, em um movimento que transforma essas representações. O entendimento de que o *habitus* funciona como uma matriz que orienta as ações dos indivíduos possibilita dizer que a construção da significação do trabalho está imbricada no *habitus* de uma pessoa. É interessante que se exalte a aproximação dos conceitos pois, como salienta Ruiz-Quintanilha (1991), os significados do trabalho funcionam como uma estrutura de referência para a ação, por meio da realização de crenças individuais sobre as expectativas

e identificação com o trabalho. Esses significados referem-se a representações sociais sobre o que ato de trabalhar representa para as pessoas.

Assim, reitera-se que as representações e interpretações da realidade do trabalho, influenciadas pelo *habitus*, constituem um referencial para que os indivíduos interpretem os significados do ato de trabalhar, conforme sua trajetória, disposições nos campos e relações interpessoais que estabelecem. Essas representações são construções mentais que os indivíduos elaboram coletivamente a partir de seus referenciais culturais, inculcados em seu *habitus* e orientam seus comportamentos individuais e práticas coletivas, influenciando o modo como interpretam o trabalho. Ou seja, assim como as experiências e contexto do trabalho afetam os significados que são atribuídos ao trabalho, os indivíduos também alteram a estrutura, a partir dos significados e representações que constroem acerca do trabalho. As pessoas não apenas desenvolvem os significados do trabalho como resultado das experiências com as condições e contexto vivenciados no trabalho, essas estruturas sociais também são alteradas e refeitas em decorrência desses significados que elas constroem (MOW, 1987).

A interpenetração das representações (estruturas subjetivas) e estrutura social (objetivas) pode ser analisada por meio da noção de representação da realidade social compartilhada por um grupo em decorrência da posição que os agentes ocupam, atentando-se para a tendência de que os agentes sociais que vivenciam condições similares incorporam disposições e modos de agir semelhantes. Mas convém salientar que a relação entre estes grupos não estabelece por meio de ligações fechadas e de forte densidade, marcadas por forte proximidade entre seus membros. Essas redes se constituem por meio de laços fracos, permitindo a disseminação de valores, crenças e representações associados ao trabalho (GRANOVETTER, 1982), conectando o indivíduo a uma comunidade que extrapola seu círculo imediato. Ao permitirem a extensa disseminação desses elementos, esses laços ajudam a provocar um senso de integração nessa comunidade mais ampla.

A proliferação de laços desta natureza atua no sentido de aumentar a conectividade da rede social geral, permitindo a disseminação de informações, valores e crenças. Estes vínculos casuais e fracos, se suficientemente extensos, podem unir muitas pessoas e tornar possível a organização, bem como podem facilitar a transmissão de informações por meio de uma comunidade. Com isso, permitem que as semelhanças culturais se solidifiquem e, em decorrência disso, possibilitam a consolidação do senso de coesão social.

Ao transitar por essas esgarçadas redes de sociabilidade, os indivíduos carregam informações que contribuem para a conservação, ou não, da distribuição de capital/poder conforme os campos/figurações em que se envolvem. Os detalhes sobre vínculos, valores e crenças são determinados por ações individuais, mas interagem entre si, reagindo para moldar estruturas maiores (GRANOVETTER, 1982). Neste sentido, essas redes de laços fracos contribuem para que ocorra a reprodução e a disseminação dos significados compartilhados sobre o trabalho.

Capítulo 3 - Metodologia

O problema de pesquisa desta tese parte da seguinte questão: Na sociedade brasileira atual, quais são os significados compartilhados sobre o trabalho, levando-se em consideração a influência de fatores demográficos e estruturais? Para que se possa responder a esta indagação, utiliza-se uma metodologia mista, composta por duas etapas, a primeira quantitativa e a segunda qualitativa, de modo que se possa atingir os objetivos desta tese. Com o emprego da análise quantitativa espera-se obter alguns indícios sobre os fatores que podem influenciar a atribuição de diferentes significados compartilhados sobre o trabalho. A análise qualitativa permite que se verifique, por meio das entrevistas, o modo como esses fatores se traduzem em ações e práticas, até mesmo inconscientes, que levam a que se estabeleça e se reproduza esta diferenciação.

O objetivo geral é analisar a influência de elementos demográficos e estruturais na formação dos sentidos e significados compartilhados sobre o trabalho, bem como a relevância de cada um deles neste processo. Como desdobramento deste, têm-se os seguintes objetivos específicos: 1) Identificar quais são os significados do trabalho compartilhados entre os brasileiros. 2) Identificar em que medida características demográficas, como idade, sexo e religião contribuem para diferenciar a atribuição de sentidos e significados ao trabalho. 3) Identificar a influência de características estruturais, como a natureza da atividade laboral (se intelectual, criativa e marcada por independência, ou não) e a situação socioeconômica (classe social, rendimento e escolaridade) na atribuição de sentidos e significados do trabalho. 4) Compreender os modos como os significados do trabalho são construídos, tendo-se como ponto de partida a influência das diferentes características elencadas nas etapas anteriores.

Uma parte dos três primeiros objetivos específicos é verificada por meio de análises estatísticas quantitativas. Assim, a prevalência dos significados do trabalho é aferida por meio de estatísticas descritivas. A Modelagem de Equações Estruturais (MEE) permite que se verifique em que medida os fatores demográficos e estruturais contribuem para que sejam construídas diferentes percepções sobre a centralidade do trabalho, sobre a identificação dos objetivos visados por meio do trabalho, bem como sobre as normas sociais a ele relacionadas. Deste modo, as análises quantitativas sinalizam indícios da influência dos elementos demográficos e estruturais na formação dos significados compartilhados sobre o trabalho. Contudo, algumas dessas diferenciações não são captadas

por meio de análises quantitativas, sendo reveladas somente por meio da etapa qualitativa. Além disso, algumas especificidades dos significados atribuídos ao trabalho não podem ser acessadas por meio dos dados fornecidos no *survey* utilizado. A análise qualitativa permite, portanto, o aprofundamento dos resultados identificados na etapa que a antecede, viabilizando que se atinja a integralidade dos três primeiros objetivos específicos, já que possibilita a compreensão da subjetividade presente na relação entre estes elementos demográficos e estruturais e os significados do trabalho, suprimindo as lacunas decorrentes do método quantitativo.

As análises qualitativas permitem também que se cumpra o quarto objetivo específico. Objetiva-se, assim, proceder a um exame aprofundado da construção dos significados do trabalho, o que permite identificar a maneira como se estabelecem as diferenças na avaliação e trabalho e, de tal modo, compreender a influência destes elementos demográficos e estruturais neste processo de significação. Os dados que constituem esta etapa são coletados por meio de entrevistas em profundidade, utilizando-se um roteiro semiestruturado. O intuito não é dar primazia a nenhum dos métodos, mas sim integrá-los, pois somente assim acredita-se que os objetivos podem ser plenamente atingidos. O quadro 1 sintetiza os procedimentos metodológicos empregados na coleta, análise e interpretação dos dados deste estudo.

Quadro 1 - Síntese de procedimentos metodológicos

Objetivo geral	Objetivos específicos	Coleta de dados	Análise e interpretação dos dados
Analisar a influência de elementos demográficos e estruturais na formação dos sentidos e significados compartilhados sobre o trabalho, bem como a relevância de cada um deles neste processo.	Identificar quais são os significados do trabalho compartilhados entre os respondentes.	Word Values Survey, onda 5 e entrevistas semiestruturadas.	Análises descritivas e análise textual interpretativa.
	Identificar em que medida características demográficas contribuem para diferenciar a atribuição de sentidos e significados ao trabalho.	Word Values Survey, onda 5 e entrevistas semiestruturadas.	Modelagem de equações estruturais e análise textual interpretativa.
	Identificar a influência de características estruturais na atribuição de sentidos e significados do trabalho.	Word Values Survey, onda 5 e entrevistas semiestruturadas.	Modelagem de equações estruturais e análise textual interpretativa.
	Compreender os modos como os significados do trabalho são construídos, tendo-se como ponto de partida a influência das diferentes características levantadas nas etapas anteriores.	Entrevistas semiestruturadas.	Análise textual interpretativa.

Fonte: elaborado pela autora.

3.1 – Hipóteses de pesquisa

A hipótese central desta tese é de que a conformação dos significados compartilhados sobre o trabalho sofre influência de alguns fatores demográficos e estruturais. Com base em uma revisão de literatura sobre pesquisas empíricas já realizadas sobre a temática em discussão, elencaram-se algumas características demográficas e estruturais, como gênero, idade, afiliação religiosa, natureza das atividades laborais desempenhadas e nível socioeconômico, com potencial para exercer influência na formação destes significados. Assim, a hipótese central da pesquisa foi desmembrada de modo a contemplar cada um destes fatores, que são apresentados nesta seção, em conjunto com os fundamentos teóricos que as orientam.

a) Idade

Os primeiros estudos que contemplaram empiricamente a identificação dos significados do trabalho ressaltaram a relevância do fator idade. Tanto Morse e Weiss (1955) quanto Vecchio (1980) perceberam que a centralidade do trabalho era maior entre os mais jovens. Contudo, alguns estudos posteriores salientaram alterações nesses padrões, sinalizando uma pequena queda da centralidade do trabalho entre grupos mais velhos (WARR, 2008). Utilizando dados agregados do *World Values Survey* e do *European Values Study*, Hadju e Sik (2018), por exemplo, verificaram que a centralidade do trabalho aumentava ao longo do tempo, atingindo um pico entre 43 e 47 anos, mas decaía a partir dos 53 anos. Segundo os autores, isso se explica devido ao conceito de atividade econômica no decorrer da vida. Ou seja, quando se deixa de ter a atividade laboral como fonte de renda, a importância do trabalho diminui. Em relação aos objetivos almejados através da atividade laboral, a probabilidade de buscar um emprego interessante, um bom salário e uma jornada adequada diminuíram com o passar da idade, ao passo que a importância de realizar algo importante para a sociedade aumentava. Com isso, os autores perceberam uma tendência de desvalorização dos objetivos individuais e uma valorização dos objetivos holísticos ou altruístas do trabalho com o aumento da idade.

Em direção semelhante, Mejía Reyes e Artiles (2018) notaram que, entre estadunidenses, os mais jovens possuíam tendência à valorização instrumental do trabalho, atribuindo a este uma importância majoritariamente material. Com o passar da idade, os respondentes passavam a valorizar o trabalho como um dever social e coletivo.

Um padrão similar foi encontrado em contexto sul-americano, que sinalizou aumento da centralidade do trabalho ao longo dos anos, ressaltando o papel da idade em relação às concepções do trabalho (ZUBIETA et al., 2008). Quando comparados com trabalhadores mais jovens (entre 18 e 25 anos), os participantes com mais de 26 anos indicaram maior centralidade laboral. Para os autores, como as condições de inserção dos mais jovens no mercado de trabalho se mostraram essencialmente precárias, fruto de um cenário de flexibilização nas formas de contratação, verificou-se entre eles uma maior valorização de outras esferas, que não a laboral.

Diante dessas evidências empíricas, tem-se como hipótese que a idade exerça influência sobre os significados do trabalho. Neste sentido, é esperado haver um aumento da centralidade do trabalho com o acréscimo da idade. Espera-se que exista, adicionalmente, uma diferenciação entre os objetivos e resultados vislumbrados, de modo que os respondentes mais jovens indiquem a valorização de aspectos instrumentais e os mais velhos ressaltem a importância de se contribuir para a sociedade por meio do trabalho. Neste sentido, a significação do trabalho como contribuição social deve se revelar mais saliente com o aumentar da idade.

b) Gênero

As primeiras investigações acerca dos sentidos e significados do trabalho incluíram apenas homens em suas amostras, conforme salientado no segundo capítulo desta tese. Isso pode ser justificado pela inserção tardia das mulheres no mercado formal de trabalho. Harvey (2008) chamou atenção para um fenômeno “nada progressista” ao abordar o papel das mulheres nos processos e mercado de trabalho, que teriam passado a atuar em ocupações com baixa remuneração e em tempo parcial. Segundo Antunes e Alves (2004) mais de 40% da força de trabalho em muitos países é ocupada por mulheres que atuam, essencialmente, em atividades *part-time*, marcadas pela precarização e desregulamentação trabalhista. Percebe-se a prevalência da atuação feminina em trabalhos relacionados ao cuidado (GEORGES, 2011), bem como a diferenciação salarial, quando comparadas com homens de mesma escolaridade. Além disso, nota-se que as mulheres ainda assumem majoritariamente as atividades domésticas, o que implica na chamada “dupla jornada” e reforça a tendência pela alocação em atividades com menor jornada de trabalho (QUEIROZ; ARAGÓN, 2015).

As pesquisas que se voltam para a análise dos significados do trabalho conforme o gênero dos participantes apresentam resultados divergentes entre si. Alguns estudos que

levam em conta estereótipos de gênero afirmam que as mulheres valorizam domínios de vida que envolvem nutrição, cuidado e compaixão, como família e religião, ao passo que as esferas que oferecem recursos e status, como o trabalho, são mais fundamentais para homens (LU; HUANG; BOND, 2016). Neste sentido, os homens estariam mais propensos a buscar um bom salário e oportunidades de crescimento como objetivos relacionados ao trabalho, enquanto as mulheres buscariam obter relações interpessoais significativas, assim como jornadas de trabalho convenientes (WARR, 2008).

Por outro lado, afirma-se que as mulheres percebem que o trabalho possibilita a independência e a atuação para além dos espaços domésticos, atribuindo maior centralidade ao trabalho (OGUEGBE et al., 2014). Mejía Reyes e Artiles (2018) apontam evidências empíricas de que objetivos como a independência, a conquista de metas pessoais, a estimulação intelectual e o uso de habilidades pessoais foram indicados por mulheres em maior medida do que por homens, rompendo com padrões estereotipados com os quais se valorava o âmbito laboral. Resultados semelhantes foram encontrados por Kubo, Gouvêa e Mantovani (2013) em uma amostra brasileira, indicando que as mulheres atribuíam maior centralidade ao trabalho, possuindo maior senso de dever e maior pontuação na dimensão que afere a valorização de objetivos e resultados. Faz-se mister salientar, contudo, que a amostra utilizada na investigação era altamente escolarizada, sendo que dois terços dos respondentes relataram possuir renda acima de 12 salários-mínimos. Estes fatores podem sinalizar o acesso a melhores posições de trabalho. A investigação conduzida por Hernández Ruiz, Martín Llaguno e Beléndez Vázquez (2008) não evidenciou diferenças entre normas e objetivos relacionados ao trabalho consoante ao gênero, no entanto, identificou que as mulheres atribuíam maior centralidade ao trabalho, quando comparadas com homens, em uma amostra formada por estudantes universitários na Espanha.

É esperado que a avaliação em relação ao trabalho se equalize nas situações em que as mulheres tenham as mesmas condições de trabalho e acesso a oportunidades de crescimento profissional (LU; HUANG; BOND, 2016), o que não se verifica no cenário brasileiro. Nossa realidade é marcada pela desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho. A carga de trabalho doméstico é maior entre as mulheres, que possuem jornada no mercado laboral significativamente menor, quando comparadas aos homens (MADALOZZO; MARTINS; SHIRATORI, 2010).

Tendo-se em conta este contexto, esta tese tem como hipótese que os homens atribuem maior centralidade ao trabalho. Adicionalmente, quando comparados, espera-se que a valorização de objetivos extrínsecos, como remuneração e segurança, seja mais proeminente entre homens, ao passo que objetivos intrínsecos, como autorrealização e valorização de conexões sociais, por exemplo, sejam mais presentes entre as mulheres. Nesta direção, o aspecto pecuniário e a instrumentalização do trabalho seriam mais proeminentes entre homens, ao passo que a expressividade e a conexão social corresponderiam a significados mais frequentemente atribuídos pelas mulheres.

c) Religião

Na primeira seção do capítulo 1, em que se abordou a construção social do trabalho ao longo do tempo, foi ressaltado o impacto da ética protestante na avaliação e representação social do trabalho. A valorização desta categoria apregoada pela doutrina protestante ajudou a elevá-lo de uma posição desprestigiada a um lugar de centralidade e dotado de significado. Os aspectos econômicos e racionais do trabalho foram exaltados, em contraposição ao espírito de caridade do catolicismo, havendo também um foco na individualidade, ressaltando-se a relação pessoal entre o indivíduo e o significado do trabalho, tido como caminho para a riqueza pessoal, bem como o valor moral do trabalho árduo (GESER, 2009; STEENKAMP; BASSON, 2013).

Ainda que os efeitos da religião no comportamento possam ser sutis e indiretos, a fé fornece uma maneira para lidar com as expectativas da sociedade em face de desejos individuais, expressões e atividades, com efeitos que podem se estender à esfera laboral (HARPAZ, 1998). Desta forma, é possível se esperar alguma relação entre a doutrina religiosa e o trabalho, no sentido de que, no geral, os trabalhadores protestantes sejam mais motivados para o trabalho (CARDOSO et al., 2009).

Em uma investigação transnacional, Geser (2009) identificou que a atitude positiva em relação ao trabalho estava relacionada à fé cristã em geral. Considerando a orientação positiva para o trabalho, os efeitos da fé foram mais fortes entre católicos, quando comparados aos protestantes, contudo, os efeitos dos ensinamentos da igreja foram mais proeminentes entre estes últimos. O autor identificou que o efeito da fé nas atitudes do trabalho tende a diminuir nos países mais ricos, com tendência a se manter entre nações mais pobres.

Harpaz (1998) verificou a presença de alta centralidade em relação ao trabalho entre trabalhadores de países majoritariamente protestantes, que receberam educação religiosa e que mantinham a religiosidade, o que seria, segundo o autor, indicativo da presença de uma ética protestante do trabalho. No mesmo sentido, Cardoso e colaboradores (2009) verificaram, entre brasileiros adeptos da religião protestante, maior motivação para o trabalho em comparação aos membros das demais religiões. A pesquisa conduzida por Arslan (2001) também ressaltou diferenças entre católicos e protestantes no que concerne à avaliação do trabalho. O autor verificou que a percepção do trabalho como um fim em si mesmo, assim como a valorização do dinheiro e economia, foi maior entre os protestantes. A percepção de que o trabalho duro traz sucesso, no sentido de ser uma condição para uma vida boa foi maior entre os católicos. Por outro lado, Ali, Falcone e Azim (1995) não encontraram diferenças em relação à ética do trabalho ao comparar católicos e protestantes nos Estados Unidos e Canadá.

Ainda que se perceba alguma inconsistência em relação à influência do elemento religioso no significado do trabalho, considera-se a relevância de tal fator, especialmente em virtude da expansão do protestantismo no Brasil, o que justifica a inclusão desta variável na corrente investigação. Deste modo, tem-se como hipótese que os protestantes atribuem maior centralidade e normatividade em relação ao trabalho como um dever ou obrigação, quando comparados com os católicos.

d) Nível socioeconômico

Conforme abordado no segundo capítulo desta tese, autores como Ardichvili e Kuchinke (2009) ressaltaram a importância da articulação entre aspectos sociais e econômicos e o processo de significação do trabalho, especialmente em sociedades estratificadas, como é o caso do Brasil. Mejía Reyes (2017) salienta que em sociedades mais desiguais e menos desenvolvidas pode-se notar uma tendência à centralidade do trabalho, ao passo que em países com maior distribuição da riqueza e desenvolvimento econômico o trabalho tende a ser menos central na vida das pessoas. Segundo o autor, a proposta teórica de valores materialistas e pós-materialistas ajuda a explicar essa relação: em países mais desenvolvidos, nos quais as pessoas possuem maior nível de bem-estar material, elementos não materiais seriam mais valorizados. Por outro lado, nos países menos desenvolvidos e com maior desigualdade socioeconômica o trabalho teria maior centralidade exatamente por permitir o acesso aos objetivos materiais.

Quando se comparam diferentes estratos de classes sociais, a literatura também aponta diferenciações na percepção dos significados do trabalho. Considerando a definição de classes sociais por critérios objetivos, como renda e escolaridade, Allan, Autin e Duffy (2014) demonstraram empiricamente que pessoas oriundas de classes sociais mais altas atribuíram maior significado expressivo ao trabalho. Isso ocorre provavelmente devido ao aumento no poder de decisão sobre a carreira e à diminuição de restrições financeiras que eventualmente comprometeriam suas escolhas profissionais. Embora se verifique baixa diferenciação entre classes no que diz respeito ao desejo de se seguir determinada carreira, a possibilidade de contemplar este anseio deve ser afetada em razão da classe social e da escolaridade do trabalhador (DUFFY et al., 2013). Como consequência disso, verificam-se muitos casos em que as classes mais baixas relacionam o trabalho à sobrevivência financeira, ao passo que entre as classes mais altas, além da valorização financeira, as pessoas buscam atingir necessidades psicológicas mais elevadas, como a satisfação pessoal e a possibilidade de executar algo que viabilize o desenvolvimento de habilidades, bem como a contribuição para a sociedade (BLUSTEIN et al., 2002).

Em uma investigação que analisou a influência de características pessoais na atribuição de significados do trabalho, Davidson e Caddell, (1994) salientaram o efeito da escolaridade e da renda. Os resultados indicaram que as pessoas com maior escolaridade revelaram tendência a avaliar o trabalho como uma carreira ou vocação, de modo que o decréscimo da escolaridade se relacionava à percepção instrumentalizada do trabalho. Um efeito semelhante foi observado em relação à renda, sendo que pessoas com menores rendimentos se mostraram mais propensas a avaliar o trabalho como um emprego, algo realizado somente com objetivo de obtenção de segurança e dinheiro, e não como uma carreira ou vocação.

Diante do exposto, considera-se ser relevante averiguar a influência do fator socioeconômico nos significados e sentidos atribuídos ao trabalho. Tem-se como hipótese que o trabalho seja central para os indivíduos, posição defendida ao longo dos capítulos teóricos desta tese. Um dos fatores que explicariam essa condição está relacionado ao perfil socioeconômico de nossa sociedade, conforme defendido pela teoria de valores materialistas e pós-materialistas. Espera-se, contudo, que o elemento motivador para essa centralidade se diferencie conforme o nível socioeconômico: entre pessoas com menor NSE tem-se como hipótese que o trabalho deve estar associado a uma percepção de

instrumentalidade, voltado para o sustento e garantia de necessidades básicas, ao passo que, entre pessoas com maior NSE, deve se relacionar com a valorização de aspectos intrínsecos, como o desenvolvimento pessoal e com a necessidade de contribuição social.

e) Natureza da atividade laboral

Ao longo da segunda seção do primeiro capítulo foram destacados os efeitos que a retirada da autonomia, a repetitividade das atividades e a separação entre concepção e execução da tarefa produziram em relação aos significados do trabalho. No decorrer do segundo capítulo foi discutido o caráter multidimensional dos sentidos e significados do trabalho, com relevância para o papel da autonomia, criatividade e variedade das tarefas em sua construção (MOW, 1987).

Em uma revisão biográfica sobre variáveis abarcadas em estudos sobre sentidos e significados do trabalho em contexto brasileiro, Tolfo e Piccinini (2007) indicaram pesquisas que ressaltaram a maior percepção de centralidade entre trabalhadores que exercem atividades mais intelectualizadas. No mesmo sentido, Bendassolli e Borges-Andrade (2011) identificaram associação positiva e significativa entre a percepção de autonomia e a centralidade do trabalho.

Em uma perspectiva similar, Steyn e Kotzé (2004) buscaram comparar os objetivos e metas relacionados ao trabalho entre trabalhadores que atuavam com tarefas marcadas por diferentes graus de independência e intelectualidade. Os autores verificaram que a valorização do salário e da segurança eram maiores entre trabalhadores de atividades manuais, sendo a busca pela realização pessoal menos saliente entre este grupo. Relacionamentos e realização pessoais eram mais valorizados entre gestores e analistas, atividades marcadas por maior grau de independência e intelectualidade. Em contexto sul-americano, Zubieta et al. (2008) identificaram que trabalhadores com maior independência e variedade nas tarefas exaltavam a função expressiva do trabalho.

Diante do exposto, esta tese tem como hipótese que a natureza das atividades exerça influência na construção dos significados do trabalho. Espera-se que trabalhadores que atuam em tarefas criativas, intelectuais e com independência atribuam ao trabalho um significado marcado pela valorização de aspectos intrínsecos, relacionados com a sua expressividade. Por outro lado, espera-se que a ênfase em aspectos de instrumentalidade do trabalho seja mais proeminente entre aqueles que trabalham com atividades repetitivas, manuais e realizadas com dependência.

3.2 – *Análises quantitativas*

A etapa metodológica quantitativa contempla, para além da análise descritiva dos dados sobre a amostra e significados do trabalho, a construção de um modelo teórico-empírico destes significados que permita identificar a influência de características demográficas e estruturais na conformação do construto. Neta etapa é possível, adicionalmente, identificar os diferentes significados atribuídos ao trabalho, conforme as três dimensões evidenciadas no segundo capítulo desta tese - centralidade, normas sociais e resultados esperados/valorizados no trabalho.

3.2.1 – *Dados utilizados*

O estudo quantitativo tem como suporte principal a base de dados *World Values Survey* (WVS), em sua quinta onda (INGLEHART et al., 2018). O WVS é constituído por uma rede global de cientistas sociais e teve seu início marcado por uma pesquisa conduzida pelo *European Values Survey Group* (EVS) em 1981, que contemplou 24 países da Europa. Desde então, as coletas de dados ocorrem de modo sucessivo, nas chamadas “ondas”, realizadas entre os períodos de 1981 a 1984 (onda 1), 1990 a 1994 (onda 2), 1995 a 1998 (onda 3), 1999 a 2004 (onda 4), 2005 a 2009 (onda 5) e 2010 a 2014 (onda 6) e 2017 a 2021 (onda 7). Conforme informado no website⁶ da instituição, atualmente são realizadas pesquisas nacionalmente representativas em quase 100 países, contemplando aproximadamente 90% da população mundial, tendo como base um questionário comum. O projeto WVS explora a hipótese de que os sistemas de crenças em massa estão mudando, o que tem importantes consequências econômicas, políticas e sociais. O projeto aborda atitudes perante diversos fatores, como aspectos religiosos, éticos, relações familiares, avaliação do trabalho, felicidade, saúde e satisfação com a vida. As amostras são periodicamente coletadas de modo aleatório em todos os países participantes, abrangendo todas as suas regiões. As entrevistas são conduzidas pessoalmente e no idioma oficial do país participante. Trata-se de um micro conjunto de dados, pois contém informações personalizadas para cada indivíduo em diferentes momentos no tempo, ainda que não seja um painel.

Os dados que compõem a modelagem de equações estruturais referem-se exclusivamente à amostra brasileira e foram coletados na quinta onda do projeto,

⁶ <http://www.worldvaluessurvey.org>

realizada entre os anos de 2005 e 2009. No Brasil, a aplicação dos questionários foi feita em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), sob coordenação do prof. Dr. Henrique Carlos de Castro. Foram realizadas 1500 entrevistas no período entre 01/11/2006 e 26/12/2006. Ainda que a WVS tenha disponibilizado dados sobre o Brasil em suas sexta e sétima ondas, são utilizados os dados coletados na onda 5, já que a organização das variáveis atende aos objetivos desta tese de maneira mais apropriada, permitindo que se acessem as três dimensões dos significados do trabalho.

Adicionalmente, alguns dados fornecidos na sétima rodada da WVS (INGLEHART et al., 2020) são utilizados com o intuito de estabelecer comparações entre variáveis sociodemográficas e relacionadas aos significados do trabalho entre o período de 2006 e a coleta de dados mais atual. Deste modo, pretende-se verificar possíveis alterações no comportamento de brasileiros entre os anos de 2006 e 2018, quando os dados que se referem às ondas 5 e 7 foram coletados, o que permite suprir de alguma maneira esta lacuna temporal.

3.2.2 – Operacionalização das variáveis utilizadas

Como explorado no capítulo 2, os estudos conduzidos pelo MOW acerca dos significados do trabalho ressaltaram três dimensões que persistiram empiricamente como maiores representações do construto: a centralidade, as normas sociais (obrigações e direitos) e os resultados esperados/valorizados no trabalho. A base de dados WVS disponibiliza a medida dessas dimensões por meio dos seguintes indicadores:

1) Centralidade absoluta do trabalho

A importância ou centralidade do trabalho é acessada por meio do item: (v8) Indique em que medida o trabalho é importante para sua vida. Estudos anteriores (HAJDU; SIK, 2018; MEJÍA REYES, 2017; PARBOTEEAH; CULLEN, 2003; WARR, 2008) que investigaram a centralidade do trabalho com uso da base de dados WVS utilizaram esta mesma medida.

No questionário, as respostas são obtidas por meio de uma escala que varia entre *muito importante* (1) e *não é importante* (4). Contudo, para facilitar a análise dos resultados, a escala foi invertida. Deste modo, passa a variar entre *não é importante* (1) e *muito importante* (4).

2) Normas sociais relativas ao trabalho como uma obrigação

A medida referente às normatividade do trabalho como uma obrigação social, inicialmente validada em estudos do *Meaning of Work Research Team*, foi novamente validada por Parboteeah, Hoegl e Cullen (2009) e por Den Dulk, Groeneveld, Ollier-Malaterre e Valcour (2013). Na pesquisa mundial de valores, este item é acessado por meio de cinco afirmações normativas acerca do trabalho: (v50): Para desenvolver inteiramente suas habilidades, o(a) Sr(a) precisa de um emprego; (v51): É humilhante receber dinheiro sem trabalhar; (v52): As pessoas que não trabalham ficam preguiçosas; (v53): Trabalhar é uma obrigação para com a sociedade; (v54): O trabalho deve vir sempre em primeiro lugar, mesmo que isso signifique menos tempo livre (v54). A categoria de respostas para esses itens variou de *concordo totalmente* (1) a *discordo totalmente* (5). A escala de respostas foi recodificada com o intuito de facilitar a análise dos resultados, de modo que passou a variar entre *discordo totalmente* (1) a *concordo totalmente* (5).

3) Resultados esperados/valorizados no trabalho

Investigações prévias (KLONOSKI, 2014; SALINAS-JIMÉNEZ; ARTÉS; SALINAS-JIMÉNEZ, 2010; STEYN; KOTZÉ, 2004) acessaram os resultados e objetivos almejados por meio do trabalho através da seguinte indagação, igualmente utilizada no *survey* em questão: (v48) Gostaria de perguntar sobre as coisas que seriam mais importantes para o(a) Sr(a), se estivesse procurando emprego. Vou ler algumas coisas que muitas pessoas levam em conta em relação a seu trabalho. Se o(a) Sr(a) estivesse procurando emprego, o que o(a) Sr(a) colocaria em primeiro lugar?

As opções de resposta para este item são: 1- Um bom salário, para não se preocupar com dinheiro; 2- Um emprego seguro, sem risco de fechar, ou de desemprego; 3- Trabalhar com pessoas que o(a) Sr(a) gosta; 4- Fazer um trabalho importante para se sentir realizado. Foi considerado o caráter ordinal da escala de respostas, que parte de uma perspectiva que varia desde a valorização de objetivos extrínsecos a intrínsecos.

Às três dimensões sinalizadas previamente, incluídas na modelagem de equações estruturais, acrescentam-se algumas características demográficas e estruturais. Como salientado, nesta tese tem-se o objetivo de verificar a contribuição de elementos sociais na construção dos significados compartilhados sobre o trabalho. Deste modo, a construção do MEE abarca as seguintes variáveis:

- a) Idade

A idade é medida por meio de variável contínua e se refere à idade do entrevistado no momento de aplicação do questionário.

b) Sexo

Nesta investigação a variável⁷ é binária (*dummy*), sendo o sexo feminino codificado como 0 e o masculino como 1.

c) Religião

A base de dados WVS infere sobre o pertencimento a alguma religião ou grupo religioso. As afiliações religiosas abarcadas no questionário são: Católico Romano, Protestante, Ortodoxo (Russo-Grego- etc.), Judeu, Muçumano, Hindu, Budista, Espírita, Evangélico, Religiões de origem africana (umbanda, candomblé etc.), Religiões de origem indígena, outros. Para construção do MEE nesta pesquisa utilizam-se duas variáveis *dummy* sobre esta associação: católico (1) ou não católico (0) e protestante (protestantes e evangélicos) (1) ou não protestante (0).

d) Nível socioeconômico

O NSE é estimado por meio das variáveis referentes ao nível educacional, classe e de rendimentos informados pelos respondentes. No questionário da WVS os níveis de escolaridade variam de 1 (*não frequentou a escola*) a 9 (*ensino superior completo*). A classe social varia entre 5 níveis, de 1 (*classe alta*) a 5 (*classe baixa*). Esta escala foi recodificada, de modo a apresentar orientação crescente, conforme os demais elementos que compõem o NSE. Deste modo, passou a variar entre 1 (*classe baixa*) e 5 (*classe alta*). O rendimento varia de *nível mais baixo de salários* a *nível mais alto de salários*, em uma escala que vai de 1 a 10.

e) Natureza da atividade laboral

A natureza das atividades é medida por meio de três itens: (v 244) As tarefas que o(a) Sr(a) executa no trabalho são na maioria manuais ou intelectuais? A escala de respostas varia entre *mais tarefas manuais* (1) e *mais tarefas intelectuais* (10); (v245) As tarefas que executa no trabalho são na maioria repetidas ou criativas? A escala de respostas varia entre *mais tarefas repetidas* (1) e *mais tarefas criativas* (10); e (v 246)

⁷ A World Values Survey fornece a identificação binária, utilizando a nomenclatura sexo (e não gênero). Segundo a metodologia de aplicação do questionário, o entrevistador deve anotar se o respondente é do sexo masculino ou feminino, sem perguntar sua autoidentificação. As análises quantitativas realizadas na tese tendem a utilizar a nomenclatura adotada no *survey*.

Em que medida o(a) Sr(a) é independente nas tarefas em que executa no seu trabalho? A escala de respostas varia entre *nenhuma independência* (1) e *total independência* (10).

3.2.3 - *Análises estatísticas utilizadas*

O primeiro objetivo específico – identificar os significados atribuídos ao trabalho – é atingido parcialmente por meio de análises estatísticas descritivas. Inicialmente, efetua-se a caracterização do perfil da amostra em relação às medidas de centralidade absoluta do trabalho, normas sociais relativas a obrigações do trabalho e resultados esperados/valorizados no trabalho. É importante lembrar que a análise é complementada por meio de entrevistas em profundidade.

Os objetivos específicos 2 e 3 consistem em identificar em que medida características demográficas, como idade, sexo e religião (objetivo 2) e características estruturais, como a natureza da atividade laboral (se intelectual, criativa e marcada por independência, ou não) e a situação socioeconômica (rendimento, classe e escolaridade) (objetivo 3), influenciam na diferenciação de atribuições de sentidos e significados ao trabalho. Para que possam ser atingidos utiliza-se a Modelagem de Equações Estruturais (MEE), conjugada a entrevistas em profundidade.

A MEE consiste em uma técnica estatística multivariada em que há combinação de aspectos da análise fatorial (que envolve um modelo de medida no qual as variáveis latentes ou construtos são operacionalizados) e da regressão linear múltipla (que estabelece a relação entre as diferentes variáveis no modelo estrutural), de modo a buscar conjugar modelos determinísticos e modelos de mensuração. A MEE possibilita medir variáveis latentes, construtos não observados de modo direto, a partir de um conjunto de variáveis manifestas, observadas diretamente, sendo utilizada para testar a validade de modelos teóricos que definem relações causais e hipotéticas entre variáveis. As variáveis latentes ou manifestas podem ser classificadas como exógenas (independentes) ou endógenas (dependentes), conforme sua função no modelo. As primeiras nunca apresentam relação de dependência em relação a outras variáveis no MEE, ou seja, as causas dessas variáveis não são influenciadas por outras que estejam presentes no modelo. As variáveis endógenas possuem suas causas explicadas por outras que residem no modelo, sendo, em algum momento, dependente de alguma delas (MARÔCO, 2014; NEVES, 2018).

Neves (2018) destaca que a relevância do método se relaciona com algumas vantagens em sua aplicação, como o fato de permitir simultaneidade entre mensuração e estimação, bem como de possibilitar a estimação de efeitos diretos e indiretos de variáveis explicativas sobre variáveis respostas. Além disso, o método é bastante robusto e de fácil interpretação, devido às interfaces gráficas.

A modelagem de equações estruturais é baseada em um quadro teórico estabelecido *a priori*. Portanto, a investigação parte da formulação de um modelo teórico que será confirmado, ou não, após a coleta e análise dos dados. A confirmação de um modelo teórico na explicação da estrutura relacional dos dados não implica em que este seja o único possível, de modo que outros modelos teóricos também podem se fazer adequados (MARÔCO, 2014). É importante que se tenha confiança teórica no modelo a ser testado, já que a técnica possui um caráter confirmatório e não exploratório (NEVES, 2018).

Os modelos de equações estruturais podem ser aplicados de três maneiras: uma abordagem estritamente confirmatória (AEC), em que se pretende testar um modelo previamente estipulado, com vistas à sua aceitação ou rejeição. Pode também ser utilizada a abordagem de modelos alternativos (AMA), em que se compara a qualidade de ajuste de dois modelos teóricos ou mais, assim como a abordagem de desenvolvimento de modelos (ADM). Nesta última tem-se um primeiro passo similar à AEC e, no caso da refutação do modelo especificado, busca-se um modelo com melhor qualidade de ajuste, em geral, mais parcimonioso (NEVES, 2018).

Na maioria dos casos, os modelos de equações estruturais são visualizados por meio de diagramas de trajetórias, que compreendem um conjunto de equações de regressão que viabiliza estimar os efeitos diretos e indiretos das variáveis independentes sobre as dependentes (NEVES, 2018). Estes diagramas possuem como elementos básicos as setas e as variáveis. Por convenção as variáveis latentes são representadas dentro de círculos e as manifestas dentro de retângulos. As relações causais são representadas por setas de sentido único, no sentido da causa para o efeito, ao passo que as associações são indicadas por setas de duplo sentido, com duas pontas (MARÔCO, 2014).

Como dito anteriormente, a modelagem de equações estruturais se fundamenta em um quadro teórico previamente estabelecido, o que se constitui como a primeira etapa na aplicação do método, que deve ser seguida da recolha dos dados. Posteriormente têm-se as fases de especificação e identificação do modelo. A especificação consiste no desenho

formal do modelo teórico que hipotetiza as questões de investigação, refletindo as relações entre as variáveis (HAIR et al., 2009; MARÔCO, 2014). A próxima etapa consiste na definição do modelo por meio da medida empírica das relações entre variáveis e construtos envolvidos, de modo a se verificar a adequação da teoria em relação aos dados. Deste modo, pretende-se obter as estimativas dos parâmetros do modelo, como cargas fatoriais, coeficientes de regressão, variâncias e covariâncias do fator e as variâncias de erro residual das variáveis observadas para que se possa, adicionalmente, averiguar o ajuste do modelo (NEVES, 2018).

A literatura fornece uma série de medidas de ajuste que são, em grande maioria, calculadas por meio de softwares de análises de equações estruturais (MARÔCO, 2014). As principais estatísticas de ajuste geral podem ser obtidas por meio dos valores de *Goodness of fit* (GOF) (NEVES, 2018) e incluem, por exemplo, a estatística de *qui quadrado* (χ^2), o CFI e a RMSEA (HAIR et al., 2009). Os índices de ajuste podem ser classificados como medidas de ajuste absoluto, incremental e parcimonioso (HAIR et al., 2009; MARÔCO, 2014). Os índices de ajuste absoluto avaliam a qualidade do modelo *per se*, sem compará-los com outros modelos. Os mais usuais são: *qui quadrado* normalizado ($\chi^2/g.l.$), RMSR (Raiz do Resíduo Quadrático Médio ou *Root Mean Square Residual*), GFI (Índice de qualidade de ajuste ou *Goodness of Fit Index*). Os índices de ajuste incremental se distinguem dos absolutos no sentido de que avaliam a especificação de um modelo em relação a algum modelo alternativo de referência, geralmente chamado de modelo nulo, em que se assume que todas as variáveis observadas não são correlacionadas. Incluem-se neste grupo o NFI (Índice de ajuste normalizado ou *Normed Fit Index*) e o CFI (Índice de ajuste comparativo ou *Comparative Fit Index*), uma versão melhorada do NFI (HAIR et al., 2009). Por fim, os índices de ajuste de parcimônia permitem informar qual modelo, dentre um conjunto de modelos concorrentes, é melhor, tendo-se em conta o ajuste relativo à sua complexidade. São exemplos o PGFI (Índice de qualidade de ajuste de parcimônia ou *Parcimony GFI*), que ajusta o GFI e o PNFI (Índice de ajuste normalizado de parcimônia, *Parcimony NFI*), que ajusta o NFI.

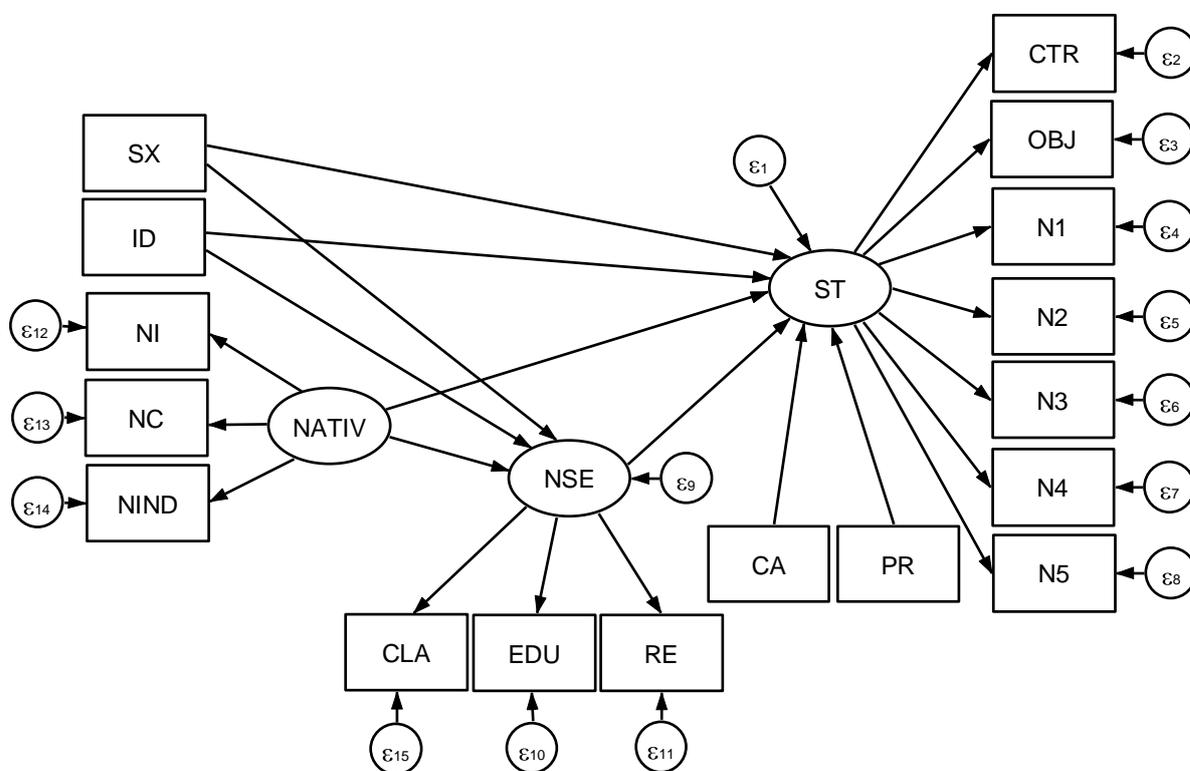
É importante que o pesquisador utilize pelo menos um índice incremental e um índice absoluto, além do valor *qui quadrado* dos graus de liberdade associados. Portanto, um modelo que relata os valores de *qui quadrado* normalizado, CFI e RMSEA, frequentemente irá dispor de informação suficiente para sua avaliação (HAIR et al.,

2009). Todas as análises estatísticas são efetuadas com uso do software *Stata* (v. 13) e utilizam como nível de significância $p < 0,05$.

3.2.4 – Diagrama de equações estruturais teórico

O diagrama de equações estruturais proposto, tendo-se em conta a relação empírica entre as variáveis apresentadas e o significado do trabalho, está exposto na figura 2. O modelo teórico proposto compreende um MEE completo, envolvendo análises determinísticas, fornecidas pelos modelos de regressão, e de mensurações, fornecidas pelas análises fatoriais (NEVES, 2018).

Figura 2 - Diagrama do modelo de equações estruturais completo para explicação dos significados do trabalho



Fonte: elaborado pela autora.

As variáveis incluídas no modelo foram:

SX = sexo, variável binária, sendo 1 = masculino e 0 = feminino.

ID = idade, variável contínua.

NI = natureza intelectual da tarefa executada. A escala de respostas varia entre *mais tarefas manuais* (1) e *mais tarefas intelectuais* (10).

NC = natureza criativa das tarefas desempenhadas, em uma escala que varia entre 1 (*mais tarefas repetidas*) e 10 (*mais tarefas criativas*).

NIND: independência na execução das tarefas. A escala de respostas varia entre *nenhuma independência* (1) e *total independência* (10).

CLA = classe social, em escala que vai de 1 a 5.

EDU = escolaridade. A escala varia de 1 a 9.

RE = rendimento. A escala de rendimento informada varia de 1 a 10.

CA = católico, variável binária, sendo 1 = católico e 0 = não católico.

PR = protestante, variável binária, sendo 1 = protestante e 0 = não protestante.

CTR = centralidade absoluta do trabalho.

OBJ = objetivos e metas relacionados ao trabalho.

N1 a N5 = normas relativas ao trabalho.

NATIV = natureza da atividade. Construto latente referente à natureza das tarefas desempenhadas, mensurado a partir de três variáveis relativas à avaliação da natureza do trabalho desempenhado: atividades manuais x intelectuais; tarefas repetitivas x criativas; e realizadas de modo dependente x independente.

NSE = construto latente referente ao nível socioeconômico, mensurado a partir da classe social, do nível de educação e da escala de rendimento informada pelo indivíduo. A WVS não fornece dados sobre a escolaridade dos pais ou sobre o status socioeconômico da ocupação do pai, inviabilizando a estimação do SSO, conforme utilizado por Blau e Duncan (1967). Deste modo, espera-se obter uma aproximação.

ST = construto latente referente aos significados do trabalho, mensurado a partir da centralidade, normas e dos objetivos do trabalho. Este modelo segue a mensuração teórica proposta pelo MOW, em que as dimensões mais representativas dos significados do trabalho são a centralidade absoluta, as normas relativas ao trabalho e os objetivos e metas relacionados ao trabalho.

3.3 – Análises qualitativas

Como salientado anteriormente, o estudo qualitativo possibilita aprofundar a compreensão de algumas especificidades dos significados do trabalho não abarcadas na

etapa quantitativa, de modo a complementar e integrar as análises, viabilizando, assim, o cumprimento dos três primeiros específicos em sua integralidade. Adicionalmente, estas análises permitem captar a subjetividade presente na relação entre os fatores (demográficos e estruturais) identificados na etapa quantitativa e os significados do trabalho, possibilitando o entendimento do modo como tais elementos exercem influência na atribuição destes significados, o que permite o cumprimento do quarto objetivo específico. Por meio destas análises, busca-se empoderar as histórias dos indivíduos com o objetivo de compreender o modo como eles atribuem sentido a seu mundo social (HESSE-BIBER, 2010). Neste intento, essa pesquisa manteve a transcrição dos discursos *ipsis litteris*, com todas as marcas de oralidade, conforme a fala dos entrevistados.

A metodologia qualitativa, caracterizada pela empiria e sistematização progressiva de conhecimento, favorece a compreensão da lógica interna do grupo ou processo estudado, permitindo desvelar processos sociais pouco conhecidos. Deste modo é possível aprofundar, conforme salienta Minayo (2010), a compreensão sobre o fenômeno estudado e complementar os registros quantitativos “com o entendimento de que nos fenômenos sociais há possibilidade de se analisarem regularidades, frequências, mas também relações, histórias, representações, pontos de vista e lógica interna dos sujeitos em ação” (p.63).

Assim, pretende-se evitar o equívoco salientado por Schütz (1979) de que a análise fique restrita àquilo que o mundo social representa para o investigador, atentando-se também para o significado dos fenômenos estudados para os atores dentro desse mundo social, de modo que se possa responder à pergunta: “o que significa esse mundo social observado para o ator observado dentro dele, e o que ele quis dizer através de sua ação dentro dele?” (p. 265). No percurso de metodologia qualitativa, faz-se importante privilegiar os pontos de observação, deslocados, em princípio, dos objetos de análise, privilegiar a ampliação da diversidade dos pontos de vista e a ampliação da escala de análise do micro ao macro, sem deixar de atentar para suas interseções. É preciso também estabelecer a prática de comparações sistemáticas entre os contextos, perfis e características específicas observadas, de modo a verificar se as interpretações podem representar a generalização das conclusões (GEORGES; SANTOS, 2016).

Nesta tese, o processo de empiria qualitativa envolve a aplicação de entrevistas em profundidade, utilizando-se um roteiro semiestruturado. Entende-se que a colocação do percurso em palavras, em uma situação de entrevista focada no indivíduo, permite a

construção do discurso e confere a ele um significado social, possibilitando acessar a lógica cognitiva, afetiva e social empregada na construção dos elementos significativos neste percurso. Por meio dessa ferramenta, busca-se conhecer a trajetória dos indivíduos, contemplando as esferas pessoal, familiar e do trabalho, expressa por meio de relatos que evidenciam os lugares sociais ocupados ao longo de suas vidas e, deste modo, identificar os significados construídos sobre o trabalho ao longo deste trajeto. As dimensões objetivas e subjetivas são consideradas como indissociáveis, de modo que o ponto de vista relacional é adotado na construção das identidades e trajetórias sociais (COUTINHO, 2009). A obtenção dos registros é colhida por meio de entrevistas em relato único (RODRÍGUEZ GÓMEZ; GIL FLORES; GARCÍA JIMÉNEZ, 1999) e os dados são examinados por meio da análise textual interpretativa (GIL FLORES, 1994).

As entrevistas em profundidade têm como objetivo acessar as experiências, valores, ideias e estrutura simbólica dos entrevistados, viabilizando a construção de um quadro geral das vivências e cognições destes sujeitos (GODOI; MATTOS, 2006). Possuem como característica a não delimitação das opções de respostas em um modelo fixo, revelando potencial para propiciar que atitudes múltiplas e até mesmo conflituosas acerca do tema em questão sejam reveladas, visando atingir as camadas mais profundas da consciência sobre a temática em questão. Através de sua aplicação, pretende-se explorar o fenômeno de maneira intensa e em profundidade, de modo a se analisar o modo como as características elencadas na etapa quantitativa influenciam nos trajetos laborais e na construção dos significados compartilhados sobre o trabalho.

A interpretação dos dados deve levar em conta critérios de validade, de modo que representem com precisão os fenômenos aos quais se referem, e confiabilidade, permitindo que os resultados da pesquisa possam ser replicados ao longo do tempo e em diferentes investigações (MARVASTI, 2004). A aplicação das entrevistas pressupõe o atendimento de três condições essenciais, segundo Godoi e Mattos (2006, p. 305): o entrevistado deve poder se expressar a seu modo; a fragmentação e organização das perguntas não devem prejudicar sua livre expressão; e o entrevistador deve ter a possibilidade de inserir novas perguntas ou participações ao longo do diálogo, conforme os objetivos da entrevista.

A escolha do campo de análise desta etapa se deu por conveniência, devido à facilidade de acesso da investigadora. Desta maneira, as entrevistas se dirigem a indivíduos residentes nas cidades de Belo Horizonte (MG) e Juazeiro do Norte (CE). A

definição dos perfis dos entrevistados se orienta conforme as características demográficas e estruturais evidenciadas na etapa quantitativa. Ou seja, o corpus de estudo deve contemplar indivíduos com diferentes níveis socioeconômicos, idades, gêneros, escolaridades e que atuem ou tenham atuado com atividades de natureza distintas, de modo a permitir que se comparem os significados atribuídos ao trabalho entre os sujeitos, independentemente de estarem efetivamente trabalhando no momento da pesquisa ou de estarem desempregados. Esta etapa permite também que sejam investigados elementos não contemplados na etapa quantitativa, uma limitação ocasionada pela utilização de base de dados secundária. Adicionalmente, possibilita aprofundar a compreensão dos resultados verificados na etapa que a antecede, viabilizando a captação da subjetividade na relação entre os fatores demográficos e estruturais em sua influência na atribuição dos significados do trabalho.

Não é possível que se estabeleça previamente o número de indivíduos entrevistados. O processo de coleta de dados se encerra com a ocorrência da saturação, ou seja, quando se percebe que, na interação entre o campo de observação e o investigador, não se verificam novos elementos que possam balizar ou aprofundar a questão investigada. Assim, conforme advogam Glaser e Strauss (2006), chega-se a um determinado ponto em que o investigador não mais encontra nos dados recolhidos algo que possibilite o desenvolvimento de propriedades em determinada categoria de análise, o que lhe permite partir para novas apreciações e conseqüente saturação de novas categorias.

A construção do roteiro de investigação buscou abranger os conceitos que melhor representam o fenômeno, sendo investigados a partir do processo de amostragem por saturação (FALQUETTO; FARIAS, 2016). O roteiro de pesquisa tem como base os seguintes temas norteadores:

a) Aspectos pessoais: este tema se estrutura conforme aspectos sociodemográficos salientados na etapa quantitativa, como religião (pertencimento e participação), idade, gênero e escolaridade (escolha e viabilidade da trajetória escolar). Adicionalmente, investiga-se a influência de relações familiares, de amizade e religiosas nos processos de escolha e caminhos trilhados pelo indivíduo na esfera laboral. Contempla também fatores pessoais como estado civil, local de nascimento e residência, ocupação, classe socioeconômica e constituição familiar.

b) Trajetória laboral dos trabalhadores: compreende a investigação de elementos passados, referentes às possibilidades de formação profissional, escolha da profissão/ocupação, ingresso no mercado de trabalho e experiências anteriores (estes últimos, apenas no caso de indivíduos que já tenham exercido alguma atividade). Abrange também o elemento presente, expresso na atuação profissional atual (como se deu o acesso a este trabalho e se pretende seguir neste tipo de atividade/atuação), assim como o futuro, voltado para expectativas e planos relacionados ao trabalho e progressão profissional. No caso de indivíduos que estejam desempregados, o enfoque se dá em experiências prévias e expectativas futuras e, para aqueles que nunca trabalharam, o direcionamento da entrevista tem como foco as expectativas de inserção no mercado de trabalho.

c) Contexto e condições de trabalho: identificação sobre como o trabalho é realizado, como ocorrem as interações com outros trabalhadores, como se dá a organização da rotina de trabalho, quais os requisitos de formação técnica e comportamentais necessários para cumprimento do trabalho desempenhado, bem como a natureza das atividades executadas. No caso de indivíduos que se encontrem desempregados no momento da pesquisa, investigam-se as condições de trabalho das ocupações anteriores.

d) Avaliação do trabalho: envolve a percepção de aspectos positivos e negativos do trabalho executado, bem como do ato de trabalhar, aspectos proporcionados pelo trabalho (ex.: segurança, independência, cansaço, exploração...), as emoções suscitadas pelo trabalho, incluindo o que sente quando se encontra afastado deste (períodos de férias, afastamentos, desemprego). Investiga-se também a centralidade do trabalho, visando identificar a intenção ou desejo de manutenção de suas atividades quando se aposentar e no caso de ter dinheiro suficiente para garantia de seu conforto pessoal e familiar.

e) Sentidos e significados do trabalho: por meio deste tema pretende-se compreender os significados atribuídos ao trabalho; a importância e valor atribuídos a esta categoria (inclusive se esta percepção se alterou ao longo do tempo); os objetivos valorizados no trabalho; o que se espera do ato de trabalhar; bem como a normatividade desta esfera como direito ou obrigação social.

f) Relação entre o trabalho e outras esferas de vida (família, religião e lazer): este tema se volta para a compreensão do modo como o entrevistado acredita que o trabalho

realizado é visto por representantes destas esferas, assim como se percebe que a atividade realizada inviabiliza o pleno acesso e participação a alguma delas.

A análise dos dados obtidos por meio desses temas norteadores permite compreender como diferentes características demográficas e estruturais conformam as trajetórias dos indivíduos, influenciando na atribuição de diferentes (ou semelhantes) significados ao trabalho.

Como técnica para exame dos dados obtidos nesta etapa elegeu-se a análise textual interpretativa, de Javier Gil Flores. Apesar de ter origem na análise de conteúdo, esta técnica privilegia a análise qualitativa, pois compreende que “o sentido profundo do discurso não resiste a sua decomposição em unidades ou a sua quantificação em virtude de determinados critérios” (GIL FLORES, 1994, p. 69). A abordagem interpretativa utiliza categorias para apresentar a informação, mas o interesse está no conteúdo das categorias e não na frequência dos códigos, se distanciando, portanto, das análises de conteúdo.

Os procedimentos interpretativos contemplam estratégias que atuam com dados qualitativos com o objetivo de compreender a realidade e a produção do conhecimento. Conforme destaca Gil Flores (1994), partem do pressuposto de que a realidade é subjetiva, múltipla e dinâmica, sendo resultado de um processo de construção dos sujeitos mediante a interação com outros membros da sociedade, com foco no entendimento da realidade tal como entendida pelos próprios participantes. Gil Flores (1994, p. 72–95) sistematiza a aplicação desta técnica em algumas atividades, que muitas vezes acontecem de modo simultâneo ou até mesmo de modo reiterativo, e, portanto, não necessariamente ocorrem de maneira linear ou sequencial (RODRÍGUEZ GÓMEZ; GIL FLORES; GARCÍA JIMÉNEZ, 1999).

No primeiro momento, tem-se a organização dos dados. Recomenda-se a audição e leitura dos discursos completos, repetidas vezes, de modo a se obter uma ideia global do conteúdo. Este exame atento permite identificar relações, tendências ou vínculos que direcionam as análises.

Na maioria das análises qualitativas, a coleta de dados resulta em uma quantidade abundante de informações, fazendo-se necessário reduzi-los. As técnicas mais usuais para tal feito são a categorização e codificação, que remetem respectivamente aos aspectos conceituais e físico-manipulativos de uma mesma atividade. A categorização permite

classificar conceitualmente as unidades em um mesmo tema ou tópico, suportando um significado. A codificação é a operação concreta de assinalar a cada unidade um código próprio da categoria ao qual se remete. Os códigos representam, portanto, as categorias que são atribuídas às unidades de dados de modo a identificar sua filiação a um determinado tema (RODRÍGUEZ GÓMEZ; GIL FLORES; GARCÍA JIMÉNEZ, 1999). Esta etapa consiste na análise das unidades de dados de modo a possibilitar seu agrupamento em componentes temáticos que permitem agrupá-los em unidades de conteúdo, fragmentos que expressam uma ideia em comum, com o intuito de extrair tudo que for relevante e associado ao tema pesquisado. As categorias podem ser pré-determinadas, geralmente utilizando-se o marco teórico e conceitual da investigação, as hipóteses que a orientam, ou mesmo o roteiro empregado na condução das entrevistas, mas podem, também, surgir durante a análise dos dados. A análise textual interpretativa prevê a possibilidade de um mesmo trecho textual pertencer a duas categorias simultaneamente.

As operações de codificação e categorização consistem em identificar fragmentos de textos com os tópicos que os descrevem ou interpretam, atribuindo a cada fragmento um código próprio da sua categoria de elementos, em função de sua afinidade com os temas. Consistem, portanto, em um agrupamento conceitual das unidades em função de sua afinidade temática. O sistema de categorias surge como consequência do próprio processo de codificação e se modifica ao longo da análise, se for preciso, adaptando-se conforme novas passagens são analisadas. Deste modo, os novos fragmentos podem ajudar a confirmar as categorias já criadas ou até mesmo levar a sua modificação.

Como sugestão, pode-se optar pela organização de um sistema inicial de categorias, obtido em uma fração dos dados, e posteriormente aplicá-lo ao restante do corpus de pesquisa, em um processo de assimilação e acomodação do sistema, de modo a acolher novos elementos de significados. A partir desta análise, categorias de baixa representação podem se fundir e outras demasiado amplas ou de conteúdo heterogêneo podem ser divididas. O conteúdo das categorias deve ser revisto, permitindo a definição precisa de cada uma delas, o que já indicia resultados primários da análise. Em suma, como resultado do processo de categorização tem-se a separação do corpus de dados textuais em unidades de conteúdo e seu agrupamento em categorias, geralmente representadas por um código de três letras. Posteriormente, pode-se construir um sistema

de categorias. Para tal, são comparadas e agrupadas em virtude da afinidade, por meio da identificação de elementos de aproximação e distanciamento entre elas.

Na análise interpretativa, as conclusões começam a ser delineadas desde o momento em que se recolhem os dados. Na fase de obtenção dos resultados e conclusões, o conteúdo de cada categoria é examinado de modo que se possa fazer uma descrição completa, extraindo a ideia central que o sintetiza. Com base nas categorias, buscam-se tendências e tentativas de conclusões, que muitas vezes se baseiam na presença ou ausência de determinadas ideias no discurso, comparações entre grupos ou busca de relações entre elementos para identificar tendências ou modelos, com o objetivo de explicar o fenômeno. Adicionalmente, os sistemas de categorias constituem um resultado das análises, a partir dos quais já se podem extrair algumas conclusões.

Para ilustrar o agrupamento dos dados, com intuito de evidenciar suas conexões e permitir um aprofundamento em sua análise, pode-se fazer uso de representações gráficas. Uma delas consiste no uso de diagramas que representam imagens visuais para ilustração dos sistemas e relações entre as categorias. O desenho de matrizes que permitam a comparação entre os grupos estudados, de modo que as linhas contemplem os discursos dos entrevistados e as colunas se refiram às categorias em que são feitas as comparações também pode ser empregado. Assim, é possível que se comparem os conteúdos dos discursos em virtude das categorias, assinalando aspectos comuns e singularidades. Adicionalmente, pode-se adotar a visualização por meio de um sistema de redes que represente as conexões e distinções entre as categorias da pesquisa (RODRÍGUEZ GÓMEZ; GIL FLORES; GARCÍA JIMÉNEZ, 1999).

A partir destes elementos, procede-se à interpretação dos dados, que pode ser feita por meio da verificação de conexões entre os elementos de significados destacados nos dados analisados, por meio da comparação com outras investigações, via contextualização dos achados conforme o referencial teórico sobre o tema, ou recorrendo-se à experiência do investigador. A verificação das conclusões consiste na contraposição dos resultados com argumentos ou teorias que suportem a comprovação dos resultados obtidos. Por fim, passa-se ao informe e enunciação dos resultados da pesquisa. Os resultados devem contemplar uma síntese do conteúdo da investigação, seguidos de apresentação detalhada dos dados e sua interpretação, bem como das principais conclusões que podem ser alcançadas por meio da análise realizada.

A etapa qualitativa é desenvolvida com suporte do software Atlas.ti, que viabiliza a interpretação textual. O software possui capacidade para lidar com grandes volumes de texto, possibilitando a administração de anotações, construção e análise das categorias e códigos, de modo a lidar com as complexas estruturas entre relações conceituais que surgem no processo de interpretação (ARIZA et al., 2015).

Esta pesquisa teve sua condução aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP-UFMG, órgão vinculado ao Sistema CEP-CONEP, sob o registro CAAE 19450619.9.0000.5149. O estudo encontra-se, portanto, em conformidade com normas para pesquisas preconizadas pelo Ministério da Saúde através do SISNEP, Sistema Nacional de Informações sobre Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos, o que ressalta o compromisso ético da pesquisadora com os sujeitos de pesquisa.

Capítulo 4 - Resultados do estudo quantitativo

Inicialmente, este capítulo apresenta algumas informações sobre o contexto de criação da pesquisa intitulada *World Values Survey* (WVS), que constitui a fonte de dados para a empiria quantitativa desta tese. Posteriormente, são apresentados dados que permitem contextualizar a realidade do Brasil em 2006 e atualizar esse retrato em 2019/2020, quando os dados da etapa qualitativa foram coletados. As seções seguintes abordam os resultados das análises quantitativas, apresentando os significados do trabalho compartilhados na amostra, assim como a influência de fatores demográficos e estruturais na conformação desse construto.

Um dos principais objetivos do *survey* mundial de valores foi expandir o conjunto de nações participantes, já que *surveys* anteriores se limitavam, geralmente, a países ocidentais e industrializados e, com isso, romper as fronteiras entre ocidente e oriente. A visão dos organizadores era de que a análise da transformação no sistema de crenças, bem como seu impacto social, somente seria possível se toda a gama de variações culturais, políticas e econômicas fosse abarcada. Além disso, a estratégia adotada permitiria fomentar a difusão de técnicas empíricas das Ciências Sociais nas sociedades em que eram pouco utilizadas anteriormente. Isso se fundamenta na percepção de que a pesquisa ocupa um lugar de relevância na medida em que fornece aos cientistas sociais e tomadores de decisão uma vasta gama de informações valiosas acerca das mudanças sociais, crenças e preferências de massa (INGLEHART et al., 2000) que podem, inclusive, embasar o desenvolvimento de políticas públicas. Um de seus destaques é que os dados por ela fornecidos podem ser úteis para pesquisas que se apoiem em outros referenciais teóricos, até mesmo aqueles não alinhados à vertente teórica em que a pesquisa se embasa (CASTRO; RANINCHESKI; CAPISTRANO, 2015).

O projeto WVS foi influenciado por algumas teorias, dentre elas a teoria da mudança intergeracional de valores, proposta por Ronald Inglehart, presidente fundador da *World Values Survey Association* e atual diretor do projeto. Esta teoria explora a hipótese de que ocorreram mudanças nos valores entre coortes geracionais em virtude do desenvolvimento do Estado de bem-estar social que emergiu após a Segunda Guerra Mundial. Nesta perspectiva, as diferenças no contexto econômico e social, passando de uma realidade marcada pela fome e privação a um contexto permeado pela segurança econômica em grande parte das sociedades industrializadas, teriam alterado as

prioridades individuais daqueles que nasceram na geração pós-guerra. Isso teria levado a uma mudança gradual, por meio da sobreposição de gerações, de valores materialistas (com foco na segurança física e econômica) em direção aos valores pós-materialistas (com ênfase na autoexpressão, liberdade e qualidade de vida).

Investigações prévias indicaram que transformações socioeconômicas, políticas e culturais verificadas na segunda metade do século XX, principalmente em sociedades industriais avançadas ou pós-industriais, culminaram na alteração da prioridade de valores básicos, como resultado das alterações nas condições em que ocorre a socialização primária dos indivíduos (INGLEHART, 2008). A tese de mudança de valores foi alvo de críticos, que argumentaram que as mudanças verificadas refletiam, na verdade, os efeitos do ciclo de vida, em vez de mudanças intergeracionais. Deste modo, esses críticos afirmavam que os jovens naturalmente preferem valores pós-materialistas, como participação e liberdade de expressão, mas, à medida que envelheciam, passariam a ter as mesmas preferências materialistas que seus pais idosos, de modo que os valores da sociedade não se alteravam.

A despeito dessas contestações, os organizadores do *survey* mundial de valores apregoam que os resultados empíricos obtidos ao longo das ondas da pesquisa corroboram a tese de mudança intergeracional de valores. Ao longo de quatro rodadas da pesquisa foram verificadas diferenças significativas entre os valores culturais compartilhados em nações que se diferenciam conforme o desenvolvimento socioeconômico (RIBEIRO, 2008). Os resultados permitiram confirmar que o desenvolvimento socioeconômico tende a impulsionar as sociedades em uma direção comum, independentemente de sua herança cultural. Neste sentido, evidenciaram que os países mais ricos e desenvolvidos denotam a presença de valores seculares-rationais e de autoexpressão, enquanto os mais pobres revelam a presença de valores tradicionais e de sobrevivência (INGLEHART; WELZEL, 2005). Mas Inglehart (1997a) deixa claro que a mudança em direção a valores em pós-materialistas é apenas um dos componentes de uma mudança social mais ampla, verificada por meio de outras variáveis envolvidas na pesquisa.

A mudança da modernização para a pós-modernização se relaciona à percepção de segurança devido à superação da escassez econômica e consequente valorização de outros fatores por parte da sociedade. De certa maneira, podemos relacioná-la à hierarquia de necessidades de Maslow, que atesta que somente com a superação de necessidades fisiológicas básicas, como fome, sono e segurança, o indivíduo busca atingir as

necessidades mais elevadas, como as de estima e autorrealização. A teoria que defende a mudança intergeracional de valores está apoiada nas hipóteses de escassez e socialização, que são complementares (INGLEHART, 2018). A primeira delas reflete a distinção básica entre as necessidades materiais de sobrevivência e segurança física e as necessidades não materiais, como as de estima, autoexpressão e estética. Como as necessidades materiais são imediatamente cruciais para a sobrevivência, quando elas são escassas, tendem a ter prioridade sobre quaisquer outras necessidades, incluindo as necessidades pós-materialistas. Por outro lado, estando as condições de segurança garantidas, as pessoas enfatizam os objetivos pós-materialistas, como pertencimento, estima e livre escolha (INGLEHART; WELZEL, 2005). A hipótese da escassez se assemelha ao princípio da utilidade marginal decrescente proposto na teoria econômica e reflete a distinção entre as necessidades materiais de sobrevivência e segurança física e as necessidades não materiais, como as de autoexpressão e satisfação estética. Isso implica que períodos prolongados de alta prosperidade incentivam a disseminação dos valores pós-materialistas, enquanto o declínio econômico duradouro tem o efeito oposto.

Já a hipótese da socialização, preconiza que os valores individuais estão enraizados na socialização primária, mas se alteram principalmente por meio da substituição intergeracional da população. Cabe ressaltar, contudo, que o impacto das mudanças econômicas na dimensão cultural não é algo simples, já que o processo depende do sentimento de segurança material, que tem cariz subjetivo, parcialmente moldado pelo nível de renda de uma sociedade, mas também por suas instituições de assistência social e sua segurança. Embora a renda *per capita* seja um indicador das condições que levam a essas transformações, o elemento teoricamente crucial é o senso de segurança existencial. A percepção e satisfação de cada um varia em decorrência do entorno cultural em que a pessoa foi inserida e daquele em que ela foi socializada. Convém ressaltar que a hipótese da socialização afirma que as prioridades básicas de valor das pessoas não mudam da noite para o dia. Um dos conceitos mais difundidos nas Ciências Sociais é que a estrutura básica da personalidade se cristaliza quando chega à idade adulta. Evidências consideráveis indicam que os valores básicos das pessoas são desenvolvidos na primeira socialização e cristalizados quando atingem a idade adulta, mudando relativamente pouco depois disso. A mudança de valor entre gerações ocorre quando as gerações mais jovens crescem sob condições diferentes daquelas que moldaram as gerações anteriores (INGLEHART, 2018).

Tomadas em conjunto, as duas hipóteses permitem gerar diversas previsões sobre a alteração nos valores. Enquanto a hipótese da escassez implica que a prosperidade é propícia à disseminação dos valores pós-materialistas, a hipótese da socialização sugere que a mudança de valor social ocorrerá gradualmente, principalmente através da substituição intergeracional da população. Portanto, os efeitos da mudança econômica nos valores não acontecem de imediato, sendo perceptível a existência de um intervalo de tempo considerável entre as mudanças econômicas e seus efeitos políticos (INGLEHART, 2008, 2018).

Nesta perspectiva, entende-se que o desenvolvimento econômico e as transformações nas esferas cultural e política caminham juntos e com padrões coerentes, o que confere um certo grau de previsibilidade a essas alterações. Assim, algumas trajetórias de mudanças socioeconômicas são vistas como mais prováveis que outras, permitindo afirmar que certas mudanças são previsíveis (INGLEHART, 1997b). É importante ressaltar que o projeto conduzido pelo WVS não prevê nenhum tipo de determinismo da economia ou da cultura. Os resultados verificados até então sugerem que as relações entre valores, economia e política são recíprocas, sendo a natureza exata dos vínculos uma questão empírica, e não algo que pode ser determinado *a priori* (INGLEHART et al., 2000).

Os agentes sociais atribuem maior valor subjetivo aos elementos que identificam como carentes, de modo que suas prioridades somente se alteram na medida em que experimentam melhorias socioeconômicas, voltando o interesse para fatores que propiciam sua emancipação. Segundo a teoria do materialismo e pós-materialismo, os valores passam por dois extremos que vão da sobrevivência, com ênfase na segurança e estabilidade econômica, à autoexpressão e emancipação, quando se valorizam elementos como a qualidade de vida, democracia, tolerância, igualdade de gêneros e diversidade (INGLEHART; WELZEL, 2005). A lógica deste argumento é que, segundo os autores, a superação das necessidades de sobrevivência leva ao desenvolvimento da independência não somente no aspecto financeiro, mas também cognitivo e social. Isso aumenta o senso de autonomia e fomenta a ênfase na liberdade de escolha e, eventualmente, a demanda por participação civil e política.

O esclarecimento acerca dos valores materialistas e pós-materialistas é útil para o desenvolvimento desta tese porque permitir conhecer alguns elementos que fundamentam o *survey* mundial de valores. Mas, para além disso, entende-se que a formação de

preferências e valores possui uma natureza relacional, sendo influenciada pelo ambiente socioeconômico e cultural (HARPAZ; FU, 2002; HIRVILAMMI et al., 2019). Há significativas evidências de que estes valores influenciam na percepção dos significados e centralidade do trabalho em uma sociedade (YEGANEH, 2017). Deste modo, salienta-se que a ênfase a aspectos intrínsecos do trabalho marca uma mudança social, ressaltando a preferência por valores pós-materialistas em detrimento dos materialistas (CARTWRIGHT; HOLMES, 2006; HIRVILAMMI et al., 2019; PYÖRIÄ et al., 2017). Assim, sociedades com predominância de valores pós-materialistas seriam caracterizadas por menor envolvimento com o trabalho e ênfase no lazer e outras atividades (RUIZ-QUINTANILLA; WILPERT, 1991).

Segundo Mejía Reyes (2017), as sociedades menos desenvolvidas, que apresentam maior desigualdade social e menor distribuição de riquezas, como é o caso do Brasil, tendem a apresentar maior centralidade do trabalho quando comparadas a nações mais desenvolvidas e menos desiguais. Como discutido acima, os valores materialistas se relacionam à satisfação das necessidades de segurança e sobrevivência. Neste sentido, o trabalho se mantém como um elemento central, pois consiste no principal meio para satisfação dessas necessidades através da renda obtida via salário e eventuais benefícios atrelados à remuneração. Além disso, como a seleção para cargos no mercado de trabalho se baseia mais em realizações do que em atributos, as pessoas devem trabalhar mais para fomentar o status social, endossando uma maior centralidade no trabalho. Em contraste, a pós-industrialização e o maior desenvolvimento de algumas sociedades conduz à mudança de valores materialistas para pós-materialistas, já que, com a garantia da superação das necessidades básicas, as pessoas se voltam para a busca de realização pessoal e qualidade de vida, o que leva, conseqüentemente, a uma menor priorização do trabalho em relação a uma série de outros interesses (PARBOTEEAH; CULLEN, 2003).

4.1 – O Brasil em 2006 e 2020: atualização de cenários. Muita coisa mudou?

Conforme ressaltado na seção metodológica, os dados que compõem as análises quantitativas desta tese são oriundos da quinta onda da *World Values Survey*, aplicada no Brasil em 2006. Já os dados que embasam as análises qualitativas foram coletados entre o último trimestre de 2019 e o início de 2020. Tem-se, portanto, uma lacuna temporal de aproximadamente 13 anos, o que merece atenção especial. Faz-se necessário um esforço para que se possa suprir esta deficiência, visando demonstrar indícios que permitam

afirmar que a centralidade e os significados do trabalho se mantiveram, de certa maneira, estáveis neste intervalo e que, portanto, a utilização dos resultados quantitativos para embasamento da etapa qualitativa se faz viável. Um dos elementos que apoiam esta viabilidade se ancora na teoria de valores materialistas e pós-materialistas discutida previamente, que apregoa que a formação de preferências e valores relacionados ao trabalho é fortemente influenciada pelo ambiente socioeconômico e cultural. Neste sentido, alguns indicadores que retratam a realidade socioeconômica do país, bem como aspectos voltados para consumo e expectativas nestes dois períodos serão aqui discutidos.

Os dados obtidos por meio da PNAD⁸, referentes ao ano de 2006, indicam que o Brasil apresentava uma taxa de desocupação, considerando pessoas com 10 anos de idade ou mais, na semana de referência, de 8,4%. O nível de ocupação das pessoas, considerando este mesmo perfil de idade, foi de 57%. É interessante ressaltar uma certa assimetria em relação ao gênero quando se analisa este indicador. Este nível foi de 46,8% entre as mulheres, significativamente menor que o valor de 68%, registrado entre os homens. Esta assimetria também se fez presente na remuneração: o rendimento médio real das mulheres correspondia a 71,5% da remuneração média masculina, considerando todos os trabalhos das pessoas ocupadas. O rendimento médio real de todos os trabalhos foi de R\$ 926,00, o que equivalia a 2,65 salários-mínimos. O índice de Gini da distribuição do rendimento mensal de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, foi de 0,544. Conforme dados da Síntese de Indicadores Sociais, publicados em 2007⁹, o percentual de famílias consideradas pobres em 2006, ou seja, com rendimento mensal per capita de até meio salário-mínimo, foi de 25,1% em relação ao total das famílias do país. Ainda segundo dados disponíveis na Síntese de Indicadores Sociais, o percentual de pessoas de com 16 anos ou mais de idade ocupadas em trabalhos formais no ano de 2006 foi de 47,4%. Adicionalmente, os índices de abastecimento de água (83,20%) e esgotamento sanitário (48,50%), disponibilizados pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS)¹⁰, bem como o Índice de Desenvolvimento Humano (0,808 e 75º posição no ranking mundial) informados pela

⁸ Disponíveis no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE: <https://www.ibge.gov.br/>

⁹ Disponíveis no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=236151>

¹⁰ Disponíveis no site do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS: www.snis.gov.br

PNUD¹¹, trazem mais informações que permitem lembrar o cenário socioeconômico do país.

Os dados da PNAD referentes ao ano de 2019 indicaram que a taxa de desocupação, considerando pessoas com 10 anos de idade ou mais, na semana de referência, foi de 11,9%, tendo crescido em relação ao ano de 2006. O nível de ocupação das pessoas referente a este mesmo perfil etário foi de 54,6%, um pouco menor. O indicador se manteve assimétrico entre homens e mulheres, com valores de 64,4% e 45,7% respectivamente. O rendimento médio real das pessoas de 14 anos ou mais de idade, de todos os trabalhos, foi de R\$ 2308,00, o que equivalia a 2,31 salários-mínimos e, novamente, ressaltou a assimetria entre gêneros, de modo que a renda feminina correspondeu a 77% da remuneração média masculina, considerando todos os trabalhos de pessoas ocupadas. O índice de Gini do rendimento médio mensal real das pessoas de 14 anos ou mais de idade, em todos os trabalhos, foi de 0,509 em 2019. Considerando-se o ano de 2018, 25,3% da população tinha com rendimentos inferiores a US\$ 5,50 PPC por dia, o que equivale a cerca de 44% do salário-mínimo vigente em 2018, segundo dados da Síntese de Indicadores Sociais¹². A mesma publicação informava que a proporção de pessoas ocupadas em trabalhos informais, no ano de 2018, foi de 41,5%. Neste mesmo ano, o índice de Desenvolvimento Humano foi de 0,761, o que colocava o país na 79ª posição no ranking mundial. Os índices de abastecimento de água (83,62%) e esgotamento sanitário (53,2%, disponibilizados pelo SNIS, referentes ao ano de 2019, completam a comparação entre os dois períodos e ressaltam uma relativa piora no cenário mais atual.

Estes contextos se refletiram na avaliação de brasileiros quanto a aspectos voltados para a satisfação econômica e insegurança frente ao mercado de trabalho. Em 2006, 28% dos brasileiros classificavam a situação econômica do país como boa ou muito boa e 49% estavam muito satisfeitos ou satisfeitos com o seu funcionamento. Em 2018, esses percentuais caíram para 5%¹³ em ambos os indicadores. Ao serem questionados se acreditavam que nos próximos 12 meses a situação financeira pessoal e de seus familiares

¹¹ Disponíveis no site do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD: <https://www.br.undp.org/>

¹² Disponíveis no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101678>

¹³ Conforme dados do Latinobarômetro, obtidos por meio de pesquisas realizadas com amostras probabilísticas e 100% representativas da população brasileira. Disponíveis em: <http://www.latinobarometro.org/>

estaria melhor em relação ao momento presente, 70% dos respondentes em 2006 afirmaram que estaria melhor. Em 2018, 58% dos participantes teve esta percepção. Em 2006, 41% disse estar preocupado ou muito preocupado em ficar sem emprego nos próximos 12 meses, ao passo que, em 2018, esse percentual subiu para 60%. A média da percepção individual de pobreza e riqueza, que estabelecia uma escala que variava de 1 a 10, se manteve praticamente a mesma entre os anos de 2006 e 2018, com valores de 4,5 e 4,4, respectivamente.

Adicionalmente, comparam-se os índices de materialismo e pós-materialismo nestes dois períodos. A proposta inicial para aferição do índice de pós-materialismo era composta por 4 itens que representavam os objetivos principais de uma sociedade. Por meio das opções selecionadas, era verificado se o respondente indicava preferência por valores materialistas, mistos ou pós-materialistas. Posteriormente, a bateria sofreu alguns ajustes e passou a ser composta por 12 itens, de modo a contemplar elementos da escala de necessidades de Maslow (OKADO; RIBEIRO, 2017). O índice de pós-materialismo passou por validações estatísticas no cenário nacional, que identificaram ser um instrumento de consistência considerável para medida classificatória de prioridade de valores individuais (RIBEIRO, 2010).

A *World Values Survey* disponibiliza as duas opções para medição do índice. Em 2006, os dados da pesquisa indicaram que somente 10,5% dos respondentes brasileiros indicaram preferência por valores pós-materialistas, sendo que 30,6% indicaram preferência por valores materialistas, e 54,2% revelaram preferência por valores mistos, considerando-se o índice formado por 4 itens. Utilizando-se o índice formado por 12 itens 8,5% indicaram preferência por valores pós-materialistas, 29,7% por valores materialistas e 56% indicaram valores mistos. Os dados evidenciam o afastamento dos valores pós-materialistas, o que se torna ainda mais nítido quando se analisa a média desta variável, que foi de 2,04 em uma escala que vai de 0 a 5.

Os dados da sétima onda, coletados no Brasil em maio e junho de 2018, revelaram que uma minoria (9%) dos brasileiros indicaram preferência por valores pós-materialistas, 26,2% indicaram preferência por valores materialistas, e 53,4% denotaram preferência por valores mistos, considerando-se o índice formado por 4 itens. Já em relação ao índice formado por 12 itens, 9,1% demonstrou possuir valores pós-materialistas, 23,3% indicou preferência por valores materialistas e 48,7% por valores mistos. A média da variável foi de 2,17. Os dados indicaram, portanto, pequenas

variações entre estes índices, de modo que a tendência em sua distribuição se manteve relativamente estável.

Quando se comparam o período de 2006, em que os dados que suportam a modelagem de equações estruturais utilizada na metodologia quantitativa foram coletados, com o de 2019/2020, quando foram conduzidas as entrevistas que embasam a análise qualitativa, percebe-se uma mudança no cenário socioeconômico do país, com resultados tendencialmente desfavoráveis em grande parte dos indicadores apresentados. No entanto, em ambos os contextos percebe-se uma realidade marcada por desigualdades sociais e desenvolvimento econômico escasso, aspectos relacionados com a prevalência dos valores materialistas, conforme a teoria proposta por Inglehart (1997a, 2008). Diante dessa realidade, pode-se esperar que a centralidade do trabalho permaneça forte ou até mesmo mais intensa neste período mais atual. Os dados disponibilizados na sétima rodada da *World Values Survey*, publicados em julho de 2020, mostraram que a posição de centralidade relativa do trabalho se manteve estável. Em ambos os períodos o trabalho foi colocado em segundo lugar, sendo preterido somente em relação à família. Em 2006, 98,4% classificou o trabalho como importante ou muito importante, já em 2018 esse percentual foi de 96,5%. Diante dos cenários apresentados, acredita-se que não há prejuízo significativo na utilização de dados coletados em dois períodos distintos.

4.2 - Análise dos resultados

Inicialmente apresenta-se uma caracterização sociodemográfica da amostra, que foi composta por 1500 participantes. Posteriormente, são apresentadas as estatísticas descritivas sobre as variáveis que se referem aos significados do trabalho e, por fim, os resultados da modelagem de equações estruturais, em que são indicadas as influências dos fatores demográficos e estruturais elencados na seção anterior. Estes resultados indiciam os caminhos que serão seguidos na etapa qualitativa, de modo a se cumprir os objetivos específicos desta tese.

Os resultados que denotam o perfil a amostra estão dispostos na tabela 1. Em relação ao gênero, 52,4% eram do sexo feminino e 47,6% eram do sexo masculino. A maior parte era casada (41,8%), 26,90% eram solteiros e 16,6% viviam juntos de alguém, embora não fossem casados. A média de idade foi de 39,93 anos ($DP = 15,71$). Os dados sinalizam uma baixa escolarização da amostra, já que 48,7% dos respondentes possuíam até o primário completo. Praticamente um quarto dos participantes indicaram possuir

ensino médio completo e 15,7% relataram ter formação superior completa ou incompleta. Quanto à situação profissional, a maioria (54,1%) trabalhava no momento da pesquisa, seja como autônomo, trabalhador integral (mais de 30 horas/semana) ou em período parcial (até 30 horas/semana). Dentre aqueles que não trabalhavam, 16,2% estavam desempregados, 13,5% eram aposentados, 10,6% eram donas-de-casa sem outra ocupação e 4,9% eram estudantes.

A denominação religiosa predominante foi a católica, informada por 60,5% da amostra, seguida pela evangélica, indicada por 20,4%. Os respondentes foram solicitados a informar o nível em que classificavam sua renda familiar, em uma escala de 1 a 10. A média para esta variável foi de 4,28 ($DP = 2,14$). Dentre os respondentes, 74% classificou que a renda familiar estava entre os 5 primeiros níveis. A WVS verificou também a classe social subjetiva, ou seja, informada conforme a percepção dos participantes e não calculada por critérios objetivos, como a renda. A maior parte, 61,2%, se classificou como pertencente às classes baixa e média-baixa.

Tabela 1 - Caracterização sociodemográfica da amostra (N = 1500)

Variáveis		N	% válido
Gênero	Mulher	786	52,4
	Homem	714	47,6
Estado civil	Casado (a)	625	41,8
	Solteiro (a) / Nunca se casou	402	26,9
	Vive junto, como casado (a)	249	16,6
	Viúvo (a)	87	5,8
	Separado (a)	83	5,6
	Divorciado (a)	51	3,4
Escolaridade	Sem educação formal	20	1,3
	Educação primária incompleta	502	33,6
	Educação primária completa	206	13,8
	Educação secundária incompleta	150	10,1
	Educação secundária completa	380	25,4
	Educação superior incompleta	102	6,8
	Educação superior completa	133	8,9

Variáveis		N	% válido
Situação profissional	Empregado em tempo integral (30h/sem ou mais)	436	29,6
	Autônomo (a)	284	19,2
	Desempregado (a)	238	16,2
	Aposentado (a) / Pensionista	199	13,5
	Dona de casa, sem outra ocupação	156	10,6
	Empregado em tempo parcial (menos de 30h/sem)	78	5,3
	Estudante	73	4,9
	Outro	11	0,7
Denominação religiosa	Católico	904	60,5
	Evangélico	305	20,4
	Nenhuma religião	187	12,5
	Espírita	32	2,1
	Protestante	30	2,0
	Outra	24	1,6
	Ortodoxo	5	0,4
	Budista	3	0,2
	Outras (umbanda, candomblé, esoterismo)	3	0,2
Judeu	2	0,1	
Classe Social	Classe baixa	385	25,8
	Classe média-baixa	530	35,4
	Classe média	533	35,5
	Classe média-alta	31	2,1
	Classe alta	10	0,7
Escala de rendimento familiar	1 – Nível mais baixo de salários	188	12,6
	2	150	10,1
	3	218	14,7
	4	233	15,7
	5	310	20,9
	6	160	10,8
	7	107	7,2
	8	82	5,5
	9	16	1,1
	10 – Nível mais alto de salários	22	1,5

Variáveis		N	% válido
Natureza manual das atividades <i>n = 704</i>	1 – Mais tarefas manuais	246	35,0
	2	64	9,0
	3	45	6,4
	4	38	5,4
	5	109	15,6
	6	26	3,7
	7	30	4,2
	8	47	6,7
	9	29	4,1
	10 – Mais tarefas repetitivas	69	9,8
Natureza repetitiva das atividades <i>n = 707</i>	1 – Mais tarefas repetitivas	228	32,3
	2	74	10,5
	3	52	7,4
	4	44	6,3
	5	108	15,3
	6	29	4,1
	7	37	5,2
	8	49	6,9
	9	27	3,8
	10 – Mais tarefas criativas	58	8,2
Natureza independente das atividades <i>n = 703</i>	1 – Nenhuma independência	67	9,5
	2	22	3,1
	3	37	5,2
	4	24	3,4
	5	100	14,2
	6	51	7,2
	7	65	9,2
	8	73	10,4
	9	55	7,8
	10 – Total independência	211	30,0

Os participantes foram arguidos acerca da natureza das atividades executadas no trabalho, em relação a três características: tarefas de natureza essencialmente manual ou intelectual; atividades majoritariamente repetitivas ou criativas; e grau de independência na execução das atividades. Ao avaliarem a natureza das atividades desempenhadas quanto à realização de tarefas manuais ou intelectuais, a média verificada foi de 4,12 ($DP = 3,14$). Considerando-se os níveis em uma escala que vai de 1 a 10, 71,4% dos participantes marcou os 5 primeiros, indicando predominância de atividades manuais. A repetitividade das tarefas desempenhadas também se fez presente para a maioria das realidades vivenciadas no trabalho, sendo que 71,8% da amostra reportou estar entre os 5

primeiros níveis da escala ($M = 4,10$, $DP = 3,03$). Já a percepção de realizar tarefas com alguma dependência foi reportada por 35,4% dos respondentes ($M = 6,77$, $DP = 3,00$), o que sinaliza que a maior parte deles acreditava ser independente nas atividades que executavam. Nestes três itens os resultados disponibilizados pela WVS são calculados com base na exclusão de repostas obtidas de donas de casa, aposentados, estudantes e desempregados.

4.2.1 - Os significados do trabalho em uma perspectiva geral

O objetivo geral desta investigação é analisar a influência de elementos demográficos e estruturais na formação dos sentidos e significados compartilhados sobre o trabalho, bem como a relevância de cada um destes elementos neste processo. Objetivo este que, conforme salientado na seção metodológica, se desdobra em um primeiro objetivo específico: identificar quais são os significados do trabalho compartilhados entre os respondentes. Foi ressaltado nesta mesma seção que parte deste objetivo específico é verificada por meio de análises estatísticas descritivas, que serão, portanto, detalhadas a seguir.

Os resultados indicaram que os brasileiros atribuíram forte centralidade absoluta ao trabalho. A maioria (65,4%) indicou atribuir forte importância a esta categoria, avaliando-a com o grau máximo de importância. Adicionalmente, 33,4% disseram que o trabalho era importante. Nota-se que apenas 1,1% dos participantes não atribuíram importância ao trabalho em suas vidas, conforme se verifica na tabela 2.

É interessante ressaltar que na comparação com outras esferas, somente a familiar ocupa posição de maior destaque. Dentre os participantes, 99,5% classificou a família como importante ou muito importante ($M = 3,85$, $DP = 0,38$), e 98,8% atribuíram essa avaliação ao trabalho ($M = 3,64$, $DP = 0,51$). No que concerne à religião, essa classificação foi demonstrada por 91%, fazendo desta a terceira esfera mais valorada ($M = 3,38$, $DP = 0,72$), e, por fim, o lazer, que foi valorizado por 84,7% da amostra ($M = 3,09$, $DP = 0,70$). Esses dados indicam que ao se aferir a centralidade relativa do trabalho, esta esfera foi a segunda colocada, sendo que, proporcionalmente, apenas a família foi mais valorizada.

Tabela 2 - Centralidade absoluta e relativa do trabalho (N = 1500)

		N	% válido
Importância atribuída ao trabalho	Muito importante	979	65,4
	Importante	501	33,4
	Pouco importante	14	0,9
	Nada importante	3	0,2
Importância atribuída à família	Muito importante	1296	86,4
	Importante	196	13,1
	Pouco importante	3	0,2
	Nada importante	5	0,3
Importância atribuída à religião	Muito importante	758	50,6
	Importante	605	40,4
	Pouco importante	94	6,2
	Nada importante	41	2,7
Importância atribuída ao lazer	Muito importante	406	27,2
	Importante	858	57,5
	Pouco importante	192	12,9
	Nada importante	37	2,5

A análise dos resultados enalteceu a forte orientação para a normatividade do trabalho como uma obrigação social. A base de dados WVS fornece informações sobre estas normas sociais por meio de cinco afirmações normativas sobre o trabalho. O exame pormenorizado deste indicador (Cf. tabela 3) mostra que 71% dos respondentes acreditavam que para que pudessem desenvolver seus talentos, precisavam de um emprego ($M = 3,77$, $DP = 1,07$), reforçando que o trabalho é o meio primordial para o desenvolvimento de suas habilidades. Mais da metade (56,7%) afirmou achar humilhante receber algum dinheiro sem trabalhar, o que reforça a percepção de que o trabalho é visto como um meio moralmente aceito para obtenção de dinheiro ($M = 3,49$, $DP = 1,16$). Novamente a moralidade do trabalho foi reforçada com a avaliação de que as pessoas que não trabalham se tornam preguiçosas, compartilhada por 74,2% dos brasileiros participantes do estudo ($M = 3,83$, $DP = 1,04$). A grande maioria (76%) afirmou entender que o trabalho era um dever para com a sociedade ($M = 3,86$, $DP = 0,96$) e 65,9% julgaram que o trabalho deveria vir em primeiro lugar, mesmo que isso significasse ter menos tempo livre ($M = 3,60$, $DP = 1,1$).

A presença destas normas indicia que o indivíduo percebe o dever de cumprir uma obrigação para a sociedade, devendo contribuir para o desenvolvimento desta por meio de seu trabalho. Esta normatividade preconiza, adicionalmente, que todos possuem o dever de valorizar o trabalho, independentemente de sua natureza. Assim como postulado na ética protestante salientada por Weber (2004), essa categoria é o principal meio para

garantia de dignidade. Desta forma, faz-se patente a forte presença da normatização do trabalho como uma obrigação social, reforçando sua centralidade em nossa sociedade.

Tabela 3 - Normas relativas ao trabalho como uma obrigação. (N =1500)

Normas relativas ao trabalho como uma obrigação.	Discordo totalmente		Discordo		Nem concordo nem discordo		Concordo		Concordo totalmente	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Para desenvolver inteiramente suas habilidades, precisa de um emprego.	30	2	241	16,1	162	10,8	662	44,3	398	26,7
É humilhante receber dinheiro sem trabalhar	51	3,4	336	22,5	260	17,4	514	34,5	331	22,2
As pessoas que não trabalham ficam preguiçosas.	37	2,5	200	13,5	145	9,47	689	46,4	413	27,8
Trabalhar é uma obrigação para com a sociedade.	16	1,1	184	12,3	158	10,6	757	50,8	377	25,3
O trabalho deve vir sempre em primeiro lugar, mesmo que isso signifique menos tempo livre.	39	2,6	316	21,2	153	10,3	671	44,9	313	21

Em relação aos resultados e objetivos valorizados no trabalho, em que os participantes foram solicitados a informar a preferência por alguns elementos em uma suposta situação de busca por emprego, os resultados indicaram que a segurança foi o aspecto mais valorizado (Cf. tabela 4). Dentre os respondentes, a maior parte (47,2%), informou que priorizaria um emprego seguro, em que não houvesse riscos de demissão. O segundo aspecto mais valorizado foi a execução de um trabalho que fosse importante, de modo que pudessem se sentir realizados (28%). Em terceiro lugar, os participantes escolheriam um emprego que oferecesse um bom salário, de modo que não tivessem que se preocupar com dinheiro, aspecto escolhido por 16,5%. Por fim, o objetivo preterido por grande parte da amostra foi um emprego em que pudessem trabalhar com as pessoas que gostam. O relacionamento com os colegas de trabalho foi priorizado por apenas 8,3% dos participantes.

Evidenciou-se, portanto, a valorização de um objetivo extrínseco por meio do trabalho, já que os participantes salientaram a importância da segurança na esfera laboral. Esta necessidade pode estar relacionada ao índice de desemprego no país, que reflete um cenário socioeconômico marcado por incertezas. Salienta-se, contudo, que o segundo

objetivo mais valorizado pelos participantes remete a um fator intrínseco. A identificação da necessidade de fazer algum trabalho importante, em que se sinta realizado, pode ser um indicativo da importância da vinculação social por meio do trabalho, tido como uma esfera que confere realização e dignidade às pessoas.

Tabela 4 - Resultados esperados/valorizados no trabalho (N = 1500)

		N	% válido
Resultados esperados/valorizados no trabalho	Segurança	705	47,2
	Fazer um trabalho importante	418	28
	Salário	247	16,5
	Relacionamentos	124	8,3

A Modelagem de Equações Estruturais sinalizou que apenas as normas sociais convergiram para o construto dos significados do trabalho, o que pode ser interpretado como um forte indicativo da centralidade cultural dessa esfera em nossa sociedade. Estes resultados sinalizam uma forte normatização desta categoria como uma obrigação social, o que novamente contribui para ressaltar a disseminação da ética do trabalho (WEBER, 2004). Os diagramas com o modelo inicial e o modelo final, com os respectivos índices de ajuste, são apresentados na seção seguinte.

4.2.2 - Os significados do trabalho: a influência de fatores demográficos e estruturais

Nesta seção são apresentados os resultados que permitem cumprir, ao menos parcialmente, os objetivos específicos 2 e 3, ou seja, identificar em que medida características demográficas, como idade, sexo e religião contribuem para diferenciar a atribuição de sentidos e significados compartilhados sobre o trabalho, bem como identificar a influência de características estruturais, como a natureza da atividade laboral (se intelectual, criativa e marcada por independência, ou não) e o nível socioeconômico (classe social, rendimento e escolaridade) na atribuição destes significados.

Parte desses resultados são atingidos por meio da Modelagem de Equações Estruturais (MEE), que permite sinalizar indícios que evidenciam em que medida os fatores demográficos e estruturais contribuem para a formação de diferentes percepções que são compartilhadas sobre a centralidade do trabalho, sobre a identificação dos objetivos visados por meio do trabalho, bem como sobre as normas sociais a ele relacionadas. Como ressaltado previamente, este exame fornece elementos que subsidiam a análise qualitativa, que tem como intuito o aprofundamento dos resultados identificados, já que viabiliza a compreensão da subjetividade presente na relação entre

os elementos demográficos e estruturais aqui identificados e sua influência nos significados compartilhados sobre o trabalho, viabilizando, assim, que se atinjam integralmente os três primeiros objetivos específicos desta tese.

O diagrama de equações estruturais do modelo teórico proposto contemplou as seguintes variáveis:

SX = sexo, variável binária, sendo 1 = masculino e 0 = feminino.

ID = idade, variável contínua.

NI = natureza intelectual da tarefa executada. A escala de respostas varia entre *mais tarefas manuais* (1) e *mais tarefas intelectuais* (10).

NC = natureza criativa das tarefas desempenhadas, em uma escala que varia entre 1 (*mais tarefas repetidas*) e 10 (*mais tarefas criativas*).

NIND: independência na execução das tarefas. A escala de respostas varia entre *nenhuma independência* (1) e *total independência* (10).

CLA = classe social, em escala que vai de 1 a 5.

EDU = escolaridade. A escala de escolaridade varia de 1 a 9.

RE = rendimento. A escala de rendimento informada varia de 1 a 10.

CA = católico, variável binária, sendo 1 = católico e 0 = não católico.

PR = protestante, variável binária, sendo 1 = protestante e 0 = não protestante.

CTR = centralidade absoluta do trabalho.

OBJ = objetivos e metas relacionados ao trabalho.

N1 a N5 = normas relativas ao trabalho.

NATIV = natureza da atividade. Construto latente referente à natureza das tarefas desempenhadas, mensurado a partir de três variáveis relativas à avaliação da natureza do trabalho desempenhado: atividades manuais x intelectuais; tarefas repetitivas x criativas; e realizadas de modo dependente x independente.

NSE = construto latente referente ao nível socioeconômico, mensurado a partir da classe social, do nível educacional e da escala de rendimento informada pelo indivíduo. Como a WVS não fornece dados sobre a escolaridade dos pais ou sobre o status socioeconômico da ocupação do pai, a estimação do SSO, conforme utilizado por Blau e

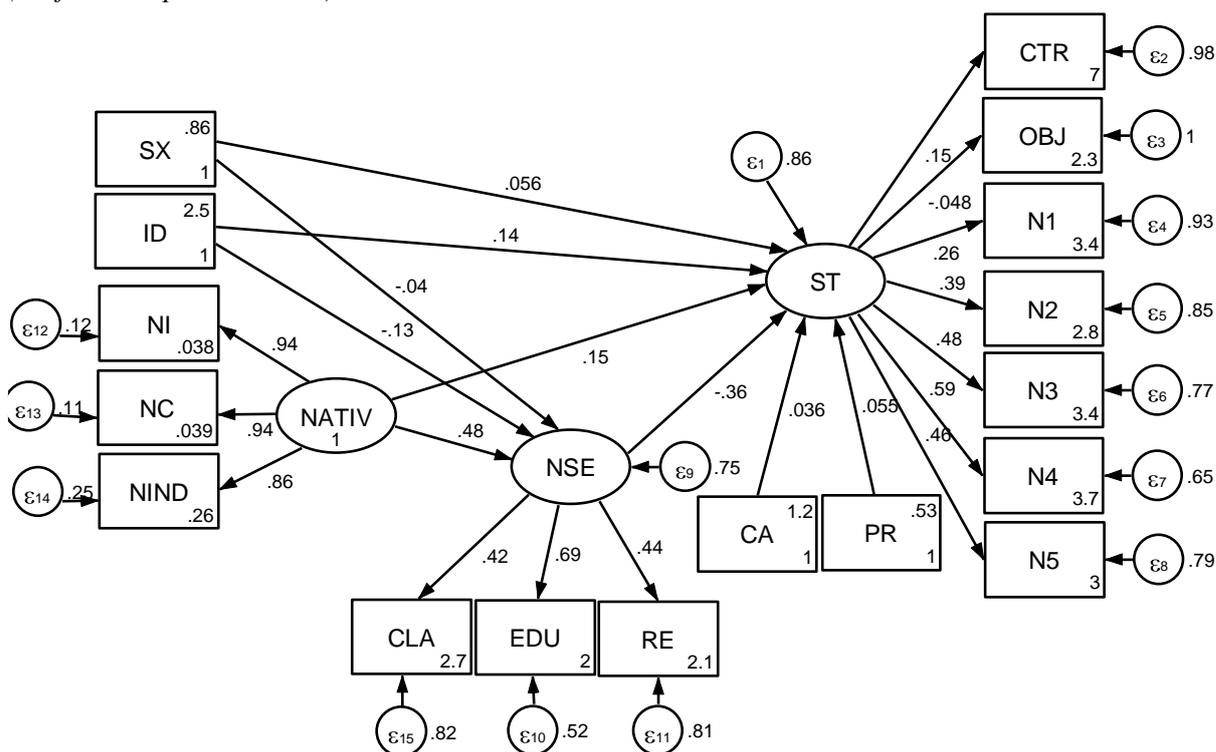
Duncan (1967) se torna inviável. Contudo, por meio deste índice, espera-se obter uma aproximação.

ST = construto latente referente aos significados do trabalho, mensurado a partir da centralidade, normas e dos objetivos do trabalho. O modelo segue a mensuração teórica proposta pelo MOW, em que as dimensões mais representativas dos significados do trabalho são a centralidade absoluta, as normas relativas ao trabalho e os objetivos e metas relacionados ao trabalho.

O resultado deste modelo inicial está disposto na figura 3. A estimação utilizada para verificação do modelo foi a máxima verossimilhança (*maximum likelihood*), método comumente empregado em modelos de equações estruturais, que melhora as estimativas de parâmetros por meio de iterações para minimizar uma função de ajuste especificada (HAIR et al., 2009). Conforme orientado na literatura, a análise da qualidade do ajuste deve contemplar ao menos um índice incremental e um índice absoluto, além do valor de *qui quadrado* dos graus de liberdade associados (HAIR et al., 2009). Deste modo, são apresentados os valores de *qui quadrado* normatizado, CFI e RMSEA, pois há indicações de que trazem informação suficiente para avaliação.

Os índices verificados no modelo inicial se mostraram inadequados, ($\chi^2/df = 6,36$, $p < 0,001$; CFI = 0,895; TLI = 0,874; SRMR = 0,052; RMSEA = 0,061, $p < 0,001$), conforme os valores de referência (HAIR et al., 2009; MARÔCO, 2014). Adicionalmente, o exame inicial visou identificar a presença de estimadores não significativos, bem como verificar a intensidade das cargas fatoriais que compõem as três variáveis latentes, a natureza das atividades desempenhadas (NATIV), o nível socioeconômico (NSE) e os significados do trabalho (ST), de modo a averiguar se convergem adequadamente para os construtos que medem. Conforme recomendado na literatura (NEVES, 2018), os resultados devem ser observados com base nos coeficientes padronizados, de modo que os estimadores com coeficientes padronizados demasiado baixos devem, geralmente, ser omitidos do modelo.

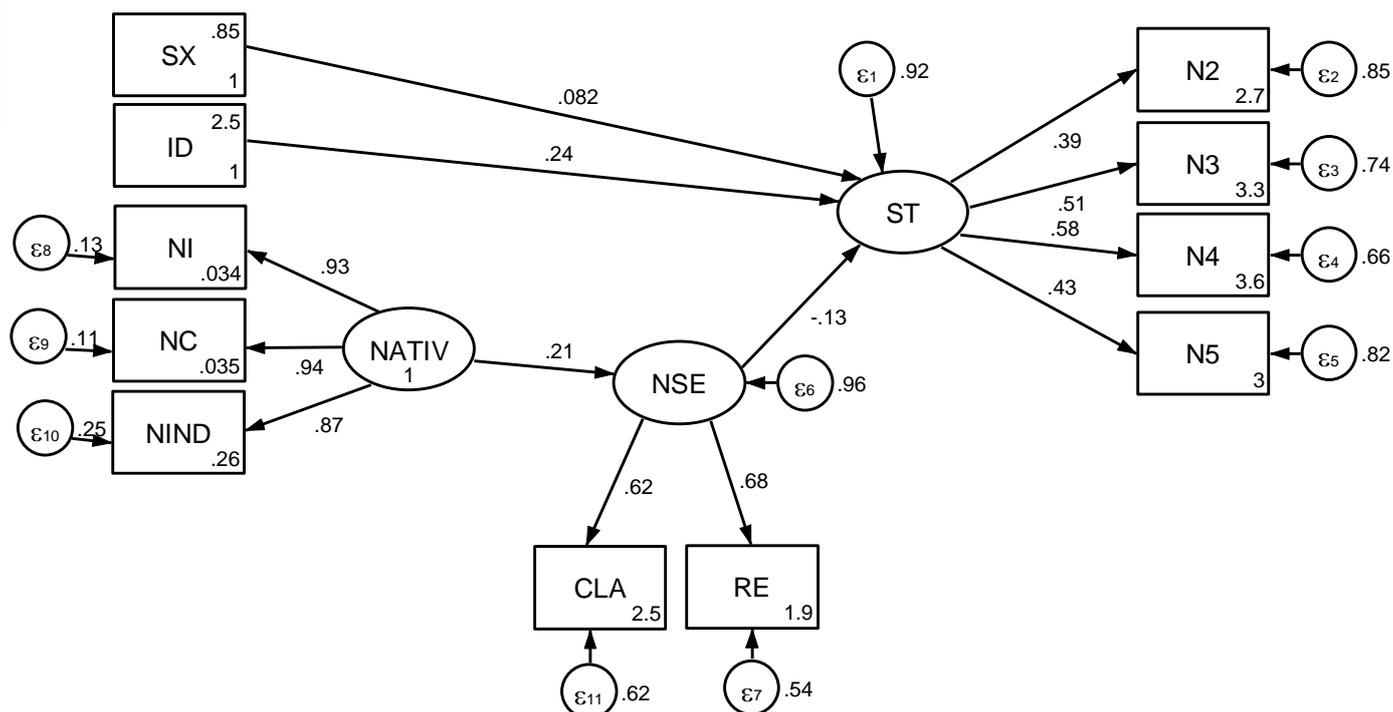
Figura 3 - Modelo inicial de equações estruturais para explicação dos significados do trabalho (coeficientes padronizados)



Fonte: elaborado pela autora.

Diante da identificação de trajetórias não significativas, bem como de cargas fatoriais inadequadas para as variáveis latentes, foram feitas modificações que deram origem a um modelo mais parcimonioso, conforme reportado na figura 4, em que se visualizam os pesos fatoriais padronizados. O modelo final revelou uma qualidade de ajuste satisfatória ($\chi^2/df = 4,60$, $p < ,001$; CFI = 0,969; TLI = 0,960; SRMR = 0,045; RMSEA = 0,05, $p = 0,50$). Estes valores estão de acordo com o referencial proposto (HAIR et al., 2009; MARÔCO, 2014). O coeficiente de determinação (CD) se assemelha ao coeficiente de determinação dos modelos de regressão de MQO (R^2), indicando a proporção da variância total explicada pelo modelo (NEVES, 2018). No modelo em tela, o índice do CD foi de 0,951, um valor bastante elevado. Embora o valor do teste de significância da estatística de *qui quadrado* tenha indicado um valor significativo, tal resultado pode ser justificado em decorrência do tamanho amostral (MARÔCO, 2014) e não deve ser avaliado sozinho (HAIR et al., 2009). Portanto, analisados em conjunto, podemos asseverar que os valores dos índices de CFI, RMSEA e SRMR verificados sustentam a qualidade do modelo (HAIR et al., 2009).

Figura 4 - Modelo final de equações estruturais para explicação dos significados do trabalho (coeficientes padronizados)



Fonte: elaborado pela autora.

As hipóteses estabelecidas nesta pesquisa foram orientadas por estudos em que a influência dos elementos demográficos e estruturais em relação aos significados do trabalho foi examinada de maneira segmentada e até mesmo dirigida a grupos específicos, delimitados a partir de características singulares, o que evidencia a ausência de estudos empíricos que articulam esses elementos em uma perspectiva ampla. Portanto, são oriundas de análises que não contemplaram a interação de todos esses fatores simultaneamente. O modelo em questão, ao testar essas hipóteses em um modelo estrutural, permitiu também identificar se tais relações se mantêm em um contexto mais amplo.

Em um primeiro momento, foi feita a análise dos significados do trabalho, em consonância com o primeiro objetivo específico desta investigação. Os resultados da análise fatorial referentes a tal medida sinalizaram que sua estrutura foi formada basicamente pelas normas relacionadas ao trabalho como uma obrigação, diferenciando-se da estrutura de dimensões indicada no modelo heurístico do MOW. Tanto as medidas de centralidade absoluta quanto de resultados e objetivos valorizados não apresentaram cargas fatoriais que justificassem sua manutenção no modelo. Deste modo, os

significados do trabalho para esta amostra estão representados por sua normatividade como uma obrigação para com a sociedade.

Alguns estudos sinalizaram diferenças em relação às dimensões dos significados do trabalho. Os estudos de Soares (1992, apud KUBO; GOUVÊA; MANTOVANI, 2013) indicaram um modelo composto pelas dimensões centralidade do trabalho, centralidade da família, centralidade da religião, resultados sociais, resultados econômicos, objetivos intrínsecos e objetivos extrínsecos. Pérezgonzález e Vilela (2005), por exemplo, identificaram uma estrutura bidimensional, em que salientam os motivos e valores, como papéis do trabalho e conforto; e as crenças normativas, que resumem a centralidade, os deveres e direitos e a contribuição social.

Há, por outro lado, evidências de que a normatividade do trabalho como uma obrigação social esteja fortemente relacionada com a centralidade cultural desta esfera em uma sociedade. Esta relação foi evidenciada nos estudos do MOW (1987), que sinalizaram forte correlação entre as duas dimensões. Segundo Den Dulk e colaboradores (2013), a centralidade cultural do trabalho é capturada pelo grau em que esta categoria é vista como um dever ou uma obrigação para com a sociedade. Deste modo, esta normatividade capta justamente as atitudes direcionadas à centralidade do trabalho (YEGANEH, 2017).

A primeira das hipóteses apresentada na seção metodológica foi de que a idade exerce influência nos significados do trabalho, de modo que o aumento da idade estaria associado ao aumento da centralidade do trabalho. De maneira complementar a esta hipótese, tem-se a suposição de que os objetivos e resultados valorizados no trabalho teriam diferentes orientações conforme a idade, no sentido de que os mais jovens reportariam maior valorização de aspectos instrumentais e os mais velhos ressaltariam a contribuição para a sociedade como um fator preponderante.

Os resultados da modelagem de equações estruturais evidenciaram um efeito positivo direto da idade em relação aos significados do trabalho ($\beta = 0,24$, $p < 0,001$), indicando que o aumento da idade se relaciona com a maior percepção de sua centralidade e normatividade, o que sugere a confirmação da hipótese colocada. Deste modo, a atribuição de relevância ao trabalho, assim como da importância de se contribuir para o desenvolvimento social por meio desta atividade, se consolida no decorrer dos anos. A segunda suposição poderá ser testada somente na etapa posterior, de caráter qualitativo, em virtude do comportamento do construto na amostra.

A segunda hipótese desta pesquisa foi que os homens atribuiriam maior centralidade ao trabalho. Adicionalmente, quando comparados, estimava-se que estes confeririam maior valorização aos objetivos extrínsecos, como remuneração e segurança, ao passo que as mulheres tenderiam a valorizar objetivos intrínsecos, como autorrealização, conquistas e responsabilidade social. Os dados trazem indícios de confirmação da hipótese, de modo que o modelo final indicou um efeito direto do sexo nos significados do trabalho ($\beta = 0,082, p = 0,017$). Desta maneira, pode-se afirmar que os homens atribuem maior centralidade ao trabalho em comparação com as mulheres. Novamente, a segunda camada da hipótese será testada no estudo qualitativo, etapa que complementa as análises aqui propostas.

Em sequência, foi analisada a hipótese de que a religião exerceria efeito nos significados do trabalho, de modo que os protestantes atribuiriam maior centralidade e normatividade em relação ao trabalho como um dever ou obrigação, quando comparados com os católicos. Os resultados da modelagem de equações estruturais não indicaram efeitos estatisticamente significativos da religião em relação aos significados do trabalho e não permitiram, portanto, sustentar tal afirmação. Assim, não foram encontrados elementos que permitissem a confirmação desta hipótese.

Em relação ao nível socioeconômico dos brasileiros, a hipótese partia do pressuposto de que o trabalho seria central para os indivíduos. Esperava-se, contudo, que o elemento motivador para tal centralidade se diferenciasse conforme o nível socioeconômico. Neste sentido, a centralidade do trabalho para pessoas com menor NSE estaria orientada para a manutenção de seu sustento e garantia de necessidades básicas, ou seja, marcada pela instrumentalidade. Para aqueles com maior estatuto socioeconômico, a centralidade do trabalho se manifestaria em seus aspectos intrínsecos, como o desenvolvimento pessoal e a contribuição social.

Foi postulada também a hipótese de que a natureza das atividades exerceria influência na construção dos significados do trabalho. Com isso, trabalhadores que atuassem em tarefas criativas, intelectuais e com independência reportariam um significado do trabalho marcado por aspectos intrínsecos e relacionados com a expressividade. Trabalhadores que atuam com atividades repetitivas, manuais e sem independência atribuiriam um significado instrumental ao trabalho.

Como esperado, os resultados sinalizaram uma forte centralidade do trabalho. No entanto, diferentemente das expectativas apresentadas nas hipóteses, indicaram que esta

atribuição se diferenciou em virtude da natureza das atividades realizadas e do nível socioeconômico. A natureza das atividades não teve um efeito direto nos significados do trabalho. O que se verificou foi um efeito indireto e negativo da natureza das atividades (-0,0273) nos significados do trabalho, o que se efetivou por meio do nível socioeconômico, este com um efeito direto negativo ($\beta = -0,13, p = 0,005$). Ou seja, quanto maior o nível de intelectualidade, criatividade e independência nas atividades executadas, mais elevado tenderia a ser o nível socioeconômico ocupado e mais baixa seria a percepção de centralidade do trabalho. O trabalho tenderia a ser, portanto, mais central entre aqueles com estatuto socioeconômico mais baixo e que atuam com atividades de natureza mais repetitiva, manual e realizadas com menor independência. O papel do nível socioeconômico e da natureza das atividades na diferenciação dos significados compartilhados sobre o trabalho, bem como na centralidade desta categoria é explorado de maneira mais aprofundada por meio das análises conduzidas na etapa subsequente. Salienta-se que a variável latente NSE se mostrou mais bem ajustada quando mensurada por meio da classe social e da escala de rendimentos, de modo que a escolaridade foi excluída do construto.

Para que os próximos passos da análise sejam iniciados, faz-se interessante retomar o ponto da situação até aqui. Como salientado previamente, o objetivo geral desta pesquisa é analisar a influência de elementos demográficos e estruturais na formação dos sentidos e significados compartilhados sobre trabalho, bem como a relevância de cada um deles neste processo. Para o cumprimento deste objetivo, fez-se necessário o seu desdobramento em algumas etapas. Para cada uma delas, é apresentado o ponto de situação, tido como referência para as análises posteriores.

O primeiro objetivo específico consiste em identificar os significados do trabalho compartilhados entre os brasileiros. Como previamente destacado na seção metodológica, parte da prevalência dos significados do trabalho seria aferida por meio de estatísticas descritivas. Os resultados destas análises forneceram informações sobre a centralidade do trabalho, que foi bastante elevada, sinalizaram a forte normalização do trabalho como uma obrigação social, bem como evidenciaram os objetivos do trabalho que se fizeram mais valorizados.

O segundo objetivo específico visa identificar em que medida as características demográficas, como idade, sexo e religião contribuem para diferenciar a atribuição de sentidos e significados ao trabalho. O terceiro deles busca evidenciar a influência de

características estruturais, como a natureza da atividade laboral e a situação socioeconômica na atribuição de sentidos e significados do trabalho. Ambos foram examinados inicialmente por meio da Modelagem de Equações Estruturais.

As análises sinalizaram a influência dos fatores demográficos e estruturais na normatividade do trabalho como uma obrigação, entendida aqui como um elemento reforçador da centralidade cultural do trabalho. Contudo, não foi possível identificar diferenciações acerca dos resultados e objetivos valorizados no trabalho, já que esta dimensão não convergiu para o construto. Este esforço será retomado por meio das análises qualitativas, etapa que se sucede a esta aqui realizada.

Por fim, o último objetivo específico se volta para a compreensão do modo como os significados são construídos, tendo-se como ponto de partida a influência das diferentes características levantadas, ou seja, gênero, idade, afiliação religiosa, nível socioeconômico e natureza das atividades realizadas. Já era sabido que algumas dessas diferenciações extrapolariam o potencial analítico da metodologia quantitativa, necessitando-se fazer uso da metodologia qualitativa para sua apreensão. Portanto, conforme assinalado anteriormente, a análise qualitativa integra o estudo sobre os significados do trabalho com o intuito de complementar os resultados identificados até esta etapa, exatamente por possibilitar a compreensão dos aspectos subjetivos que se fazem presentes na relação entre os significados do trabalho e os elementos demográficos e estruturais aqui salientados. Neste sentido, a integração dos métodos quanti e qualitativos viabiliza o alcance integral dos três primeiros objetivos específicos, assim como permite também que se cumpra o quarto objetivo específico desta tese. Na etapa seguinte, portanto, pretende-se aprofundar o exame analítico da construção dos significados compartilhados sobre o trabalho. O olhar é direcionando para a apreensão do modo como as diferentes valorações do trabalho se estabelecem a partir da influência destes elementos demográficos e estruturais no processo de significação.

CAPÍTULO 5 - Resultados do estudo qualitativo

Os resultados das análises quantitativas, apresentados no capítulo anterior, apontaram elementos que sinalizam uma forte centralidade atribuída ao trabalho, permeada por uma patente normatividade desta esfera como uma obrigação social. Ademais, permitiram sinalizar a influência de fatores, fossem eles de caráter demográfico ou estrutural, na atribuição de diferentes significados compartilhados sobre o trabalho em nossa sociedade. No entanto, como salientado previamente, faz-se necessário recorrer à análise qualitativa para que se possa aprofundar a compreensão desses significados, bem como dos caminhos que levam a sua diferenciação. Os resultados dessas análises são expostos neste capítulo. Inicialmente, é feita uma descrição do campo de pesquisa, com breve exposição das cidades envolvidas. Em seguida, apresenta-se o perfil sociodemográfico dos respondentes, bem como as categorias de sentido que emergiram por meio da análise textual interpretativa. Posteriormente, são expostos os significados atribuídos ao trabalho a partir de um panorama geral e, por fim, abordam-se as diferenciações dos significados do trabalho conforme as categorias de comparação previamente elencadas. No capítulo seguinte, os resultados desta investigação, integrando-se as etapas quanti e qualitativas, são discutidos à luz da literatura sobre o tema.

Para constituição do corpus de pesquisa da etapa qualitativa foram conduzidas entrevistas em profundidade, aplicadas a uma amostra por conveniência, formada por sujeitos residentes nas cidades de Belo Horizonte (MG) e Juazeiro do Norte (CE). Os critérios para seleção dos participantes foram o gênero, a afiliação religiosa, a idade, a natureza das atividades executadas e o nível socioeconômico. Embora o número de representantes de cada uma destas características não tenha sido previamente estabelecido, teve-se como objetivo que todas elas fossem contempladas, de modo a possibilitar comparações que permitissem identificar a influência destes elementos na atribuição dos significados compartilhados sobre o trabalho.

As entrevistas foram orientadas a partir dos temas norteadores indicados previamente no capítulo que retratou a metodologia aplicada neste estudo. Foram abordados, portanto, os aspectos pessoais dos entrevistados, a trajetória laboral que percorreram ao longo de suas vidas, o contexto e as condições de trabalho que se fizeram predominantes, a avaliação do trabalho como um todo, os sentidos e significados

atribuídos ao trabalho, bem como a relação desta esfera com outras de sua vida, como a familiar, religiosa e do lazer. Como técnica para exame dos dados foi utilizada a análise textual interpretativa (GIL FLORES, 1994; RODRÍGUEZ GÓMEZ; GIL FLORES; GARCÍA JIMÉNEZ, 1999).

A pesquisa de campo foi conduzida no período entre outubro de 2019 e fevereiro de 2020. A fase de coleta de dados não sofreu, portanto, impactos em decorrência da pandemia de Covid-19 que se estabeleceria no país nos meses seguintes. As primeiras entrevistas foram conduzidas na cidade de Juazeiro do Norte, inicialmente por meio de contatos pessoais. A partir destes primeiros contatos foram solicitadas novas indicações de possíveis participantes, considerando-se os objetivos da investigação. Estas entrevistas ocorreram no último trimestre de 2019.

A cidade, situada na região do Cariri cearense tinha, no ano de 2019, uma população estimada de 274.207 habitantes¹⁴. Os dados do Censo de 2010 apontavam uma população de 249.939 pessoas, sendo que destes, 218.944 (~87,59%) se declaravam como católicos. O IDH do município em 2010 era de 0,694, o que o colocava em quinto lugar no ranking do estado do Ceará e em 2078º quando se consideravam todos os municípios do país. Ainda segundo dados deste censo, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade era de 97,3% no município. Na cidade, 47,2% dos domicílios contava com esgotamento sanitário adequado. O salário médio mensal era de 1,8 salário-mínimo em 2017. Considerando o mesmo ano de referência, 42,4% dos domicílios tinham rendimento mensal de até meio salário-mínimo por pessoa. A cidade tinha um PIB per capita de R\$ 16.375,01.

O rápido crescimento e urbanização da cidade de Juazeiro do Norte no início do século XX pode ser atribuído aos esforços de Padre Cícero Romão Batista, que chegou ao então povoado em 1872. O padre orientava a todos que tivessem “em cada casa um santuário, em cada quintal uma oficina” (NETO, 2009, p. 288), apoiando-se fortemente no binômio oração e trabalho. O padre reforçava nos sertanejos os valores de uma economia baseada no trabalho assalariado, salientando a importância da abertura de pequenos negócios que trariam novas perspectivas a um povo acostumado a exercer, majoritariamente, a ocupação como meeiros nas terras dos coronéis, em consonância com os ideais de progresso e modernização (GONÇALVES, 2007; NETO, 2009). Neste

¹⁴ Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, disponíveis em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/juazeiro-do-norte/panorama> (acesso em 13/06/2020).

sentido, fomentava o desenvolvimento de uma ética do trabalho valorizada até os dias atuais, estando impressa no lema da atual gestão do município: “Cidade de fé e trabalho”. A fé religiosa permeia as relações da cidade em todas as suas esferas, estando também imbricada naquelas que se estabelecem por meio do trabalho. Juazeiro do Norte foi elevada à condição de cidade em julho de 1914.

As entrevistas conduzidas na cidade de Belo Horizonte ocorreram no primeiro bimestre de 2020, por meio de contatos pessoais da investigadora e de indicações dos participantes, em consonância com os objetivos da pesquisa. A cidade tinha uma população estimada de 2.512.070 habitantes em 2019¹⁵. A população em 2010, segundo os dados do Censo, era de 2.375.151 habitantes. O perfil majoritariamente católico também foi verificado na cidade, que contava com 1.422.084 (~59,77%) habitantes com esta afiliação religiosa, uma proporção menor que aquela identificada em Juazeiro do Norte. Aproximadamente 25% dos habitantes indicaram pertencer à religião evangélica, bem mais que os 8% verificados entre os juazeirenses. O IDH do município em 2010 era de 0,810, o segundo maior no ranking do estado de Minas Gerais e o 20º quando se consideravam todo os municípios do país. Ainda segundo dados do censo de 2010, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade era de 97,6%. O esgotamento sanitário era classificado como adequado em 96,2% dos domicílios. O salário médio mensal dos belo-horizontinos era de 3,6 salários-mínimos em 2017. Neste ano, 27,8% dos domicílios tinham rendimento mensal de até meio salário-mínimo por pessoa. Belo Horizonte tinha um PIB per capita de R\$ 35.245,02.

A urbanização das duas cidades ocorreu em períodos próximos. Belo Horizonte foi oficialmente fundada em 12 de dezembro de 1897, com o propósito de assumir o posto de capital do estado. A transferência da capital de Ouro Preto para Belo Horizonte se deu em virtude de motivações políticas. A atividade econômica principal da antiga capital era o comércio e, em virtude do declínio do ciclo de mineração, a elite via a necessidade de expansão de suas atividades, vislumbrando na exportação do café um caminho profícuo. Ouro Preto, contudo, não reunia condições geológicas e espaciais para este fim (COSTA; ARGUELHES, 2008). Uma nova cidade, construída do zero, um modelo simbólico do ideário liberal e positivista, seria uma saída para articulação da crise entre as elites mineiras. Esta nova cidade, planejada conforme pressupostos higienistas, inspirados em

¹⁵ Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, disponíveis em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/belo-horizonte/panorama> (acesso em 13/06/2020).

um modelo europeu, possibilitaria o alinhamento à nova ordem capitalista mundial (BOTELHO ALMEIDA; SANTOS, 2019). Ares de modernidade, marcados por um desenho arrojado, permitiriam superar o passado escravista e colonial, vislumbrando um novo “templo da indústria e do trabalho” (JULIÃO, 2011, p. 120).

A nova cidade teve sua construção permeada por ideais de modernização e progresso, que permitiriam a “(re)construção do ser e do conceito de trabalhador” (SIMÃO, 2020, p. 171). A “noiva do trabalho”, como era chamada por João Pinheiro, era marcada pelo ideal católico que tinha no trabalho e na família os representantes da “boa índole” mineira, valores que seriam a base de uma classe de trabalhadores fortemente comprometida com um senso de dever e compromisso com a ordem. Ao não-trabalho associava-se a imagem de vadiagem, o não compromisso com os valores necessários à manutenção do mundo do trabalho e ao pleno desenvolvimento da cidade (SIMÃO, 2020).

Embora a comparação entre as cidades como um possível fator de influência nos significados do trabalho não seja contemplada nos objetivos desta tese, considera-se que o esclarecimento sobre onde ocorreu o desenvolvimento da pesquisa de campo seja importante. As cidades são marcadas por realidades distintas, sendo nítido o menor desenvolvimento socioeconômico de Juazeiro do Norte. Isso altera, por exemplo, as percepções de consumo destes moradores e, neste sentido, por vezes uma faixa salarial que seria indicativo de pertencimento à classe baixa, em Belo Horizonte, é percebida como indicativo de posicionamento na classe média-baixa entre os Juazeirenses. Ainda assim, a pesquisa buscou considerar a classificação informada pelo respondente, já que sua avaliação se fundamenta na realidade por ele vivenciada. Até porque, como salienta Bourdieu (2004, p. 159), não há “nada que classifique mais uma pessoa do que suas classificações”.

Em ambas as cidades, as entrevistas ocorreram majoritariamente na residência ou local de trabalho dos entrevistados. Em poucas situações transcorreram em espaços públicos, desde que estes apresentassem condições de conforto e discrição adequadas. As datas e horários foram agendados conforme a conveniência e a disponibilidade dos entrevistados.

Os procedimentos de coleta, assim como as observações das entrevistas, foram incluídos em caderno de campo da pesquisadora. Nestes registros foram apontadas algumas notas descritivas sobre os participantes, observações sobre o cenário físico das

entrevistas, assim como notas reflexivas, incluindo observações da pesquisadora. Todas as entrevistas tiveram seu áudio gravado com autorização dos participantes, após leitura, compreensão e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (Apêndice A). A saturação dos dados foi identificada com um total de 22 respondentes. As entrevistas ocorreram entre os dias 8 de outubro de 2019 e 18 de fevereiro de 2020 e tiveram, em média, 70 minutos de duração, variando em decorrência do interesse e envolvimento dos entrevistados com a temática.

Participaram desta etapa 22 respondentes, com idades entre 19 e 83 anos, o que equivale a uma média de 39,8 anos. Dentre estes, 10 residiam em Belo Horizonte e 12 em Juazeiro do Norte. Foram contemplados diferentes perfis de escolarização, que variaram desde o fundamental incompleto à pós-graduação, bem como de classificação social, contemplando representantes da classe baixa à classe alta. O resumo de características dos participantes, enumerados conforme a ordem cronológica de realização das entrevistas, pode ser visualizado no quadro 2. As características dos entrevistados permitem identificar que tanto as características sociodemográficas quanto as estruturais utilizadas na etapa quantitativa desta pesquisa foram contempladas.

Quadro 2 - Resumo dos participantes da etapa qualitativa

Nº	Gênero	Idade	Escolaridade	Ocupação atual	Cidade	Classe social	Religião
1	M	35	Superior completo com especialização	Advogado	Juazeiro	Média	Católico
2	M	83	Superior completo	Aposentado (professor/redator)	Juazeiro	Média	Católico
3	M	54	Fundamental incompleto	Vigia noturno	Juazeiro	Média-baixa	Católico
4	F	24	Superior cursando	Recepcionista	Juazeiro	Média	Evangélica/ protestante
5	M	41	Fundamental incompleto	Vigia	Juazeiro	Média-baixa	Católico
6	F	30	Médio completo	Demonstradora comercial	Juazeiro	Média	Católico
7	M	34	Superior completo com especialização	Advogado	Juazeiro	Média	Católico
8	F	19	Médio completo	Menor-aprendiz (trabalho administrativo)	Juazeiro	Média-baixa	Católico
9	F	21	Superior cursando	Estagiária (departamento financeiro)	Juazeiro	Média	Espiritualidade não rotulada
10	M	21	Superior cursando	Estagiário (departamento financeiro)	Juazeiro	Média	Sem religião
11	F	20	Superior cursando	Auxiliar financeira	Juazeiro	Média-baixa	Sem religião
12	F	52	Médio incompleto	Encarregada de limpeza	Juazeiro	Média-baixa	Evangélica/ protestante

Nº	Gênero	Idade	Escolaridade	Ocupação atual	Cidade	Classe social	Religião
13	F	60	Superior completo	Atendente de lanchonete	Belo Hte	Média-baixa	Sem religião
14	F	42	Superior completo	Cuidados domésticos	Belo Hte	Média	Católico
15	M	25	Superior completo	Analista de Sistemas	Belo Hte	Média-alta	Sem religião
16	F	44	Superior completo	Advogada	Belo Hte	Média	Católico
17	M	48	Superior completo	Desempregado (Analista de sistemas)	Belo Hte	Média-baixa	Evangélico/ protestante
18	F	50	Superior completo	Desempregada (Analista Administrativo-financeira)	Belo Hte	Média-baixa	Espírita
19	M	38	Superior completo	Motorista de aplicativo e microempresário. Em busca de emprego CLT.	Belo Hte	Média-alta	Católico
20	F	37	Superior completo com especialização	Coordenadora de projetos	Belo Hte	Média-baixa	Católico
21	F	49	Fundamental incompleto	Empregada doméstica	Belo Hte	Baixa	Católico
22	M	49	Superior completo	Empresário	Belo Hte	Alta	Espiritualidade não rotulada

Fonte: elaborado pela autora.

A análise dos dados obtidos por meio das entrevistas semiestruturadas passou por uma escuta atenta e repetida dos áudios, com intuito não de apenas perceber as falas e significados atribuídos no discurso dos entrevistados, mas também em seus silêncios e diferentes entonações. Posteriormente, todas as entrevistas foram integralmente transcritas e o material textual foi carregado para o software Altas.ti. As etapas de categorização, codificação e análise foram executadas com aporte desta ferramenta.

Na análise textual interpretativa, o processo de exame dos dados já se inicia no momento de sua coleta, sendo constituído por atividades que muitas vezes ocorrem de maneira simultânea ou até mesmo de modo reiterativo, e, portanto, não necessariamente acontecem de maneira linear ou sequencial. No decorrer deste, foram recorrentes os retornos às transcrições das entrevistas, no intuito de aprofundar e consolidar a análise. Com isso, antes de se tornarem definitivas, algumas categorias sofreram alterações em sua denominação, buscando seu melhor ajuste à ideia central que representam. O exame atento dos resultados, conduzidos com base na literatura de referência, sinalizou a emergência de categorias que revelam alguns significados compartilhados sobre trabalho. Um resumo delas pode ser visualizado no quadro 3. Ressalta-se que as tais categorias não

se mostram isoladas, podendo haver interpenetração entre algumas delas, como se constata nos depoimentos apresentados ao longo deste capítulo.

Quadro 3 - Categorização emergente dos significados do trabalho

Categorias	Descrição
Instrumental	O trabalho é entendido, primordialmente, como um meio para acesso à subsistência e consumo de bens e produtos. O significado principal desta esfera passa pela garantia de superação das necessidades básicas associadas à subsistência, bem como ao conforto e bem-estar, viabilizando a percepção de qualidade de vida. O trabalho significa, ainda, a possibilidade de autonomia e independência financeira.
Intrínseco	O trabalho significa a possibilidade de desenvolvimento pessoal, permitindo que a criatividade e intelectualidade sejam colocadas em prática. A atividade fomenta o aprimoramento de habilidades e capacidades diversas, sendo fonte de motivação, desafios e crescimento. O trabalho é visto como uma forma de garantir a evolução e a realização pessoal e profissional.
Contribuição social	O trabalho é um meio para que as pessoas possam contribuir para o desenvolvimento da sociedade, como uma espécie de contraprestação pelo fato de usufruírem dos produtos e resultados que esta propicia. O trabalho significa um meio para inserção (ou exclusão, no caso de sua ausência) do indivíduo na vida em sociedade, permitindo as pessoas possam se vincular ao meio em que vivem, e, neste sentido, sentirem que fazem parte do mecanismo social.
Rotina	O trabalho é o principal meio para garantir a organização e marcação do tempo, evitação do ócio e da inatividade, tidos como elementos indesejáveis, já que o ócio é moralmente aceito somente quando visto como um descanso para uma ocupação. A organização de uma rotina é um elemento de proteção emocional, evitando, neste sentido, o acometimento de quadros depressivos ou sensação de tédio.
Utilidade	O trabalho fomenta a sensação de utilidade, favorecendo a percepção de importância para a sociedade. Deste modo, o indivíduo, ao

	reconhecer que sua atuação é relevante para a comunidade ou sociedade como um todo, se sente integrado a ela, algo que contribui para sua identificação social.
Relacionamentos e conexões	A atividade possibilita a interação social, o conhecimento de pessoas, bem como o estabelecimento de redes de sociabilidade. O trabalho se torna um meio que possibilita o exercício da comunicação, assim como o convívio social.
Ambiguidade	Apesar de ser marcado por valorações positivas, tem-se a percepção de um lado negativo no trabalho, em que esta atividade é vista como um fardo, algo penoso ou mesmo marcada por sacrifícios. Ainda que tenha um lado positivo, o trabalho carrega também um significado de exploração.

Fonte: elaborado pela autora.

Apresentados os participantes, assim como as categorias emergentes da apuração dos dados, passa-se à análise textual interpretativa dos dados das entrevistas.

5.1 - Os significados do trabalho em uma perspectiva geral

Partindo de uma perspectiva ampla, com enfoque nos significados do trabalho reportados pela amostra em sua integralidade, esta primeira seção possui duas subdivisões: primeiramente, o foco da análise se volta para a centralidade da categoria trabalho, para que, em seguida, se apresentem os significados compartilhados sobre o trabalho.

5.1.1 - A centralidade do trabalho

Os resultados das análises dos dados qualitativos corroboraram, no geral, a alta centralidade atribuída ao trabalho por brasileiros verificada na etapa quantitativa. A atribuição de um papel de significativa relevância à esfera laboral foi notória entre a grande maioria dos respondentes. Os elementos que justificam tal importância se diferem, contudo, quando o olhar se volta para a comparação entre grupos que se distinguem conforme algumas características demográficas e estruturais, o que será abordado nas seções seguintes.

No primeiro passo verifica-se o que o trabalho representa na vida das pessoas, bem como os significados a ele atribuídos. Neste sentido, destaca-se a patente centralidade e relevância desta esfera. Sua importância se fez presente de maneira significativa, entre todas as categorias analisadas, confirmando a posição estabelecida nesta tese acerca da manutenção de sua centralidade em nossa sociedade (ANTUNES, 2006; DE LA GARZA; HERNÁNDEZ, 2000; NAVARRO; PADILHA, 2007; ORGANISTA, 2006). O trabalho foi majoritariamente percebido como um elemento de valor positivo na vida das pessoas, uma atividade que confere sentido à existência, “porque se você não trabalha, não tem sentido você estar vivendo”¹⁶ (E1). Ele favorece a evolução do ser humano, sendo um dos principais meios pelo qual as potencialidades individuais são desenvolvidas. Nas palavras da E20, “o trabalho me traz satisfação, energia, me faz sentir... como eu diria... me faz me sentir viva, útil”. Foi possível identificar a percepção da esfera laboral como um elemento que permite a ligação do indivíduo com a sociedade, uma espécie de ponto inicial para que as demais atividades inerentes à vida possam ocorrer, o que transmite a ideia de que “tudo de bom vem depois do trabalho. A partir da hora que você começou a trabalhar as coisas começam a fluir. Então eu vejo por esse lado, que traz tudo de bom o emprego” (E3).

Como eu te disse, significa tudo! Primeiro Deus, primeiro lugar na vida de qualquer pessoa, Deus, e depois o trabalho... porque a diversão, as outras coisas, tudo você consegue arrumar um jeitinho, mas o trabalho, se você não tiver, infelizmente a pessoa fica muito sem chão, por que como você vai sobreviver sem o trabalho? Não tem como... não que a vida seja só trabalho, mas o trabalho é essencial na vida da pessoa, não tem como viver sem trabalhar... O trabalho é tão importante quanto é uma necessidade que o ser humano tem, de trabalhar (E21).

Quero crescer mais, e para crescer mais tenho que trabalhar mais. Porque se você não produz, se você não trabalha, nada acontece. Se você ficar sentado em casa nada acontece, o mundo tá girando ao seu redor, mas você está parado então pra você nada acontece. [...] quanto mais cansado de trabalhar eu estou, melhor pra mim, eu acho (risos). O ruim é você ficar cansado de não fazer nada. Porque você não tem perspectiva de futuro, então, eu gosto de trabalhar. Eu não me vejo sem trabalhar (E1).

Eu acho que as pessoas que não trabalham dão pesos indevidos para coisas na vida, elas não conhecem, não reconhecem, vamos dizer, o suor necessário para dirigir alguma coisa, coisas que vou chamar de bobinhas passam a ter uma dimensão muito grande, elas não têm oportunidades de ter relações pessoais fora... estou falando o trabalho,

¹⁶ Conforme destacado na seção metodológica, essa pesquisa manteve a transcrição dos discursos *ipsis litteris*, com todas as marcas de oralidade, conforme a fala dos entrevistados.

mesmo que se fosse voluntário estaria valendo, né? Ou seja, se não é isso, você fica só em casa, então acho que a pessoa perde inúmeras experiências de vida, falando de outra maneira, eu acho que a essência das pessoas é trabalhar e não outra coisa (E22).

Assim, para além de conferir uma ligação com a sociedade, o “trabalho, indica a sua profissão, o que você faz, a sua personalidade” (E19), o que sinaliza a percepção da construção de uma identidade por meio desta esfera, reflexo da ética do trabalho. O relato dos entrevistados reforçou não apenas os efeitos positivos da atividade, mas também seu efeito protetor, já que o trabalho foi apontado como um elemento que previne o adoecimento e preenche a rotina, evitando a sensação de vazio e falta de sentido na vida. O trabalho, portanto, é percebido como um fator de motivação, já que preenche, de alguma maneira, a vida das pessoas. Deste modo,

[...] não faz sentido você ficar em casa todos os dias... acho que você tem que acordar e ter algo a te motivar, desenvolver alguma função, alguma atividade, para no final você ter aquela sensação de dever cumprido para o dia, para a semana, o mês... se você fica em casa é angustiante... a hora não vai passar, você vai ficar doente... ter todas as doenças do mundo... (E7).

O relato da entrevistada E18 reforça essa percepção: “Porque sem trabalho você não faz nada, não consegue nada, entra em depressão, fica triste, fica sem alegria, fica sem amigos... não sei se você que afasta ou eles que afastam... colegas, né? Trabalho é tudo, é novo, é evolução”. E acrescenta: “Quando você faz um trabalho, o trabalho não te deixa na inércia, você tem que movimentar, trabalho é movimento... é... é vida! Trabalho é vida! Se você ficar parado... cê tá doido”. Os dados verificados ao longo das entrevistas reforçam a visão de que o trabalho fomenta o desenvolvimento intelectual, de modo que sua ausência está associada a uma percepção de que a “cabeça vai atrofiar [...] minha cabeça não aguentaria ficar muito tempo parada sem realizar nenhuma atividade de trabalho (E10)”. No mesmo sentido, o entrevistado E15 afirma: “Bom, sei que não consigo ficar parado, se tiver que ficar em casa sem fazer nada vou adoecer, ficar louco e morrer logo. Preciso estar fazendo alguma coisa”.

Semelhante ao que se verificou na análise de equações estruturais efetuada no estudo quantitativo, os resultados das entrevistas reforçaram que a alta centralidade do trabalho percebida na amostra está assente na forte percepção de normatividade desta esfera como uma obrigação social, sinalizando aspectos da ética do trabalho. Nesta direção, o trabalho é um dos principais meios para o desenvolvimento social e, deste modo, se associa a um dever moral, a uma obrigação de se contribuir a sociedade. O

trabalho representa o “retorno que a pessoa daria para a comunidade, ajudar de alguma forma com a aptidão dela, com a vocação dela, então é uma mão de volta e ida, a pessoa tem que ter um papel para lidar” (E14). O esforço empreendido no trabalho é valorizado e dele decorre a recompensa, supostamente em sentido proporcional, como se visualiza no trecho:

Então vejo por esse equilíbrio de que é algo que todo mundo deveria correr atrás, é estranho pra mim quando não corre e vejo muito disso hoje em dia, na juventude hoje, me estranha muito, e eu vejo que de modo geral, quem corre atrás, consegue algo proporcional ao esforço que empreendeu. Toda vez que vejo alguém que se sente injustiçado, quando eu vejo, vejo que a pessoa não fez, ela supõe que fez e não fez. [...] tem pessoa que precisa aprender assim, você não fez, por isso que não levou. [...] mas você poderia trabalhar para você mesmo, ficar pescando seu peixe para comer, mas não penso em termos disso, penso que o ser humano é mais avançado, se torna um ser de natureza mais avançada usando o trabalho de forma apropriada, acho que é um veículo para uma civilização mais elevada. E à medida que se inclui apropriadamente a dimensão das pessoas ela também fica mais elevada nesse campo, onde começa a aproximar de campos quase espirituais, mas ainda assim, acho que o trabalho é o veículo que cola isso tudo (E22).

Novamente, a ética do trabalho se fez patente, ressaltando a importância do trabalho como a via moralmente aceita para obtenção de ganhos financeiros, mas também como meio para se alcançar uma vida virtuosa e carregada de significado. A atividade laboral como meio para dignificação do indivíduo se mostrou uma noção cristalizada na avaliação dos entrevistados, independentemente de sua afiliação religiosa. Foi notória a avaliação de que todo o trabalho é importante, que todos eles contribuem igualmente para a sociedade, entendida como “uma teia... a sociedade é um corpo humano... tudo tem importância, por mais mínimo que seja o trabalho do corpo humano, se ele falha... a sociedade é a mesma coisa...” (E14).

O trabalho é orientado a partir de valores moralmente aceitos na sociedade, algo evidenciado na fala do entrevistado 17: “então tem valores que eu trago de criança e passo para a minha filha. Valores morais, sobre o trabalho, que é importante tentar vencer na vida pela via honesta e do esforço”. Neste sentido, todo o trabalho, do mais simples ao mais elaborado, do menos remunerado ao mais bem pago, passando pelas atividades que configuram o chamado “trabalho sujo” (HUGHES, 1958), é importante e marcado pela dignidade, sem distinção.

O trabalho dignifica o homem. Se não for pelo trabalho podemos até conseguir de outras formas lícitas, mas não é o teu suor... então a gente tem as coisas, eu comprei esse vaso hoje porque trabalhei, é do seu dinheiro, comprei, é do meu dinheiro... quando a gente consegue desenvolver uma atividade, que essa contraprestação te possibilita comprar o que tu quer, o que tu precisa, sobretudo, né? É muito bom (E7).

Não, acho que todas as atividades, todos os trabalhos são dignos e são muito relevantes, independentemente da área que você trabalha, se por exemplo, determinado trabalho parar em determinado momento, por exemplo, entrar em greve, você consegue perceber a importância que ele tem. Por exemplo, na greve dos caminhoneiros, que é uma profissão que muitas vezes é negligenciada, o pessoal simplesmente tira o olho daquilo, mas quando eles pararam, quando eles entraram em greve, a gente viu o impacto que teve no Brasil, e não foi um impacto simplesmente de movimentação, foi um impacto na economia mesmo... então, eu considero que todos os trabalhos têm uma importância muito grande, por mais que eles sejam subjugados por outros (E10).

Todo trabalho é digno, seja ele voluntário ou remunerado... Tem que dar valor, é um ser humano que está ali... está despendendo energia para trabalhar e ganhar seu sustento, para a família, e quando você está fazendo o trabalho, você fica satisfeito, fica feliz, independente do trabalho que está fazendo... todo trabalho é importante, não tem um que seja mais importante que o outro não. Porque, por exemplo, o do gari, se não pegar o lixo aqui, como vamos fazer? O trabalho do médico, se ele não salvar vidas... (E18).

No entanto, um aspecto fortemente condicionante para que o trabalho seja entendido como um trabalho digno é a sua licitude. Deste modo, em consonância com os valores apregoados pela ética do trabalho (WEBER, 2004), para que um trabalho, de fato, contribua para a sociedade, sendo reconhecido de maneira positiva por seus membros, ele deve ser chancelado pelos valores morais e até mesmo cumprir requisitos legais.

O trabalho digno é um trabalho que você possa exercer fazendo uma coisa certa, pode nem ser aquele trabalho... tem pessoas que trabalham em caminhão de lixo e as pessoas falam 'ai, não quero trabalhar assim porque é muito ruim...' Não, eu acho que é um trabalho digno. Um trabalho digno são pessoas que se dão bem na vida, que tem várias coisas, mas que não fazem coisas erradas. [...]. Acho que trabalho não digno seria essas coisas que a gente faz para ganhar dinheiro fácil... (E8)

Eu acho que não é digno quando pegam o que não é seu. Que aí pra mim não é um trabalho, mas tem gente que não trabalha, que a gente sai assustada, a gente compra um celular e... você vai pra casa com medo porque alguém pode tomar seu celular, você às vezes pode estar pagando a prestação e vem uma pessoa e toma aquela coisa que você comprou com tanto sacrifício... então, eu acho que todo emprego é digno, quem varre a rua, quem limpa o shopping, quem é um doutor, um professor, quem é um diretor, um gerente, todos os trabalhos são dignos. Eu só não acho digno as pessoas que... e aí a pessoa assim 'e a

peessoa que pede?' Ou a pessoa não tem condições de arrumar um emprego, não tem uma oportunidade? Agora, a única profissão que eu acho que não tem, que tem gente que acha uma profissão, que eu já ouvi alguém dizer, o povo joga tudo com brincadeira na internet 'se eu não roubar, como é que o juiz vai ter trabalho' (risos)...(E12)

Sendo honesto mesmo que pra mim vale a pena. E assim, não aqueles trabalhos também que são sacrificoso, sabe? Como passa de vez em quando na televisão a pessoa trabalhando lá obrigado (ênfase), tá preso ali, é obrigado, sabe? [**Entrevistadora: Tipo trabalho escravo?**] É! eu acho isso daí muito errado, muito covardia demais, a pessoa trabalha se quiser, se a pessoa não quiser, você não é obrigado. Tem gente que trabalha preso, não pode sair dali de jeito nenhum, o seu dinheiro sempre vai ali, um dia sei lá, você manda pra sua família, não sei como é... que a gente vê de vez em quando, a gente vê no jornal, no Fantástico, essas coisas [...] trabalha ali só no sofrimento... quando descobre aquilo você vê como é que é, colchão sujo, lençol sujo, aqueles fogão sem... a pessoa não tem nem condição de sair que eles não deixam, é preso. Aí não aceito, não acho certo não (E5).

A análise dos objetivos valorizados por meio do trabalho reforça a percepção da normatividade desta esfera como uma obrigação social. Assim como se observou na análise quantitativa, os participantes foram arguidos acerca dos fatores que mais valorizariam em uma situação de busca por emprego. Neste sentido, foi solicitado que escolhessem dois, dentre os quatro ofertados: salário, segurança, trabalhar com pessoas que gostem ou fazer um trabalho importante para a sociedade. No geral, o aspecto mais valorizado pela maioria foi a realização de um trabalho importante para a sociedade, ressaltando a importância da contribuição social por meio desta atividade.

É interessante salientar que, apesar da alta centralidade absoluta do trabalho, esta importância não se manteve quando se analisou sua centralidade relativa, ou seja, quando comparado a outras esferas, como família, religiosidade e lazer. O trabalho, na maioria das vezes, foi percebido como menos importante que a família e a religiosidade, ficando geralmente em terceiro lugar na comparação entre as esferas, o que de certa maneira se diferencia do que foi observado na etapa quantitativa, em que o trabalho foi preterido somente para a família. Nas poucas vezes em que foi valorado em segundo lugar, um elemento comum entre a grande maioria dos sujeitos foi a ausência da religiosidade católica ou protestante. Isso demonstra que, apesar do trabalho ser uma esfera marcada por forte importância, na maioria dos casos acredita-se que a família e a religião ainda se constituem como esferas marcadas por recompensas mais significativas. Em apenas uma das avaliações relativas, o trabalho foi avaliado em primeiro lugar.

A análise dos resultados evidenciou um elemento de influência na centralidade relativa do trabalho que não havia sido abordado na etapa quantitativa, tanto em decorrência das limitações da base de dados secundária, mas também devido ao fato de não representar nenhuma das características de natureza demográfica ou estrutural envolvidas nos objetivos deste estudo. Ainda assim, considera-se importante que seja reportado. Mas, exatamente por não contemplar as categorias de comparação inicialmente previstas, este fator será tratado nesta seção e não na seguinte, cuja análise se concentra na influência dos fatores demográficos e estruturais previamente elencados.

Trata-se da percepção de que o trabalho impôs escolhas indesejadas ou mesmo resultou no acometimento de traumas ou adoecimentos. Como discutido no capítulo 2 desta tese, a atribuição de preferências e significados que norteiam os caminhos que conduzem à valorização de diferentes esferas é influenciada pela identificação daquelas que oferecem melhores recompensas para os comportamentos (DUBIN, 1956; MOW, 1987). Portanto, a identificação de prejuízos devido ao fato de se ter preterido a vivência de momentos importantes ou relações com entes queridos em decorrência do trabalho, pode ocasionar em arrependimentos que tendem a alterar esta relação. De maneira similar, a vivência de experiências negativas, mesmo que alheias à oportunidade de escolha, podem alterar a relação com o trabalho. Os trechos abaixo ilustram algumas dessas situações:

[...] quando meu pai estava doente, eu estava na empresa X... e ele estava em estado terminal e deu vontade de abandonar o emprego, mas eu não abandonei... nesse momento eu tive raiva de mim por estar trabalhando, eu pensei que ele não ia morrer. Quando ele morreu eu me culpei por não ter dedicado meu tempo a ele, eu me arrependi porque o dinheiro falou mais alto, o emprego falou mais alto e eu me arrependi. Eu me culpei... Eu deveria ter dado prioridade a ele, eu sabia que ia acontecer, eu não queria acreditar, mas eu me arrependi nesse momento então. Eu vi que dinheiro não é tudo... Agora, três meses de empresa já botei atestado pra ir levar ele [filho] a uma consulta... ele estava doente e faltei por conta dele e quanto for preciso, vou faltar... nem que seja demitida, mas por ele e por minha mãe, que está operada... eu pago em outro dia o horário... então a minha família sempre em primeiro lugar. Então, só nesse momento, que eu me arrependi, de não ter... né? Porque eu perdi... (E6)

[...] fiquei 3 anos, até o banco ser privatizado, o que foi um susto, porque não se saía do banco, a cultura era de ficar empregado ali até aposentar. Ainda tinha esse resquício, estava em mudança, foi a primeira onda neoliberal no Brasil e aí vieram as privatizações e sacudiram isso tudo. Fui demitido, foi a primeira vez que vi uma coisa horrível, chamada demissão em massa, vi coisas que não desejo para meu pior inimigo,

peças quase aposentando sendo demitidas sem serem ouvidas, simplesmente sendo cortadas como se fossem números mesmo. O clima de horror, de terror, no banco, é quase indescritível. Foi um trauma para mim e todos que trabalharam nessa época, sendo demitidos ou não. [...] Influenciou e influencia [sua relação com o trabalho], infelizmente os traumas não são fáceis de serem desgarrados da nossa vida, querendo ou não, isso afeta minha visão de trabalho até hoje (E17).

5.1.2 – Os significados compartilhados sobre o trabalho

A análise cuidadosa dos resultados evidenciou que o trabalho assume, primeiramente, o significado pecuniário, de modo que o fator financeiro tende a ser a principal razão pela qual as pessoas trabalham, assim como reportado nos estudos do MOW (1987). Muitas das definições sobre o trabalho focam a questão de ser uma atividade relacionada a um salário ou por meio da qual as pessoas garantem sua sobrevivência. Ao ser perguntado se permaneceria trabalhando caso tivesse um considerável montante de dinheiro, o entrevistado E2 ressalta esta percepção: “Aí não! Jamais [ênfase]. Não... não... jamais... Por quê? Porque a gente trabalha em função de ganhar dinheiro, eu tô rico, eu vou trabalhar?”. Essa estranheza é partilhada pela entrevistada E8, que, ao ser confrontada com a mesma pergunta, diz: “Como assim uma pessoa fica milionária e continua trabalhando? Acho que eu nunca vi... É difícil...”

A relação de trabalho tem a característica de uma contraprestação, sendo o salário o principal veículo para recompensa pelos esforços prestados. Conforme ressalta a entrevistada E21, “na verdade o trabalho é uma troca, eu trabalho porque preciso de ganhar o dinheiro” e, nesta relação de troca, a remuneração assume o protagonismo, sendo fortemente atrelada à “recompensa, você trabalha pra ter a recompensa...” (E11).

E todo trabalho é uma relação de contraprestação. Eu exerço a minha função e no final do mês vou ter o salário. Então não tem lógica você passar o mês todo sem fazer nada e receber o salário no final do mês. Você não produziu, né? Da mesma forma que não tem lógica você trabalhar o mês todo, cumprir seus horários e no final do mês não receber o seu salário ou receber só parte do seu salário. Isso é desestimulante (E1).

Neste sentido, o trabalho possibilita o acesso a bens básicos que permitem a superação de necessidades primárias. Foi exaltado que o trabalho provê o acesso à alimentação, à moradia, à segurança e, desta forma, esta categoria se associa à subsistência. As recompensas obtidas por meio do trabalho se localizam em um campo de avaliações objetivas, relacionadas a elementos que podem ser diretamente alcançados

com o cumprimento das atividades laborais. Sem o trabalho, a sobrevivência se torna um objetivo distante, difícil de se atingir, ele é “não somente em questão de dignidade pessoal, mas também uma questão de sobrevivência... ou você está inserido no trabalho ou não tem maneira de subsistência” (E17).

O que eu mais valorizo [no fato de ter um trabalho] é... alimentação... a gente... porque, eu acho que é muito triste a pessoa não ter o que comer, e você estando trabalhando sempre tem aquele, por pouco que seja, você tem seus alimentos, que eu acho que é o que mais peca é a gente ver as pessoas sem ter o que comer, nem tanto não ter onde morar, mas não ter o que comer... então, o trabalho ajuda, porque de qualquer maneira a gente diz assim, tô trabalhando e posso comprar minha alimentação e no fim do mês eu tenho como pagar (E12).

Esta avaliação se fundamenta também em critérios subjetivos e, neste caminho, a esfera laboral permite que se estabeleça o exercício da autonomia e a sensação de independência financeira. Ao atribuir ao trabalho o caráter de conquista, a entrevistada E4 ressalta que tudo o que conseguiu até hoje foi pela via do trabalho, deste modo, pode ter acesso ao lazer, a viagens, bem como assumir compromissos. Assim, a pessoa pode “dizer 'eu trabalho, eu tenho o meu dinheiro, eu posso fazer o que eu quiser’” (E11), até mesmo porque “a pessoa depender do outro totalmente para viver é uma coisa muito ruim” (E21). Ademais, o acesso a bens e consumos é um dos principais fatores que ajudam a conferir a percepção de qualidade de vida.

O que todo ser humano sonha, todo mundo tem vontade de ter uma casa própria, só dá valor à casa própria é quem paga aluguel, o aluguel é um dinheiro que paga todo mês, se somar o dinheiro de um ano dá um dinheiro absurdo, se a pessoa pedir a casa ou você ficar desempregado e não tiver condições é despejado... o ser humano que pensa no futuro... igual minha filha, já fala que quando tiver um salário melhor vai comprar um apartamento, porque a moradia é muito importante. [...] a pessoa tem que ter uma casa própria... o principal foi a minha casa... quando quero trocar os móveis eu posso... o trabalho proporciona felicidade, conforto, bem-estar... (E21)

[...] essa importância que eu dou ao trabalho e a trabalhar para ter a minha independência, mas para ter aquilo que eu quero, não necessariamente monetariamente, mas o estilo de vida que eu quero ter... a autonomia que eu quero ter como pessoa, acho que o trabalho é extremamente importante para eu atingir esses objetivos (E9).

Se o acesso a bens e consumos ajuda a fomentar a percepção de independência e qualidade de vida, a impossibilidade deste acesso é marcada pela sensação de perda de autonomia e desconforto, como se a pessoa perdesse, de certa forma, seu lugar de referência no mundo. O significado pecuniário do trabalho se apresenta em duas faces,

uma favorável, para quem tem acesso, mas uma realidade árdua para aquele que não o tem:

Como havia dito... eu tive uma fase no fundo do poço... na minha cidade eu não conseguia nada, isso foi gerando um conflito em casa, não um conflito explícito, mas você percebia... você na sua casa vai perdendo... deixa de se sentir bem na sua casa porque não está trabalhando... Não sei se é felizmente ou infelizmente... às vezes, a gente só valoriza quando tem. Não que na minha casa tenha sido desvalorizado ou desmerecido, mas... isso é muito nosso... nós vivemos em uma sociedade capitalista que nós mesmos, só nos achamos importantes quando a gente tem. O ter pesa muito. Quando a gente trabalha e tem condição financeira boa, a gente se sente aparentemente bem, quando não tem, a gente se sente um lixo. Então, o que me motiva, realmente, é aquele mal-estar que eu passei por não ter. Então isso sempre está à frente... (E7).

Percebeu-se que, por maiores que fossem as expectativas em relação ao trabalho, o aspecto instrumental, voltado para a manutenção financeira, se mostrou um elemento fortemente compartilhado quando se pensou nos significados a ele atribuídos. Portanto, ainda que o trabalho possa permitir a satisfação de objetivos intrínsecos, a questão pecuniária se mantém, em grande parte dos casos, presente. A avaliação do trabalho passa pela troca pecuniária, mesmo nos casos em que ele permita acesso a bens e consumos que extrapolam os limites da subsistência.

[...] acho que a parte financeira está em primeiro lugar, a parte financeira, porque você quer crescer, quem tem filhos quer dar uma qualidade de vida melhor para os filhos... E só uma pessoa em casa trabalhando é muito difícil, estando duas pessoas trabalhando tem essa questão, de você poder sonhar... fazer planos... e a questão de qualidade de vida... [...] Todo mundo precisa da parte financeira para poder sobreviver, tudo hoje em dia é dinheiro... tudo tem custo, tem um valor... [...] eu amo trabalhar com isso, mas no fundo no fundo, é a parte financeira que fala mais alto! Você não vai trabalhar de graça... Tem o trabalho solidário, mas por trás do trabalho voluntário, você tem o seu outro emprego em que é remunerado... a pessoa só pode fazer um trabalho voluntário se tiver uma remuneração. Porque, no fundo, no fundo, a parte financeira que fala mais alto (E6).

Por exemplo, eu posso fazer terapia, eu faço na clínica social, mas eu pago com meu dinheiro, é uma coisa que gosto de fazer... vou ao salão, ao médico, eu tô fazendo implante, é caro, divido o dentista em várias vezes... é devagarinho, mas estou fazendo. Essas coisas, roupas, sapatos... o dinheiro rende. [...] O trabalho, você tem ganho financeiro, que é o motivo que todo mundo trabalha... é isso (E13).

Para além da garantia de necessidades individuais, da responsabilidade consigo mesmo, foi possível notar que a responsabilização pelos familiares também se mostrou

um fator importante nesta equação, algo que pode ser sanado, igualmente, por meio do trabalho. Ademais, o caráter pecuniário do trabalho permite que se estabeleça uma perspectiva de vida, em que se pese a preocupação com a economia de recursos não apenas para o momento atual, mas que permita a garantia de um futuro digno. A entrevistada E12 ressalta a importância e preocupação em manter um trabalho formal para que possa garantir sua aposentadoria: “mas eu quero ter a minha carteira assinada pra eu poder me aposentar [...] se você tem aquele salário e sabe administrar, então você vai ter uma reserva que vai servir para o futuro”.

[...] o financeiro é uma diferença... todo mundo tem conta, tem que pagar conta, a pessoa que é certa, tem que pagar. Mas têm pessoas que a gente conhece, que são acomodadas e a vida vai enrolando... tenho amigos que são assim, e não pensam no agora e nem no futuro. Tenho a preocupação no futuro, tenho dois filhos, são contas de escola, material, depois faculdade... (E19).

Aposentadoria é um prêmio para o trabalhador e que todos precisam de uma aposentadoria, uma aposentadoria digna. Porque, você trabalha para isso, você trabalha para que na sua velhice você tenha uma comodidade, certo? [Para que] você tenha uma estabilidade financeira... E você trabalha para que, no futuro, você tenha mais tempo para si, para que você possa se cuidar, viajar... enfim, até mesmo exercer outra profissão que você tenha prazer de exercer aquela profissão, não necessariamente de carteira assinada. Então você se aposenta, vai ter aquela renda todo mês e vai investir naquilo ali (E1).

O dinheiro, portanto, atua como o elemento comum que permite acesso à subsistência, ao lazer, ao consumo de bens culturais e até mesmo fomenta relações sociais. E, como destacado anteriormente, a ideia de que o trabalho é o meio moralmente aceito para se conseguir dinheiro perpassa diversas camadas da sociedade. Neste sentido, verifica-se que a significação do trabalho como uma relação de troca embasada em recompensas financeiras é compartilhada por muitos. Tem-se, portanto, um caráter instrumentalizado do trabalho.

Os resultados indicaram, também, a presença do significado intrínseco do trabalho. Nessa perspectiva, o trabalho tem valor por si mesmo e, neste sentido, a fonte de satisfação e de sua valorização está em seu próprio conteúdo, e não em fatores extrínsecos, como as recompensas financeiras, por exemplo. É, portanto, compreendido como algo interessante e satisfatório, uma atividade que favorece o desenvolvimento da autoestima e da realização pessoal. Ele possibilita o aprendizado e permite que se adquiram experiências, viabilizando, assim, que a pessoa sinta a possibilidade de colocar

o potencial intelectual em prática. O trabalho significa “a possibilidade de aprender constantemente com diferentes pessoas, de diferentes áreas, e constantemente você estar crescendo com isso” (E10) e, nesta direção, ele simboliza

[...] conhecimento... você estuda, para mim, estudo é trabalho, você está dedicando determinado tempo, sua energia, para tentar conseguir chegar a colocar aquele conteúdo na sua cabeça, para depois aplicar, passar para outra pessoa... pra mim, trabalho é isso, acho que essa seria minha definição, por mais que não esteja tão bem definida ainda na minha cabeça (E9).

Uma vez adquirido o conhecimento, o trabalho possibilita sua aplicação constante, de modo que tal esfera passa a significar a possibilidade de desenvolvimento pessoal, permitindo que a criatividade e intelectualidade sejam aplicadas no cotidiano. O trabalho, nesta perspectiva, é visto como uma maneira essencial para que se viabilize a evolução, que passa tanto pela realização pessoal quanto profissional. Nas palavras da entrevistada E20, “Trabalhar pra mim, é vida! É vida, porque é o que falei, me sinto viva, produtiva, trabalho com a minha criatividade, pra mim é importante me sentir criativa, me reinventar... o trabalho me possibilita isso...”. A valoração da atividade passa por sua própria realização, então, o desenvolvimento das habilidades pessoais se dá no decorrer do trabalho, na atividade em si, o que se verifica na fala da mesma entrevistada:

[...] estar me movimentando, me sentindo inteligente, eu me preocupo com isso, tem época que penso, parece que tô meio burra, que isso que está acontecendo? E quando estou trabalhando fazendo o que gosto e vendo que estou abrindo portas, descobrindo coisas, me sinto inteligente! (E20).

A atividade fomenta o aprimoramento de habilidades e capacidades diversas, sendo uma constante fonte de motivação, desafios e crescimento. Deste modo, os entrevistados que atribuem ao trabalho um caráter intrínseco compartilham a percepção de que “é isso que vai te movimentando, que vai te fazendo cada vez mais crescer” (E7), e, neste sentido, “trabalho é evolução” (E18).

Como a experiência profissional está diretamente ligada ao desenvolvimento individual, os efeitos do trabalho extrapolam a esfera laboral, havendo interpenetração entre as esferas pessoal, laboral e familiar.

Competências, me estimula a estudar outras coisas, tem aspectos do lado profissional que sinto prazer e gosto de estar neste ambiente. Ele começa a ter uma importância maior para minha vida familiar por causa do atual estágio dos meus filhos, quando eles eram menores ele

concorria, então abri bem mais mão do trabalho para ter mais tempo com meus filhos. Agora eles estão sintonizando em trabalho, e meu trabalho ajuda a sintonizar mais com eles. Então, tá vendo? Pra mim, hoje o trabalho tá praticamente no meio de tudo (E22).

É importante ressaltar, contudo, que o significado do trabalho como um aspecto intrínseco não foi verificado em todas as categorias de análise, não sendo, portanto, um privilégio facultado a todos, como será discutido mais adiante neste capítulo.

O trabalho assumiu também, de maneira bastante significativa, um caráter de contribuição social, sendo visto como o principal meio através do qual as pessoas podem cooperar para que a sociedade se desenvolva e se mantenha em movimento. O trabalho com este significado está associado ao estímulo da economia e à geração de empregos e, conseqüentemente, a sua execução permite que seus efeitos sejam sentidos e vivenciados por grande parte da comunidade (MOW, 1987; ZUBIETA, 2012). Os relatos dos entrevistados E10 e E11 ilustram essa percepção:

É você trabalhar... para dar resultado para... é... fazer a economia girar ou... é... ai meu Deus, que complicado isso. [...] Vou usar meu exemplo: a partir do meu trabalho e da empresa que eu trabalho, muitas pessoas conseguem trabalhar e ter seu sustento e podem dar uma educação melhor para os filhos, então acho que isso é você contribuir, é você fazer tudo girar... tem os lojistas, tem os vendedores, os colaboradores, as pessoas terceirizadas que trabalham aqui... então o nosso trabalho é fazer com que isso gire, que aconteça. **[Entrevistadora: Então você está contribuindo mantendo esse mecanismo em funcionamento, por assim dizer?]** É!... se todo mundo parasse, ninguém trabalhar, todo mundo viver como a minha avó? Vai produzir o que? Ninguém trabalha mais, todo mundo fica em casa? Primeiro, que não vai ter dinheiro... acho que é isso... girar, girar, acontecer as coisas... (E11).

... é como se você necessitasse de tá fazendo alguma coisa, de ver que está tendo uma contribuição para a sociedade de uma forma financeira, mais diretamente, as outras contribuições eu acho que vem depois, mas tanto a contribuição econômica quanto a contribuição para você... (E10).

O trabalho permite, portanto, que as pessoas possam entregar uma espécie de contraprestação pelo fato de usufruírem dos produtos, resultados e todas as benesses que a vida em sociedade propicia. Como o indivíduo utiliza uma série de bens e serviços produzidos pela sociedade, ele sente a necessidade de oferecer algo em troca, de modo a justificar, para si mesmo, este uso que faz. É como se houvesse uma relação pautada na lógica de uma permuta, de certa maneira, condicionada: já que eu produzo, então posso consumir também. Nas palavras do entrevistado E2, “quem não trabalha não merece nem comer”. O trabalho garante, desta maneira, uma espécie de direito ao uso e, quem não

trabalha, quem não contribui por vontade própria, estando em condições de trabalhar, não é, necessariamente, bem visto.

O trabalho... Acho que significa... (pausa)... significa, pra mim o trabalho é uma parte muito importante da vida, a gente precisa trabalhar e contribuir para a sociedade de alguma forma, uma coisa que me revolta são pessoas novas, que poderiam estar fazendo alguma coisa e não... ficam o dia inteiro dependendo dos pais... (E15).

Acho que é uma gratidão por estar vivo, a gente poder trabalhar... Na cultura oriental, em um mosteiro, quando um ancião para de trabalhar, ele não come, não dorme, não produz... aí perguntam: por que você está parado? Porque não estou produzindo então não estou ganhando, o que eu mereço? (E14).

A necessidade de oferecer sua contribuição para a sociedade pode se pautar em pequenas cooperações, que vão desde a perspectiva individual, a uma situação mais ampla já que, por estar inserido em uma rede, os efeitos de sua participação podem se fazer sentir em toda a cadeia social.

[...] eu acho que eu não conseguiria viver sem, por mais que eu já tivesse uma estabilidade financeira e não precisasse trabalhar mais, eu sempre ia ter essa necessidade de tá fazendo alguma coisa, de estar dando alguma contribuição, seja para a sociedade, seja para uma companhia, um grupo em geral e até para mim mesmo (E10).

Sob a perspectiva da contribuição social, o trabalho se constitui um meio para inserção (ou exclusão, no caso de sua ausência) do indivíduo na vida em sociedade, permitindo com que as pessoas possam se vincular ao meio em que vivem, garantindo uma sensação de pertencimento e, neste sentido, favorece para que sintam que fazem parte do mecanismo social. Desta maneira, a possibilidade de inserção é agarrada a todo custo e mesmo uma via que represente alguma precarização não deixa de ser considerada:

Eu sinto que eu tô... que sou uma pessoa produtiva, que apesar de ter 60 anos estou trabalhando... eu acho que nosso mundo que impõe regras, por exemplo, 'você não pode trabalhar com 60 anos', quem falou? Isso é mentira, é um mito... é verdade construída... imagina... o que a idade pode atrapalhar? Mas do ponto de vista social e pequeno, pela visão míope, posso falar 'ah... eu tô trabalhando'... mas não é isso que me dá satisfação... estar no mercado em um mundo tão ruim, tão excludente, eu me sinto... acho ótimo... mesmo que seja, minha carteira não está assinada com meu cargo e eu tô ganhando bem menos, mesmo assim (E13).

Como ressaltado no segundo capítulo desta tese, a normatividade do trabalho como uma obrigação social está pautada no dever de contribuir para a sociedade por meio

do trabalho e até mesmo no dever de se economizar para garantia da segurança futura (MOW, 1987). Esta normatividade está relacionada à crença de que o indivíduo tem a responsabilidade de praticar ações que contribuam para a unidade social, o que deve ser feito por meio do trabalho. O significado do trabalho como uma contribuição social se fundamenta nesta percepção.

Ao sentir que seu trabalho assume uma forte conotação de contribuição para a sociedade, e que, portanto, os esforços empreendidos na execução de suas atividades se traduzem em resultados e consequências para o todo, o indivíduo passa a se sentir útil. Verifica-se, desta maneira, o significado de utilidade do trabalho. Ao identificar que a atividade desempenhada é relevante para a sociedade em que se insere, o indivíduo reconhece que a sua atuação tem importância e, desta maneira, se sente útil. Nesta perspectiva, o entrevistado E15 afirma que o seu trabalho o faz “sentir inteligente. A tecnologia mudou o mundo completamente. Sentir que faço parte disso, que sei fazer coisas que vão aparecer na sua tela, me faz sentir uma pessoa importante.”

Tal sensação não apenas favorece o aumento de sua autoestima, mas enaltece ainda mais a sua vinculação ao mecanismo social. Como ressalta a entrevistada E6, “[o trabalho] me faz sentir útil... e se você se sente útil dá aquela satisfação pessoal... é muito bom você se sentir útil...”. Neste sentido, completa que o trabalho se associa a uma “questão de se sentir bem, de se sentir útil, se sentir bem, de ser uma pessoa que serve para alguma coisa, que pode ajudar em alguma coisa, servir para alguma coisa...”. Ao perceber que seu trabalho é útil, que pode ajudar as pessoas em suas diversas limitações e desconfortos, o indivíduo reconhece um caráter de humanização naquilo que faz, algo igualmente favorável para sua vinculação com a sociedade.

[...] é muito interessante quando a gente serve as pessoas que está com este desconforto, e ver resolvendo uma situação ou outra, conseguindo pôr um fim naquilo. [...] Então, quando resolve, a gente se sente útil como mediador... eu me sinto útil... e conhecer a história das pessoas, eu considero bem humano... (E7)

O relato do entrevistado E1 também ilustra esta percepção:

Assim, eu acho que a gente deve sempre procurar se sentir útil, não gosto de ociosidade. [...] Porque eu acho que a necessidade faz com que você trabalhe, né? E não só necessidade financeira, né? Mas também para você se sentir útil, se sentir gente eu acho. [...] Então eu acho importante você trabalhar para você se sentir útil perante a sociedade, perante a comunidade e se sentir útil na vida, no mundo. [...] Eu diria

que é de maior importância, porque o trabalho me traz muitas coisas boas. [...] Porque aí você está produzindo e você se sente útil.

Assim, tem-se um sentimento de integração, algo importante para que a pessoa identifique em si mesma um valor, sendo um aspecto fundamental para a construção de sua identidade social. Portanto, “se a pessoa consegue se sentir útil, consegue se sentir respeitada, ouvida, que tem importância, então ela consegue completar um aspecto essencial da vida dela, seja lá qual for o trabalho, também seja lá se ela progride ou não” (E22). A valoração deste sentimento de utilidade não precisa, necessariamente, estar vinculada a um reconhecimento estabelecido por terceiros. É essencial, contudo, que a pessoa consiga identificar que o seu trabalho tem impacto e relevância para a comunidade em que está inserida.

Eu acho que o meu trabalho é o mais importante de todos! O mais importante é a limpeza. Só é pouco reconhecido. [...] Eu acho o meu importante, o cartão postal de qualquer ambiente, você já pensou, tá entrando no shopping tem aquela coisa suja, você já fica... então, eu acho assim, a gente é pouco reconhecido em qualquer ambiente de trabalho. Alguém falar... que eu achava assim, a limpeza era pra ser a pessoa mais bem reconhecida, porque a gente fez aquela parte de... a gente tá numa sala dessa e tá tudo limpinho, foi a pessoa da limpeza que fez... né? Mas de qualquer maneira, ainda não classifico que eles têm essa qualidade com a gente... (E12).

O indivíduo valoriza o reconhecimento, mas não necessariamente precisa perceber que sua atuação tem, de maneira direta, um impacto na globalidade. A atribuição do sentimento de utilidade passa pela percepção de que o trabalho tem impacto em diferentes camadas. Assim, o entendimento de sua utilidade pode ser percebido quando a atividade realizada tem reflexo em um pequeno grupo, então, mesmo nessa pequena esfera, o indivíduo já consegue identificar alguma relevância em sua atuação. O entrevistado E22 retrata esta percepção ao afirmar que “se eu sinto que consegui fazer alguém ser diferente, valorizado, essa pessoa vai mudar, acho que tô fazendo algo importante”.

O impacto para a camada organizacional também é percebido como algo importante já que, ao sentir que o trabalho faz diferença para a organização em que trabalha, o indivíduo entende que possui participação ativa em uma rede social. Em decorrência disso, ele consegue perceber que sua atuação extrapola tal camada e se reflete na sociedade como um todo:

[...] quando você vê que seu trabalho serve para alguma coisa, que pessoas lhe pedem porque precisam que você faça e aquilo que você tá fazendo é algo visto, então eu acho que isso é importantíssimo. E aí é

justamente isso, de você ter uma importância para a organização, ser vista [...] é algo bom e que... faz a pessoa se sentir útil para a sociedade, você sabe que tá realizando uma atividade que alguém vai usufruir do seu trabalho ou precisa que você trabalhe para que aquilo aconteça... (E11).

Os resultados das análises sinalizaram que o trabalho assumiu um significado que também se aproxima, de certa maneira, de uma instrumentalização: a rotina. Deste modo, a esfera laboral cumpre a função de permitir a ocupação e a marcação de tempos. O trabalho é o principal meio para garantir a organização de uma rotina, cumprindo a função de estruturação do tempo e, em consequência, da vida cotidiana. Esta habituação traz também uma sensação de familiaridade e, neste sentido traz uma espécie de acalento. “Eu sempre gostei de trabalhar, mas o que me motiva é sair de casa todo dia, ter aquela rotina da minha casa, tem toda a rotina quando vou trabalhar... já sei a hora do ônibus, quem vou encontrar...” (E13).

A ocupação do tempo por meio do trabalho permite que parte das atividades diárias seja ocupada de uma maneira que é classificada moralmente como útil. É interessante destacar que a definição de rotina aqui verificada não se baseia em repetição, em fazer todos os dias a mesma coisa, mas sim, na necessidade de todos os dias ter alguma coisa relevante para se fazer. A ausência de trabalho, traduzida na percepção de “não fazer nada” é vista como uma situação condenável e, manter tal atitude estando em condições de realizar algo útil, é mais condenável ainda (WEBER, 2004). Novamente, percebe-se uma normatividade relacionada ao trabalho, marcada por uma visão que condena a ociosidade.

Ao ser arguido sobre a intenção de permanecer trabalhando mesmo que tivesse dinheiro suficiente para conforto pessoal e de seus familiares, o entrevistado E5 afirma que “continuaría trabalhando porque eu gosto de trabalhar, sabe? ... eu tá com dinheiro pra ficar dentro de casa ou só viver viajando? Tudo no mundo enjoa... e você estando no trabalho, o que você tá fazendo hoje, amanhã já é outro dia, que vou fazer outra coisa ...”. A ausência da atividade de trabalho se traduz na sensação de uma inatividade que remete a um estado vegetativo e, nas palavras do mesmo entrevistado “o que faço aqui, dia a dia, o que faço hoje não faço amanhã e você estando em casa, só vegetando, com um monte de dinheiro... tudo, viagem, também abusa, assim, eu acho também... sabe?” Percebe-se que o trabalho se torna um meio útil e moralmente aceitável para ocupação da mente e sua ausência se associa a uma desconexão do mundo, da realidade.

O sentimento de que o tempo é ocupado de maneira útil ajuda a fomentar a sensação de preenchimento das expectativas, estando associado à percepção de um sentido na vida. Deste modo, o trabalho se justifica “não só pelo dinheiro, para ter alguma coisa pra fazer, que é uma coisa que motiva a vida... dá mais sentido à pessoa... por mais que tenha coisa pra fazer na sua casa, tem o compromisso de ir para o trabalho, é uma expectativa de vida, né?” (E21). A produtividade, a atividade de trabalho constante são vistas como um meio para evolução. “Imagina ficar em casa todo dia? Ele (o ser humano) é produtivo, pode fazer um monte de coisa... acho que é importantíssimo, porque a pessoa evolui...” (E13).

Uma rotina ocupada, devidamente preenchida, não deixa espaço para o ócio e para a inatividade, entendidos muitas vezes como elementos indesejáveis. Nas palavras da entrevistada E8 “é bom descansar e tudo, mas ficar todo tempo sem fazer nada, não gosto não... gosto de fazer as coisas...”. Conforme foi apontado no primeiro capítulo desta tese, o ócio carrega consigo o fardo da culpa (WEBER, 2004). A ociosidade se justifica moralmente apenas quando ocupa um lugar de descanso, algo que, necessariamente, se associa de maneira prévia a uma ocupação. Portanto, "consequentemente o lazer vai ser fruto do trabalho” (E7). Quem trabalhou pode descansar, do contrário, não faz sentido.

A organização de uma rotina é um elemento de proteção emocional, evitando, desta maneira, o acometimento de quadros depressivos ou a forte sensação de tédio. Nesta direção, a entrevistada E12 ressalta: “Então eu acho que, se for pra... eu tá em casa sem ter o que fazer, como eu também não tenho estudo, eu podia ficar uma pessoa depressiva”. O entrevistado E22 demonstrou estar alinhado com esse pensamento ao afirmar: “na verdade, se eu não tivesse um trabalho e não conseguisse ter, provavelmente eu ia ficar bastante desestabilizado psicologicamente porque eu ia sentir que não estava fazendo nada”. O trabalho é colocado, portanto, como um contraponto para a inatividade, já que se estrutura através da manutenção de uma rotina devidamente ocupada:

Eu não quero ficar inativa, eu quero construir coisas, ver coisas sendo construídas e criadas, independente da idade que eu esteja... pode ser coisa pequena, coisa grande... [...] essa questão de estar inativa, de não estar querendo criar alguma coisa, de não estar planejando criar alguma coisa, para mim, é muito negativo (E9).

A percepção de inatividade pode ter efeitos ainda mais profundos. Ao ser confrontado com a possibilidade de se vislumbrar afastado da atividade de trabalho, o entrevistado E15 afirma que “não seria feliz. Não seria feliz, assim... se fosse por um

motivo de desemprego, estaria buscando ter alguma coisa, não conseguiria ficar quieto, se fosse por debilidade, sei lá... preferia... tô entrevado nunca cama, sinceramente, preferia morrer de uma vez”.

O trabalho também significou, ainda que em menor expressividade, a função de manutenção de relacionamentos e conexões. Nesta perspectiva, a atividade favorece o desenvolvimento de relacionamentos interpessoais e permite que, no decorrer da vida adulta, se estabeleçam novas redes de sociabilidade. O ambiente de trabalho permite o conhecimento de diferentes pessoas e, conseqüentemente, que se criem relações, diversificando os contatos interpessoais. Valoriza-se, nesta direção, o fato de se “ter essa relação com as pessoas do trabalho também, como eu disse, eu sou muito fechada, tenho meu grupinho ali fechado, e tá cada vez mais reduzido... e aí acho legal essa interação com o trabalho”, portanto, é importante que se estabeleçam “outras relações que não sejam família, que não seja namorado, amigos... que seja fora disso” (E11).

Deste modo, através do trabalho é possível que a comunicação humana seja colocada em prática, o que favorece o estabelecimento de um convívio social. A importância do trabalho se justifica, em certo ponto, “porque ele proporciona interação social, proporciona convívio com cliente, fornecedor, vizinhos... conhece pessoas diferentes, tudo isso por causa do trabalho” (E13). Além disso, essa esfera permite que novos conhecimentos e saberes sejam compartilhados, de modo que “o trabalho é... comunicação, é conhecimento, é compartilhar as coisas” (E18).

O contato com pessoas diversas por meio de vínculos sociais que extrapolem as relações familiares possibilita uma espécie de convívio que favorece o desenvolvimento de estratégias de socialização e comunicação que são úteis para a vida em sociedade. Deste modo, o trabalho permite

[...] conhecer novas pessoas, aprimorar meu contato com essas pessoas, melhorar minha resiliência, meu relacionamento com as pessoas, a forma como eu vejo as pessoas, como trato as pessoas... cumprimentar todo mundo... tentar relevar essas questões, essas intrigazinhas e tratar todo mundo com respeito, que é o mínimo que a gente pode fazer... (E9).

No decorrer da vida adulta o trabalho é, para muitas pessoas, uma das principais fontes de conexão interpessoal, um dos principais veículos para o estabelecimento de laços sociais relevantes, permitindo, portanto, o estabelecimento e manutenção de redes

de sociabilidade, redes essas que viabilizam a disseminação de informações e significados tão importantes para a vida em sociedade.

Embora os significados compartilhados sobre o trabalho tenham sido, no geral, constituídos a partir de valorações positivas, os resultados indicaram a percepção de uma faceta negativa no trabalho. Em alguns momentos, por mais que o trabalho estivesse vinculado a impactos positivos na vida dos indivíduos, em algumas situações ele se comportou “como se fosse um obstáculo, como se fosse uma pedra no caminho, às vezes” (E9).

Em algumas das avaliações, a categoria foi entendida como um fardo, estando relacionada à execução de uma atividade de caráter penoso ou mesmo marcada por sacrifícios. Foi ressaltado, no entanto, a existência de diferentes tipos de trabalho e, nem todos eles, carregam esse significado de uma tarefa árdua. Neste sentido, a ambiguidade em relação à categoria trabalho se fundamenta, basicamente, em sua diferenciação:

[...] há um tempo eu estava assistindo a um documentário de Portugal sobre a produção de cortiça (descreveu detalhes do documentário). Certa altura a repórter pergunta ao trabalhador: você gosta deste trabalho? E ele responde com toda franqueza: eu preferia um outro trabalho mais leve, mas só tem este aqui mesmo e eu preciso sobreviver, a gente faz isso. Eu achei este momento de uma riqueza muito grande, eu tenho certeza de que se fosse aqui no Brasil chegaria um coach criticando que ele não está motivado. Muito embora eles fazem o trabalho com afinco, não perderam a noção de que aquilo é um trabalho, sofrimento mesmo, horas de trabalho duro... Então, eu acho que o trabalho é um momento duro sim, um momento de sair do seu conforto. Não todo trabalho, existem trabalhos e trabalhos. Mas na minha experiência, trabalho é sair da cama, levantar-se cedo, ficar no trabalho quando queria estar, até precisava, estar de folga... é trabalho mesmo (E17).

Em linhas gerais, ainda que sua valoração tenha tido um aspecto geralmente positivo, foi possível perceber que o trabalho carregou também um significado negativo, em que se ressaltou o seu caráter de exploração.

Olha... tanta coisa... tem hora que acho que é uma exploração, uma tomada de tempo de todo mundo, sabe? Acho que a gente tem umas ideologias, tempo é trabalho, tempo é dinheiro, umas coisas que não é verdade... estamos vivendo tempos de precarização do trabalho, fico muito arrasada, triste mesmo... meu coração corta, porque já era precarizado e agora precarizou ainda mais... então, é uma coisa... embora, no nosso mundo o trabalho é uma coisa muito importante. Por que como você vai viver sem trabalho? Então acho que fazem uma chantagem conosco... a gente vive no meio de uma chantagem dos donos do poder... O trabalho é uma coisa boa quando você faz aquilo

que gosta, aquilo que quer. Agora, imagina, fazer uma coisa que você não gosta? Tendo que trabalhar num lugar horrível, insalubre, pequeno... entendeu? Então, não adianta pensar só em mim. Pensar no trabalho, de modo geral, acho uma sacanagem para falar a verdade, viu? [...] Mas o trabalho poderia ser muito melhor do que nos é ofertado, se fosse mais humanizado, se não fosse uma exploração. Porque é. Marx já falou isso..., mas é importante, não tem como negar a importância do trabalho. Só que da forma como é colocado pra gente... por isso tem as doenças do trabalho. Se fosse maravilhoso, alguém ia ficar doente? Aí vão tratar doenças, por que não trata onde está a raiz? (E13).

É importante ressaltar que, apesar dos relatos aqui expostos, estes sujeitos evidenciaram, ao longo de seu discurso das entrevistas, aspectos positivos e favoráveis percebidos no trabalho, atribuindo significados positivos a esta categoria. Com base nesta realidade apresentada que foi atribuído o significado de ambiguidade a esta esfera, evidenciando que, apesar de ser marcado por fatores positivos, o trabalho pode carregar, também, um lado negativo.

Os resultados até aqui evidenciados permitiram sinalizar que o primeiro objetivo específico desta investigação - identificar quais são os significados do trabalho compartilhados em nossa sociedade -, foi cumprido. Alguns dos mecanismos acessados para atribuição desses significados também foram iluminados, trazendo elementos que se integram à análise das influências demográficas e estruturais em sua construção, expostos na próxima seção.

5.2 - Os significados do trabalho: a influência de fatores demográficos e estruturais

Embora tenha-se verificado uma alta centralidade no trabalho, assim como a forte presença de uma normatividade desta esfera como uma obrigação social, é interessante salientar que diferentes fatores influíram nessa percepção. Ademais, ainda que a alta centralidade do trabalho tenha sido um elemento comum, os significados atribuídos a esta esfera se diferenciaram. Nesta seção o papel de cada um dos fatores que contribuíram para esta diferenciação será evidenciado, viabilizando-se, portanto, que os objetivos de compreender a influência dos fatores demográficos e estruturais na conformação dos significados partilhados sobre o trabalho sejam atingidos, bem como que se compreenda o modo como os significados partilhados sobre o trabalho são construídos, tendo-se como ponto de partida a influência destas características.

5.2.1 - Do aprendizado à contribuição social: trilhando caminhos para a ética do trabalho.

A primeira característica sociodemográfica elencada como possível fator de influência na conformação dos significados partilhados sobre o trabalho foi a idade. A hipótese a ser verificada foi a de que a idade exerceria influência nos significados do trabalho, de modo que seria esperado um aumento da centralidade com o passar da idade. Adicionalmente, foi verificada a hipótese de que haveria diferenciação entre os objetivos e resultados valorizados, no sentido de que os mais jovens denotariam a valorização de aspectos instrumentais e os mais velhos ressaltariam a importância de se contribuir para a sociedade por meio do trabalho. Esperava-se, portanto, que a significação do trabalho como contribuição social deveria se revelar de maneira mais saliente com o decorrer da idade.

Os resultados verificados na modelagem de equações estruturais (Capítulo 4) sinalizaram que a centralidade do trabalho aumentava com o passar da idade, confirmando a influência deste fator na formação do construto. Os resultados das entrevistas também sinalizaram esta influência, apesar de evidenciar que a centralidade do trabalho não se mostrou baixa entre os participantes, mesmo os mais jovens. Embora demonstrassem que o trabalho ocupa desde cedo uma posição de elevada importância em suas vidas, os respondentes deste grupo etário indicaram também a valorização de outras esferas. Portanto, mesmo que atribuíssem forte valorização a esta esfera, em alguns momentos a vinculação a ela poderia ser menor. Neste sentido, apesar de demonstrarem necessidade e interesse de manutenção da vida laboral, estas atividades não deveriam ocupar todo o tempo útil, buscando-se algum tipo de equilíbrio. Essa tendência se mostrou nos momentos em que a intenção de permanecer trabalhando no caso de uma aposentadoria, assim como a capacidade de se desconectar do trabalho em momentos de férias e finais de semana foram verificadas.

[...] acho que seria eu não ter esse ritmo de trabalho que eu tenho hoje, né? Não trabalhar 8 horas por dia, mas eu poder afastar, ficar tomando conta de uma empresa, por mais que seja longe, uma coisa bem da gestão estratégica mesmo, uma coisa que só vá controlar, dar uma olhadinha se está tudo certo, se está tudo ok, pronto... vou para minhas outras atividades... Acho que seria uma coisa assim. Eu não quero que minha relação com meu trabalho acabe nunca, né? (E9).

Não, desligo totalmente... que eu acho que a gente já passa muito tempo aqui, a gente já passa muito tempo pensando no trabalho e às vezes até na faculdade, porque é uma continuação do dia. Aí nos finais de semana

não fico pensando no trabalho, eu tenho outras coisas pra fazer, outras pessoas pra me dedicar, passo o dia fora, chego 10 horas da noite durante a semana quando tenho aula, então, esse período dos finais de semana que eu tenho pra me dedicar às minhas irmãs, minha mãe, que é muito carente, meu namorado...(E11).

Os respondentes demonstraram ser socializados desde cedo acerca da importância da entrada no mundo do trabalho, de se “fazer parte do jogo”. Deste modo, valorizam o aprendizado e a possibilidade de adquirir experiências, até porque essa inserção na esfera laboral exerce influência nas posições que serão futuramente ocupadas neste campo. Na esfera familiar, a transmissão de uma ética do trabalho que enfatiza a responsabilidade, bem como valoriza a atividade como o meio moralmente aceito para garantia de sustento, fez-se presente.

Eles sempre foram umas pessoas... eles trabalharam muito na vida deles, nunca foram de não trabalhar... minha mãe é uma pessoa que trabalha bastante e eu sempre via o esforço que ela tinha dentro de casa, com a gente... e hoje, como tenho filho, tenho que ter também, fazer esse esforço para querer crescer na vida, ser uma pessoa cada vez melhor, poder ter uma profissão, trabalhar... ser uma pessoa bem sucedida... essas coisas (E8).

[...] precisamos trabalhar para conseguir se sustentar. Bem aquela coisa, tem que trabalhar para se sustentar, ser alguém no futuro... Você tem que estudar para conseguir um bom emprego... enfim... e já vem a concepção de trabalho: trabalhe para se sustentar, que eu me lembre, que foi repassado por eles, foi relacionado a isso (E10).

A socialização vivenciada no ambiente escolar também exerceu um papel na construção dessa responsabilização para o trabalho, embora tenha-se notado uma menor relevância quando comparada à esfera familiar. Ainda assim, foi possível identificar que a escola que ensinou sobre alguns aspectos valorizados no mercado de trabalho.

[...] essa questão de você ser pontual, você saber falar bem, cumprir horário, de estar preparado para as demandas que virão, que tinha o curso técnico e tinha as matérias técnicas... se portar em meio às pessoas que fazem parte daquele ambiente, trabalho em equipe, tem uma modalidade de nota que tinha que fazer um trabalho em grupo em todas as disciplinas, você precisava saber trabalhar em equipe... (E11).

[...] vocês vão ter que estudar porque em algum momento o mercado de trabalho vai tá lá, e o mercado de trabalho não brinca com ninguém, né? Bem esse tipo de discurso... Então, aqui é uma forma de experimentação, vocês estão no laboratório, no lugar para aprender, aqui é o lugar de errar. Mas o mercado de trabalho não vai ter isso, vai ser muito seletivo, cruel... (E10).

Os resultados sinalizaram uma tendência para diferenciação dos significados atribuídos ao trabalho, com diferentes motivações que poderiam contribuir para sua centralidade. Os mais jovens evidenciaram que o trabalho estava associado, principalmente, ao aprendizado e à possibilidade de se estabelecer conexões com o intuito de fomentar redes de sociabilidade que seriam primordiais para sua inserção e crescimento no mercado de trabalho.

[...] acho que o trabalho é importante por conta que... talvez eu possa crescer, possa querer ter uma profissão que me interesse, me destaque naquilo, acho que sou bom nisso... vou tentar faculdade de tal coisa, quero trabalhar em empresa... acho que é importante para a gente descobrir o que a gente vai querer ser. Creio que... crescer, querer tirar alguma profissão, acho que é importante pra isso. Tem várias opções, tem gente que quer trabalhar em sala de aula, trabalhar com gente no RH, na parte do financeiro, administração... acho que é importante pra gente realmente descobrir o que a gente vai querer ser... ou então, se isso lhe interessa, ou não lhe interessa... acho que é importante por causa disso... (E8)

Nesse estágio, marcado pelo início da vinculação com o ambiente de trabalho, a remuneração nem sempre se mostrou como o fator preponderante, de modo que as recompensas estariam também relacionadas à possibilidade de se adquirir experiências e conhecimentos necessários para consolidação de uma base profissional. Na percepção do entrevistado E10, o “trabalho não necessariamente é remuneração, mas talvez um ganho... é um ganho, você dedica determinado tempo para ganhar alguma coisa, influência... dinheiro, contatos...”. Uma posição semelhante é ilustrada pelo relato abaixo:

[...] eu acho que trabalhar significa... a possibilidade de você ter conexão com outras pessoas, a possibilidade de aprender constantemente com diferentes pessoas, de diferentes áreas e constantemente você estar crescendo com isso.... Então... eu acho que o principal significado pra mim é isso, você ter essa possibilidade de conectar com outras pessoas, fazer o que gosta e conseqüentemente trazer um retorno financeiro com isso (E10).

Com o decorrer dos anos, os respondentes passavam a perceber a necessidade de contribuir para a sociedade por meio do trabalho. Seria o momento de retribuir por todo o aprendizado adquirido ao longo dos anos iniciais, fomentando o sentimento de pertença e integração social. A fala do entrevistado E15 ilustra essa percepção:

Meus primeiros anos de vida já consegui uma estabilidade financeira, depois vou procurar alguma coisa para fazer algo de bom para a sociedade. [...]. Atualmente não olho o negócio, olho o dinheiro, vou para a empresa que me paga mais e oferece melhores condições. Às

vezes uma empresa que tem um ideal não paga tanto, hoje não posso abrir mão disso, do valor que algumas empresas de mercado pagam a mais, mesmo que a atividade fim dela não vai ser uma coisa que mude o mundo. Então, se a VALE me chamar amanhã, vou. Teve esse acidente agora, estão maltratando o meio ambiente. Mas eu quero chegar num nível de ir para uma empresa que faça alguma coisa legal para a sociedade ou abrir minha própria empresa, em uma área em que possa fazer diferença. Sendo professor de escola pública faria a diferença pra 5 pessoas, igual fizeram para mim.

O aumento da responsabilidade financeira, seja no nível individual ou familiar, contribuiu para que o trabalho fosse perdendo o caráter de aprendizado em prol da concepção de um caráter instrumentalizado, mas também pautado na normatividade da categoria como uma obrigação social. Nesta direção, o entrevistado E3 afirma que “quando eu era solteiro eu não pensava muito, sabe? Trabalhar, construir as coisas e tal. Aí a partir da hora que eu casei eu digo: não, agora é diferente, vou seguir um caminho diferente”. Antes disso, “pegava o dinheiro, já estourava e pensava: 'não, amanhã arrumo outro'. Mas depois que eu casei eu digo, vamos frear aqui”. A fala do entrevistado E1 também enaltece o aspecto da responsabilidade:

Quando eu era mais jovem, que eu só estudava talvez eu não desse tanta importância ao trabalho, porque eu não sentia tanta necessidade de ter que trabalhar. Porque eu dependia de alguém. Então se eu dependia de alguém, eu não estava preocupado no final do mês se eu ia ter dinheiro para pagar uma conta. Eu praticamente só estudava. E quando você passa a exercer a sua profissão, quando você abre uma empresa por exemplo, então você vai estar responsável por outras pessoas que trabalham com você, né? Você vai estar responsável pela empresa, pelo bom funcionamento da empresa, para isso você precisa de um transporte. Você tem que comprar o transporte, você tem que pagar o transporte, então para você, você precisa de um telefone, você precisa comprar o material para utilizar, depois você já busca uma qualidade de vida, você quer ter um plano de saúde, não é? Você quer se qualificar, fazer um curso... então tudo isso aí precisa de dinheiro. Então, o dinheiro, para você ter, você precisa trabalhar né?

O relato do entrevistado E22 também sinaliza a influência do fator tempo na significação do trabalho, enaltecendo que, com o decorrer da idade, há uma transposição do interesse pessoal, aumentando a necessidade de se contribuir com os outros e, conseqüentemente para a comunidade ou sociedade:

Ele significa essa capacidade de realizar coisas e de impactar pessoas. Quanto mais velho vai ficando, mais você fica com esse interesse nas outras pessoas e o trabalho é um dos melhores meios para fazer isso [...] quando eu era bem mais novo era muito só realizar coisas mesmo... o trabalho pra mim tem muito a ver com isso, um instrumento pra realizar

coisas, obras, fazer coisas... e por sua energia para fazer alguma coisa útil.

Embora o trabalho tenha se mostrado um fator de forte relevância na vida das pessoas, independentemente de sua idade, foi possível identificar o desenvolvimento da percepção de uma importância de se contribuir para a sociedade com o passar dos anos, consolidando-se a normatividade do trabalho como uma obrigação social. Além disso, se entre os mais jovens havia indícios da valorização do equilíbrio entre o tempo de trabalho e outras esferas, no sentido de que, apesar de sua importância, haveria espaço para outras atividades, com o passar dos anos essa percepção se modificou. Assim, a ideia de desvinculação do trabalho representava a inatividade, algo a ser evitado a todo custo. O trabalho deveria ser mantido enquanto houvesse condições físicas para sua execução, “força de trabalhar eu tenho, eu quero continuar trabalhando” (E5). A entrevistada E6 afirma: “Eu quero trabalhar até quando minhas pernas aguentarem”. Uma posição semelhante é ressaltada na fala da entrevistada E13: “enquanto estiver com raciocínio, saúde, puder estar fazendo as coisas, pretendo continuar”. A entrevistada E20 também ressalta esse desejo: “Nossa... quero ser igual aqueles professores velhinhos que estão lá com 80 anos. Mas porque eu acho que enquanto está trabalhando, você está movimentando seu cérebro, não tá acomodado. Não me vejo dentro de casa, sem fazer nada”. Neste sentido, sinalizou-se uma valorização moral da categoria, o que se associa à ética do trabalho.

Por fim, foi verificada a hipótese de que a diferenciação entre os objetivos e resultados valorizados por meio do trabalho também sofreria influência da idade. A expectativa era de que os mais jovens salientariam objetivos voltados para aspectos instrumentais, como salário e segurança, já os mais velhos denotariam preferência por objetivos intrínsecos, como a contribuição social. No decorrer das entrevistas, foi solicitado que os participantes escolhessem duas dentre as quatro opções de objetivos (“salário”, “segurança”, “trabalhar com pessoas que gosta” ou “fazer algo importante para a sociedade”). Os resultados indicaram uma disposição para a preferência por aspectos extrínsecos entre os mais jovens e, com o avançar da idade, foi-se observando uma tendência à valorização de objetivos intrínsecos, o que se fez marcante a partir de aproximadamente 50 anos de idade.

Os resultados obtidos por meio da modelagem de equações estruturais e aprofundados com o aporte das entrevistas semiestruturadas sugerem a confirmação da

hipótese de aumento da centralidade do trabalho com o decorrer da idade. Embora seja importante salientar que a centralidade desta categoria, em termos gerais, se mostrou elevada em toda a amostra, foi possível identificar o maior envolvimento e importância desta esfera com o aumentar da idade. Identificou-se, também, que os significados do trabalho tenderam a se diferenciar a partir desta característica, passando de um caráter de aquisição de experiências, conhecimentos e contatos, ou seja, da valorização do aprendizado, entre os mais jovens, a uma necessidade de contribuição social, no decorrer dos anos. Foi verificada, adicionalmente, a diferenciação entre os objetivos valorizados por meio do trabalho entre as faixas etárias. Diante destas análises, os dados indicam que a primeira hipótese deste estudo pode ser confirmada.

5.2.2 – Entre a socialização de estereótipos e a emancipação: o papel do gênero na conformação dos significados do trabalho.

Em relação à influência do gênero na atribuição de significados do trabalho, testou-se a hipótese de que os homens atribuiriam maior centralidade ao trabalho do que as mulheres. Através desta comparação, esperava-se identificar que a valorização de objetivos extrínsecos, como remuneração e segurança, fosse mais acentuada entre os homens. Os objetivos intrínsecos, como a autorrealização e a valorização de conexões sociais, seriam mais presentes entre as mulheres. Adicionalmente, o caráter pecuniário, assim como a instrumentalização do trabalho seriam mais proeminentes entre homens, e, por outro lado, a expressividade e conexão social corresponderiam a significados comumente atribuídos por mulheres.

O resultado da modelagem de equações estruturais indicou que os homens atribuem maior centralidade ao trabalho. No entanto, o exame aprofundado por meio das entrevistas indicou que as mulheres atribuíram menor centralidade a esta categoria nos casos em que não eram responsáveis pelo sustento individual e de sua família. Por mais que atribuíssem forte importância à categoria, estas mulheres relataram que o trabalho não era um elemento central, já que não carregavam a responsabilidade financeira. Essa percepção pode ser ilustrada com a fala da entrevistada E6:

Não... eu acho que talvez não seja, na minha situação, por conta que a base lá de casa, financeira, não depende totalmente de mim. Por isso eu não o julgo tão importante, porque não depende totalmente de mim. Ele (marido) que é responsável pela parte financeira maior... não é tão importante assim. Tem um grau de importância pelo fato de eu me sentir útil, de me dar uma estabilidade, mas a casa não depende de mim, então por isso que não é tão importante. Por exemplo, agora, se eu ficasse

desempregada, eu não ia ser tão abalada, não ia ficar tão triste. Eu ia ter que correr atrás de outro emprego, mas eu poderia ficar um mês, dois meses, até três meses parada.

Em posição semelhante, a entrevistada E16 ressalta que quando era responsável pelo seu sustento, o trabalho era muito importante em sua vida, mas, como na atualidade não tem essa responsabilidade, o papel do trabalho se alterou:

[...] quando comecei o trabalho era tudo pra mim, porque se não tivesse trabalho, não tinha como pagar aluguel, não tinha como comer e como vestir, então o trabalho era de extrema importância, era tudo na minha vida. Porque se perdesse meu emprego eu ia morar debaixo da ponte. Hoje, que tenho marido, casa própria e não tenho despesa em casa, que meu dinheiro é só pra mim, ele tem média importância. Eu não comprometeria minha saúde pra poder trabalhar. Tem média importância porque o dinheiro que ganho, eu gasto com coisas supérfluas, eu junto uma parte porque sou precavida e o resto gasto com coisas supérfluas.

Foi possível identificar, ao longo de algumas entrevistas, a disseminação de um certo estereótipo de gênero, marcado pela representação social de que a responsabilidade pelo sustento familiar deve ser atribuída ao homem. O entrevistado E17 explica: “fui responsável pelo meu sustento, eu puxei muito a responsabilidade para mim. Não sei se você entenderia isso, acho que é algo ligado ao sexo, todo homem tem um desejo reprimido de ser um herói”. Desta forma, dependendo do modo em que foram socializadas, algumas mulheres não se sentem fortemente cobradas por este aspecto, o que acaba por influenciar na centralidade que atribuem ao trabalho em suas vidas. A entrevistada E14 é um exemplo disso. Atualmente, seu trabalho está restrito à esfera doméstica, sendo responsável pelo cuidado familiar:

Eu fui criada para cuidar de casa e trabalhar fora, mas não sou tão cobrada como os meus irmãos... Existe uma diferença... a mulher tem interesses diferentes, o homem suporta mais... eu acho que meu coração é mais para a família. Na hora que faltar família, minha mãe me deu preparação para ser profissional em qualquer área. Mas nunca tive necessidade de trabalhar, mas eu gostava de trabalhar...

Portanto, por mais que se perceba a tendência de emancipação feminina no mercado de trabalho brasileiro, com a presença cada vez mais marcante de mulheres ocupando a posição de “arrimo de família”, foi possível identificar traços de uma socialização familiar que prepara as mulheres para cuidado e para o casamento, restringindo, de alguma forma, sua responsabilização financeira. Os depoimentos abaixo ilustram esta percepção:

A educação que minha mãe me deu era para arrumar um marido rico, ela queria que as filhas dela tivessem um futuro garantido. Ela falava que eu tinha que estudar e, se gostar da profissão, trabalhar. Mas é preciso ter um pé de meia, se for casar, case com alguém melhor do que você, porque casar com pobre é dividir esmola para dois. Então tenta arrumar um marido rico para ter uma segurança, mas faça seu pé de meia porque casamento não é garantia de nada. Estudar e ter minha independência financeira, para poder arcar com minhas despesas no caso de o marido rico separar de mim (E16).

[...] eu acho assim, depois que mudou o... ritmo da vida de dizer que a mulher tem que trabalhar e o homem também, eu acho que mudou muito a qualidade de vida do mundo... porque você sai pra trabalhar, seu marido sai pra trabalhar, você tem os filhos e deixa os filhos sendo criados por qualquer pessoa e hoje em dia a gente vê que o mundo tem uma parte muito negra, porque os filhos são mal criados, os filhos vão fazer uma coisa que você podia tá ali evitando e você não pôde porque estava fora, no trabalho... eu acho que a mulher era pra ser mais... mesmo que ela fosse, que eu tinha muita vontade de ser madame (risos)... mesmo que ela fosse madame, que tivesse uma pessoa pra cuidar, ajudar ela dentro de casa, ela tinha que tá lá para acompanhar o crescimento dos filhos... (E12).

Por outro lado, foi possível identificar mulheres que atribuem alta centralidade e importância ao trabalho. Nestes casos, o exemplo familiar, especialmente a influência materna, voltado para a valorização da necessidade de se construir a independência e a emancipação profissional, foi um elemento comum entre elas. Ao ser perguntada sobre o que os pais ensinaram sobre o trabalho, a entrevistada E8 cita sua mãe como exemplo de uma pessoa que trabalha bastante, que se esforçava para criá-la e, agora, ao se deparar com sua entrada no mercado de trabalho, enaltece o exemplo materno no sentido de se esforçar para crescer em sua profissão. Em resposta à mesma pergunta, a entrevistada E9 diz: “Essa questão de ser independente eu peguei muito da minha mãe”. O depoimento abaixo também reforça a influência de uma socialização que enfatiza a importância do trabalho:

Então... a família da minha mãe, principalmente, ela sempre é... falou que... todas, são cinco irmãs, cinco irmãs que trabalham muito. Cinco irmãs que não precisam dos seus maridos para viver. Então eu sempre... na família do meu pai já é o contrário, as mulheres da família dele não trabalham, quem trabalha são os homens. Meu pai nunca foi um símbolo de trabalho, a família dele também, mas já a da minha mãe tem esse peso enorme, que é 'você precisa trabalhar para conseguir suas coisas', então não vai ter ninguém que vai passar o resto da vida lhe sustentando. Cresci com isso, com essa parte da minha mãe e até hoje, até hoje ela diz que a gente precisa trabalhar. Minha irmã de 13 anos trabalha com ela, dá uma ajuda, mas é um trabalho, que ela tem uma responsabilidade também. E ela não tem tudo nas mãos, ela precisa trabalhar para conseguir algumas coisas que não é obrigação da minha

mãe dar, entendeu? Sair... ela tem o dinheiro para sair com as amigas dela. Mas isso porque minha mãe diz que a gente precisa trabalhar e com isso ela começou a ajudar, que sabe que precisa, que minha mãe não vai dar tudo (E11).

É interessante salientar um aspecto referente à centralidade relativa do trabalho. Embora na maioria das vezes o trabalho tenha ocupado a terceira posição quando comparado com outras esferas, em alguns casos a categoria foi colocada em segundo lugar, sendo preterida somente em detrimento da família. Nos casos em que isso ocorreu, tal posição foi majoritariamente atribuída por mulheres. Destaca-se também que a única vez em que o trabalho foi colocado como a esfera mais importante, nesta mesma comparação, esta avaliação foi atribuída por uma mulher. Estas avaliações podem sinalizar o papel de destaque atribuído por mulheres a esta categoria.

Em relação aos significados atribuídos ao trabalho, não foi identificada uma diferenciação significativa entre homens e mulheres. O significado do trabalho como um meio para sustento foi identificado entre ambos os grupos, assim como a normatividade desta esfera como uma obrigação social e seu caráter intrínseco. Já em relação aos objetivos valorizados por meio do trabalho, foi possível identificar que a maioria das mulheres valorizava aspectos intrínsecos, ao passo que os homens demonstraram tendência para valorização de objetivos extrínsecos.

Um fato, no entanto, merece atenção: a caracterização do trabalho como uma atividade com potencial para afastar seu executor do “mau caminho”, prevenindo, portanto, que se ingresse nos caminhos da criminalidade, foi sinalizada por participantes do gênero masculino. Embora esta percepção esteja associada ao aspecto instrumental do trabalho, optou-se por abordá-la nesta seção, já que as observações foram colocadas somente por participantes homens. Isso pode indiciar um estereótipo de gênero, já que o não-trabalho para a mulher tende a ser mais aceitável, devido à sua inserção na esfera doméstica e do cuidado, o que não se verifica entre os homens. Portanto, tem-se a percepção de que, caso não esteja exercendo algum tipo de trabalho, “a pessoa não tem com o que se ocupar, não tem educação, aí vai fazer tudo o que há de errado” (E3). O entrevistado E5 adverte:

Ah, minha família sempre falou, é bom trabalhar... pra não ficar pensando besteira. Então, trabalhando a gente tira alguma coisa e quando tá recebendo não tá na rua, não tá fazendo nada de errado, não tá andando com maloqueiro. Eles sempre falou essas coisas e eu sempre fui botando na minha cabeça, trabalhar é bom. [...] Pra mim a pessoa

com 16, 17 anos já começasse a trabalhar que você vê que com 17, com 15 já é um homem mais maior do que eu, ali já pode trabalhar. Não vou dizer assim uma criança, sabe? [...] Porque primeiro não estava pensando besteira como acontece muitas coisas, até criança pequena mesmo se você botar aí de 11 anos, 12 anos já faz coisa errada, por quê? Porque fica no meio de gente grande vendo coisa errada e vai do mesmo jeito. Então trabalhando, com a mente ocupada, não fica pensando nisso.

Diante dessas análises, indicia-se a confirmação parcial da hipótese de que os significados do trabalho se diferenciariam em decorrência do gênero. A modelagem de equações estruturais sinalizou que centralidade do trabalho foi mais elevada entre os homens, mas os resultados das entrevistas permitiram identificar que tal diferenciação se fez presente nos casos em que as mulheres ou não eram responsáveis pelo sustento familiar ou foram socializadas para a execução do cuidado no seio familiar. Nos casos em que a participação da mulher no mercado de trabalho e sua independência financeira se fizeram marcantes, o trabalho foi alçado a um patamar de relevância em suas vidas, não tendo sido possível identificar menor centralidade entre elas. Verificou-se, adicionalmente, que os resultados valorizados por meio do trabalho se diferenciaram, com uma tendência à valorização de objetivos intrínsecos, no caso das mulheres, e extrínsecos, no caso masculino.

5.2.3 – Entre a importância de fazer o que gosta e a necessidade de gostar do que faz: a influência do nível socioeconômico e da natureza das atividades nos significados do trabalho.

Os resultados referentes à influência do nível socioeconômico e da natureza das atividades nos significados compartilhados sobre o trabalho serão apresentados conjuntamente porque, assim como verificado através da modelagem de equações estruturais, os efeitos destas características atuaram de maneira interligada. O que é, de certa forma, esperado, tendo-se em conta que as atividades essencialmente manuais, repetitivas e realizadas de modo dependente tendem a ser aquelas que exigem menor nível de qualificação formal e recebem menor remuneração e, conseqüentemente, são executadas por pessoas que são posicionadas em um extrato socioeconômico mais baixo.

Postulou-se a hipótese de que o trabalho seria um elemento central em nossa sociedade e que a motivação para esta centralidade se diferenciaria conforme o nível socioeconômico. Deste modo, entre pessoas com menor NSE o significado do trabalho se voltaria para a instrumentalidade, ao passo que pessoas com maior NSE atribuiriam um significado intrínseco a esta esfera, reforçando, também, a necessidade contribuição

social. Em relação à natureza das atividades, a hipótese a ser testada foi de que as pessoas que atuam com atividades marcadas pela criatividade, intelectualidade e realizadas de modo independente atribuiriam ao trabalho um significado permeado pela valorização de aspectos intrínsecos. Os trabalhadores que atuam com tarefas repetitivas, manuais e realizadas de modo dependente atribuiriam um significado mais instrumental a esta esfera.

Os resultados da modelagem de equações estruturais indicaram que os trabalhadores com menor nível socioeconômico e que executam tarefas mais repetitivas, manuais e sem independência atribuíram maior centralidade desta esfera. O efeito do nível socioeconômico e da natureza das atividades realizadas se deu de maneira conjunta, indicando que quanto maior o nível de intelectualidade, criatividade e independência nas atividades executadas, mais elevado tende a ser o nível socioeconômico ocupado e mais baixa seria a percepção de centralidade do trabalho.

Ao se aprofundar as análises com o aporte das entrevistas semiestruturadas, verificou-se que o trabalho foi avaliado, majoritariamente, como uma categoria central na vida das pessoas. Não foi possível identificar que as pessoas com maior nível socioeconômico atribuísem menor ou maior centralidade ao trabalho. O que chamou atenção foi que, para aqueles de menor NSE, o trabalho foi significado, majoritariamente, como um meio de sustento, voltado para a garantia da sobrevivência, da subsistência, ou seja, o trabalho seria uma necessidade. Neste sentido, pode-se entender que o trabalho seria mais central para estes sujeitos porque sua ausência estaria ligada à fome, à não existência, em conformidade com a teoria de valores pós-materialistas (INGLEHART, 1997a, 2008). O relato da entrevistada E12 sinaliza bem este aspecto e, embora já tenha sido assinalado na seção inicial desse capítulo, será novamente colocado, devido ao peso que representa:

O que eu mais valorizo (no fato de ter um trabalho) é... alimentação... a gente... porque, eu acho que é muito triste a pessoa não ter o que comer, e você estando trabalhando sempre tem aquele, por pouco que seja, você tem seus alimentos, que eu acho que é o que mais peca é a gente ver as pessoas sem ter o que comer, nem tanto não ter onde morar, mas não ter o que comer... então, o trabalho ajuda, porque de qualquer maneira a gente diz assim, tô trabalhando e posso comprar minha alimentação e no fim do mês eu tenho como pagar.

Ademais, ressalta que sem o salário obtido por meio do trabalho “eu não ia ter dinheiro pra pagar minha água, minha luz, fazer minha feira, né? ... eu tenho que pagar

água, luz e alimentação... ia pedir esmola” (E12). O trabalho é então, um meio para acessar necessidades básicas, como as de sustento e segurança. A entrevistada ressalta que “muita coisa era questão de sobrevivência mesmo”. Ao falar da importância do trabalho em suas vidas, os entrevistados E5 e E21 ressaltam:

Necessito, preciso... assim... lógico que a gente necessita, porque a gente trabalha pra ter as coisas da gente, mas porque eu gosto também. Como hoje graças a Deus a gente não mora de aluguel, a gente tem uma casa própria... Por isso que eu gosto de trabalhar, porque eu gosto de ter as minhas coisas, a gente se não tivesse trabalhando, como é que nós tinha? Estava morando de aluguel... agora ficar parado que é difícil... eu fiquei quase dois anos parado e ficava sozinho dentro de casa e a gente morava de aluguel e ela pra sustentar a casa sozinha (E5).

[...] a pessoa, a vida da pessoa, só é boa quando a pessoa tem trabalho, quando consegue trabalhar. A partir do momento que a pessoa não consegue mais trabalhar, mesmo que trabalhe em casa, a pessoa tem que ter alguma coisa pra fazer. Porque o custo de vida da gente é muito caro e é uma necessidade que a pessoa tem mesmo de trabalhar, que sem o trabalho a pessoa não consegue nada... como que você vai se manter, né? [...] com meu trabalho consigo fazer muita coisa na minha casa, resolver muita coisa, isso dá um ânimo a mais pra gente trabalhar e correr atrás... porque, igual eu falei... uma roupa, um sapato compra depois, mas as contas de alimentação, remédio, a gente não pode adiar, esperar. Então o trabalho é muito importante na vida da pessoa... que através do trabalho você consegue se manter e fazer as coisas, sem o trabalho não tem de onde tirar o sustento, o dinheiro não dá em árvore, né? (E21).

É interessante ressaltar situações em que a pessoa vivenciou algum crescimento em sua vida profissional, passando da execução de atividades mais simples a tarefas mais complexas, o que, de alguma maneira, altera a significação do trabalho, que começa a transcender a questão de mera subsistência. O entrevistado E17 exemplifica essa situação e relata que começou a trabalhar desde cedo para ajudar em casa, em uma realidade que ele mesmo define como dura, “com 13 anos já catava lata para vender no ferro velho... embora minha vida fosse permeada de desejo de realização profissional, até por isso estudei, mas sempre permeada por necessidades básicas”. Ao longo dos anos passou a atuar com atividades mais complexas e a valorizar o “conhecimento... a área te coloca com um conhecimento de ponta, sei que isso é uma visão pessoal, mas gosto de conhecimento”. Tendo vivenciado as duas experiências, ele observa:

Eu lembrei agora da escala de Maslow, das necessidades, não tem como negar que a necessidade de comer e de se manter é uma necessidade básica do ser humano, mas eu acredito que as necessidades coexistem. Existe também uma necessidade minha de pertencer ao grupo, mas

posso te dizer, com minha experiência, que Maslow estava certo, a necessidade higiênica é mais forte (E17).

Em uma trajetória que se assemelha, a entrevistada E18 ressalta que a importância do trabalho “foi mudando ao longo da vida, porque no primeiro momento era necessidade pura, pura mesmo, veio mudando... quando eu estava no banco, por exemplo, a gente vai enxergando as coisas... a gente nem sabia de nada, hoje tenho outra percepção”. Hoje percebe também a importância de contribuir para a sociedade, pois o trabalho “atinge um grupo de pessoas maior, você não está pensando só em você, a evolução não é só eu, é eu e quem está próximo, o que eu fizer, meu exemplo vai ser bacana para o bairro, a cidade...”

Garantidas as necessidades básicas, é possível perceber que outros elementos são valorizados, já que, conforme destaca o entrevistado E17 “preciso primeiro sobreviver, para depois pensar em doar alguma coisa”. Neste sentido abre-se espaço para a emergência da significação intrínseca do trabalho. A categoria passa a ser vista como algo que traz “satisfação, energia ... é uma coisa que me motiva, me desafia... me faz sentir também que preciso melhorar sempre, estudar mais... [...] um desafio o tempo todo, tenho que usar minha criatividade, ler bastante, eu me realizo” (E20). Portanto, mesmo que não recebesse um salário, esta mesma respondente afirma que permaneceria em sua atividade atual, “pelo fato de estar vindo aqui, fazendo isso tudo, mexendo com coisas diferentes, alcançando coisas, evoluindo, usando minha criatividade...” O relato do entrevistado E1 também ilustra esta percepção:

[...] ah, trabalhar para mim é... acho que... acho que faz parte do... do... faz parte do propósito de quem quer viver. Eu acho que você, o ser humano, minha opinião, acho que o trabalho é uma satisfação. Então para o que eu penso, trabalhar para mim é indispensável. [...] Através do trabalho eu faço amizades, eu conheço novas pessoas, né? Através do trabalho eu consigo comprar um carro, né, que eu preciso para poder me deslocar, é importante [...] construir um patrimônio, casa, viajar, fazer um curso, se qualificar cada vez mais. E você ter um lazer, você ir a um restaurante, a um clube e, conseqüentemente, ter a sua aposentadoria (E1).

Para além do contraste entre significados intrínsecos e de sobrevivência, a comparação dos significados do trabalho entre os diferentes níveis socioeconômicos e atividades indicou também dois extremos: o trabalho vocacionado, em que fazer o que se gosta, que permita a satisfação pessoal, é tido como um fator primordial; e o caráter de resignação, marcado pela necessidade de se gostar daquilo que faz. A entrevistada E21

trabalha desde os 11 anos de idade, majoritariamente como babá e empregada doméstica, em uma vida que define como “sempre trabalhando, uma vida só de trabalho, mas tem que ser, né?”. Questionada sobre qual a profissão queria seguir em sua juventude, respondeu: “Ah... na época, como não tinha muito estudo, eu sempre tive opção de trabalhar assim, igual eu te falei..., mas... faz parte, né? Eu não tive oportunidade de estudar na época”.

A análise das entrevistas permitiu identificar que, principalmente entre aqueles de menor nível socioeconômico, existe a percepção de um trabalho bom, realizado em condições favoráveis, sem excesso de desgaste físico, mas também um trabalho ruim, com uma rotina desgastante e feito sob condições consideradas como desfavoráveis. Um claro exemplo dessa diferenciação foi colocado pela entrevistada E8:

Eu realmente gosto de estar fazendo alguma coisa e eu sempre quis ter oportunidade de trabalhar, nem que fosse um trabalho ruim, um trabalho bom... pra mim eu não estaria reclamando. **[Entrevistadora: Trabalho ruim ou trabalho bom em qual sentido?]** Tem muitas pessoas que trabalham em casa de família, essas coisas... tem outras pessoas que trabalham num lugar bem bom, sentadas, sem fazer muito esforço, no computador... acho que trabalho diferencia um pouco, sabe?

E, em muitos casos, o “trabalho bom” não é facilmente acessível a todos, ficando reservado para aqueles com maior escolarização ou que disponham de mais recursos para alcançá-los. Novamente a entrevistada E21 explica: “eu trabalho aqui na área que consigo trabalhar, no meu caso é o melhor trabalho pra mim, mas no caso da pessoa que estudou, fez faculdade, um médico, um advogado... cada um tem sua profissão, que conseguiu, né?” O relato do entrevistado E5 também ilustra essa diferenciação, denotando que nem todos têm a oportunidade de atuar em um “trabalho bom”:

[...] tem trabalho que é mais importante que o outro, né? Agora... assim, que ganha mais, né? É mais... assim, mais tranquilo, sabe? Você estando trabalhando por exemplo no banco, é mais tranquilo, você tá ali sozinho, tá no computador, não tá no sol quente, não tá pegando peso, é um trabalho importante e ganha mais, né? Como tem trabalho sacrificoso também, né? De você tá trabalhando no sol, como de pedreiro, de servente, mais difícil... agora, vai fazer o quê? Se fosse pra escolher serviço assim era bom demais. [...] Como os meus estudos não eram bom também eu não tinha esse negócio de ficar escolhendo serviço...

Esta diferenciação muitas vezes é naturalizada, difícil de se explicar, “mas é porque... acho que é... comum, não é não? Sempre uns tem mais que os outros” (E12). Portanto, para quem não tem oportunidades de escolha, quem não tem acesso a este tipo

de trabalho mais bem remunerado, mais valorizado socialmente, muitas vezes o que resta é a resignação, sendo necessário que se aprenda a gostar daquilo que faz.

[...] veja bem... a gente tá com aquela responsabilidade aqui, eu gosto do meu trabalho, então a gente passa a gostar mais a partir da situação que a gente vive. Entendeu? Porque assim, se eu disser não, eu não quero o serviço não... então vai ser difícil pra mim, então, de tanto eu não ter mais o que fazer, outra situação, por exemplo, outra defesa para poder ajudar minha esposa no comércio, eu tenho que me adaptar a isso aqui. Eu tenho que passar a gostar disso aqui (E3).

Do outro lado, a ideia de se trabalhar em algo que não se gosta parece algo muito distante, até mesmo inconcebível. Portanto, “o trabalho é uma coisa boa quando você faz aquilo que gosta, aquilo que quer. Agora, imagina, fazer uma coisa que você não gosta?” (E13). É preciso, deste modo, que a atividade permita a satisfação pessoal. O trabalho, “com certeza é importante, desde que [a atividade] seja prazerosa. Porque trabalhar só para pagar conta e ficar aguentando ‘encheção de saco’, você tá só causando stress e prejudicando sua saúde” (E16).

O entrevistado E10 acredita que o significado do trabalho passa por “fazer o que gosta”, sendo a questão financeira um retorno disso. Assim, caso o trabalho não cumpra a função de satisfação pessoal, a opção de troca é viável para alguns, que não precisariam aprender a gostar daquilo que fazem. O entrevistado E22 aponta que “uma questão central é, você tem que pensar no equilíbrio entre o que tem e o que quer fazer, e se não está gostando do que está fazendo, faça alguma coisa a respeito. Uma que não seja ficar reclamando e nem lamentando, alguma outra coisa tem que fazer”. Em direção semelhante, o entrevistado E15 ressalta: “...eu vejo o trabalho não como uma coisa ruim, se estou chegando em um nível de ‘ai... segunda-feira tem que trabalhar’, o problema não é o trabalho, sou eu, que às vezes não estou fazendo o que gosto ou não estou na melhor empresa...”. Portanto,

[...] o importante é você estar trabalhando e exercer bem a sua profissão, com qualidade e fazer o que gosta. Você se sentir bem e satisfazer a quem você está oferecendo o serviço, né? Aliás um circo, se você consegue proporcionar alegria às pessoas, você é um bom palhaço. É a sua profissão. Se você exerce um cargo público, você faz um bom atendimento, você é comprometido com o seu trabalho, você cumpre as metas e as pessoas estão satisfeitas e lhe elogiam porque você é um bom servidor. Então o importante, na verdade, é você fazer o que gosta. Não adianta você fazer o que não gosta, porque nem sempre o trabalho vai sair bem feito e não vai agradar as pessoas, e nem você mesmo. Você vai estar fazendo uma coisa de forma obrigada (E1).

Ao fazer aquilo que se gosta, o trabalho adquire um sentido de vocação. Para que este trabalho vocacionado se cumpra, é preciso que a pessoa siga sua vontade. O entrevistado E2 enfatiza: “Vou continuar falando nessa tecla. A gente, todos nós, temos uma tendência, uma vocação. Então, não adianta ninguém intervir, o gosto é meu, o desejo de ser algo na vida é meu (ênfase). Então não adianta contrariar”. Portanto, “você tem que ser tocado, tem que partir do seu interior, o gosto pela profissão, porque você vai exercer um papel” (E1). O trabalho vocacionado permite, assim, que se satisfaça a vontade pessoal por meio de uma atividade, “às vezes a pessoa pensa em trabalhar e esquece de sua vocação... A pessoa que tem o trabalho como *hobbie*, as coisas fluem... você não vai trabalhar, vai produzir... é muito diferente...” (E14).

A análise dos objetivos valorizados por meio do trabalho sinalizou algumas diferenças entre os diversos níveis socioeconômicos. Entre aqueles que ocupam o extrato mais baixo, a valorização de objetivos extrínsecos, como segurança e salário, foi mais marcante. Com o aumento do nível socioeconômico e especialização das atividades, a valorização de aspectos intrínsecos, como a intenção de trabalhar com pessoas que gosta e o interesse em fazer algo importante para a sociedade, foi se fazendo presente, atingindo patamares mais altos entre aqueles de NSE mais elevado.

Os resultados sugerem a confirmação da hipótese de que o nível socioeconômico e a natureza das atividades realizadas exercem influência nos significados do trabalho. O trabalho assumiu, majoritariamente, uma posição de alta centralidade entre os participantes. Embora a modelagem de equações estruturais tenha sinalizado uma maior centralidade entre aqueles com NSE mais baixo e que realizam tarefas majoritariamente manuais e repetitivas, foi possível interpretar, por meio das entrevistas, que o maior peso desta centralidade pode ser atribuído ao fator subsistência. Portanto, entre essas pessoas, a ausência do trabalho significa a não garantia de necessidades mínimas para sua existência, significa passar fome.

Em conformidade com o que se esperava, o elemento motivador dessa centralidade se diferenciou, passando de um caráter de instrumentalidade a um significado intrínseco, conforme se percebia o aumento do nível socioeconômico e maior especialização das tarefas. Como dito anteriormente, assim como na modelagem de equações estruturais, os efeitos destas características ocorreram de maneira interligada. Portanto, os trabalhadores que exercem atividades mais repetitivas, manuais e realizadas

de modo dependente e que, no geral, estavam localizados em extratos socioeconômicos mais baixos, atribuíram um significado mais instrumental a esta esfera.

5.2.4 – Significados do trabalho e religiosidade: disseminação da moralidade cristã.

A hipótese que versava sobre a afiliação religiosa e sua influência na atribuição de significados compartilhados sobre o trabalho, foi a de que os evangélicos e protestantes atribuiriam maior centralidade ao trabalho, bem como indicariam, de maneira mais significativa, a normatividade desta categoria como uma obrigação social, em comparação aos católicos. Em conformidade com os resultados verificados na modelagem de equações estruturais, não foi possível confirmar, por meio do aprofundamento obtido com as entrevistas, a expectativa de que a centralidade do trabalho seria mais elevada entre os evangélicos e protestantes, quando comparados aos católicos.

Foi possível, no entanto, identificar, muitas vezes, que a moralidade cristã permeava a esfera do trabalho, de modo que a atividade laboral se relacionava aos desígnios de Deus, conforme passado nos escritos bíblicos. A entrevistada E21 afirma que “embora Deus deu à gente saúde, a vida, ele deu pra cada um uma responsabilidade, você vai trabalhar e vai se manter, vai viver do suor do seu rosto, isso tá escrito até na bíblia... e é verdade, a pessoa não tem como viver, sobreviver sem trabalhar”. Neste sentido, o trabalho assume a função de edificação, sendo também uma atividade que “dignifica o homem”.

[...] a gente tem que trabalhar aqui para construir a vida eterna, para construir uma casa lá no céu. Aqui o que Deus deixou pra gente é isso, construir família, viver com dignidade, ter um emprego honesto, digno, independente assim, se for uma coisinha fraca demais, mas viva uma vida que você não se envergonhe dela no dia do juízo final. Eu penso assim, pelo fato da minha fé, da minha crença (E6).

Uma particularidade verificada entre os católicos diz respeito à avaliação daquilo que poderia ser considerado um trabalho digno. Esta definição, entre eles, foi muitas vezes marcada pela presença de um critério moral. Neste caso, a prostituição teve sua dignidade relativizada, ou mesmo questionada. Para que fosse entendida como uma atividade “decente”, alguns critérios deveriam ser satisfeitos. Perguntados sobre a existência de algum trabalho que não fosse digno, a entrevistada E20 e o entrevistado E7 respondem:

Pergunta difícil... aí, penso que as prostitutas, prostituição é uma coisa que..., mas até isso, se a pessoa gosta, sei que tem gente que faz porque gosta, mas sei que existem outras possibilidades que não esta, mas é muito pessoal também. Mas não posso falar, quem sou eu para falar... acho que a pessoa, no contexto dela, que vai avaliar. Sendo pra ela, pra mim, pouco importa. **[Entrevistadora: Tem algum trabalho que você não faria?]** Esse, por exemplo, eu nunca faria, nunca usaria meu corpo para ter meu sustento, porque, pra mim, existem outras possibilidades (E20).

[...] o trabalho digno ou indigno depende de cada um... um trabalho que seja indigno... não seja digno, por exemplo, uma prostituta [falou em tom mais baixo] ali, prostituindo, mas eu não sei a história de vida dela... vai que ela não consegue empregos, é uma pessoa instruída, tem faculdade, tem tudo, mas por algum motivo não está conseguindo emprego... Por exemplo, eu, tive um momento, que não estava conseguindo nada, muito impressionante, só recebia recusa... Então digamos que aquela garota que tem um corpo bonito, um filho para criar, está precisando de um trabalho e num primeiro momento o que aparece, ela se prostitui para poder dar leite para o filho... Então, num primeiro momento isso não é indigno, a partir do momento que ela vai usar aquilo para um benefício dela e de alguém, um filho, terminar a faculdade... Mas a partir do momento que a pessoa se prostitui para comprar drogas, para outros fins, acho que não faria sentido (E7).

Assim, para alguns, a intencionalidade por trás da atividade poderia ser suficiente para sua purificação e garantia da dignidade. Em outros casos, nem mesmo a noção de que os fins justificam os meios foi suficiente para atribuir dignidade aos profissionais do sexo. A prostituição segue sendo uma atividade tabu, demasiado malvista, o que remete a um visível desconforto. Neste sentido, não merece o reconhecimento como um trabalho ou profissão.

Eu não posso falar, tá gravando... Não, porque o povo considera, considera trabalho prostituição... Tem gente que considera, né? Aí já não... certos tipos de trabalho, nesse caso aí, eu não encararia... tipo essas pessoas que vendem bombom, água mineral nos semáforos, não é vergonhoso, não é feito... se está tendo uma rentabilidade, dando uma renda, um retorno, então pronto. É isso que estou falando... Eu não tenho medo não, de trabalho nenhum... **[Entrevistadora: Não dizendo se você faria ou não, mas, se a questão é fazer uma atividade e ter rentabilidade, por que o trabalho no sinal é aceitável e a prostituição não seria?]** Porque, no meu caso, a minha religião não permite. **[Entrevistadora: E para outras pessoas você também não considera certo?]** Não considero, nem para outras pessoas, acho que é devido a minha crença. Eu não considero certo vender o corpo, se a menina ou rapaz que vende seu corpo se esforçar mais um pouco, arruma emprego em outra área. Não é melhor ir para o semáforo vender bombom, água mineral? Eu acho que seria mais digno da pessoa dele. Vai chegar um momento que o único retorno ali é a parte financeira. E

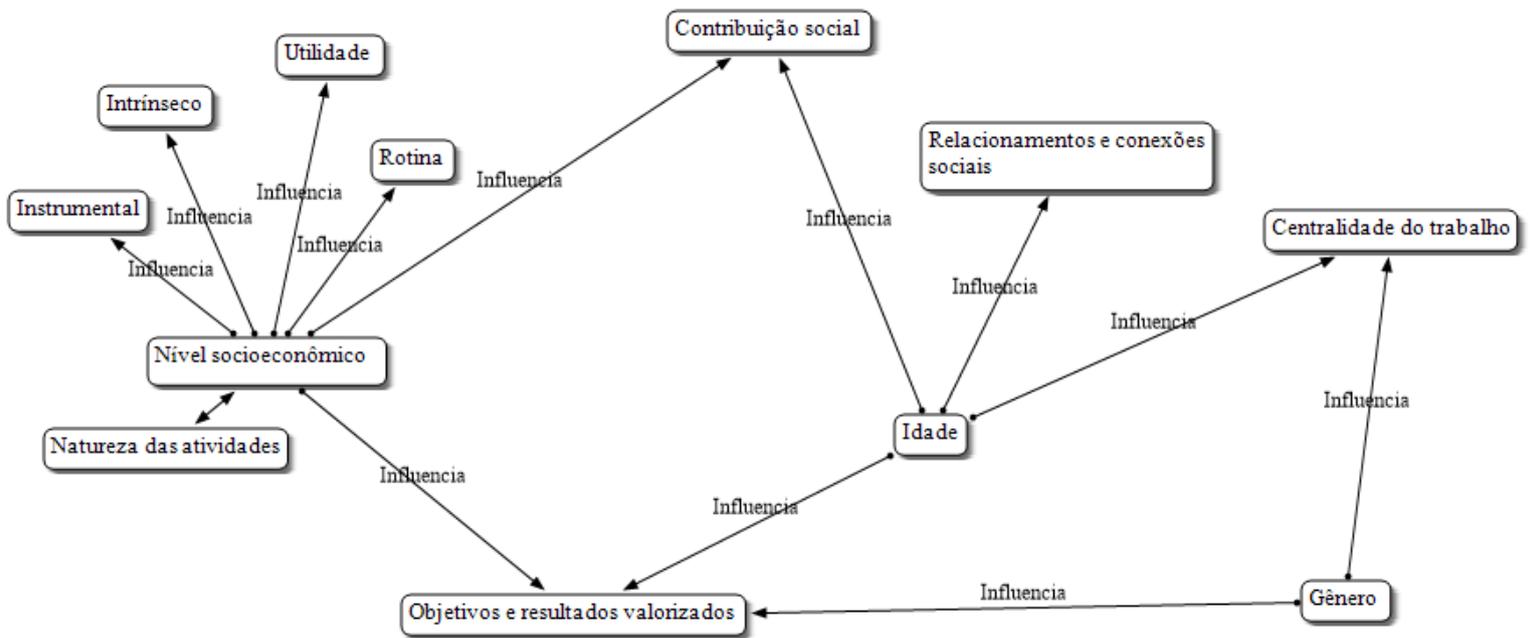
seu caráter, e seu moral? Se quer construir família, viver uma vida honesta... (E6).

[...] todo trabalho é digno, faxineira é digno... desde que tente fazer da melhor forma. Mas prostituta não é um trabalho digno... você tem outras opções e quem se prostitui é falta de caráter mesmo... Não é digno uma menina de 22 anos, bonita, que nasceu em uma família boa, não foi abusada e vai virar prostituta para comprar uma bolsa de 15 mil, ela, pra mim, não tem valor nenhum. [...] poderia ser garçoneiro, trabalhar em padaria, ser caixa como eu fui... porque eu fui pobre, fui muito pobre de passar fome e era muito bonita quando jovem, e isso nunca passou na minha cabeça. Acho prostituição horrível, uma profissão tenebrosa... (E16).

As análises quantitativas também não indicaram diferenças entre a atribuição da normatividade do trabalho como uma obrigação social entre as afiliações religiosas, resultado alinhado ao que se verificou na análise qualitativa. Vale ressaltar que, conforme demonstrado ao longo deste capítulo, foi verificada uma forte normatividade do trabalho como uma obrigação social, sinalizando a existência de uma ética do trabalho. Contudo, essa característica se fez marcante, independentemente da vinculação religiosa. Desta forma, os resultados encontrados não indicam a confirmação da hipótese de que a religião exerce influência nos significados do trabalho. Houve, como relatado, indicativos de uma moralidade cristã entre os praticantes da religião católica.

Diante dos resultados e análises até aqui desenvolvidos, foi possível que se obtivessem fundamentos que viabilizam o atingimento dos objetivos dessa tese. O capítulo final propiciará uma melhor compreensão desses elementos, ao integrar a discussão dos resultados quanti e qualitativos com alguns dos principais conceitos adotados na literatura contemplada ao longo dessa investigação. Os resultados das análises quantitativas e qualitativas possibilitaram que se conhecessem os significados do trabalho compartilhados entre os brasileiros. Além disso, permitiram identificar o modo como as características demográficas e estruturais elencadas influenciam na atribuição de diferentes significados ao trabalho, viabilizando a compreensão de alguns caminhos que levam à construção destes significados. O mapa ilustrado na figura 4 demonstra as relações identificadas entre os significados do trabalho e as características sociodemográficas e estruturais.

Figura 5 - Mapa para visualização dos significados do trabalho.



Fonte: elaborado pela autora com uso do software Atlas.ti.

CAPÍTULO 6 – Discussão dos resultados

Neste capítulo, os achados empíricos das etapas quanti e qualitativa são discutidos, de modo integrado, à luz da literatura sobre o tema. Na primeira seção, debatem-se a centralidade e o significados do trabalho. A segunda se concentra na influência dos fatores sociodemográficos e estruturais na formação dos significados compartilhados sobre o trabalho.

6.1 – Os significados do trabalho em uma perspectiva geral

Os resultados verificados por meio das análises realizadas nesta investigação permitiram identificar uma forte valorização da categoria trabalho por parte dos brasileiros, sinalizando a presença de uma alta centralidade da esfera laboral. Enaltece-se, deste modo, a percepção de que o trabalho ocupa uma posição de relevância social e centralidade entre os brasileiros. A categoria possui um significado social e psicológico para os indivíduos, bem como um significado econômico e social mais amplo para a sociedade como um todo (MOW, 1987), sendo um elemento fundamental para a organização social (RAFAGNIN; RAFAGNIN, 2016). Os dados de ambas as etapas metodológicas reforçaram a afirmação defendida no início desta tese acerca da manutenção da centralidade da categoria trabalho, em consonância com autores como Antunes (2006), Castel (1997), De la Garza e Hernández (2000), Navarro e Padilha (2007) e Organista (2006). Reforçam, portanto, os argumentos que contestam as teses sobre o “fim do trabalho”.

Foi possível perceber que, embora a modalidade de trabalho estável e estruturado não seja a mais frequente na sociedade brasileira, em que se verifica, inclusive, um índice recorde de informalidade, o trabalho ainda se mantém como um forte elemento de ligação do indivíduo à sociedade. A teoria de valores pós-materialistas de Inglehart (1997a, 2008) pode ajudar a explicar este fenômeno. A abordagem se ancora na premissa de que o desenvolvimento socioeconômico possui potencial para alterar crenças, valores e comportamentos, o que acaba por influenciar os valores e atitudes relacionados ao trabalho (YEGANEH, 2017). Com isso, nas sociedades em que desigualdade social é mais elevada e que apresentam menor distribuição de riquezas, como é o caso do Brasil, os indivíduos revelam tendência a atribuir alta centralidade ao trabalho, em comparação com aqueles oriundos de nações com maior desenvolvimento e menor desigualdade

(MEJÍA REYES, 2017; ZUBIETA, 2012). Assim, os agentes sociais determinam maior valor subjetivo aos elementos da vida que são mais carentes e, somente à medida que as condições econômicas e sociais melhoram, suas prioridades se alteram.

Conforme destacamos anteriormente, esta teoria defende que os valores se orientam por dois extremos: o primeiro, marcado pela sobrevivência, em que se exprime ênfase na importância da estabilidade econômica e da segurança e, do outro lado, têm-se aqueles voltados para a autoexpressão, que atribuem prioridade aos valores de emancipação, como igualdade entre gêneros, tolerância com a diversidade e a diferença, entre outros. Quando se analisa o mapa cultural desenvolvido pela equipe da *World Values Survey*, é possível identificar que, em 2006, o Brasil pontuava em aproximadamente 0,5 (em uma escala que varia entre -2 e +2) no eixo sobrevivência/autoexpressão, próximo a países como Venezuela e Peru. Em 2014, o país havia recuado ligeiramente neste índice, chegando a aproximadamente 0,2¹⁷.

Embora o país tenha se mantido distante dos valores de autoexpressão, o recuo mostra que, neste período, houve uma inclinação para a valorização de aspectos voltados para a segurança econômica e física, bem como para a sobrevivência. O que se alinha à tendência de piora em alguns índices socioeconômicos e de insegurança reportados no início do capítulo 4. Portanto, se em 2006 havia alguma expectativa de crescimento e desenvolvimento social, esses planos foram frustrados ao longo dos anos subsequentes. Reitera-se, deste modo, a posição de Granovetter (2017), quando afirma que as relações sociais são moldadas por processos que decorrem ao longo do tempo, de modo que as interações atuais carregam consigo bagagens de relações anteriores (*temporal embeddedness*), não podendo ser compreendidas sem que se leve em conta sua historicidade. Além disso, os dados também apresentados no início do capítulo 4 mostraram que o país, embora tenha apresentado uma piora quando se compararam alguns índices socioeconômicos referentes aos anos de 2006 e 2019, não partiu de uma posição favorável, mantendo-se como uma sociedade fortemente desigual, marcada por altos índices de desemprego e pobreza. Esta redução dos índices socioeconômicos teria potencial para levar até mesmo ao fortalecimento da centralidade do trabalho entre os

¹⁷ Conforme mapa cultural apresentado pela World Values Survey, disponível em <http://www.worldvaluessurvey.org/WVSContents.jsp?CMSID=Findings> (acesso em 07/07/2020).

brasileiros. A alta centralidade do trabalho identificada neste estudo pode ser, portanto, justificada por meio da teoria de valores pós-materialistas.

Assim, em sintonia com os resultados verificados por Yeganeh (2017), que comprovou empiricamente a associação entre tais valores e a centralidade do trabalho, pode-se afirmar que a alta valorização conferida a esta esfera pelos brasileiros estaria relacionada ao desenvolvimento socioeconômico do país. Portanto, ainda que muitos se deparem com uma realidade de trabalho precarizado e até mesmo degradado, o cenário nacional não possibilita que a superação das necessidades de sobrevivência e segurança seja vivenciada pela maioria. A pesquisa conduzida por Den Dulk et al. (2013) identificou que a centralidade se relaciona de maneira positiva ao índice de desemprego, ou seja quanto maior o índice de desemprego, maior tende a ser a centralidade do trabalho. Isso poderia ajudar a explicar a alta centralidade verificada no país, marcado por uma taxa de desemprego elevada.

A questão da centralidade do trabalho e sua relação com a necessidade sobrevivência também pode ser visualizada através da análise da centralidade relativa desta esfera. Os resultados sinalizaram que, entre os brasileiros, o trabalho foi, majoritariamente, preferido em relação ao lazer. O estudo de Yeganeh (2017) sinalizou que a opção por se preterir o lazer, favorecendo a escolha do trabalho, é uma característica típica das sociedades menos desenvolvidas, em que a sobrevivência ainda é tida como um elemento a ser superado. Chama-se atenção, portanto, para a atribuição de um significado voltado para a garantia da sobrevivência, que se revela distinto do significado econômico conferido por pessoas em países desenvolvidos (BORGES, 1999).

Os resultados permitiram identificar também a presença de uma forte normatividade do trabalho como uma obrigação social, o que se relaciona com a centralidade cultural desta categoria na sociedade. Essa centralidade estaria relacionada à importância do trabalho na vida dos indivíduos e da comunidade, incluindo a crença de que o trabalho é um dever para com a sociedade. Segundo Hirschfeld e Feild (2000), a atribuição de importância ao trabalho se baseia em uma noção normativa, estando fortemente associada à ética protestante do trabalho. Verifica-se, portanto, a presença de uma ética do trabalho profissional racional em que a atividade é ressaltada como o principal meio para garantia da dignidade às pessoas. Aqueles que não a executam não são vistos como indivíduos úteis para a sociedade, de modo que se incentiva que o trabalho seja objetivo de todos, o que se aproxima da ética do trabalho weberiana.

Segundo Zubieta (2012), a saliência dessa norma é verificada em países mais conservadores, menos desenvolvidos e mais desiguais. Para a autora, uma vez que os países atingem um certo nível de desenvolvimento econômico, esta normatividade pautada na ética do trabalho tende a decair, permitindo a emergência de outros interesses.

Como destacado no primeiro capítulo desta tese, os valores apregoados pelo ascetismo puritano enaltecem a necessidade de uma disciplina por meio do trabalho, enfatizando a organização, a racionalidade no uso do tempo e a punição da ociosidade, incentivando o trabalho como melhor maneira para se contribuir com a comunidade (BENDASSOLLI, 2007). A ética do trabalho assinalada por Weber (2004) aponta a existência de uma espécie de compulsão em trabalhar já que o ócio é impregnado pelo fardo da culpa. O discurso dos entrevistados ressaltou esta percepção, tornando-se nítida a necessidade de se sentir útil e de se contribuir para a sociedade por meio do trabalho, bem como a forte rejeição ao ócio e à inatividade.

O trabalho foi visto como um dos meios mais relevantes para o desenvolvimento social, estando associado ao dever moral de contribuição para a sociedade. Neste sentido, a atividade foi destacada como o principal meio pelo qual o indivíduo estabelece uma contraprestação social, contribuindo socialmente por meio de sua aptidão. Além disso, o trabalho foi exaltado como um elemento capaz de conferir identidade e sentido de vida, o que está em linha com o pensamento de Kovács (2006). Ao afirmar que “o trabalho indica a sua profissão... a sua personalidade”, o entrevistado E19 ilustra a essência dessa ética do trabalho em que a profissão e o núcleo mais íntimo da personalidade se fundem em uma mesma realidade (BENDASSOLLI, 2007). A fala do entrevistado E1, ao asseverar que “se você não trabalha, não tem sentido você estar vivendo” também pode ser assinalada como um retrato dessa ética do trabalho.

A ética do trabalho assinalada por Weber ressalta que a categoria é pautada por uma orientação normativa em que a atividade é colocada como uma obrigação, considerando que indivíduos adultos devem se sentir realizados como pessoas através do trabalho, valores que formam a base da conquista, da motivação e da autorrealização que estimula o “trabalho duro”. Os valores dessa ética funcionam como um sistema cognitivo por meio do qual o mundo é apreendido e explicado (ZUBIETA, 2012). Esta percepção foi nitidamente ressaltada no discurso dos entrevistados, que salientaram que o crescimento pessoal e profissional decorre essencialmente desta atividade.

Os achados sinalizaram, portanto, o entendimento do trabalho como uma obrigação moral, o que parte da noção de que todos devem trabalhar para garantir o desenvolvimento da sociedade. A disseminação da compulsão para com o trabalho entre membros de uma sociedade é tida um valor cultural profundo, que sinaliza um conjunto de crenças amplamente partilhado por seus membros e reflete a presença da centralidade cultural do trabalho, na qual se entende que a atividade é valorizada e vista como um dever e uma obrigação para com a sociedade (DEN DULK et al., 2013; RUIZ-QUINTANILLA; CLAES, 2000). Segundo o MOW (1987), é esperado haver uma forte correlação entre a centralidade e tal normatividade, já que ela capta, justamente, as atitudes relacionadas à centralidade do trabalho (YEGANEH, 2017). Deste modo, a forte centralidade reportada na amostra brasileira, assim como a convergência das normas sociais para o significado do trabalho, algo visualizado na modelagem de equações estruturais, podem ser indicativos dessa centralidade cultural.

A noção de que todos têm o dever de valorizar o trabalho, independentemente de sua natureza, também está assente nesta normatização, já que “toda profissão lícita simplesmente vale muito e vale igual perante Deus” (WEBER, 2004, p. 73). Revela-se, deste modo, uma ênfase no trabalho como uma atividade que, quando marcada por critérios de licitude e moralidade, confere dignidade às pessoas, assim como a noção de que este é o principal meio moralmente aceito para obtenção de ganhos financeiros. Esta percepção se ilustrou na fala dos entrevistados, ao ressaltarem que todo trabalho é digno e que todos possuem igual importância, desde que fosse garantida, claro, sua licitude. Como salienta Weber (2004), o trabalho moralmente aceito, que contribua socialmente e que seja capaz de gerar lucros é útil para a sociedade. Ao conferirem ao trabalho um caráter protetivo, em que a atividade foi apontada como um meio para prevenção do adoecimento mental, do tédio e até mesmo da atrofia cognitiva, os participantes sinalizaram, mais uma vez, que a ética do trabalho se mantém entre os brasileiros. Os resultados reforçam, portanto, os argumentos que refutam o declínio da centralidade desta categoria.

Conforme ressaltado no primeiro capítulo, o trabalho atua como uma espécie de “cimento social”, sendo fundamental para a socialização e construção da identidade de muitas pessoas. Ademais, para uma grande parcela, a atividade é a principal garantia de acesso a bens de consumo e recursos que são fundamentais para a sobrevivência e vida em sociedade (OLIVEIRA; PICCININI, 2011, p. 215). O trabalho é, portanto, entendido

como uma atividade central para acesso às demandas da sociedade capitalista e, por conseguinte, como um meio que viabiliza a adaptação aos princípios da realidade deste modelo econômico, por meio da socialização secundária, construção de identidade e atribuição de papéis (CARABALLO, 2017). Foi possível corroborar, empiricamente em ambas as etapas metodológicas, a manutenção desta importância.

Como reportado no capítulo anterior, alguns elementos que não foram assinalados nos objetivos desta tese emergiram como potenciais influenciadores da centralidade no trabalho. Trata-se da percepção de que a esfera laboral se impôs às demais, mas o indivíduo não percebeu recompensas favoráveis nesta relação, identificando até mesmo a presença de traumas e adoecimentos. Como ressaltado no segundo capítulo, a atribuição de preferências às esferas e interesses passa por um processo comparativo, em que o indivíduo atribui primazia às esferas que fornecem recompensas mais significativas para seus comportamentos (DUBIN, 1956). Portanto, ao identificar que a escolha pelo trabalho, fosse ela deliberada ou não, causou prejuízos e frustrou suas expectativas, a esfera laboral foi preterida. Deste modo, a atribuição de preferência e centralidade ao trabalho se viu prejudicada em alguns casos, já que o indivíduo não constatou que a atividade propiciou os retornos por eles almejados. Portanto, assim como assinalado pelo MOW (1987), o histórico profissional turbulento e outras situações geradoras de angústias, elementos que atuam como antecedentes dos significados do trabalho, podem trazer impactos negativos para sua centralidade.

Em relação aos significados do trabalho, pode-se afirmar que, em linhas gerais, a categoria assumiu uma valorização positiva. Esta percepção pode ser fruto da valorização da ética do trabalho, que, como ressaltado anteriormente, sofre influência da doutrina protestante, que dissemina a crença de que “o trabalho dignifica o homem”.

Uma das significações que emergiram por meio das análises se refere ao aspecto instrumental, com ênfase no elemento financeiro. As definições sobre o trabalho passaram, essencialmente, pelo fato de a atividade estar relacionada à remuneração através da qual se garantiria a superação das necessidades básicas de segurança e sobrevivência, fomentando a percepção de qualidade de vida. Neste sentido, os resultados desta pesquisa sinalizaram que as relações de trabalho se baseiam em uma contraprestação, em que o aspecto remuneratório, ainda que não seja o único, é uma das principais recompensas objetivas. O trabalho foi visto como o fator que permite acesso à subsistência, ao lazer e consumo de bens culturais, permitindo conferir a sensação de

autonomia e independência, mas também a inserção do indivíduo nas relações sociais. Esta percepção é marcada por uma racionalização instrumental da atividade produtiva e ilustra a convergência entre o espírito do capitalismo descrito por Weber e a visão prevalente da atividade laboral na sociedade atual (BLANCH, 2003).

A atribuição do significado instrumental ao trabalho se relaciona à sobrevivência humana. Conforme destacado anteriormente, a realidade vivenciada por muitos no país é marcada pelo subemprego e precariedade nas relações laborais, com destaque para os elevados índices de pobreza e inequidade social. Não é de se espantar, portanto, que aspectos como a subsistência e o acesso a bens de consumo ainda tenham relevância em nossa sociedade. Nesta direção, a atribuição do significado ao trabalho passa pela garantia de acesso à renda e, conseqüentemente ao consumo, permitindo suprir demandas que vão desde a superação de necessidades básicas, como a alimentação, conforme salientou a entrevistada E12; moradia e qualidade de vida, como mencionado pelos entrevistados E5 e E21; mas que também garante o acesso ao lazer e à inserção social, conforme relatado pelos entrevistados E1 e E13.

É importante destacar que, embora o aspecto instrumental do trabalho tenha sido relevante, esta não compreende a única significação que foi atribuída a esta categoria pelos participantes do estudo. Embora o acesso aos meios necessários para subsistência seja vinculado às relações de trabalho, foi possível identificar que o trabalho possui significados que extrapolam a mera subsistência. Essa situação, contudo, não reflete a realidade de todos, como se discutirá adiante.

Os significados compartilhados pelos participantes revelaram também a presença de uma valorização intrínseca do trabalho. Deste modo, o reconhecimento da importância do trabalho estaria em seu conteúdo e não nos elementos externos que ele permite acessar, como visto entre aqueles que atribuíram uma significação instrumental a esta categoria. Aliás, os objetivos almejados pelo indivíduo são atingidos exatamente através do conteúdo do trabalho. O relato da entrevistada E20, ao descrever que valoriza a expressão de sua criatividade e o desenvolvimento de sua inteligência, identificando que consegue atingir este objetivo justamente por meio de seu trabalho, ilustra esta percepção.

Foi ressaltado o fato de o trabalho propiciar o desenvolvimento do potencial criativo e intelectual, de modo que a atividade permite a satisfação da autoestima, sendo fonte de realização. Portanto, “as razões para trabalhar estão no próprio trabalho e não fora dele ou em qualquer de suas conseqüências” (ALBORNOZ, 1988, p. 59). Os

respondentes identificaram que o trabalho, nesta perspectiva, estava associado à evolução e ao crescimento, justificando a valorização da atividade em decorrência de elementos desta natureza, e não financeiros. A valorização intrínseca do trabalho transcende a questão presente, remetendo à compreensão de um processo maior que perpassa todos os momentos da vida, relacionando-se a aspectos éticos e morais apreciados pelo sujeito, que ultrapassam a esfera do trabalho, sendo indissociável de todas as outras (LOURENÇO; FERREIRA; BRITO, 2013).

Assim como reportado nas pesquisas conduzidas pelo MOW (1987) e por Hernández Ruiz, Martín Llaguno e Beléndez Vázquez (2008), a função intrínseca do trabalho foi a segunda mais salientada pelos participantes. Contudo, os fatores entendidos por cada um como aquilo que torna o trabalho intrinsecamente interessante e satisfatório variaram entre os indivíduos. Mas, independentemente dos fatores que motivam esta percepção, Dutra-Thomé e Koller (2014) ressaltam que a identificação de um significado intrínseco no trabalho favorece a autoestima, a sensação de independência, a realização e a dignidade, de modo que a atividade viabiliza o desenvolvimento humano, o que está em harmonia com o discurso dos participantes desta investigação.

Os resultados permitiram identificar, contudo, que o significado do trabalho como um aspecto intrínseco não se mostrou presente entre todas as categorias de análise, não sendo, portanto, um privilégio de todos. Este tipo de significação não foi demonstrado por participantes de níveis socioeconômicos mais baixos, que atuam com atividades essencialmente manuais e repetitivas. Entre estes, entende-se que a questão da sobrevivência nem sempre foi transcendida, inviabilizando a percepção intrínseca do trabalho. As pesquisas conduzidas por Kubo, Gouvêa e Mantovani (2013) indicaram que a valorização de aspectos intrínsecos do trabalho foi mais saliente entre pessoas que atuavam com atividades mais elaboradas e que exigiam maior especialização. Em direção semelhante, Bitencourt e colaboradores (2014) verificaram que trabalhadores de classes sociais e escolaridade mais elevadas valorizaram majoritariamente o aspecto intrínseco de seu trabalho. Esse aspecto será mais explorado adiante.

Segundo os pesquisadores do MOW (1987), fatores como o histórico laboral, especialmente quando as primeiras experiências são marcadas por atividades de conteúdo intrinsecamente gratificante, se relacionam à preferência por características intrínsecas. Para estes autores, os mecanismos de efeito de seleção e socialização estão presentes. Deste modo, a pessoa escolhe trabalhos em que possa praticar sua autonomia e que

tenham conteúdo interessante, o que molda sua experiência e acaba por influenciar a busca por essas características nos empregos posteriores. Mas, como verificou-se ao longo das análises, a escolha da ocupação nem sempre foi facultada a todos.

O significado do trabalho como uma contribuição social também emergiu por meio das análises. Verificou-se que os indivíduos demonstraram forte interesse e necessidade em contribuir para o desenvolvimento da sociedade, como uma espécie de contraprestação pela utilização de seus recursos. A forte atribuição da normatividade desta esfera como uma obrigação social ficou patente nos resultados aqui verificados, o que se confirmou tanto por meio das análises quantitativas, quanto através do aprofundamento atingido com as análises qualitativas. Como indicado anteriormente, esta orientação parte da crença de que a pessoa tem o dever ou a responsabilidade de contribuir para a unidade social por meio do trabalho. Este comportamento normativo, que tem a ética do trabalho descrita por Weber (2004) como um de seus fundamentos, incide no preenchimento de um dever, de uma obrigação para com a sociedade, remetendo ao respeito às normas que suportam a ordem social (MOW, 1987).

Nesta perspectiva, para além da identificação da necessidade de contribuir para a sociedade, o indivíduo se orienta também pela necessidade de economizar para a segurança atual e posterior. Em nossa sociedade, um dos aspectos desta contribuição futura decorre da aposentadoria, que, para muitos, está atrelada à assinatura da carteira de trabalho. Esta economia se “materializa” na aposentadoria, entendida como uma reserva para o porvir, como salientado pela entrevistada E12, garantindo uma estabilidade financeira que cumpre a função de premiar uma vida de trabalho, como assinalado na fala do entrevistado E1.

A contribuição social reflete a avaliação do valor social do indivíduo, incluindo a crença de que ele é um membro vital para a sociedade, que tem algo de valor a oferecer para o todo. Esta contribuição compreende se, e em que medida, as pessoas sentem que o seu trabalho é valorizado pela sociedade e que elas, portanto, colaboram para o bem comum (KEYES, 1998). Nessa perspectiva de contribuição, o trabalho é tido como um dos principais meios para inserção do indivíduo na sociedade, sendo que sua ausência muitas vezes remete à exclusão do tecido social. Assim, a atividade possibilita a construção do que Castel (1997) chamou de "zonas" de coesão social. A participação em um trabalho estável possibilita uma inserção relacional sólida, caracterizando uma zona de integração. Por outro lado, a ausência de participação em alguma atividade produtiva

e o isolamento relacional decorrente dela possui efeitos negativos que culminam no que o autor chamou “desfiliação” (p. 13). A vulnerabilidade social é entendida como uma área intermediária e instável, pois combina a precariedade do trabalho e a fragilidade dos apoios de proximidade. Daí a importância dada pelo indivíduo à sua participação e contribuição, a necessidade de fazer parte, de se sentir incluído socialmente, até mesmo pelo suporte social que isso representa, como destacado no relato da entrevistada E13, quando ressaltou a importância de se inserir socialmente por meio do trabalho, especialmente em uma realidade tão excludente.

Segundo Rosenfield (2009), a incapacidade de reconhecer alguma contribuição social por meio de seu trabalho e a conseqüente falta de percepção da capacidade de oferecer algum retorno socialmente valorizado impede a realização pessoal, assim como inviabiliza a ancoragem coletiva, o que implica em perdas simbólicas, assim como na sensação de isolamento. O trabalho, neste ponto de vista, atua como um meio para que os indivíduos possam contribuir para a estrutura econômica da sociedade, permitindo sua imersão na estrutura social e econômica em um sentido mais amplo, e, portanto, oferecendo a eles um senso de conexão com o mundo social (BLUSTEIN et al., 2008). Deste modo, ele viabiliza que se supra a necessidade de contribuir e produzir algo útil, tanto do ponto de vista individual, no sentido de fomentar o desenvolvimento de pessoas e possibilitar a propagação de conhecimento, quanto do ponto de vista social (CODA; FONSECA, 2004).

Este tipo de significação compreende uma das funções sociais do trabalho (PEREIRA; TOLFO, 2017), assim como os significados do trabalho como utilidade e conexão social. Desta maneira, estes significados serão discutidos sequencialmente e, posteriormente, aborda-se o significado do trabalho como uma rotina. Altera-se, portanto, a ordenação em que foram tratados em comparação com o capítulo anterior, no qual foram relatados em virtude de sua prevalência.

Embora alguns estudos façam a classificação dos significados do trabalho entre as camadas individual, organizacional e social, entendendo que a utilidade do trabalho remete à camada das organizações (TOLFO; PICCININI, 2007), verificou-se nesta investigação que os indivíduos se referiram, essencialmente, à sociedade. A relevância deste significado passa pelo reconhecimento de que a atuação do indivíduo é importante para alguém (CONCOLATTO; RODRIGUES; OLTRAMARI, 2017), sendo útil para a sociedade em que se insere, o que favorece sua vinculação social. Foi ressaltada a

necessidade de se fazer algo que fosse socialmente útil, o que fomentaria a sensação de que a pessoa “serve para alguma coisa”, como assinalado pela entrevistada E6. Este sentimento de utilidade é importante por propiciar a integração, sendo fundamental para a construção da identidade social (ROSENFELD, 2009). Como bem sinalizou o entrevistado E22, quando a pessoa se sente útil ela consegue completar um aspecto essencial de sua vida.

Deste modo, o indivíduo sente a necessidade de identificar alguma relevância social em seu trabalho, mesmo que em uma esfera menor, como se pôde observar por meio da análise dos dados. Os participantes sinalizaram que mesmo um impacto em um pequeno grupo ou organização teria relevância, não sendo preciso identificar a proficiência de sua atuação em uma camada global. Portanto, o aspecto da interdependência, conforme a perspectiva de Elias (2008) se fez presente, já que mesmo uma ação individual tem influência no jogo como um todo.

O trabalho foi entendido como um fator que possibilita a produção e a promoção de algo útil à vida de outras pessoas, em diversos âmbitos, favorecendo, deste modo, o relacionamento do indivíduo com a sociedade (DUTRA-THOMÉ; KOLLER, 2014). A importância da utilidade social enquanto uma função psicossocial do trabalho é fomentada desde cedo, indiciando que esta representação social acerca do trabalho é ensinada e transmitida desde a infância (MIRANDA; COELHO, 2018), já na primeira socialização. Segundo Warr (2008), este tipo de valorização é frequente em países historicamente católicos.

Ainda como uma das funções sociais do trabalho, emergiu nesta investigação o significado do trabalho como uma atividade que viabiliza a formação de relacionamentos e conexões sociais. Neste sentido, a atividade propicia o estabelecimento de relações que extrapolam a esfera familiar, sendo uma via importante para vinculação e conexão do indivíduo com a comunidade. Assim, desenvolvem-se estratégias de socialização e comunicação que levam à criação de vínculos de convivência que são úteis para a vida em sociedade. Por meio destas redes disseminam-se informações e significados, elementos importantes para nossa inserção social. Valoriza-se, portanto, a socialização no e com o trabalho (CARABALLO, 2017), que funciona como um espaço em que ocorrem trocas de crenças, expectativas e valores, facilitando a integração dos indivíduos em seu ambiente social (CARABALLO, 2015).

A conexão social que se estabelece por meio das relações de trabalho possibilita ao indivíduo a inserção em diversas redes de sociabilidade que se formam por meio de

laços fracos, fomentando interações que possuem um papel essencial na formação do sistema social. Ao transitar em diferentes redes no mercado de trabalho, como em situações de contato com clientes e fornecedores, ou mesmo em casos de mudança de emprego, o indivíduo funciona como um elo entre elas, fomentando as chances de mobilidade e transmissão da diversidade por meio dessas conexões. Além disso, esses laços possibilitam a participação em atividades e viabilizam um senso de integração na comunidade em uma perspectiva mais ampla (GRANOVETTER, 1982), propiciando a disseminação e a reprodução dos significados compartilhados sobre o trabalho em uma comunidade.

Como verificado no discurso dos entrevistados, foi ressaltada a importância do estabelecimento de relacionamentos fora do contexto familiar, já que permitem a diversificação das conexões sociais, assim como a interação com diferentes pessoas por meio destas redes. Para muitos, o trabalho é uma das principais fontes de relacionamentos interpessoais, de modo que a atividade compreende um elemento fundamental na constituição de redes sociais e de trocas afetivas e econômicas (HELOANI; LACMAN, 2004). O trabalho, portanto, cumpre o papel de fomentar a conexão e a convivência social, sendo fonte de relacionamentos interpessoais, convívios e vinculação social (CODA; FONSECA, 2004). Deste modo, permite que se estabeleçam relações sociais fora do ambiente doméstico, favorecendo a sensação de pertencimento e integração social, bem como fomentando o sentimento de comunidade.

Os resultados apontaram, adicionalmente, para o significado do trabalho como uma rotina, em que a atividade cumpre o papel de organização e marcação do tempo, impedindo que o ócio e a inatividade se instalem. A ociosidade carrega consigo o fardo da culpa e a ideia de “não fazer nada” chega a ser condenável, devendo ser evitada a todo custo, conforme repercutido no discurso dos entrevistados. Esta percepção se fundamenta na ética do trabalho sinalizada por Weber (2004), que, conforme destacado anteriormente, estabeleceu a necessidade de racionalização e disciplina no uso do tempo, com punições para a ociosidade.

A reprovação da ociosidade constatada nos estudos seminais de Morse e Weiss (1955), ainda no século passado, se mantém até os dias atuais, quando ainda se verifica a disseminação de uma noção social que tem o ócio como um aspecto negativo, como algo a ser combatido. Na presente investigação, a rejeição pela ociosidade foi encontrada entre todas as faixas etárias, incluindo até mesmo indivíduos mais jovens, reforçando, mais uma vez, a propagação da ética do trabalho em nossa sociedade.

O significado do trabalho no sentido de uma rotina que estrutura e normatiza a existência foi verificado também por Souza (2018), que evidenciou a função desta categoria na organização do cotidiano entre jovens, o que se relaciona à noção weberiana de racionalização econômica. Deste modo, a existência significativa estaria relacionada ao comprometimento com uma atividade profissional que preenchesse a rotina e evitasse a ociosidade. O ócio, entendido pejorativamente por muitos como “oficina do diabo” é, portanto, condenado por razões morais, no sentido de que se contrapõe ao trabalho (ALMEIDA, 2018), algo tão valorizado na sociedade moderna.

Além disso, a organização da rotina por meio do trabalho está associada ao evitamento de consequências negativas da preguiça e da ociosidade, como o envolvimento com a criminalidade (KAPLAN; TAUSKY, 1974). Este aspecto foi ressaltado na presente pesquisa, o que se aproxima de uma lógica que basicamente coloca o trabalho como um meio para que os indivíduos se reconheçam como “agentes sociais moralmente aceitáveis”, contrapondo o trabalhador ao vagabundo ou bandido (ORGANISTA, 2006, p. 20). Nesta direção, Miranda Junior (1998) chama atenção para a formação de um imaginário cultural no qual acredita-se que o indivíduo só é cidadão quando é trabalhador.

Ademais, percebeu-se que a organização de uma rotina por meio do trabalho atuava como um fator de proteção emocional, evitando que quadros depressivos ou a sensação de tédio se instalassem, como se constatou nos discursos dos entrevistados. Neste aspecto, o trabalho atua como um fator de promoção do desenvolvimento saudável nos âmbitos emocional, cognitivo e moral. A execução de um trabalho, portanto, funcionaria como uma estratégia de enfrentamento ao vazio que o ócio representa, contribuindo para a capacidade psíquica do indivíduo (MACÊDO, 2019). O entendimento de que o trabalho possui potencial para evitar o estabelecimento de quadros depressivos é mais um elemento que reforça a sua centralidade e normatividade social.

Por fim, embora tenha-se constatado majoritariamente a atribuição de significados positivos em relação ao trabalho, a categoria foi entendida em alguns momentos como um fardo, estando relacionada à execução de uma atividade de caráter penoso. Este aspecto não se referiu a todo tipo de trabalho, sinalizando uma diferenciação que distancia o trabalho “bom” daquele que é “ruim”. Esta distinção entre os tipos de trabalho pode fazer alusão à perspectiva adotada por Hannah Arendt, ao diferenciar entre “as mãos que trabalham e o corpo que labora” (ARENDR, 2007, p. 90). O trabalho “ruim”, na percepção

dos participantes, foi aquele “sacrificoso” (E5), relacionado ao esforço físico e marcado por poucas condições de conforto.

Deste modo, identificou-se um significado ambíguo do trabalho que, apesar de permeado por avaliações positivas, carrega também um significado de exploração, identificado essencialmente naquele que os participantes classificaram como “trabalho ruim”. Este caráter de exploração se associa, portanto, ao excesso de esforço despendido, como também à ausência de condições básicas de conforto e segurança, com prejuízos para a qualidade de vida, bem como à baixa percepção de um sentido positivo na atividade executada, entendida como geradora de cansaço e desânimo (PADILHA; GRANDE, 2011; SILVA; TOLFO, 2012).

A ambiguidade em relação ao trabalho pode estar associada à percepção de identidade social, de modo que os indivíduos buscam atribuir uma identidade positiva, que viabilize o sentimento de pertença. Contudo, estabelecem comparações nesta atribuição e, conforme o referencial adotado, podem identificar elementos positivos ou negativos (OLIVEIRA; PÉREZ NEBRA; ANTLOGA, 2016). Deste modo, embora a percepção do trabalho seja majoritariamente positiva, esta compreensão pode mudar em decorrência do contexto utilizado como referência.

Os resultados encontrados nesta tese sinalizaram, majoritariamente, a atribuição de significados positivos ao trabalho. Entende-se que em uma realidade na qual grande parte da população ativa se encontra em situação de precariedade isso possa causar estranheza. Contudo, acredita-se que, por mais que as relações laborais experienciadas possam ser marcadas por degradação ou precariedade, o sentimento de integração e contribuição para com a sociedade viabilizados por meio do trabalho se faz relevante. Deste modo, o trabalho atua como uma fonte de satisfação, proporcionando a participação no tecido social, assim como de prazer, já que permite a identificação de uma contribuição útil do ponto de vista social (OLIVEIRA; PICCININI, 2011). Como a sociedade se organiza por meio do trabalho e do consumo, fazer parte destas relações se torna um fator preponderante para os indivíduos.

Portanto, assim como salientou Zubieta (2012), dissemina-se uma noção que tem o trabalho como um dos mais relevantes meios para a realização pessoal, com ênfase na dedicação e “trabalho duro”, ecoando os valores apregoados pela ética do trabalho. A manutenção destes valores se faz proeminente, e, como ressalta Weber (2004, p. 48) para que se perpetue, a lógica do capital permanece se impondo ao indivíduo como “uma crosta

que ele não pode alterar e dentro da qual tem que viver”. Os valores e significados relacionados ao trabalho são perpetuados por meio desta lógica, que educa e cria para si mesma “os sujeitos econômicos - empresários e operários - de que necessita”. Verifica-se em nossa sociedade um terreno fértil para disseminação destes valores, em uma realidade que conjuga a precariedade econômica à representação do trabalho como principal meio para dignificação.

Considerando-se as concepções do trabalho retratadas no primeiro capítulo desta tese, os resultados indicaram, além da ética do trabalho, a presença da concepção desta atividade como um laço social. Embora a percepção instrumentalizada do trabalho, com ênfase nos aspectos financeiros, qualidade de vida e bem-estar propiciados pela remuneração sejam alguns dos principais valores da concepção gerencialista, não se pode afirmar que ela estivesse presente. Isso porque o gerencialismo marca a ruptura com as noções ascéticas do capitalismo e com a ética do trabalho, implicando no abrandamento da percepção do trabalho como um dever moral e como um elemento central (BORGES; YAMAMOTO, 2014), algo que não condiz com os resultados aqui encontrados. O que se verificou foi o oposto, uma forte moralidade do trabalho, com ênfase em sua centralidade. A função social do trabalho também foi enaltecida de modo que, mesmo diante do desemprego e precariedade, não foi possível identificar a perda do valor social do trabalho, que segue marcado por uma centralidade elevada, mantendo-se como um elemento de integração social.

Entende-se que não se pode falar de um significado do trabalho único, mas sim de alguns significados predominantes entre os brasileiros e de fatores que os influenciam. Podemos falar sobre a construção de significados do trabalho partilhados em nossa cultura e, portanto, entender que há uma orientação sobre significados compartilhados por brasileiros. Essas representações partilhadas sobre o trabalho são construídas por meio de redes de interdependência, conforme os *habitus* e campos que os indivíduos ocupam e, ao mesmo tempo em que influenciam a percepção da realidade, são influenciadas por elas. Portanto, os indivíduos constroem os significados do trabalho conforme as posições que ocupam no espaço social, mas esses significados também modificam esse espaço e as interpretações que dele se fazem. Esse processo inclui percepções que ultrapassam a simples proximidade entre ocupações e áreas de atuação profissional. Conforme salienta Elias (1997, 1998), o processo civilizador de uma sociedade contribui para a formação dos *habitus* sociais que integram as percepções individuais e que se constituem de

elementos que são desenvolvidos em uma nação ao longo dos séculos. Essas percepções, estruturas e relações decorrem de processos que se desenvolvem ao longo do tempo, se opondo ao reducionismo temporal (GRANOVETTER, 2017).

Os caminhos para a dotação de significados ao trabalho constituem uma trama complexa e passam pela socialização escolar e familiar, estando marcados pelo *habitus* destes indivíduos, de modo que algumas representações que se compartilham sobre esta categoria se reproduzem no interior dessas relações, transformando novos modos de interação. A atribuição desses significados está intensamente imbricada nas interações sociais e se insere na esfera econômica, o que remete ao conceito de imersão proposto por Granovetter (1985), discutido na última seção do primeiro capítulo. Alguns destes caminhos, contudo, se diferenciam em virtude de determinados elementos abordados nesta investigação. Portanto, finalizada a discussão sobre os significados do trabalho compartilhados em nossa sociedade, passa-se ao debate sobre a influência dos fatores demográficos e estruturais em sua atribuição, contemplando-se, portanto, os objetivos específicos desta tese.

6.2 – Os significados do trabalho: a influência de fatores demográficos e estruturais

Os resultados permitiram evidenciar que características demográficas, como gênero e idade, assim como fatores estruturais, especificamente a natureza das atividades e o nível socioeconômico, influenciaram os significados compartilhados sobre o trabalho, constituindo-se como fatores para sua diferenciação. Nesta seção, o papel de cada um destes fatores será discutido.

Os achados desta pesquisa sinalizaram que os indivíduos tendem a atribuir maior centralidade ao trabalho com o passar da idade, embora mesmo os mais jovens tenham atribuído centralidade e importância a esta categoria. Esta tendência em relação à idade também foi sinalizada nas pesquisas de Mejía-Reyes e Martín-Artiles (2018), Warr (2008) e do MOW (1987). Voltando-se o olhar para o contexto sul-americano, destacam-se os achados de Zubieta et al. (2008), que identificaram o aumento da centralidade do trabalho ao longo dos anos, evidenciando o papel de influência da idade em relação ao trabalho.

Em uma perspectiva contrária aos achados de Hadju e Sik (2018), que identificaram um declínio da centralidade do trabalho após os 53 anos, a centralidade em nossa sociedade se manteve em ascensão, mesmo entre os mais velhos. Assim, entre os brasileiros, foi observada a tendência para um movimento contrário ao verificado em

alguns países, nos quais a aposentadoria muitas vezes marca a desvinculação com a atividade produtiva, influenciando, portanto, na queda da centralidade do trabalho. Isso poderia ser explicado pela necessidade de complementação de renda, no caso daqueles com menor poder econômico. Contudo, os dados indicaram que a vinculação com o trabalho se mantinha mesmo nos casos em que não havia necessidade financeira, ressaltando a relevância desta atividade na vida das pessoas. Deste modo, os resultados indicam que a percepção do trabalho como um elemento central, como um dever pessoal e coletivo se consolida com o decorrer da idade.

Neste aspecto, a socialização sobre o que é o trabalho por meio da família e da escola ajuda a consolidar a relevância moral e social do trabalho, o que reforça o papel dessas instituições na disseminação do *habitus* (BOURDIEU, 1983). Para muitos, a importância de trabalhar e de contribuir para a sociedade foi colocada desde cedo. Os valores, crenças e expectativas associados ao trabalho são, portanto, influenciados através destes agentes, de modo que indivíduos e grupos desenvolvem a socialização para o trabalho até mesmo antes de sua inserção no mercado laboral, enaltecendo os esforços para a disseminação das práticas socialmente desejáveis (MOW, 1987; ZUBIETA, 2012).

A relação com o trabalho para muitos jovens, embora possa ser marcada pelo componente da responsabilidade, já que alguns ajudam financeiramente a família desde cedo, passa por um período de concretização de expectativas e experiências, de modo que o aprendizado é um aspecto marcante e relevante. Esta percepção foi destacada no discurso dos entrevistados, que entendiam a fase inicial da carreira como um momento de aprendizado, estabelecimento de relações e experiências, priorizando ganhos que, não necessariamente, se atrelavam ao aspecto financeiro.

Os significados do trabalho se diferenciavam, de modo que os mais jovens o viam como um meio para fortalecer as redes de sociabilidade e adquirir o conhecimento necessário para o desenvolvimento em uma profissão ou ocupação. Para este grupo, o trabalho representava um meio para aquisição de experiência necessária ao universo do trabalho, com ganhos não apenas para o crescimento profissional, mas também para a valorização pessoal e autoestima.

A entrada no mundo do trabalho constitui um momento marcado por relações de aprendizagem, com o desenvolvimento da noção de responsabilização e amadurecimento. Esta fase de transição sinaliza a passagem da socialização familiar e escolar para a socialização por meio do trabalho, constituindo um caminho para a inclusão social

(BITENCOURT et al., 2014). No decorrer deste processo, tem-se a consolidação de uma valorização moral daquilo que representa a condição de ser trabalhador (ALONSO et al., 2016; MATTOS; CHAVES, 2006).

Esta valorização tende a permanecer ao longo da vida e, com o avançar da idade, os respondentes passaram a ressaltar a necessidade de contribuir socialmente por meio do trabalho. Portanto, sedimentadas as bases do aprendizado e inserção no mercado de trabalho, chegava a hora de prestar uma retribuição para a comunidade, algo importante para o favorecimento da sensação de pertencimento e integração social. Entende-se, desta maneira, que os resultados evidenciaram o desenvolvimento da percepção de importância da contribuição para a sociedade com o passar dos anos, concretizando-se a normatividade do trabalho como uma obrigação social. Fazia sentido, portanto, que após acumular conhecimentos e experiências, esta bagagem fosse reaplicada na sociedade, contribuindo-se para o seu desenvolvimento.

A necessidade de retribuir o conhecimento e aprendizagem adquiridos ao longo da vida, contribuindo para a manutenção da sociedade também denota a exaltação de uma função do trabalho marcada pela importância da contribuição social, o que favorece o sentimento de pertença e vinculação com a comunidade (MARRA et al., 2013). Portanto, a ideia de que o trabalho atua como um dos principais meios para inserção do indivíduo na sociedade, assim como a ênfase na importância de se contribuir socialmente se solidifica com o passar dos anos, o que se reflete na valorização da manutenção deste vínculo, e, conseqüentemente, na sustentação da centralidade do trabalho, mesmo entre os mais velhos.

A importância da manutenção de uma vinculação com o trabalho, assinalada pelo desejo de permanecer em atividade laboral, mesmo após a aposentadoria, ou no caso de terem dinheiro suficiente para garantia do sustento e conforto, ressalta a percepção de relevância e centralidade do trabalho. O afastamento desta atividade implicava tanto na impossibilidade de contribuir para a sociedade, quanto na sensação de perda do valor individual e até mesmo da sanidade. Para a maioria, o vazio deixado pela ausência do trabalho causava apreensão e deveria, portanto, ser evitado. O não-trabalho é algo recriminado e se vincula à percepção de incapacidade (DE OLIVEIRA MOREIRA, 2011) e, conforme afirmam Bressan et al. (2012), a inatividade a ele associada pode ser geradora de sentimentos de ansiedade e depressão, interferindo, até mesmo nos processos de construção identitária.

Nesta direção, ainda que a permanência no trabalho possa decorrer da necessidade de sustento para alguns, é importante ressaltar que o imaginário de uma aposentadoria ligada ao ócio e sentimento de inutilidade, algo que se ilustra pela classificação previdenciária dessa categoria como inativa (ZANELLI; SILVA; SOARES, 2009), pode influenciar nesse desejo de não se afastar desta atividade. Se no decorrer da vida a resposta para a pergunta ‘Quem é você?’ se vincula ao trabalho, qual deveria ser esta resposta quando a pessoa não está mais trabalhando?

Os resultados evidenciaram que não apenas os significados do trabalho se diferenciaram com a idade, demonstrando, adicionalmente, uma disposição para a preferência por aspectos extrínsecos entre os mais jovens. Com o passar da idade, foi-se observando uma tendência à valorização de objetivos intrínsecos, com destaque para a relevância de se fazer um trabalho importante para a sociedade, o que se fez marcante a partir de aproximadamente 50 anos de idade. Keyes (1998) identificou que a importância da contribuição social aumentava no decorrer dos anos, sinalizando que os participantes acreditavam ter algo de valor a oferecer, reconhecendo que seu trabalho produzia resultados importantes para a sociedade. A consolidação da importância de se contribuir para a sociedade por meio do trabalho sinaliza a elevada moralidade da categoria, o que se aproxima da ética do trabalho caracterizada por Weber.

Os achados da análise quantitativa sinalizaram a diferenciação entre os significados do trabalho conforme o gênero dos participantes, indicando que os homens tendem a possuir maior entendimento de que o trabalho constitui uma obrigação para com a sociedade, o que estaria relacionado a uma maior centralidade do trabalho. Estes achados podem sinalizar que alguns estereótipos de gênero, marcados pela representação social de que a responsabilidade pelo sustento familiar deve ser atribuída ao homem, ainda se faz presente em nossa sociedade. Contudo, ao se aprofundar o entendimento dessas diferenciações por meio das entrevistas semiestruturadas, foi possível verificar que esta tendência se mantinha somente entre as mulheres que não se sentiam responsáveis pelo sustento individual e de sua família.

No discurso de algumas dessas entrevistadas foi possível identificar a naturalização de uma socialização que prepara as mulheres para o ambiente doméstico e para a esfera do cuidado. Notou-se o reflexo de uma socialização familiar que muitas vezes reproduz a noção de que a responsabilização pelo sustento e provimento das necessidades materiais da família seria direcionada aos homens. Às mulheres era

reservada a educação para o cuidado doméstico, algo que se verifica desde a divisão de tarefas na infância, como salientam Carvalho, Loges e Senkevics (2016). Além disso, muitas se sentem divididas entre velhos e novos valores, pois, apesar do incentivo ao trabalho, ainda se sentem responsáveis e cobradas pelo cuidado do lar, o que dificulta a conciliação entre estas esferas (SOUZA; LOPES; HILAL, 2017).

Segundo o MOW (1987), os valores associados ao trabalho são desenvolvidos na socialização primária. Essas práticas de socialização, que se desenvolvem especialmente na primeira infância (SHARABI; HARPAZ, 2013), estando relacionadas à cultura predominante, influenciam a inserção das mulheres no mercado de trabalho. Assim, muitas mulheres assumem funções que são pensadas para absorver características definidas socialmente como femininas, como atividades voltadas para o cuidado e afeto, por vezes classificadas como menos complexas (SABOYA, 2015). Deste modo, a diferenciação na centralidade pode ser reflexo da desigualdade no acesso ao trabalho, assim como da percepção de que os homens ainda ocupam majoritariamente o espaço público relacionado ao labor e ao prover, ao passo que as mulheres estariam mais voltadas para as esferas domésticas e do cuidado, com sérias limitações para acesso a espaços e posições mais privilegiados. Assim, a socialização e as desigualdades no mercado de trabalho se retroalimentam. Isso porque as condições de trabalho das mulheres, apesar de sua incorporação crescente no mercado de trabalho, são geralmente mais precárias e desiguais em relação aos benefícios salariais e sociais (MEJÍA REYES; MARTÍN ARTILES, 2018).

Portanto, tem-se um cenário em que as mulheres são inseridas em atividades voltadas majoritariamente para o setor de serviços, muitas vezes marcadas por relações de precariedade e com menor remuneração, alinhado à ideia de que os homens são responsáveis pelo sustento familiar. O que reforça a noção social de que muitas dessas mulheres possuem apenas um papel de ajuda no orçamento doméstico. Assim, dissemina-se o estereótipo de gêneros em que o homem ajuda a arrumar a casa e a mulher ajuda a pagar as contas, como se as responsabilidades não devessem ser divididas.

É importante ressaltar que a inserção da mulher no mercado de trabalho tem crescido no país, sendo que muitas delas são, inclusive, responsáveis pelo sustento e manutenção de suas famílias. Esse fenômeno, contudo, é caracterizado por uma bipolarização: de um lado tem-se o aumento de mulheres que atuam em cargos executivos e em funções que exigem formação intelectual superior e, de outro, nota-se o incremento

da atuação feminina em atividades de serviços, cuidado e emprego doméstico (HIRATA, 2009). A desigualdade ainda se faz presente, sendo que as mulheres possuem menor jornada semanal, bem como menor acesso a posições mais elevadas e com maior remuneração (MADALOZZO; MARTINS; SHIRATORI, 2010). Na sociedade contemporânea, a posição social de homens e mulheres é caracterizada por forte desigualdade, seja em termos de repartição do trabalho doméstico, hierarquia profissional ou representação política (HIRATA, 2018).

Portanto, esse histórico de desigualdades, assim como o envolvimento concomitante com as esferas da família e do cuidado, podem contribuir para que o trabalho não seja um elemento tão central na vida de algumas mulheres (TORGLER, 2012). A responsabilização dos homens pelo bem-estar financeiro da família, assim como a cobrança em relação às mulheres pela garantia das necessidades sociais e emocionais familiares conduziram, neste sentido, a diferentes valorações do trabalho, que seria mais central entre os primeiros (SHARABI; HARPAZ, 2011).

No entanto, o aprofundamento por meio das entrevistas semiestruturadas sinalizou indícios de mudança nessa tendência. Foi possível identificar mulheres que atribuem alta centralidade e importância ao trabalho. Detectou-se entre elas uma socialização familiar, especialmente de origem materna, que enfatizava a necessidade de se fomentar a independência e a emancipação profissional femininas. Deste modo, entende-se que quando as mulheres reconhecem que o trabalho possibilita a independência e a atuação para além dos espaços domésticos, valorizando a ocupação desses espaços, elas atribuem maior centralidade ao trabalho, que chega até mesmo a ser uma das esferas mais valorizadas. Neste contexto, não se verificam diferenciações na centralidade do trabalho entre homens e mulheres, assim como foi reportado por Oguegbe et al. (2014).

Este cenário sinaliza caminhos para a superação de um modelo de gêneros em que o homem é responsabilizado pela esfera econômica e a mulher pela esfera do cuidado doméstico, o que levaria a uma tendência de equalização da centralidade do trabalho entre homens e mulheres. Além disso, reflete o modo como a socialização ocorrida especialmente na infância pode influenciar a reprodução de práticas disseminadas por estruturas sociais. Entre aquelas mulheres que vivenciaram exemplos voltados para a necessidade de superação e independência econômica, a importância de trabalhar era ressaltada desde cedo. Por outro lado, entre aquelas que eram ensinadas a se

responsabilizar pelo cuidado, entendendo que a responsabilidade financeira caberia ao homem, o envolvimento com o trabalho fora de casa seria menor.

Salienta-se aqui a função do *habitus*, atuando como uma espécie de “inércia incorporada”, como um prisma por meio do qual as experiências são filtradas e se traduzem em disposições que acabam por armazenar e prolongar a influência dos diversos ambientes sucessivamente encontrados ao longo de uma trajetória (WACQUANT, 2007, p. 68). Neste sentido, embora não se negligencie de maneira alguma a agência desses atores, destaca-se o papel do *habitus*, que atua concomitantemente como um sistema de modelos para percepção, apreciação e reprodução de práticas, em consonância com as posições ocupadas nos campos ao longo de sua construção. Ressaltam-se também os reflexos de um jogo de poder (ELIAS, 2008), em que o privilégio no acesso a melhores ocupações e remunerações por parte dos homens deve ser mantido.

Os resultados não evidenciaram a diferenciação entre significados atribuídos ao trabalho por homens e mulheres. A expectativa era de que o significado instrumental seria mais frequente entre homens, ao passo que a expressividade e conexão social corresponderiam a significados comumente atribuídos pelas mulheres. No entanto, os aspectos de instrumentalidade, normatividade como obrigação social, o papel de conexão social do trabalho, bem como sua valorização intrínseca foram igualmente reportados por ambos os gêneros. Já em relação aos objetivos valorizados por meio do trabalho, foi possível identificar a preferência da maioria das mulheres por aspectos intrínsecos, como os relacionamentos interpessoais e realização de um trabalho importante para a sociedade, ao passo que os homens demonstraram tendência para valorização de objetivos extrínsecos, como segurança e salário.

Isso pode significar que a socialização entre gêneros se diferencia em relação ao papel que cada um deve adotar no mercado de trabalho, bem como no que concerne aos objetivos que homens e mulheres devem valorizar que sejam atingidos por meio desta atividade. Essas configurações de gênero produzidas na socialização influenciam na divisão social de tarefas e conduzem a diferentes significados sobre a qualificação feminina e masculina (SABOYA, 2015). Embora as concepções sobre os significados do trabalho sejam partilhadas de maneira mais homogênea sob a perspectiva do gênero, delimita-se o espaço que cada um deve, idealmente, ocupar.

Os resultados da modelagem de equações estruturais mostraram que, embora tenha-se percebido uma tendência para atribuição de elevada centralidade ao trabalho,

esta característica se fez ainda mais proeminente entre os indivíduos com menor nível socioeconômico e que atuam majoritariamente com tarefas repetitivas, manuais e sem independência. O efeito destes elementos ocorreu de maneira conjunta, indiciando que quanto maior o nível de intelectualidade, criatividade e independência nas atividades executadas, mais elevado seria o nível socioeconômico ocupado e mais baixa seria a atribuição de centralidade do trabalho.

Ao se aprofundar as análises por meio da metodologia qualitativa os resultados novamente indicaram que o trabalho foi avaliado, majoritariamente, como uma categoria central em todos os grupos. Embora tanto os indivíduos com status socioeconômico alto e baixo tenham evidenciado a importância do trabalho, a motivação para esta valoração se mostrou distinta. Assim, não foi possível afirmar que as pessoas com maior nível socioeconômico atribuíssem menor centralidade ao trabalho, mas sim, menor dependência em relação a ele. O que se verificou, na verdade, foi uma diferenciação em termos dos significados atribuídos ao trabalho. Entre as pessoas com menor NSE, o trabalho assumiu um significado majoritariamente instrumental. Portanto, a atividade foi percebida como um meio para garantia do sustento e da sobrevivência, possibilitando a tentativa de superação de uma situação econômica desfavorável (SOBROSA et al., 2013; WRAY-LAKE et al., 2011). Ou seja, o trabalho representava uma necessidade. Estes resultados sugerem uma relação entre o *background* familiar e os valores do trabalho, em consonância com a perspectiva da estratificação no processo de socialização (MOW, 1987).

Quando se perguntou aos participantes como imaginavam que seria suas vidas sem o trabalho, aqueles com menor NSE afirmaram se preocupar com sua sobrevivência e subsistência. Para eles, sem o trabalho a vida seria extremamente difícil e provavelmente passariam fome, “nossa... nem imagino, porque... não teria como... teve uma época que meu marido ficou desempregado dois anos e eu sustentava a casa, pagava tudo... se não trabalhar não tem como sobreviver” (E21). Por outro lado, entre aqueles com nível socioeconômico médio a elevado, a principal reação quando confrontados com a possibilidade de ausência de trabalho seria o acometimento de frustração e tédio, ou até mesmo tristeza. “Então... não seria feliz. Não seria feliz...” (E15). Em posição semelhante, o entrevistado E19 responde: “Fizesse nada? Eu seria triste... triste. Imagina? Ia ficar vendo televisão, mexendo em computador? Esperar ter uma rotina, levar menino na

escola, buscar, fazer para casa e depois dormir? Não. Isso não imagino nunca”. Entre eles, a questão da sobrevivência não foi, sequer, mencionada.

Mais uma vez, busca-se na teoria de valores pós-materialistas de Inglehart (1997a, 2008) uma explicação para essa tendência observada. Como explanado anteriormente, os agentes sociais atribuem maior valor subjetivo aos elementos que garantem sua subsistência e segurança e, somente quando estes são atingidos, os valores relacionados à expressão e emancipação podem ser vislumbrados. Assim, os aspectos socioeconômicos conformam os valores associados ao trabalho, sendo esperado haver maior centralidade do trabalho em situações marcadas por condições socioeconômicas mais desfavoráveis (YEGANEH, 2017). Nesta direção, entende-se que o trabalho seria mais central para aqueles com menor nível socioeconômico porque o não-trabalho estaria associado à não garantia de sua sobrevivência, à não existência. Desta forma, essa categoria seria fundamental para emergência do senso de segurança existencial.

Além disso, Rizzo e Chamon (2010) afirmam que, principalmente entre pessoas de classes sociais mais baixas, a independência e a emancipação são vislumbradas por meio do trabalho. Deste modo, a dificuldade de atingir um maior status social, assim como o acesso restrito a algumas gratificações, aumentariam o envolvimento com o trabalho, visto como uma rota alternativa para se atingir recompensas sociais e econômicas (PARBOTEEAH; CULLEN, 2003).

Por outro lado, entre aqueles que atuam com tarefas marcadas por independência e variedade, a função expressiva do trabalho era salientada. Os respondentes que pertenciam a classes sociais mais altas, além da questão financeira, buscavam atingir necessidades psicológicas mais elevadas, em que o trabalho fosse uma fonte de satisfação pessoal e possibilitasse o desenvolvimento de habilidades, como as intelectuais e de criatividade.

É importante salientar que o trabalho é um meio para que se possam suprir necessidades básicas, como as de segurança, alimento e abrigo, mas também pode prover recursos sociais, como status e prestígio. Contudo, para que possa voltar sua atenção e interesse para objetivos mais elevados, o indivíduo precisa que estes elementos básicos sejam minimamente supridos. Isso pode sinalizar que os caminhos para dotação de significado ao trabalho tendem a passar pelo acesso a oportunidades, de modo que, embora também sejam marcados por aspectos e escolhas individuais, estejam fortemente relacionados ao contexto social e econômico vivenciado (BLUSTEIN et al., 2002).

Ademais, o trabalho pode fornecer acesso aos recursos materiais e sociais necessários ao manejo do poder, viabilizando a um ou mais atores que façam prevalecer seus objetivos nas relações sociais (BLUSTEIN et al., 2008). Essas relações ocorrem no campo, composto por vinculações que se ancoram em posições de poder, conforme o capital acumulado pelos indivíduos envolvidos, mas também envolvem o *habitus*, marcado por relações históricas "depositadas" nestes indivíduos na forma de percepção, apreciação e ação (WACQUANT, 1995). Como salientado no segundo capítulo desta tese, a dotação de significado a uma ação passa pelo entendimento da posição ocupada pelos agentes sociais, o que envolve a compreensão do *habitus* desses sujeitos. Assim, as representações compartilhadas sobre o trabalho se alteram em decorrência das disposições dos agentes sociais, tendo-se em conta seus interesses e *habitus*, conforme a posição que ocupam no mundo social (BOURDIEU, 2004).

Essas lutas que ocorrem no interior do campo influenciam o peso e a distribuição do capital, modificando sua estrutura. A posição ocupada por estes indivíduos tem um caráter relacional, sendo reflexo da luta e da concorrência pelo acesso aos bens simbólicos e materiais. Nesta luta, os agentes fazem uso de estratégias de distinção e valorização de suas formas de capital, conforme o campo em que participam. Assim como adverte Elias (2008), o poder é uma função dos laços de interdependência e compreende uma propriedade universal das relações humanas e, para aqueles que o detém, a manutenção dos privilégios por eles garantido é um fator preponderante.

Os participantes com menor NSE relataram, muitas vezes, terem começado a trabalhar ainda quando crianças, devido à necessidade de prestar alguma ajuda financeira à família. Por outro lado, entre aqueles com condições socioeconômicas mais favoráveis, o início da vida profissional coincidia com a maior idade ou com a prestação de estágios vinculados ao nível de educação superior. Deste modo, os espaços ocupados no mercado de trabalho por estes indivíduos se diferenciaram em função da socialização primária, mas também foram condicionados pela classe social e por *habitus* de classe. Nesses trajetos, criam-se diferentes visões sociais do mundo, por meio das quais se representam significados distintos e que “mobiliza sentimentos também distintos, que impregnam a vivência de suas ações no interior do processo de produção e fora dele” (IAMAMOTO, 2006, p. 71).

Portanto, embora seja dotado de agência e tenha vivenciado uma trajetória singular, o indivíduo tende a ceder às condições sociais, identificando-se com o estilo e distinção partilhados pela classe social à qual pertence. Seu *habitus* é, assim, uma versão

de um *habitus* compartilhado por membros de sua classe, sendo interiorizado nas trajetórias que se desencadeiam ao longo da história. Quando ele se torna estruturado, produz representações sobre as produções simbólicas e orientam a ação. A atribuição dos significados ao trabalho se conforma em decorrência dessas trajetórias, que são marcadas pelas posições e campos ocupados no espaço social (BOURDIEU, 2006).

Evidenciou-se no segundo capítulo que as trajetórias dos indivíduos ajudam a condicionar sua inserção no campo laboral e influenciam as posições ocupadas, posições estas que são fruto do volume de capital necessário ao funcionamento deste campo, conformando a percepção e os significados do trabalho. Deste modo, a compreensão dos significados do trabalho como uma “realidade social” passa pelo entendimento de que essa realidade, este significado, é também fruto de uma percepção (BOURDIEU, 2004).

Os respondentes que pertenciam ao menor nível socioeconômico reportaram a dificuldade de acessar determinados tipos de trabalho, que alguns denominaram como “trabalho bom”, até mesmo pela menor escolarização, já que muitos tiveram que abandonar os estudos precocemente. Para estes, a escolha do trabalho a ser realizado não foi uma opção viável. O trabalho, fosse ele bom ou ruim, era necessário. Percebe-se que interiorizaram algumas condições que resultam da trajetória vivenciada, condicionando as posições a serem ocupadas neste campo (CARNEIRO, 2006), indicando uma aceitação tácita dos limites e distâncias vinculados a estas posições (BOURDIEU, 1989). Nas lutas que se desenvolvem, cabe àqueles que possuem maior volume de capital e poder, não somente a definição das posições laborais que são valorizadas, mas também a manutenção dos limites, fronteiras e requisitos para acesso a estas posições. Definem, portanto, os critérios para estipular quem serão os mercedores do “trabalho bom”.

A análise dos significados por meio do elemento socioeconômico evidenciou a percepção de dois extremos. De um lado, a importância de se fazer o que se gosta, que permitisse a satisfação pessoal e, até mesmo, a vivência de trabalho vocacionado, de modo que, para estes, nem sempre a questão financeira era o elemento primordial na escolha de um trabalho. Do outro, destacava-se a necessidade de se aprender a gostar daquilo que faz, em um caráter de resignação. Não que isso excluísse o papel ativo desses atores nas lutas travadas nos campos por eles ocupados, mas, diante do reconhecimento das limitações oriundas do desequilíbrio de poder, poderia ser necessário adotar alguma saída alternativa como forma de lidar com possíveis frustrações. Muitas vezes, essa resignação advinha da própria fé cristã.

Esses resultados sugerem que, embora não tenham sido verificadas diferenças em relação ao desejo de optar por um trabalho interessante, a percepção da capacidade de colocar essa escolha em prática possa ser impactada pela classe social e por fatores socioeconômicos, de modo que apenas uma parcela poderia experimentar tais privilégios, acessando o trabalho vocacionado (DUFFY et al., 2013; DUFFY; AUTIN, 2013). Entende-se, portanto, que o contexto vivenciado teria potencial para facilitar o acesso às aspirações ocupacionais, de modo que aqueles com maior NSE poderiam atuar com atividades que gostam (BLUSTEIN et al., 2002), tendo o privilégio de acessar o trabalho bom e, assim, colocar em prática o desenvolvimento de seu potencial criativo e intelectual. Portanto, o aspecto vocacional evidencia um privilégio de classes (SOUZA, 2018), de modo que a importância de gostar do trabalho e exercer uma vocação se mostrou uma realidade para aqueles de classes mais altas. Para quem não tem oportunidades de escolha, o que resta é a resignação, sendo necessário que se aprenda a gostar daquilo que faz. Assim, parece claro que o fator socioeconômico seja uma parte determinante do cenário de desenvolvimento de carreira e escolhas profissionais.

Para além da diferenciação entre os significados atribuídos ao trabalho em decorrência do nível socioeconômico e natureza das atividades, foram observadas distinções entre os objetivos valorizados por meio do trabalho. Entre aqueles de estatuto socioeconômico mais baixo, observou-se a valorização de objetivos extrínsecos, como a questão financeira e a segurança. Entre aqueles de NSE mais elevado, a valorização da contribuição social e dos relacionamentos interpessoais foi mais relevante. Esses resultados sinalizam que, em uma realidade marcada pela incerteza econômica, o dinheiro e a segurança tendem a ser mais valorizados (WRAY-LAKE et al., 2011). Ademais, segundo Kohn e Schooler (1969), as condições ocupacionais vivenciadas pelas classes mais baixas tendem a limitar a visão dos trabalhadores no sentido de valorização dos objetivos extrínsecos que a atividade promove, e, além disso, fomentam uma concepção restrita e limitada da sociedade, promovendo a valorização da conformidade com normas e com a autoridade. Por outro lado, condições de trabalho que estimulam o trabalho intelectual e a iniciativa tendem a facilitar o desenvolvimento da consciência crítica e, por conseguinte, podem levar a uma perspectiva mais ampla da sociedade. Assim, o modo como percebem a realidade se relaciona às posições que ocupam na estrutura social (NEUBERT, 2018), estando a estrutura deste campo de lutas condicionada pelas relações de forças entre estes atores (BOURDIEU; WACQUANT, 1992).

Sob a perspectiva eliasiana, pode-se pensar que nesta relação há uma forte variação na distribuição de poder entre esses atores. Nessa balança, o poder pende para o lado de uma pequena parcela que detém o monopólio do acesso ao jogo e pode, assim, planejar sua estratégia de acordo com a visão privilegiada que possui e, deste modo, intervir de maneira mais direta em cada jogada na sua configuração. A manutenção do poder é de fundamental importância, pois “à medida que diminuem as diferenças de poder entre indivíduos e grupos interdependentes, se torna decrescente a possibilidade de quaisquer participantes, por si próprios ou enquanto grupo, estarem aptos a influenciar o decurso global do jogo” (ELIAS, 2008, p. 104). Como as posições ocupadas em determinadas redes condicionam as imersões em novas conexões (GRANOVETTER, 2005), influenciando os desfechos sobre a importância relegada a um determinado tipo de trabalho, bem como sobre o que se consegue acessar por meio desta atividade, a conservação dos privilégios por meio destas relações de poder é de suma importância. Por meio delas, reserva-se a uma minoria as benesses sociais e econômicas oriundas do trabalho, especialmente aqueles classificados como vantajosos em termos econômicos e sociais, dotados de reconhecimento e valorização social.

Esses processos de interações, figurações e balanços de poder acabam por influenciar na valorização de determinadas profissões ou ocupações em detrimento de outras, contribuindo para a manutenção da desigualdade. Essas condições alteram a acumulação dos diversos tipos de capital que serão acessados por essas classes no campo social, influenciando o (des)equilíbrio de poder. Ashforth e Kreiner (1999) ressaltam que o prestígio de uma profissão ou ocupação se constitui a partir de percepções sociais enraizadas sobre os diversos tipos de trabalho, podendo afetar a construção social das ocupações e a importância atribuída a elas e, em decorrência disso, influenciar a atribuição de significados ao trabalho. Essa construção advém de relações temporais entre estes grupos e reflete nas fronteiras estabelecidas pelas pessoas na distinção entre as ocupações valorizadas e as desvalorizadas ou estigmatizadas. Assim, cabe aos atores sociais, dotados de acesso privilegiado a diversos tipos de capital e de poder, o esforço para a manutenção da valorização de suas posições ocupacionais, que reservam melhores condições de trabalho e de remuneração. As normas e culturas em que os atores estão imersos alteram até mesmo a habilidade laboral e a produtividade. Deste modo, nas situações em que os grupos atribuam grande valor a determinada habilidade, ela pode se

tornar símbolo de *status* (GRANOVETTER, 2005), com reflexos nos significados que estas pessoas atribuem ao seu trabalho.

Por fim, os resultados das análises realizadas em ambas as etapas não permitiram confirmar a diferenciação da centralidade do trabalho entre católicos e protestantes, tampouco corroboraram a expectativa de que a normatividade do trabalho como uma obrigação social seria mais proeminente entre estes últimos. Os achados sinalizaram, contudo, que especialmente entre os católicos, a moralidade cristã permeava a valoração do trabalho, enfatizando os desígnios divinos, o que influenciava na percepção daquilo que seria considerado como um trabalho digno. Neste sentido, indiciava-se a desvalorização de trabalhos que não cumprissem os valores de dignidade moral. Para alguns destes católicos, a única atividade que não merece o status de uma profissão, não sendo, portanto, classificada como um trabalho, seria a prostituição. Tradicionalmente, a atividade é fortemente recriminada pela prática católica, podendo ser chamada de “abominação ao Senhor” já que o corpo, visto como templo do Espírito Santo, deve ser resguardado (LOPES, 2017).

A disseminação de valores religiosos na sociedade, permeando até mesmo a esfera do trabalho, pode ser reflexo do cenário socioeconômico do país. Por meio de uma ampla análise que envolveu uma extensa gama de países, Norris e Inglehart (2018) verificaram que a religiosidade persiste mais fortemente entre as populações vulneráveis, especialmente em países mais pobres e em estados fracassados, onde a expectativa de sobrevivência pessoal é vista como mais sujeita a incertezas. Os autores afirmam que a exposição física, social e pessoal a inseguranças e riscos implica em maior unidade religiosa, o que pode explicar a disseminação dessas doutrinas no país. Segundo os achados de Geser (2009) a influência da religiosidade nos valores associados ao trabalho é mais proeminente entre países mais pobres.

No entanto, sem sempre a questão da dignidade e moralidade foi ressaltada. Talvez porque a questão da sobrevivência por meio do trabalho fosse tão central, este tipo de moralidade e dignidade do trabalho não chegou a ser um fator preponderante. Este entendimento pode também estar fundamentado na valorização do trabalho por meio da cultura judaico-cristã, com seus preceitos de igualdade entre as pessoas e valorização do trabalho como forma de servir a Deus. Ademais, a visão disseminada pela ética do trabalho ressalta a importância de se trabalhar, já que a ociosidade deve ser fortemente combatida. A perda de tempo é “o primeiro e, em princípio, o mais grave de todos os pecados”, pois “cada hora perdida é trabalho subtraído ao serviço da glória de Deus”

(WEBER, 2004, p. 143–144). Deste modo, pode ser que para alguns destes participantes o que realmente importava era a dedicação à atividade laboral, em consonância com os valores apregoados pela ética do trabalho.

Em direção semelhante aos resultados aqui verificados, Ali, Falcone e Azim (1995) e Geser (2009), não observaram diferenças nos significados atribuídos ao trabalho por católicos e protestantes. Para Ali, Falcone e Azim (1995), isso pode indicar que a amplitude do fluxo de informações, assim como as extensas interações sociais na sociedade atual e a mobilidade, podem ajudar a reduzir as diferenças nas condutas relacionadas ao trabalho que são atribuídas a um determinado grupo religioso. Deste modo, entende-se que a atitude positiva em relação ao trabalho possa estar relacionada à fé cristã em geral, não havendo distinção entre essas afiliações (GESER, 2009). Além disso, como a igreja está imersa em um contexto impulsionado por marcadores econômicos, esta instituição se vê obrigada desempenhar um papel de promoção da ética do trabalho, de modo a contribuir para o crescimento e estabilidade econômicos. Deste modo, cada proclamação da igreja deve ser entendida como um ato econômico, já que até mesmo os resultados do sistema capitalista se inserem como uma oferta para a religião. Reforça-se, portanto, o papel notável que a igreja desempenha ao inculcar uma ética do trabalho que atua como força motriz da atividade econômica (STEENKAMP, 2013).

Por fim, é relevante salientar que o processo de flexibilização do trabalho – o que Piore e Sabel (1984) chamaram de “segunda ruptura industrial” – tem se dado de forma mais ou menos linear desde a década de 1970. Os livros de Braverman (1980), de Burawoy (1979, 1985) e de Piore e Sabel (1984) representam marcos nos estudos sobre o processo de flexibilização do trabalho e suas consequências para os processos de produção, para a dinâmica organizacional e para as relações de poder nas sociedades contemporâneas.

Esses autores pautaram as reflexões sociológicas sobre o trabalho, desde então. Assim, tanto nas pesquisas sobre mercado de trabalho, quanto nos estudos sobre processo de trabalho e sobre ações coletivas no mundo laboral, o arcabouço teórico fundamental da Sociologia não mudou de forma significativa desde a publicação desses trabalhos seminais. Os problemas de pesquisa e as hipóteses analíticas têm se mantido, portanto, fundamentalmente os mesmos, desde então.

A análise empírica desta tese está focada em duas fontes empíricas com certo lapso de tempo entre a primeira parte – um banco de dados quantitativo – e a segunda parte, resultante de entrevistas em profundidade. Todavia, como explicitado acima, ambas as

fontes de dados são cabíveis do mesmo tipo de reflexão sociológica, visto que há uma continuidade no debate sobre os assuntos centrais da Sociologia do Trabalho. Desta forma, as mesmas questões de pesquisa e hipóteses analíticas podem ser utilizadas para analisar toda base empírica desta tese. Acredita-se, aqui, que se tenha conseguido criar um único fio analítico a conectar as reflexões teóricas e as análises empíricas do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese teve como ponto inicial a seguinte indagação: Na sociedade brasileira atual, quais são os significados compartilhados sobre o trabalho, levando-se em consideração a influência de fatores demográficos e estruturais? Para que se pudesse responder a esse questionamento, a pesquisa teve como objetivo central analisar a influência de fatores demográficos e estruturais na formação dos significados compartilhados sobre o trabalho, buscando compreender o papel de cada um deles neste processo. Neste intento, elegeram-se como fatores demográficos a idade, o gênero e a afiliação religiosa e, como fatores estruturais a natureza das atividades desempenhadas e o nível socioeconômico dos indivíduos. Os objetivos específicos se concentraram na identificação dos significados do trabalho compartilhados entre os brasileiros, bem como na compreensão do modo como esses fatores influenciam nos significados partilhados sobre essa categoria. Entende-se que o esforço empreendido ao longo desta investigação permitiu que esses objetivos fossem integralmente cumpridos.

Adotou-se um percurso metodológico misto, em que se articularam ferramentas de análise quantitativas e qualitativas no intuito de se suprir os objetivos da investigação, partindo do entendimento de que a conjugação destas duas ferramentas é imprescindível para a ampla compreensão do fenômeno. Os resultados permitiram identificar uma alta valorização do trabalho por parte dos brasileiros, sinalizando a presença de forte centralidade da esfera laboral, assim como a intensa inclinação para a percepção de uma moralidade que confere ao trabalho o papel de uma obrigação social, o que se aproxima de alguns valores apregoados pela ética do trabalho salientada por Weber. Os elementos trazidos nos capítulos teóricos ajudaram a fornecer substratos que corroboram a relevância social do trabalho, assim como sua centralidade, mesmo diante de condições de degradação e precariedade, em consonância com os achados empíricos. Alguns dos principais significados compartilhados sobre o trabalho foram ressaltados, evidenciando-se o caráter polissêmico desta categoria. Estes significados tiveram uma conotação majoritariamente positiva, o que destacou a relevância da categoria trabalho em nossa sociedade.

Os achados observados ao longo desta tese permitiram também identificar que características demográficas, como gênero e idade, assim como fatores estruturais, especificamente a natureza das atividades e o nível socioeconômico, influenciaram os

significados atribuídos ao trabalho. Estes fatores influenciam os trajetos que levam à formação dos diferentes significados compartilhados sobre o trabalho, sinalizando caminhos distintos na socialização dos indivíduos, caminhos estes que ajudam a conformar, de alguma maneira, as posições que estes sujeitos ocupam nos espaços sociais. Essas posições influenciam a percepção social do trabalho e dos seus significados. Mas, ao mesmo tempo em que se constroem a partir dessas posições, as representações compartilhadas sobre o trabalho alteram tais posições e a dinâmica do campo social, modificando a realidade, bem como as ações e percepções desses agentes sociais. Os resultados aqui verificados permitiram, portanto, elucidar que a conformação dos significados do trabalho passa por caminhos muito mais complexos do que aqueles pautados em aspectos singulares, como a mera aproximação entre ocupações e áreas de atuação profissional.

Neste processo de natureza relacional, evidencia-se o papel do *habitus*, assim como a função do campo/figuração e da distribuição de poder/capital. O aporte às teorias bourdieusiana e eliasiana foi essencial para o esclarecimento acerca deste fenômeno, pois os conceitos desenvolvidos por estes autores ajudaram na compreensão de que a construção dos significados do trabalho como elementos sociais compartilhados passa pela integração de processos sociais e individuais. As representações e interpretações da realidade do trabalho se constituem como construções mentais elaboradas coletivamente conforme os referenciais culturais, *habitus*, disposições e figurações que os atores sociais vivenciam. Elas são transmitidas essencialmente através de laços fracos, que viabilizam a disseminação e a reprodução dos significados compartilhados sobre o trabalho. Estes, por sua vez, atuam como um referencial para que os atores interpretem o trabalho, orientando comportamentos individuais e práticas coletivas. Mas, ao mesmo tempo, as representações são modificadas por esses comportamentos e práticas. Neste sentido, percebe-se, por exemplo, que a moralidade do trabalho se reflete em ações e comportamentos que normalizam o discurso de dignificação do trabalho, o que acaba por sustentar e reforçar essa normatividade, consolidando tal noção entre os agentes, que a reverberam em suas práticas, ecoando na sociedade. Elias nos ajudou a compreender que as representações que se compartilham sobre o trabalho e seus significados emanam das interdependências, sendo influenciadas pelas relações de poder que se estabelecem entre os agentes sociais. Não podem, portanto, ser verdadeiramente acessadas quando se circunscreve a análise a oposições entre indivíduo e sociedade.

Além disso, a perspectiva adotada por Granovetter permitiu elucidar que a construção dos significados do trabalho está imersa (*embedded*) em sistemas de relações sociais. Os atores sociais, ao transitarem por redes formadas por laços fracos disseminam esses significados, atuando na construção da realidade. Esses significados se referem a uma categoria que se constitui como um dos principais meios para inserção da vida social na esfera econômica, estando sua construção diretamente imersa no tecido social, vinculada a instituições e relações não-econômicas. Ademais, o conceito de imersão, assim como os conceitos trazidos por Bourdieu e Elias, favorece o entendimento de que as relações sociais afetam o comportamento individual e os significados atribuídos ao trabalho, mas são, igualmente, afetadas por estes, estando, portanto, em constante transformação.

Os resultados evidenciaram que os elementos sociodemográficos e estruturais se constituíram como um importante fator de diferenciação dos significados do trabalho, contribuindo também para que se atribuíssem níveis distintos de centralidade a esta categoria, o que sugere a confirmação da hipótese central desta pesquisa, bem como de algumas das pressuposições específicas aqui destacadas. Nesta direção, os achados sinalizaram que a consolidação do trabalho como uma obrigação social se evidenciava com o aumentar da idade, indiciando efeitos de uma socialização que prepara os indivíduos para o trabalho, favorecendo a sua valorização ao fomentar a ideia de que esta categoria funciona como uma fonte digna e moralmente aceita para a vinculação do indivíduo ao tecido social.

Os achados permitiram verificar também que a socialização de alguns estereótipos de gênero, disseminados por meio de figurações que visam a manutenção de certos tipos de privilégio e poder, influenciam as posições ocupadas pelas mulheres e acabam por induzir o modo como elas atribuem significados ao trabalho. Ainda assim, foi possível identificar caminhos para a superação destes estereótipos por meio de uma socialização primária que valoriza a emancipação feminina pela via do trabalho. Deste modo, sinaliza-se alguma tendência para a superação de uma divisão sexual do trabalho, em que o homem é responsável pelo sustento e a mulher pelo cuidado, o que poderia ajudar a abrir caminhos para uma ocupação mais igualitária do mercado laboral, possibilitando uma percepção mais equânime da centralidade do trabalho.

Foi possível identificar, adicionalmente, que o nível socioeconômico constitui um forte elemento de influência na conformação dos significados partilhados sobre o

trabalho. Em consonância com a teoria de valores pós-materialistas, a busca por objetivos voltados para a autoexpressão tende a ocorrer quando as necessidades de sobrevivência e segurança estão minimamente supridas, o que influencia o papel atribuído ao trabalho, que se diferencia conforme o NSE dos indivíduos. Ao influenciar tanto o *habitus*, como as disposições, figurações e relações de poder, o desequilíbrio socioeconômico contribui para a diferenciação das ocupações/profissões e posições que cada um tende a acessar. Como ocupam posições distintas no campo social, esses agentes percebem a realidade de modo desigual, construindo diferentes significados sobre o trabalho. Essas posições são influenciadas, adicionalmente, pelo volume de capital destes agentes, mas as lutas que estabelecem nesses campos também alteram a distribuição deste capital, modificando sua estrutura. Evidencia-se, portanto, um jogo de poderes que tem, dentre outros objetivos, a manutenção dos privilégios e benesses acessadas por meio do trabalho, reservando a poucos o seu acesso.

Embora não se tenham verificado diferenciações entre os significados do trabalho compartilhados por participantes de afiliação religiosa católica e protestante, foi possível perceber a disseminação da ética protestante na valoração do trabalho, já que a atividade foi majoritariamente entendida como um meio para dignificação pessoal e vinculação à sociedade como um todo. Deste modo, a disseminação do dever de trabalhar, reverberando a ideia de que esta atividade dignifica o ser humano, se fez patente entre a maioria, independentemente de sua afiliação religiosa, permeando até mesmo o discurso e as ações daqueles que não possuem religiosidade. Em alguns casos, a moralidade cristã se fez presente, ajudando a definir os critérios do que poderia ser entendido como um trabalho moralmente aceito.

Esta tese trouxe contribuições para o campo investigações relacionadas aos sentidos e significados do trabalho, colaborando com a construção de conhecimentos na literatura sociológica, mais especificamente na Sociologia do Trabalho. Optou-se por trazer elementos que favoreceram a compreensão dos caminhos acessados na formação dos significados partilhados sobre o trabalho, privilegiando o enfoque em fatores sociais, em uma resposta à crítica sobre a adoção de perspectivas que analisam os significados do trabalho a partir de singularidades, como a área de atuação profissional. Ao trazer elementos sociais mais amplos para essa discussão, acredita-se que o estudo desenvolvido tenha trazido subsídios que favorecem uma interpretação sociológica sobre o modo como alguns elementos sociodemográficos e estruturais influenciam na formação dos

significados compartilhados sobre o trabalho. Assim, entende-se que este estudo contribuiu para uma compreensão ampliada deste fenômeno, privilegiando elementos que extrapolam a adoção de uma perspectiva que se concentra em ocupações e setores laborais específicos, como se verifica em muitas investigações sobre esta temática no cenário nacional. Ao se orientar pela compreensão do modo como elementos de cariz sociodemográfico influenciam a conformação dos sentidos e significados compartilhados sobre o trabalho, essa pesquisa ofereceu outras perspectivas para a compreensão do fenômeno, colaborando para a superação de algumas lacunas nas pesquisas relacionadas a este tema. Espera-se, desta maneira, que a discussão desenvolvida ao longo desta tese tenha ajudado a evidenciar alguns dos trajetos que levam à conformação de diferentes significados do trabalho, enaltecendo o papel de fatores demográficos e estruturais nesta relação, e, portanto, explicitando que esta relação extrapola a mera aproximação dos atores sociais em virtude de sua ocupação ou área de atuação profissional.

Conquanto esta pesquisa tenha atingido seus objetivos, tendo contribuído para a compreensão dos significados do trabalho compartilhados em nossa sociedade, elucidando o papel de alguns elementos sociais em sua diferenciação, é importante destacar algumas de suas limitações. É importante ressaltar que os fatores sociodemográficos e estruturais incluídos nesta tese não representam as únicas fontes de influência nos significados partilhados sobre o trabalho. Portanto, há elementos não salientados nesta investigação que também podem influenciar na dotação desses significados. Por se tratar de um fenômeno complexo, faz-se claro que a sua compreensão não se encerra aqui. Ademais, como ressaltado na seção metodológica, o modelo confirmado na etapa quantitativa não deve ser considerado como o único possível, de modo que outros modelos teóricos também podem ser adequados para orientar a explicação do fenômeno estudado. Pontua-se, adicionalmente, que a análise textual interpretativa foi conduzida com base em um conjunto de entrevistas que não constitui uma amostra representativa da população. Há, portanto, espaço para que se desenvolvam pesquisas futuras que contribuam para a compreensão do fenômeno.

Ainda que a amostra utilizada para subsidiar a análise quantitativa seja representativa da população brasileira, estes dados retratam a situação no país em 2006, algo que se difere, em alguns aspectos, dos dias atuais, quando os dados que suportam a análise qualitativa foram coletados. Contudo, acredita-se que o esforço empreendido no sentido de aproximar estes dois períodos por meio do contraste entre os dados

socioeconômicos e o perfil de consumo tenha ajudado a suprir, ao menos em parte, a limitação em virtude do lapso temporal entre 2006 e 2019/2020. Mesmo assim, o leitor deve estar ciente dela.

Embora a construção do corpus da etapa qualitativa desta pesquisa tenha buscado contemplar indivíduos que representassem todas as categorias de fatores sociodemográficos e estruturais evidenciadas na fase quantitativa, entende-se que os participantes aqui representados configuram apenas uma pequena amostra destas características. Além disso, a abordagem de análise utilizada não contemplou outras possíveis configurações em que estes fatores de influência possam se organizar. Em relação à influência da idade, por exemplo, a investigação da questão geracional não foi investigada. Por se tratar de um estudo transversal o efeito geracional não pode ser verificado, de modo que a pesquisa se limitou a verificar alterações nos padrões de significados em decorrência da idade dos participantes em dado momento. Portanto, sinaliza-se mais uma possibilidade de investigação futura.

REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, S. **O que é trabalho**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

ALBUQUERQUE, L. M. B. DE. **Habitus, representações sociais e construção identitária dos professores de Maracanaú**. Tese (Doutorado em Educação)—Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte: Rio Grande do Norte, 2005.

ALI, A. J.; FALCONE, T.; AZIM, A. A. Work ethic in the USA and Canada. **Journal of Management Development**, v. 14, n. 6, p. 26–34, ago. 1995.

ALLAN, B. A.; AUTIN, K. L.; DUFFY, R. D. Examining social class and work meaning within the psychology of working framework. **Journal of Career Assessment**, v. 22, n. 4, p. 543–561, 11 nov. 2014.

ALMEIDA, F. M. DE. O conceito de trabalho nos clássicos da sociologia. **Revista Espaço Livre**, v. 9, n. 18, p. 20–33, 2014.

ALMEIDA, R. C. P. DE. Ócio e trabalho: dimensões compartilhadas. **Revista Científica ICGAP**, v. 1, n. 1, 2018.

ALONSO, F. DOS S. A. et al. Trabalho e Aprendizagem: as perspectivas de futuro profissional de jovens aprendizes na cidade de Três Rios, RJ. **Revista de Administração do Unifatea - RAF**, v. 13, n. 13, p. 64–84, 2016.

ALVES, A. J. A “revisão da bibliografia” em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis. **Cadernos de Pesquisa**, v. 81, p. 53–60, 1992.

ALVES FILHO, A. G.; MARX, R.; ZILBOVICIUS, M. Fordismo e novos paradigmas de produção: questões sobre a transição no Brasil. **Produção**, v. 2, n. 2, p. 113–124, 1992.

ALVES, G. O espírito do toyotismo - reestruturação produtiva e “captura” da subjetividade do trabalho no capitalismo global. **Confluências - Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, v. 10, n. 1, p. 97–121, 2008.

ALVES, G. **Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011a.

ALVES, G. A nova morfologia do trabalho no Brasil na década de 2000. **Perspectivas**, v. 39, p. 155–177, 2011b.

ANDERSEN, S. H. Unemployment and Subjective Well-Being: A Question of Class? **Work and Occupations**, v. 36, n. 1, p. 3–25, 1 fev. 2009.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Eds.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9–23.

ANDRADE, Í. Y. F. DE. Habitus e processos sociais: Revisando as teorias de Pierre Bourdieu e Norbert Elias. **Revista Abordagens**, v. 1, n. 1, p. 96–110, 2019.

ANTHONY, P. D. **The ideology of work**. Oxon: Routledge, 1977.

ANTUNES, R. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 11^a ed. Campinas: Cortez, 2006.

ANTUNES, R. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? In: ANTUNES, R.; BRAGA, R. (Eds.). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009a. p. 231–238.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2^a ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009b.

ANTUNES, R. A nova morfologia do trabalho no Brasil. **Nueva Sociedad (especial em português)**, p. 44–59, 2012.

ANTUNES, R. A nova morfologia do trabalho e as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil dos anos 1990. **Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. XXVII, p. 11–25, 2014.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 1^a ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 87, p. 335–351, 2004.

ANTUNES, R.; POCHMANN, M. A desconstrução do trabalho e a explosão do desemprego estrutural e da pobreza no Brasil. In: CATTANI, A. D.; CIMADAMORE, A. D. (Eds.). **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**. Porto Alegre: Clacso, 2007. p. 195–210.

ANTUNIASSI, M. H. R. A noção de representação social e a pesquisa nas Ciências Sociais. In: LUCENA, C. T.; CAMPOS, M. C. DE S. (Eds.). **Práticas e Representações**. São Paulo: Humanitas/CERU, 2008. p. 67–74.

ARDICHVILI, A.; KUCHINKE, K. P. International Perspectives on the Meanings of Work and Working: Current Research and Theory. **Advances in Developing Human Resources**, v. 11, n. 2, p. 155–167, 24 abr. 2009.

ARENDT, H. **A condição humana**. Tradução Roberto Raposo. 10^a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARIZA, L. G. et al. Relações entre análise textual discursiva e o software ATLAS.ti em interações dialógicas. **Campo Abierto**, v. 34, n. 2, p. 105–124, 2015.

ARSLAN, M. The work ethic values of Protestant British, Catholic Irish and Muslim Turkish managers. **Journal of Business Ethics**, v. 31, n. 4, p. 321–339, 2001.

ASHFORTH, B. E.; KREINER, G. E. “How can you do it?” Dirty work and the challenges of constructing a positive identity. **The Academy of Management Review**, v. 24, n. 3, p. 413–434, 1999.

BARROS, L. A. DE. Metamorfoses do fordismo ou modelos pós-fordistas. **Teoria e Sociedade**, v. 7, p. 284–299, 2001.

BEAMISH, T. D.; BIGGART, N. W. Economic Worlds of Work: Uniting Economic Sociology with the Sociology of Work. In: KORCZYNSKI, M.; HODSON, R.; EDWARDS, P. (Eds.). **Social Theory at Work**. Oxford: Oxford University Press, 2006. p. 233–271.

BENDASSOLLI, P. F. **Trabalho e identidade em tempos sombrios: insegurança ontológica na experiência atual com o trabalho**. Aparecida, São Paulo: Ideias e Letras, 2007.

BENDASSOLLI, P. F. et al. The brazilian scientific production on sense and meaning of work: review of use of terminology and current thematic classifications. **Avances en Psicología Latinoamericana**, v. 33, n. 1, p. 203–221, 4 maio 2015.

BENDASSOLLI, P. F.; BORGES-ANDRADE, J. E. Significado do trabalho nas indústrias criativas. **RAE**, v. 51, n. 2, p. 143–159, 2011.

BENDASSOLLI, P. F.; BORGES-ANDRADE, J. E. Meaningfulness in Work in Brazilian and French Creative Industries. **The Spanish Journal of Psychology**, v. 16, p. 1–15, 2013.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **La construccion social de la realidad**. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1968.

BITENCOURT, B. M. et al. Sentidos do trabalho para jovens de um empreendimento solidário e para trainees. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 7, n. 2, p. 142–155, 2014.

BIZERRA, F. DE A.; SOUZA, R. M. DE. A “ sociedade de informação ” e a centralidade do trabalho: uma relação polêmica. **Argumentum**, v. 6, n. 1, p. 253–270, 2014.

BLANCH, J. M. Trabajar en la modernidad industrial. In: RIBAS, J. M. B.; TOMÁS, M. J. E.; CAROLINA GALA DURÁN ANTONIO MARTÍN ARTILES (Eds.). **Teoría de las relaciones laborales: fundamentos**. Barcelona: Editorial UOC, 2003. p. 19–147.

BLAU, P.; DUNCAN, O. **The American occupational structure**. New York: The Free Press, 1967.

BLUSTEIN, D. L. et al. Voices of the forgotten half: The role of social class in the school-to-work transition. **Journal of Counseling Psychology**, v. 49, n. 3, p. 311–323, 2002.

BLUSTEIN, D. L. et al. The psychology of working: a new framework for counseling practice and public policy. **The Career Development Quarterly**, v. 56, n. 4, p. 294–308, jun. 2008.

BORGES, L. D. O. A estrutura fatorial dos atributos valorativos e descritivos do trabalho: um estudo empírico de aperfeiçoamento e validação de um questionário. **Estudos de Psicologia**, v. 4, n. 1, p. 107–139, 1999.

BORGES, L. D. O.; TAMAYO, Á. A estrutura cognitiva do significado do trabalho. **rPOT**, v. 1, n. 2, p. 11–44, 2001.

BORGES, L. DE O.; BARROS, S. C. Inventário de significado do trabalho para trabalhadores de baixa instrução. In: PUENTE-PALÁCIOS, K.; ADRIANO DE LEMOS ALVES PEIXOTO (Eds.). **Ferramentas de diagnóstico para organizações e trabalho: um olhar a partir da psicologia**. Porto Alegre: Artmed, 2015. p. 232–253.

BORGES, L. DE O.; YAMAMOTO, O. H. Mundo do trabalho: construção histórica e desafios contemporâneos. In: ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. (Eds.). **Psicologia Organizações e Trabalho no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Artmed Editora Ltda, 2014. p. 13–72.

BOTELHO ALMEIDA, D. DE C.; SANTOS, R. E. DOS. **A doutrina higienista e as canalizações de cursos d'água: o caso de Belo Horizonte**. Anais XVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ENANPUR. **Anais...**Natal: 2019

BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R. (Ed.). **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 1983. p. 46–81.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, P. **In other words. Essays towards a reflexive sociology**. Tradução Matthew Adamson. Stanford, CA: Stanford University Press, 1990.

BOURDIEU, P. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Tradução Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998a.

BOURDIEU, P. **Escritos de Educação**. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998b.

BOURDIEU, P. **Esquisse d'une théorie de la pratique**. Paris: Éditions du Seuil, 2000.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. Tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, P. **A Distinção: Crítica social do julgamento**. Tradução Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: EDUSP, 2006.

BOURDIEU, P. **Meditações Pascalianas**. Tradução Sérgio Miceli. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas. Sobre a teoria da ação.** Tradução Mariza Corrêa. 9ª ed. Campinas: Papirus Editora, 2008.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino.** Tradução Reynaldo Bairão. 3ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. J. D. The purpose of reflexive sociology (The Chicago Workshop). In: BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. J. D. (Eds.). **An invitation to reflexive sociology.** Cambridge, UK: Polity Press, 1992. p. 61–215.

BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. J. D. **Respuestas. Por una antropología reflexiva.** Miguel Hidalgo, Mexico: Grijalbo, 1995.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX.** Tradução Nathanael C Caixeiro. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

BRESSAN, M. A. L. C. et al. Trabalho versus aposentadoria: desvendando sentidos e significados. **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**, v. 23, n. 1, p. 226–250, 2012.

BÜCHHOLZ, R. A. The belief structure of managers relative to work concepts measured by a factor analytic modeu. **Personnel Psychology**, v. 30, p. 567–587, 1977.

BURAWOY, M. **Manufacturing consent: changes in the labor process under monopoly capitalism.** Chicago: The University of Chicago Press, 1979.

BURAWOY, M. **The politics of production: factory regimes under capitalism and socialism.** London: Verso, 1985.

BURAWOY, M. Manufacturing Consent revisitado: uma nova aproximação. **Revista Outubro**, v. 29, p. 95–122, 2017.

C. WRIGHT MILLS. **White Collar. The american middle classes.** New York, NY: Oxford University Press, 1969.

CARABALLO, M. P. R. **SIGNIFICADO DEL TRABAJO y SENTIDO DE LA PROFESIÓN en la academia: un estudio en el contexto colombiano.** Tese (Doutorado em Psicologia Social)—Departament de Psicologia Social, Universitat Autònoma de Barcelona: Barcelona, 2015.

CARABALLO, M. P. R. Significado del trabajo desde la psicología del trabajo. Una revisión histórica, psicológica y social. **Psicología desde el caribe**, v. 34, n. 2, p. 120–138, 1 maio 2017.

CARDOSO, A. A. et al. Protestantismo, motivação e mobilidade: dois estudos sobre religião e comportamento econômico. **Teoria & Sociedade**, v. 17, n. 2, p. 216–239, 2009.

CARDOSO, L. A. A centralidade da categoria trabalho: uma análise crítica do debate

sociológico contemporâneo. **Confluências - Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, v. 10, n. 1, p. 11–41, 2008.

CARNEIRO, C. M. Q. Estrutura e ação: aproximação entre Giddens e Bourdieu. **Tempo da Ciência**, v. 13, n. 26, p. 39–47, 2006.

CARNEIRO, L. P.; PADILHA, V. Os trabalhadores pelas lentes dos discursos das carteiras de trabalho no Brasil. In: NAVARRO, V. L.; PADILHA, V. (Eds.). **Retratos do trabalho no Brasil**. Uberlândia: EDUFU, 2009. p. 131–171.

CARTWRIGHT, S.; HOLMES, N. The meaning of work: the challenge of regaining employee engagement and reducing cynicism. **Human Resource Management Review**, v. 16, n. 2, p. 199–208, 2006.

CARVALHO, M. P. DE; LOGES, T. A.; SENKEVICS, A. S. Famílias de setores populares e escolarização: acompanhamento escolar e planos de futuro para filhos e filhas. **Estudos Feministas**, v. 24, n. 1, p. 81–99, 2016.

CASANOVA, J. L. Uma avaliação conceptual do habitus. **Sociologia. Problemas e Práticas**, v. 18, p. 45–68, 1995.

CASTEL, R. **Las metamorfosis de la cuestión social: una crónica del salariado**. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1997.

CASTEL, R. **From manual workers to wage laborers: transformation of the social question**. Tradução Richard Boyd. New Brunswick: Transaction Publishers, 2003. v. 91

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Tradução Roneide Venancio Majer. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. v. 1

CASTRO, H. C. DE O. DE; RANINCHESKI, S.; CAPISTRANO, D. O conteúdo da globalização para os latino-americanos: uma análise a partir da Pesquisa Mundial de Valores – WVS. **Temas y debates**, v. 19, n. 29, p. 53–76, 2015.

CASTRO, N. A.; GUIMARÃES, A. S. A. Além de Braverman, depois de Burawoy: vertentes analíticas na sociologia do trabalho. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 6, n. 17, p. 44–52, 1991.

CHARTIER, R. Prefácio. In: **Sociedade de Corte - Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Tradução Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. p. 7–25.

CODA, R.; FONSECA, G. F. Em busca do significado do trabalho: relato de um estudo qualitativo entre executivos. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 6, n. 14, p. 7–18, 2004.

CONCOLATTO, C. P.; RODRIGUES, T. G.; OLTRAMARI, A. P. Mudanças na relações de trabalho e o papel simbólico do trabalho na atualidade. **Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 9, p. 340–389, 2017.

COSTA, A. C. S. DA; ARGUELHES, D. D. O. A higienização social através do planejamento urbano de Belo Horizonte nos primeiros anos do século XX. **Universitas Humanas**, v. 5, n. 1/2, p. 109–137, 24 jun. 2008.

COUTINHO, M. C. Sentidos do trabalho contemporâneo: as trajetórias identitárias como estratégia de investigação. **Cadernos de Psicologia Social e do Trabalho**, v. 12, n. 2, p. 189–202, 2009.

CRAGIN, J. P. The nature of importance perceptions: a test of a cognitive model. **Organizational Behavior and Human Performance**, v. 31, p. 262–276, 1983.

DAHRENDORF, R. Is the work society running out of work? **Omega**, v. 8, n. 3, p. 281–285, jan. 1980.

DAVIDSON, J. C.; CADDELL, D. P. Religion and the meaning of work. **Journal for the Scientific Study of Religion**, v. 33, n. 2, p. 135, 1994.

DE LA GARZA, E.; HERNÁNDEZ, J. M. Fin del trabajo o trabajo sin fin. In: **Tratado latinoamericano de sociología del trabajo**. 1ª ed. Camino al Ajusco, Mexico: Enrique de la Garza Toledo, 2000. p. 755–774.

DE OLIVEIRA MOREIRA, J. Imaginários sobre aposentadoria, trabalho, velhice: estudo de caso com professores universitários. **Psicologia em Estudo**, v. 16, n. 4, p. 541–550, 2011.

DEN DULK, L. et al. National context in work-life research: A multi-level cross-national analysis of the adoption of workplace work-life arrangements in Europe. **European Management Journal**, v. 31, n. 5, p. 478–494, out. 2013.

DIMAGGIO, P. Culture and Economy. In: SMELSER, N.; SWEDBERG, R. (Ed.). **The handbook of economic sociology**. Princeton, NJ.: Princeton University Press, 1994. p. 27–57.

DIOGO, M. F. Os sentidos do trabalho de limpeza e conservação. **Psicologia em Estudo**, v. 12, n. 3, p. 483–492, 2007.

DOMINGOS SOBRINHO, M. Habitus, campo educacional e a construção do professor na educação básica. **Revista Inter-Legere**, v. 09, p. 189–205, 2011.

DUBIN, R. Industrial workers' worlds: a study of the "central life interests" of industrial workers. **Social Problems**, v. 3, n. 3, p. 131–142, 1956.

DUFFY, R. D. et al. Calling and life satisfaction: It's not about having it, it's about living it. **Journal of Counseling Psychology**, v. 60, n. 1, p. 42–52, 2013.

DUFFY, R. D.; AUTIN, K. L. Disentangling the link between perceiving a calling and living a calling. **Journal of Counseling Psychology**, v. 60, n. 2, p. 219–227, 2013.

DUNNING, E. Elias e a sociedade moderna: habitus, figurações, poder e processo.

Cadernos de Estudos Sociais, v. 25, n. 1, p. 11–20, 2011.

DUNNINGE, E.; MENNELL, S. Prefácio à edição inglesa. In: SCHRÖTER, M. (Ed.). **Os Alemães. A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997. p. 7–14.

DURKHEIM, E. **As Regras do Método Sociológico**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DURKHEIM, É. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DURKHEIM, É. **Fato social e divisão do trabalho (apresentação e comentários Ricardo Musse)**. São Paulo: Ática (Ensaio comentado), 2011.

DUTRA-THOMÉ, L.; KOLLER, S. H. O significado do trabalho na visão de jovens brasileiros: uma análise de palavras análogas e opostas ao termo “trabalho”. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, v. 14, n. 4, p. 367–381, 2014.

EDWARDS, R. C. The social relations of production at the point of production. **Insurgent Sociologist**, v. 8, n. 2–3, p. 109–125, 12 out. 1978.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994a.

ELIAS, N. **O Processo Civilizador. Uma história dos costumes (vol. 1)**. Tradução Ruy Jungmann. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994b.

ELIAS, N. Os Alemães. A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. In: SCHRÖTER, M. (Ed.). **Os Alemães. A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

ELIAS, N. **Sobre o tempo**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

ELIAS, N. **The civilizing process: Sociogenetic and Psychogenetic investigations**. Revised ed. Malden, MA: Blackwell Publishing, 2000.

ELIAS, N. **Norbert Elias por ele mesmo**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001a.

ELIAS, N. **A sociedade de corte - Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Tradução Pedro Süsskind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001b.

ELIAS, N. **Escritos & Ensaio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

ELIAS, N. **Introdução à Sociologia**. Tradução Maria Luísa Ribeiro Ferreira. Lisboa: Edições 70, 2008.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. **Os estabelecidos e os outsiders**. Tradução Vera Ribeiro. Rio

de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

ENGLAND, G. W. National work meanings and patterns - constraints on management action. **European Management Journal**, v. 4, n. 3, p. 176–184, 1986.

ENGLAND, G. W. The Meaning of Working in the USA: recent changes. **European Work and Organizational Psychologist**, v. 1, n. 2–3, p. 111–124, abr. 1991.

FALQUETTO, J.; FARIAS, J. **Saturação teórica em pesquisas qualitativas: relato de uma experiência de aplicação em estudo na área de Administração**. 5º Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa. **Anais...Porto**: 2016

FRANKL, V. E. **Man's Search for Meaning**. 4th ed ed. Boston, MA: Beacon Press, 1992.

FRIEDMAN, A. Developing the managerial strategies approach to the labour process. **Capital & Class**, v. 10, n. 3, p. 97–124, 11 nov. 1986.

GEORGES, I. Entre discriminação e reconhecimento: as trabalhadoras domésticas de São Paulo. In: CABANES, R.; GEORGES, I.; RIZEK, C. S. (Eds.). **Saídas de emergência**. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 95–113.

GEORGES, I.; SANTOS, Y. G. Introdução Geral. In: GEORGES, I.; SANTOS, Y. G. (Eds.). **As novas políticas sociais brasileiras na saúde e na assistência. Produção local do serviço e relações de gênero**. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2016. p. 17–27.

GESER, H. Work values and christian religiosity. An ambiguous multidimensional relationship. **Journal of Religion & Society**, v. 11, p. 1–36, 2009.

GHADI, M. Y.; FERNANDO, M.; CAPUTI, P. Describing work as meaningful: towards a conceptual clarification. **Journal of Organizational Effectiveness**, v. 2, n. 3, p. 202–223, 2015.

GIDDENS, A. **Central problems in Social Theory: action, structure and contradiction in social analysis**. Hampshire: Macmillan Education, 1979.

GIDDENS, A. **Profiles and Critiques in Social Theory**. Berkeley: University of California Press, 1983.

GIDDENS, A. **A Constituição da Sociedade**. Tradução Álvaro Cabral. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GIL FLORES, J. **Análisis de datos cualitativos. Aplicaciones a la investigación educativa**. Barcelona: PPU, 1994.

GLASER, B.; STRAUSS, A. **The Discovery of the Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research**. New Brunswick, NJ: Aldine Transaction, 2006.

GODOI, C. K.; MATTOS, P. L. C. L. DE. Entrevista qualitativa: instrumento de pesquisa

e evento dialógico. In: GODOI, C. K.; MELO, R. B. DE; SILVA, A. B. (Eds.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 301–323.

GONÇALVES, C. U. **Ética e trabalho na construção do Cariri do Padre Cícero**. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. **Anais...Recife**: 2007

GORZ, A. **Farewell to the working class: an essay on Post-Industrial Socialism**. London: Pluto Press, 1982.

GORZ, A. **Misères du présent, richesse du possible**. Paris: Galilée, 1997.

GOULART, P. M. O significado do trabalho: delimitações teóricas (1955-2006). **Cadernos de Psicologia Social e do Trabalho**, v. 12, n. 1, p. 47–55, 2009.

GRANOVETTER, M. The Strength of Weak Ties. **American Journal of Sociology**, v. 78, n. 6, p. 1360, 1973.

GRANOVETTER, M. Alienation Reconsidered: The Strength of Weak Ties. **Connections**, v. V, n. 2, p. 4–16, 1982.

GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, v. 91, n. 3, p. 481–510, nov. 1985.

GRANOVETTER, M. The sociological and economic approaches to labor market analysis: a social structural view. In: FARKAS, G.; ENGLAND, P. (Eds.). **Industries, Firms, and Jobs: Sociological and Economic Approaches**. New York: Springer Science+Business Media, 1988. p. 187–216.

GRANOVETTER, M. Economic institutions as social constructions: a framework for analysis. **Acta Sociologica**, v. 35, n. 1, p. 3–11, 1992.

GRANOVETTER, M. The impact of social structure on economic outcomes. **Journal of Economic Perspectives**, v. 19, n. 1, p. 33–50, 2005.

GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. **RAE Eletrônica**, v. 6, n. 1, p. 1–42, 2007.

GRANOVETTER, M. **Society and economy. Framework and principles**. Cambridge, MA: The Belknap Press of Harvard University Press, 2017.

HACKMAN, J. R.; OLDHAM, G. R. Motivation through the design of work: Test of a theory. **Organizational Behavior and Human Performance**, v. 16, p. 250–279, 1976.

HAIR, J. F. J. et al. **Análise Multivariada de Dados**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HAJDU, G.; SIK, E. Age, Period, and Cohort Differences in Work Centrality and Work Values. **Societies**, v. 8, n. 1, p. 11, 12 fev. 2018.

HARPAZ, I. Cross-national comparison of religious conviction and the meaning of work. **Cross-Cultural Research**, v. 32, n. 2, p. 143–170, 1998.

HARPAZ, I.; FU, X. The structure of the meaning of work: a relative stability amidst change. **Human Relations**, v. 55, p. 639–668, 2002.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. Tradução Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. 17ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HELOANI, R.; LACMAN, S. Psicodinâmica do trabalho: o método clínico de intervenção e investigação. **Revista Produção**, v. 14, n. 3, p. 77–86, 2004.

HERNÁNDEZ RUIZ, A.; MARTÍN LLAGUNO, M.; BELÉNDEZ VÁZQUEZ, M. El significado del trabajo para los futuros publicitarios. Un análisis desagregado por sexo. **Revista Latina de Comunicación Social**, v. 63, p. 331–340, 2008.

HESSE-BIBER, S. Qualitative approaches to mixed methods practice. **Qualitative Inquiry**, v. 16, n. 6, p. 455–468, 15 jul. 2010.

HIGHHOUSE, S.; ZICKAR, M. J.; YANKELEVICH, M. Would you work if you won the lottery? Tracking changes in the American work ethic. **Journal of Applied Psychology**, v. 95, n. 2, p. 349–357, 2010.

HIRATA, H. Globalização e divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparada. In: GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H. S.; SUGITA, K. (Eds.). **Trabalho flexível, empregos precários? Uma comparação Brasil, França, Japão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. p. 145–168.

HIRATA, H. Gênero, patriarcado, trabalho e classe. **Trabalho Necessário**, v. 16, n. 29, p. 14–27, 2018.

HIRSCHFELD, R. R.; FEILD, H. S. Work centrality and work alienation: distinct aspects of a general commitment to work. **Journal of Organizational Behavior**, v. 21, p. 789–800, 2000.

HIRVILAMMI, T. et al. Reflecting on work values with young unemployed adults in Finland. **Nordic journal of working life studies**, v. 9, n. 2, p. 87–104, 2019.

HOPENHAYN, M. **Repensar el trabajo. Historia, profusión y perspectivas de un concepto**. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2001.

HUGHES, E. C. **Men and their work**. London, UK: The Free Press of Glencoe, 1958.

IAMAMOTO, M. V. **Trabalho e indivíduo social**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

INGLEHART, R. **Modernization and Postmodernization- Cultural, economic, and political change in 43 societies**. Princeton, NJ.: Princeton University Press, 1997a.

INGLEHART, R. Modernization, postmodernization and changing perceptions of risk.

International Review of Sociology, v. 7, n. 3, p. 449–459, 1997b.

INGLEHART, R. et al. **World Values Surveys and European Values Surveys, 1981-1984, 1990-1993, and 1995-1997**. Ann Arbor, Michigan: ICPSR Inter-university Consortium for Political and Social Research, 2000.

INGLEHART, R. Changing Values among Western Publics from 1970 to 2006. **West European Politics**, v. 31, n. 1–2, p. 130–146, 2008.

INGLEHART, R. et al. **World Values Survey: Round Five - Country-Pooled Datafile**. Madrid, Spain & Vienna, Austria: JD Systems Institute & WWSA Secretariat, 2018.

INGLEHART, R. **Cultural evolution: people's motivations are changing, and reshaping the world**. New York: Cambridge University Press, 2018.

INGLEHART, R. et al. **World Values Survey: Round Seven – Country-Pooled Datafile**. Madrid, Spain & Vienna, Austria: JD Systems Institute & WWSA Secretariat, 2020.

INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Modernization, Culture Change, and Democracy: The Human Development Sequence**. New York: Cambridge University Press, 2005.

INVERNIZZI, N. C. **Novos rumos do trabalho. Mudanças nas formas de controle e qualificação da força de trabalho brasileira**. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica)—Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2000.

JULIÃO, L. Sensibilidades e representações urbanas na transferência da Capital de Minas Gerais. **Revista de História**, v. 30, n. 1, p. 114–147, 2011.

KAPLAN, H. R.; TAUSKY, C. The Meaning of Work among the Hard-Core Unemployed. **The Pacific Sociological Review**, v. 17, n. 2, p. 185–198, 1974.

KEYES, C. L. M. Social Well-Being. **Social Psychology Quarterly**, v. 61, n. 2, p. 121–140, 1998.

KLONOSKI, R. Assessing Lower and Higher Order Needs: A Cross-Cultural Comparative Study. **British Journal of Economics, Management & Trade**, v. 4, n. 2, p. 173–182, 10 jan. 2014.

KOHN, M. L.; SCHOOLER, C. Class, occupation, and orientation. **American Sociological Review**, v. 34, n. 5, p. 659–678, 1969.

KOVÁCS, I. Novas formas de organização do trabalho e autonomia no trabalho. **Sociologia, Problemas e Práticas**, v. 52, p. 41–65, 2006.

KRIPPNER, G. et al. Polanyi Symposium: a conversation on embeddedness. **Socio-Economic Review**, v. 2, p. 109–135, 2004.

KUBO, S. H.; GOUVÊA, M. A.; MANTOVANI, D. M. N. Dimensões do significado do trabalho e suas relações. **Pretexto**, v. 14, n. 3, p. 28–49, 2013.

KUCHINKE, K. P. et al. Work meaning among mid-level professional employees: A study of the importance of work centrality and extrinsic and intrinsic work goals in eight countries. **Asia Pacific Journal of Human Resources**, v. 49, n. 3, p. 264–284, 1 set. 2011.

LAPIS, N. L. Comentários acerca das modificações no processo de trabalho no Brasil: uma perspectiva histórica. **Indicadores econômicos FEE**, v. 20, n. 4, p. 231–244, 1993.

LE GOFF, J. **Time, work & culture in the middle ages**. Tradução Arthur Goldhammer. Chicago, IL: The University of Chicago Press, 1980.

LEME, A. A. Estrutura e ação nas ciências sociais: Um debate preliminar em Marx, Weber, Durkheim, Bourdieu, Giddens, Anselm Strauss e Norbert Elias. **Tempo da Ciência**, v. 13, n. 25, p. 9–38, 2006.

LIMA, D. M. DE O. **Diálogo entre a sociologia e a psicanálise: o indivíduo e o sujeito**. Salvador: EDUFBA, 2012. v. 53

LOPES, N. “Prostituição sagrada” e a prostituta como objeto preferencial de conversão dos “crentes”. **Religião & Sociedade**, v. 37, n. 1, p. 34–46, jan. 2017.

LOURENÇO, C. D. DA S.; FERREIRA, P. A.; BRITO, M. J. DE. O significado do trabalho para uma executiva: a dicotomia prazer e sofrimento. **Organizações em Contexto**, v. 9, n. 17, p. 247–279, 2013.

LU, Q.; HUANG, X.; BOND, M. H. Culture and the Working Life. **Journal of Cross-Cultural Psychology**, v. 47, n. 2, p. 277–293, 20 fev. 2016.

MACÊDO, L. S. S. **Trabalho, vida fora do trabalho e adiamento da aposentadoria para docentes universitários**. Tese (Doutorado em Administração de Psicologia)—Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte: Rio Grande do Norte, 2019.

MADALOZZO, R.; MARTINS, S. R.; SHIRATORI, L. Participação no mercado de articulação trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres têm condições iguais? **Estudos Feministas**, v. 18, n. 2, p. 547–566, 2010.

MARÔCO, J. **Análise de equações estruturais: Fundamentos teóricos, software & aplicações**. 2ª ed. Pêro Pinheiro: ReportNumber, Lda, 2014.

MARRA, A. V. et al. Significado do trabalho e envelhecimento. **Revista Administração em Diálogo**, v. 15, n. 2, p. 103–128, 2013.

MARTINEZ, F. W.; CAMPOS, J. DE. A sociologia de Pierre Bourdieu. **Revista Eletrônica da FEATI**, v. 11, 2015.

- MARVASTI, A. B. **Qualitative Research in Sociology**. London, UK: SAGE Publications, 2004.
- MARX, K. **Manuscrítos econômico-filosóficos**. Tradução Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Tradução Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- MATTOS, E. DE; CHAVES, A. M. As representações sociais do trabalho entre adolescentes aprendizes: um estudo piloto. **Revista Brasileira de Crescimento Desenvolvimento Humano**, v. 16, n. 3, p. 66–75, 2006.
- MÉDA, D. **Le Travail: une valeur en voie de disparition?** Paris: Flammarion, 2010.
- MÉDA, D.; VENDRAMIN, P. **Reinventing Work in Europe**. France: Palgrave Macmillan, 2013.
- MEDEIROS, C. R. G. et al. Sentido e significado do trabalho para enfermeiros e médicos da estratégia de saúde da família. **Estudo & Debate**, v. 18, n. 2, p. 23–35, 2011.
- MEJÍA REYES, C. La centralidad del trabajo y su relación con variables macroeconómicas. Una lectura del caso mexicano en comparativa. **Investigación y Ciencia**, n. 71, p. 68–76, 2017.
- MEJÍA REYES, C.; MARTÍN ARTILES, A. La centralidad del trabajo en Estados Unidos de América. Una exploración transversal: 1995 - 2014. **Sociedad y Economía**, v. 34, p. 185–209, 2018.
- MILLS, C. W. **White Collar. The American middle classes**. New York, NY: Oxford University Press, 1969.
- MINAYO, M. C. D. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.
- MINAYO, M. C. DE S. O conceito de Representações Sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Eds.). **Textos em representações sociais**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1995. p. 89–111.
- MIRANDA, A. A.; COELHO, R. N. Sentidos atribuídos ao mundo do trabalho pelas crianças: a escola como parte desse processo. **Educação em Revista**, v. 19, n. 1, p. 71–88, 2018.
- MIRANDA JÚNIOR, H. C. DE. Psicologia e justiça: a psicologia e as práticas judiciais na construção do ideal de justiça. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 18, n. 1, p. 28–37, 1998.
- MORIN, E. **The meaning of work, mental health and organizational commitment**. Québec: Institut de recherche Robert-Sauvé en santé et en sécurité du travail (IRSST),

2008.

MORIN, E. M. Os sentidos do trabalho. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, v. 41, n. 3, p. 8–19, 2001.

MORIN, E. M.; CHERRE, B. Les cadres face au sens du travail. **Revue française de gestion**, n. 126, p. 83–93, 1999.

MORIN, E.; TONELLI, M. J.; PLIOPAS, A. L. V. O trabalho e seus sentidos. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 1, p. 47–56, 2007.

MORSE, N. C.; WEISS, R. S. The function and meaning of work and the job. **American Sociological Review**, v. 20, n. 2, p. 191–198, 1955.

MOW, I. R. T. **The meaning of working**. London: Academic Press, 1987.

NAVARRO, V. L.; MACIEL, R. H.; MATOS, T. G. R. A questão do trabalho no Brasil: uma perspectiva histórica a partir do desenvolvimento industrial. In: COUTINHO, M. C.; BERNARDO, M. H.; SATO, L. (Eds.). **Psicologia Social do Trabalho**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017. p. 25–48.

NAVARRO, V. L.; PADILHA, V. Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 1, p. 14–20, 2007.

NETO, L. **Padre Cícero: poder, fé e guerra no sertão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. Volume I ed. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

NEUBERT, L. F. Bourdieu, Giddens e Elias: a superação do dilema micro/macro. **Teoria e Cultura**, v. 13, n. 2, p. 298–308, 2018.

NEVES, J. A. B. **Modelo de equações estruturais: uma introdução aplicada**. Brasília: Enap, 2018.

NORRIS, P.; INGLEHART, R. **Sacred and secular: religion and politics worldwide**. 2nd. ed. New York: Cambridge University Press, 2018.

OFFE, C. Trabalho: A categoria-chave da sociologia? **RCBS**, v. 4, n. 10, p. 1–34, 1989.

OGUEGBE, T. M. et al. Role of self-efficacy and sex on work centrality among workers. **International Journal of Humanities and Social Science**, v. 4, n. 5(1), p. 297–302, 2014.

OKADO, L. T. A.; RIBEIRO, E. A. Mudança de valores em países latino-americanos: comparando os índices de pós-materialismo e valores emancipatórios. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 24, p. 7–48, dez. 2017.

OLIVEIRA, S. R. DE; PICCININI, V. C. A constituição do trabalho na sociedade moderna. In: PICCININI, V. C.; ALMEIDA, M. L. DE; OLIVEIRA, S. R. DE (Eds.). **Sociologia e Administração - Relações Sociais nas Organizações**. [s.l.] Elsevier, 2011. p. 203–217.

OLIVEIRA, M. K.; PÉREZ NEBRA, A. R.; ANTLOGA, C. S. Relação entre significado do trabalho e rotatividade de serventes de limpeza. **Revista Psicologia, Organizações e Trabalho**, v. 16, n. 2, p. 190–202, 2016.

ORGANISTA, J. H. C. **O debate sobre a centralidade do trabalho**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

ORTIZ, R. Introdução - A procura de uma sociologia da prática. In: ORTIZ, R. (Ed.). **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 1983. p. 7–36.

PADILHA, V.; GRANDE, M. M. A gente fica muito tempo aqui dentro!: reflexões sobre o trabalho de gerentes, recepcionistas e camareiras de hotéis. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 14, n. 1, p. 111–125, 2011.

PARBOTEEAH, K. P.; CULLEN, J. B. Social Institutions and Work Centrality: Explorations Beyond National Culture. **Organization Science**, v. 14, n. 2, p. 137–148, 2003.

PARBOTEEAH, K. P.; HOEGL, M.; CULLEN, J. Religious dimensions and work obligation: A country institutional profile model. **Human Relations**, v. 62, n. 1, p. 119–148, jan. 2009.

PAULLE, B.; VAN HEERIKHUIZEN, B.; EMIRBAYER, M. Elias and Bourdieu. **Journal of Classical Sociology**, v. 12, n. 1, p. 69–93, 2012.

PEREIRA, E. F.; TOLFO, S. T. R. Estudos sobre sentidos e significados do trabalho na psicologia: uma revisão das suas bases teórico-epistemológicas. **Psicologia Argumento**, v. 34, n. 87, p. 302–317, 24 nov. 2017.

PÉREZGONZÁLEZ, J. D.; VILELA, L. D. **La centralidad del trabajo**. Dublin: Lulu Inc, 2005.

PETERS, G. Agência, estrutura e práxis: a leitura dialógica da teoria da estruturação de Anthony Giddens. **Teoria e Sociedade**, v. 19, n. 2, p. 8–39, 2011.

PIORE, M. J.; SABEL, C. F. **The second industrial divide: possibilities for prosperity**. New York: Basic Books, 1984.

POCHMANN, M. O fim do trabalho como se conhece no Brasil. **Revista TST**, v. 83, n. 4, p. 272–286, 2017.

POWELL, C. Radical Relationism: A Proposal. In: POWELL, C.; DÉPELTEAU, F. (Eds.). **Conceptualizing Relational Sociology: Ontological and Theoretical Issues**. New York, NY: Palgrave Macmillan, 2013. p. 187–207.

PRATES, C.; SILVA, N. G. DA; PICCININI, V. C. O Sentido do trabalho para o operário: estudo de caso em uma fábrica de componentes eletrônicos. **Ciências Sociais em Perspectiva**, v. 13, n. 24, p. 139–160, 2014.

PYÖRIÄ, P. et al. The millennial generation: a new breed of labour? **SAGE Open**, p. 1–14, 2017.

QUEIROZ, V. DOS S.; ARAGÓN, J. A. O. Alocação de tempo em trabalho pelas mulheres brasileiras. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 45, n. 4, p. 787–819, 2015.

RAFAGNIN, M. S. S.; RAFAGNIN, T. R. O debate sobre a centralidade do trabalho. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPel)**, v. 2, n. 1, p. 107–119, 2016.

RAMOS, F.; JANUÁRIO, S. S. Reflexividade e constituição do mundo social: Giddens e Bourdieu (breves interpretações). **Ciências Sociais Unisinos**, v. 43, n. 3, p. 259–266, 2007.

RIBEIRO, E. A. **VALORES PÓS-MATERIALISTAS E CULTURA POLÍTICA NO BRASIL**. Tese (Doutorado em Sociologia)—Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2008.

RIBEIRO, E. A. Mudança de valores e tolerância entre os brasileiros. **Mediações**, v. 15, n. 1, p. 220–240, 2010.

RIFKIN, J. **The end of work: the decline of the global labor force and the dawn of the post-market era**. New York, NY: G. P. Putnam's Son, 1995.

RIZZO, C. B. DA S.; CHAMON, E. M. Q. DE O. O sentido do trabalho para o adolescente trabalhador. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 8, n. 3, p. 407–417, 2010.

RODRIGUES, A. L. Tensões entre econômico e social: uma proposta de análise à luz da Teoria da Estruturação. **RAE**, v. 48, n. 2, p. 37–50, 2008.

RODRIGUES, A. L. et al. Meaning of work: challenges for the XXI Century. **RAM**, v. 19, n. spe, p. 2–8, 2018.

RODRIGUES, A. L.; BARRICHELLO, A.; MORIN, E. M. Os sentidos do trabalho para profissionais de enfermagem: um estudo multimétodos. **RAE**, v. 56, n. 2, p. 192–208, abr. 2016.

RODRÍGUEZ GÓMEZ, G.; GIL FLORES, J.; GARCÍA JIMÉNEZ, E. **Metología de la investigación cualitativa**. Málaga: Aljibe, 1999.

ROSENFELD, C. L. A identidade no trabalho em call centers: a identidade provisória. In: ANTUNES, R.; BRAGA, R. (Eds.). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009. p. 173–185.

ROSSO, B. D.; DEKAS, K. H.; WRZESNIEWSKI, A. On the meaning of work: A

theoretical integration and review. **Research in Organizational Behavior**, v. 30, p. 91–127, jan. 2010.

RUIZ-QUINTANILLA, S. A. Introduction: The Meaning of Work. **European Work and Organizational Psychologist**, v. 1, n. 2–3, p. 81–89, abr. 1991.

RUIZ-QUINTANILLA, S. A.; CLAES, R. Mow research programs. In: KATZ, J. A. (Ed.). **Databases for the study of entrepreneurship**. New York: Elsevier Science, 2000. p. 335–391.

RUIZ-QUINTANILLA, S. A.; WILPERT, B. Are Work Meanings Changing? **European Work and Organizational Psychologist**, v. 1, n. 2–3, p. 91–109, 1991.

SABADINI, M. DE S.; NAKATANI, P. Desestruturação e informalidade do mercado de trabalho no Brasil. **Revista Venezuelana de Análisis de Coyuntura**, v. VIII, n. 2, p. 265–290, 2002.

SABOYA, M. C. L. Socialização e qualificação para o trabalho: construção de identidades. **Educação, Gestão e Sociedade: revista da Faculdade Eça de Queirós**, v. 4, n. 18, p. 1–16, 2015.

SALINAS-JIMÉNEZ, M. DEL M.; ARTÉS, J.; SALINAS-JIMÉNEZ, J. Income, Motivation, and Satisfaction with Life: An Empirical Analysis. **Journal of Happiness Studies**, v. 11, n. 6, p. 779–793, 9 dez. 2010.

SANSON, C. **Trabalho e subjetividade: da sociedade industrial à sociedade pós-industrial**. Tese (Doutorado em Sociologia)—Faculdade de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná: Paraná, 2009.

SANSON, C. Trabalho e subjetividade na sociedade antiga. **Revista da RET - Rede de estudos do trabalho**, v. 11, p. 1–26, 2012.

SANTANA, M. A.; RAMALHO, J. RI. **Sociologia do trabalho**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

SANTOS, T. A. Os sentidos do trabalho para os agentes penitenciários: uma análise na cadeia pública de Salvador. **Revista Formadores: vivências e estudos**, v. 7, n. 2, p. 19–34, 2014.

SCHENATO, V. C. A síntese entre objetividade e subjetividade mediada pela noção de habitus em Bourdieu. **Revista Perspectivas Sociais**, v. 1, n. 1, p. 31–46, 2011.

SCHÜTZ, A. Sociologia interpretativa. In: WAGNER, H. R. (Ed.). **Fenomenologia e Relações Sociais**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. p. 261–288.

SENNET, R. **A cultura do novo capitalismo**. Tradução Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

SHARABI, M.; HARPAZ, I. Gender and the relative centrality of major life domains:

changes over the course of time. **Community, Work & Family**, v. 14, n. 1, p. 57–62, fev. 2011.

SHARABI, M.; HARPAZ, I. Changes of work values in changing economy: perspectives of men and women. **International Journal of Social Economics**, v. 40, n. 8, p. 692–706, 2013.

SHARABI, M.; HARPAZ, I. To work or not to work: variables affecting non-financial employment commitment over time. **International Labour Review**, 21 ago. 2017.

SILVA, D. M. F. DA. A construção da realidade na perspectiva relacional de Pierre Bourdieu. **Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 61–86, 2014.

SILVA, E. B. Pós fordismo no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 14, n. 3, p. 107–120, 1994.

SILVA, N.; TOLFO, S. DA R. Trabalho significativo e felicidade humana: explorando aproximações. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, v. 12, n. 3, p. 341–354, 2012.

SIMÃO, F. L. R. O sonho da metrópole fin de siècle em vias de definição: ordem social, moral pública e mundo do trabalho em Minas Gerais (1897-1920). **Revista Crítica Histórica**, v. III, p. 1–36, 2020.

SMELSER, N. J.; SWEDBERG, R. Introducing Economic Sociology. In: SMELSER, N. J.; SWEDBERG, R. (Eds.). **The handbook of Economic Sociology**. 2nd. ed. New York, NY: Princeton University Press, 2005. p. 1–25.

SOARES, L. DE M. R.; BRITO, S. M. DE O.; DOMINGOS SOBRINHO, M. Habitus e representações sociais do ser professora da educação infantil da rede municipal de ensino de Campina Grande – PB: práticas do educar e do cuidar ancoradas na afetividade. In: LIRA, A. A. D.; MIRANDA, M. M. DE; BRITO, S. M. DE O. (Eds.). **Revisitando o diálogo em representações sociais e educação**. Campina Grande, PB: EDUFCG, 2016. p. 217–255.

SOBROSA, G. M. R. et al. Opiniões sobre trabalho em jovens de classes populares. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 14, n. 2, p. 265–276, 2013.

SOUZA, D. O. S. DE. **Desigualdades no centro da cidade partida: sentidos do trabalho entre jovens de diferentes classes sociais**. Tese (Doutorado em Administração de Empresas)—Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2018.

SOUZA, P. M. DA R. A.; LOPES, A. L. S. V.; HILAL, A. V. G. Centralidade do trabalho na perspectiva de mulheres em diferentes faixas etárias. **Race**, v. 16, n. 1, p. 9–36, 2017.

STEENKAMP, P. L. Protestant ethic: Contributing towards a meaningful workplace. **HTS Teologiese Studies / Theological Studies**, v. 69, n. 1, p. 1–11, 14 jan. 2013.

STEENKAMP, P. L.; BASSON, J. S. A meaningful workplace: framework, space and context. **HTS Theologiese Studies / Theological Studies**, v. 69, n. 1, p. 1–10, 2013.

STEYN, C.; KOTZÉ, H. Work Values and Transformation: The South African Case, 1990–2001. **Society in Transition**, v. 35, n. 1, p. 145–164, jan. 2004.

SWEDBERG, R.; GRANOVETTER, M. Introduction. In: GRANOVETTER, M.; SWEDBERG, R. (Eds.). **The sociology of economic life**. Boulder: Westview Press, 1992. p. 1–26.

THOMAZ JÚNIOR, A. Degradação e centralidade do trabalho. **Revista Pegada**, v. 13, n. 2, p. 4–19, 2012.

TOLFO, S. D. R.; PICCININI, V. C. Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, p. 38–46, 2007.

TOLFO, S. DA R. et al. **Revisitando abordagens sobre sentidos e significados do trabalho**. Anais do Fórum CRITEOS - Saúde, Trabalho e Efetividade Organizacional. **Anais...**Porto Alegre: Escola de Administração/UFRGS, 2005

TOLFO, S. DA R. et al. Sentidos y significados del trabajo: Un análisis con base en diferentes perspectivas teóricas y epistemológicas en Psicología. **Universitas Psychologica**, v. 10, n. 1, p. 175–188, 2011.

TONI, M. DE. Visões sobre o trabalho em transformação. **Sociologias**, n. 9, p. 246–286, 2003.

TORGLER, B. **Work Values in Western and Eastern Europe**: Paper 645. Fondazione Eni Enrico Mattei Working Papers. 2012: [s.n.].

TUMOLO, P. S. Reestruturação produtiva no Brasil: um balanço crítico introdutório da produção bibliográfica. **Educação & Sociedade**, v. 22, n. 77, p. 71–99, 2001.

VALE, G. M. V. **Laços como ativos territoriais: análise das aglomerações produtivas na perspectiva do capital social**. Tese (Doutorado em Administração)—Departamento de Administração e Economia. Universidade Federal de Lavras: Lavras, 2006.

VARGAS, F. B. Trabalho, emprego, precariedade: dimensões conceituais em debate. **Caderno CRH**, v. 29, n. 77, p. 313–331, 2016.

VECCHIO, R. P. The function and meaning of work and the job: Morse and Weiss (1955) revisited. **Academy of Management Journal**, v. 23, n. 2, p. 361–367, 1980.

VIANA, E. A. DE S.; MACHADO, M. N. DA M. Sentidos do trabalho no discurso dos trabalhadores de uma ONG em Belo Horizonte. **Psicologia & Sociedade**, v. 23, n. 1, p. 46–55, 2011.

VILAS BOAS, A. A.; MORIN, E. M. **Sentido do trabalho e fatores de qualidade de**

vida no trabalho para professores de universidades públicas do Brasil e do Canadá. XXXVIII Encontro da ANPAD - EnANPAD. **Anais...**Rio de Janeiro, Brasil: 2014

VILAS BOAS, A. A.; MORIN, E. M. Sentido do trabalho e orientação para o trabalho: um estudo em universidades públicas de Minas Gerais e do Quebec. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, v. 8, n. 4, p. 117, 2015.

WACQUANT, L. Esclarecer o Habitus. **Educação & Linguagem**, v. 10, n. 16, p. 63–71, 31 dez. 2007.

WACQUANT, L. J. D. Toward a social praxeology: the structure end logic of Bourdieu's Sociology. In: BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. J. D. (Eds.). **An invitation to reflexive sociology**. Cambridge, UK: Polity Press, 1992. p. 1–59.

WACQUANT, L. J. D. Introduccion. In: BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. J. D. (Eds.). **Respuestas. Por una antropología reflexiva**. Miguel Hidalgo, Mexico: Grijalbo, 1995. p. 15–38.

WARR, P. Work values: some demographic and cultural correlates. **Journal of Occupational and Organizational Psychology**, v. 81, n. 4, p. 751–775, dez. 2008.

WEBER, M. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WRAY-LAKE, L. et al. Exploring the Changing Meaning of Work for American High School Seniors From 1976 to 2005. **Youth & Society**, v. 43, n. 3, p. 1110–1135, 2011.

YEGANEH, H. Cultural modernization and work-related values and attitudes: An application of Inglehart's theory. **International Journal of Development Issues**, v. 16, n. 2, p. 130–146, 2017.

ZANELLI, J. C.; SILVA, N.; SOARES, D. H. P. **Orientação para aposentadoria nas organizações de trabalho: Construção de projetos para o pós-carreira**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2009.

ZUBIETA, E. et al. Concepciones y creencias sobre el trabajo. Estudio descriptivo de algunas fuentes de variación en una muestra laboralmente activa. **Anuario de investigaciones**, v. XV, p. 35–50, 2008.

ZUBIETA, E. La socialización para el trabajo. In: GUZMÁN, M. L. J.; BOSO, R. (Eds.). **Juventud precarizada. De la formación al trabajo, una transición riesgosa**. Cuernavaca: UAM. Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias, 2012. p. 265–293.

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “A construção dos sentidos e significados do trabalho no Brasil: a influência de fatores demográficos e estruturais”, desenvolvida pela estudante de doutorado do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Cibele Ventura Vieira Satuf, com orientação do professor Dr. Jorge Alexandre Barbosa Neves. O objetivo da pesquisa é, em linhas gerais, compreender quais representações coletivas são compartilhadas sobre os significados atribuídos ao trabalho, levando-se em consideração a influência de fatores demográficos e estruturais. A pesquisa entende que os significados do trabalho compreendem a interpretação individual, embora amplamente influenciada pelo contexto social, do trabalho e do que ele representa para o indivíduo.

A sua participação é voluntária. Você pode negar-se a participar ou interromper a participação a qualquer momento, o que não incorrerá em nenhum prejuízo ou constrangimento. A sua participação não implicará em qualquer incentivo, danos ou prejuízos financeiros. O eventual prejuízo é a perda de cerca de uma hora do seu dia. Os riscos decorrentes da participação são mínimos, podendo envolver desconforto emocional diante das perguntas ou cansaço, que será contornado com intervalos e pausas se necessário. Vale destacar que sua participação é fundamental para o sucesso da pesquisa.

Os usos das informações por você oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde. Caso seja necessário, você poderá obter informações sobre o processo envolvendo esse projeto no Comitê de Ética por meio do COEP – UFMG, localizado na Avenida Antônio Carlos, 6627, Unidade Administrativa II, 2º andar, sala 2005, pelo telefone (31) 3409-4592 ou pelo e-mail: coep@prpq.ufmg.br

A sua colaboração é confidencial, por meio de uma entrevista semiestruturada, ou seja, de roteiro semiaberto. As entrevistas serão gravadas em áudio, sendo o material armazenado pela investigadora pelo período mínimo de 5 anos. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e/ou seu orientador. Suas respostas serão mantidas em sigilo e você não será identificado(a) em qualquer produto dessa pesquisa (como relatórios, artigos, livros etc.). Vale ressaltar que você tem total liberdade para solicitar esclarecimentos de quaisquer dúvidas que possam surgir durante e após o andamento da pesquisa. Isto pode ser feito diretamente com os pesquisadores responsáveis, por e-mail: cibelesatuf@gmail.com e jorgeaneves@gmail.com.

Dessa forma, ao assinar esse termo, você declara que foi consultado(a) pela responsável pela pesquisa, Cibele Ventura Vieira Satuf, e respondeu positivamente à sua demanda de participar da coleta de dados por meio de entrevista. Declara também que terá liberdade de manifestar sua adesão ou não, sem qualquer prejuízo, que entendeu as informações fornecidas e que se sente esclarecido(a) para participar da pesquisa. Dessa forma, participa da pesquisa com seu consentimento livre e esclarecido. É importante que você ateste o recebimento de uma via assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do(a) participante: _____

Autorizo a gravação de áudio da entrevista () Sim () Não

Assinatura da pesquisadora: _____

Assinatura do orientador: _____